

**UFRRJ**

**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**

**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**DISSERTAÇÃO**

**ENTRE DUAS FÁBULAS: O PROCESSO DE  
CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA URUGUAIA  
(1825-1828)**

**Roberta Teixeira Gonçalves**

**2010**



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**ENTRE DUAS FÁBULAS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA SOBERANIA URUGUAIA (1825-1828)**

**ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES**

*Sob a Orientação do Professor*

**Marcelo da Rocha Wanderley**

Dissertação submetida como  
Requisito parcial para obtenção do  
Grau de **Mestre em História**, no  
Curso de Pós-Graduação em  
História Social, Área de Concentração  
em Estado e Relações de Poder

Seropédica, RJ

Junho de 2010

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO**  
**INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS**  
**CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL**

**ROBERTA TEIXEIRA GONÇALVES**

Dissertação Mestrado submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em História**, no Curso de Pós-Graduação em História Social, área de Concentração em Estado e Relações de Poder.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 16/06/2010

---

Prof. Dr. Marcelo da Rocha Wanderley.  
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Adriana Barreto de Souza.  
(Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Francisca Lúcia Nogueira Azedo.  
(Universidade Federal do Rio de Janeiro)

---

Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Eliane Garcindo de Sá  
(Universidade Estadual do Rio de Janeiro)

Para Neuza Maria Teixeira Gonçalves.

## AGRADECIMENTOS

Esta dissertação contou com o financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, sem o qual não seria possível sua concretização. Durante a pesquisa aos arquivos externos, fui gentilmente recebida pela professora Ana Frega Novales da Universidad de la Republica, no Uruguai, a quem devo importantes sugestões bibliográficas e documentais. Ainda no Uruguai, recebi valorosa ajuda dos funcionários da Biblioteca Nacional do Uruguai, do Archivo General de la Nacion, da biblioteca da Universidad de la Republica e da Casa de Lavalleja que minimizavam a burocracia de suas instituições facilitando o acesso às fontes documentais. Na Argentina agradeço aos funcionários da Biblioteca Nacional e do Archivo General de la Nacion. No Rio Grande do Sul sou especialmente grata às sugestões gastronômicas e documentais do professor Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, bem como aos funcionários do Arquivo histórico do Rio Grande do Sul e do Museu Hipólito da Costa, em especial, o Sr. Carlos Roberto Saraiva da Costa Leite.

Registro o agradecimento a todos que foram meus professores de mestrado na Universidade Federal Rural, em particular ao professor Luís Edmundo de S. Moraes e a professora Adriana Barreto de Souza. Do mesmo modo, agradeço à banca de qualificação composta pelos professores Eliane Garcindo de Sá, Marcello Otávio Neri de Campos Basile e Marcelo da Rocha Wanderley, também meu orientador: pelas sugestões e críticas. Igualmente agradeço à banca da defesa da qual fizeram parte as professoras Adriana Barreto de Souza e Francisca Lúcia Nogueira Azevedo, além da coordenação do mestrado representada pelos professores Margareth Gonçalves e Alexandre Fortes, bem como pela secretária Tania Baldino.

Não posso deixar de mencionar aqui meus queridos amigos da turma de mestrado: André Brito, Cláudia Caldeira, Daniel Teixeira (*in memoriam*), Eduardo Ângelo, Elany Bravo, João André Faria, Leonardo Ângelo, Maria Celeste, Nelson Oliveira, Keith Barbosa, Rafael Rodrigues, Sérgio Prates, Saionara Ladeira e Vinícius Miranda. Além dos meus amigos de sempre: as Kelpas. Por fim, desejo agradecer muito especialmente a minha família, sobretudo, minha mãe Neuza Maria Teixeira Gonçalves (*in memoriam*). A todos eles, muito obrigada.

## RESUMO

GONÇALVES, Roberta Teixeira. **Entre duas fábulas: o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)** 2010. 155p Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

Este trabalho analisa o discurso produzido pelo Império brasileiro e pelas Províncias Unidas do Rio da Prata durante a Guerra Cisplatina de forma a legitimar a posse da Banda Oriental. Neste sentido, os projetos de construção de uma soberania uruguaia dialogaram sempre com os projetos políticos de seus dois vizinhos platinos, sendo o conflito bélico o ponto máximo de dissensão entre os diferentes grupos de poder político os quais disputaram durante todo o século XIX a região.

**Palavras- Chaves:** Guerra Cisplatina, Rio da Prata, Banda Oriental

## ABSTRACT

GONÇALVES, Roberta Teixeira. **Between two fables: the processo of the construction of the Uruguayan sovereignty (1825-1828)** 2010. 155p Dissertacion (Master of History). Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Departamento de História, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ, 2010.

This research work analyses the discourse produced by the Brazilian Empire and by the River Plate United Provinces during the Cisplatina War in terms of legitimizing the Banda Oriental possession. According to this, the projects of construction of a Uruguayan sovereignty had always dialogued with the politics projects of its two platine neighbors, being the warfare the maximum point of divergence among the different groups of political power which fought for the region along the nineteenth century.

**Key-words:** Cisplatina, Rio da Prata, Banda Oriental

## SUMÁRIO

Apresentação.....	ii
Introdução.....	01
Capítulo 1. As várias guerras de uma mesma Guerra.....	25
Apresentação .....	26
As décadas de 1920 e 1930: a invenção da nacionalidade.....	44
As décadas de 1940 e 1950: o Estado - nação.....	50
As décadas de 1970 e 1980: da ditadura ao marxismo.....	54
As décadas de 1990 e 2000: o eclipse do Estado-nação.....	58
O lugar do Estado-Nação.....	70
Capítulo 2. O Império no Prata.....	52
Uma abordagem metodológica.....	53
Dos brasileiros: “Hobessuis ou Rosseau”.....	53
Capítulo 3. Do outro lado da Banda.....	77
Nuestra Banda .....	78
Capítulo 4. Cavalheiros contra o Império.....	109
Representações possíveis.....	110
O lugar do outro.....	116
Conclusão .....	145
Fontes .....	147
Bibliografia .....	148

“Cada um pensa como pode...”

Mario Quintana

## INTRODUÇÃO

A epígrafe de Mario Quintana com a qual inicio minha dissertação é na verdade uma espécie de mea-culpa, pois na minha condição de historiadora escrevo como posso: diante das limitações documentais e dos vazios bibliográficos.

No caso dessa dissertação, as limitações foram muitas e me obrigaram a uma constante mudança de percurso. Assim, muitos projetos foram abandonados pelo caminho e, talvez, o que será apresentado aqui não seja o melhor entre eles, mas foi o possível. A proposta inicial de identificar os elementos culturais que inviabilizaram a ocupação brasileira da região Cisplatina, atual Uruguai, não se sustentava com as fontes documentais disponíveis, pois havia um enorme fosso entre meus objetivos e as fontes. Afinal, a documentação de claro viés político não dava conta de entender o universo de representações de que dispunham os habitantes da região.

A fragilidade maior do projeto, porém, estava na percepção posterior de que o discurso dos atores políticos que aparecem na documentação, ainda que encontrassem eco na cultura política do período, poderia estar impregnado pelo que convencionei chamar de retórica da excepcionalidade, isto é, um discurso construído e acionado exclusivamente com o intuito de legitimar a guerra, ainda que sem respaldo na cultura política do período. Além do mais, o posterior contato com a bibliografia específica e com as fontes uruguaias apontou para uma flexibilização da hipótese inicial, que valorizava o substrato cultural como explicação privilegiada para não efetivação do domínio territorial, esta, a despeito de marcar os elementos econômicos, dava ênfase ao cultural para explicar o posicionamento político da região Cisplatina – os laços culturais mais tênues entre a região e o Império luso-brasileiro seriam o elemento de maior relevância para entender a ruptura e a posterior eclosão da guerra em 1825. As discussões teóricas ajudaram a vislumbrar como o discurso que envolve os movimentos de independência se utilizou do artifício cultural para defender objetivos políticos específicos, associados às particularidades de grupos de poder locais<sup>1</sup>.

Do primeiro projeto perdeu-se também o título, *Destruir para conquistar. A presença brasileira na região Cisplatina (1821-1828)*, o qual proporcionava ao leitor a impressão de que a discussão iria girar em torno da atuação do governo imperial brasileiro na região oriental, o que não correspondia à verdade. Mudou-se, então, para *Entre duas fábulas. o processo de construção da soberania uruguaia (1825-1828)*, que buscava dar conta das opções políticas em jogo em 1828, quando é formado o Estado uruguaio, bem como das diferentes soberanias que sempre disputaram o poder na Banda Oriental, ambos objetivos deste trabalho.

---

<sup>1</sup> Um bom exemplo disto foi a constante referência ao brasileiro, na documentação não oficial portenha, enquanto português, remetendo-se assim a antiga rivalidade entre as coroas ibéricas para justificar as disputas políticas entre unidades já independentes.

Fadado ao fracasso esse primeiro projeto, pensei em construir uma história social dos *Trienta y Tres caballeros orientales*, grupo ao qual se atribui a independência do Uruguai. Outra vez a documentação impossibilitou a empreitada. As *Memorias de la expedición de los Trienta y Tres*, fonte que deveria balizar a tese, não dava subsídios para tal. Desta forma, tornou-se imprescindível alargar as fontes documentais do trabalho. Contudo, nos arquivos do Rio de Janeiro tinham se esgotado todas as possibilidades.

Daí por diante só havia dois caminhos. Ou a dissertação, que se propunha a tratar de temas de história da América hispânica, convertia-se em uma discussão da presença brasileira no Prata, quem sabe incluindo a documentação de periódicos brasileiros do período da guerra. Ou permanecia voltada para a construção do Estado Uruguaio, o que exigia uma visita aos arquivos deste país. Optei pelo segundo.

O contato com os arquivos do Uruguai e da Argentina funcionou de forma a reencaminhar as questões e contou com preciosas sugestões da professora Ana Frega Novales, do Uruguai. Desta experiência, tanto no que se refere à documentação quanto à bibliografia, foi possível dimensionar a complexidade deste momento histórico e assim compreender o ecletismo político dos homens que o viveram, não os tomando como indivíduos sem posição política definida, mas compreendendo que esses homens deram respostas possíveis a uma realidade imperiosa. Dos arquivos de Buenos Aires e de Montevideú veio uma parte dos documentos da dissertação, porém não o bastante para fazer a história social dos *Trienta y Tres*, que nessa altura nem se sabia se eram de fato trinta e três.

Dada a impossibilidade de fazer uma análise dos cavaleiros orientais, das teias sociais que os ligavam, a proposta focou-se numa história sobre o projeto político desse grupo. O que pretendiam quando entraram na Cisplatina em 1825: a independência absoluta, a reconstrução do Vice-reino da Prata ou apenas uma redefinição nas relações com o império, agora brasileiro.

Esta foi a última proposta a ser abandonada e jogou definitivamente por terra o projeto de discutir especificamente os *Trienta y Tres* que, naquele momento, além das dúvidas numéricas, somava-se outra: a legitimidade em identificá-los enquanto grupo. Esta conclusão eu devo especialmente ao professor Luís Edmundo de S. Moraes que indicou a leitura de Fredrik Barth,<sup>2</sup> a partir do qual comecei entender a fragilidade em pensar num projeto para esse grupo. Na melhor das hipóteses existiram vários projetos, o que talvez explicasse as constantes divergências entre os principais líderes do exército oriental de 1825 – Juan Lavalleja e Fructuoso Rivera.

Mas ainda sim não seria possível identificar os projetos desse grupo, pois as cartas que eu tinha disponíveis eram essencialmente de Lavalleja e algumas de Rivera ou de militares orientais. O que pensavam os outros trinta e dois *cavalleros* eu não fazia a menor

---

<sup>2</sup> Philippe POUTIGNAT. Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

ideia. O que realmente seria difícil descobrir já que entre eles havia, sem dúvida, uma hierarquia social e, neste sentido, como seria comum na cultura política do período, os indivíduos de menor importância na escala social, como os ex-escravos e os militares de baixa patente, não devem ter participado ativamente da condução do projeto de contestação da Banda Oriental. Chegar-se-ia assim, no máximo, ao projeto de Lavalleja em 1825, que também não seria o mesmo de 1828. Entretanto, a documentação também não deu grandes pistas para entender a real dimensão dos objetivos em jogo na época.

Outras questões foram incorporadas a essa análise, nem todas se tornaram viáveis. A mais cara à pesquisa seria identificar os laços estabelecidos entre figuras importantes do Rio Grande do Sul com grupos orientais ou com os de Buenos Aires. A ideia partiu de indícios encontrados em cartas de Rivera que sugerem apoio gaúcho à guerra de independência. Entretanto, a visita aos arquivos de Porto Alegre não deram informações suficientes para rastrear essa relação. O objetivo era verificar como o discurso empregado pelos grupos orientais, para além de um discurso de valorização da herança cultural hispânica, também fez uso de supostos laços platinos entre os habitantes dos dois lados da Banda.

Os arquivos estrangeiros geraram mudanças inclusive na tipologia das fontes, que inicialmente abarcava somente documentações manuscritas. O grande número de periódicos encontrados na viagem associado aos vazios que as massivas não respondiam tornou os jornais uma fonte privilegiada, assumindo uma relevância cada vez maior na discussão ao ponto dos capítulos correspondente ao Império brasileiro e as Províncias Unidas fazerem uso unicamente deste tipo de fonte. Certamente, a inclusão dos periódicos e a manutenção das cartas, isto é, a diferença entre os tipos de documentação empregados na dissertação, passou a gerar algumas preocupações, na medida em que essa variedade levaria ao questionamento sobre a efetividade das respostas diante de documentos que travam discussões com finalidades e objetivos diversos,— o que espero resolver definindo as especificidades dos dois tipos de fontes<sup>3</sup>.

Ainda se filiando à hipótese inicial, que priorizava o viés cultural para entender a não efetivação do domínio do território, pareceu adequado frisar as formas de exercício do poder para além do Estado, que de maneira nenhuma se dissociavam integralmente dele; mais ainda, a força e as condições de possibilidades de um poder que ultrapassa o Estado. Intencionava-se assim mostrar a incapacidade do Império brasileiro de controlar esses micropoderes, como poderia ser interpretado o grupo liderado por Juan Antonio Lavalleja. Com isso, presumimos que o universo cultural e as teias de poder herdadas da Espanha, bem como as criadas pela elite *criolla* não foram dissolvidas ou “domadas”, deixaram um espaço maior para contestação e alianças com os vizinhos de Buenos Aires.

Frustradas essas propostas, a hipótese de trabalho definitiva visa perceber

---

<sup>3</sup> Ainda sobre a metodologia para análise das fontes, todos os textos referentes ao manuseio dos periódicos foram cedidos pelo professor Marcello Basile.

como o discurso político durante a Guerra Cisplatina se apropriou de elementos culturais para justificar o conflito bélico, tanto por parte do Império brasileiro, como pelas Províncias Unidas do Rio da Prata ou pela Banda Oriental.<sup>4</sup>

O escopo desta dissertação é produzir uma história em comum acerca da região platina, levando em consideração a impossibilidade de se construir uma história sobre a formação do Estado brasileiro, argentino ou uruguaio sem compreender a relação que cada um destes territórios empreendeu no passado com seus vizinhos, mais ainda, como as realidades históricas de cada uma destas unidades interferiram ou dialogaram umas com as outras. Desta forma, a abordagem será a diferença primordial deste trabalho em relação aos demais estudos sobre o tema: pensar a Guerra Cisplatina<sup>5</sup> não pela óptica de um determinado Estado, mas a partir da crítica às motivações, ao contexto e ao discurso de cada um dos atores. Dito de outra forma, o trabalho pretende debater a disputa no Prata tendo como horizonte documental e historiográfico os três envolvidos no conflito armado. Isto porque as relações sociais e culturas estabelecidas entre Brasil, Argentina e Uruguai, bem como os conflitos travados entres estes países pode contribuir para o entendimento de suas próprias histórias nacionais e evitar construções maniqueístas acerca da Guerra Cisplatina.

Neste sentido, este trabalho pretende evidenciar que as diversas versões dadas por estes países para o conflito correspondem também à história de luta de múltiplas soberanias que buscaram afirmar sua hegemonia. Assim, quando se fala da constituição destes Estados está em jogo um longo processo de emergência e de fracasso de distintas soberanias que vão forjando uma coerência nas suas diferentes unidades territoriais, posteriormente com pretensões nacionais.

Com isso, serão utilizados essencialmente dois tipos documentação – periódicos e cartas – para tentar identificar o discurso político de que fizeram uso os grupos de poder destes territórios na tentativa de legitimar sua autoridade. Essas novas soberanias de 1820 tentaram construir suas justificativas tendo como horizonte argumentos de caráter

---

<sup>4</sup> O texto final contou com as críticas e correções da professora Adriana Barreto de Souza e do professor Marcelo da Rocha Wanderley.

<sup>5</sup> Segundo Roderick C. Ogley, citando Anatol Rapoport, a guerra seria o embate violento entre células sociais devidamente estabelecidas. Rapoport identifica três tipos de abordagens para o estudo da guerra: a política, a escatológica e a cataclísmica. A perspectiva política tem como aporte teórico as análises de Clausewitz e define a guerra como um modo de coerção, ou seja, uma ação violenta na qual os lados envolvidos no conflito buscam impor sua vontade sobre o adversário. Na visão escatológica, a guerra possui uma função última, isto é, a guerra seria o desdobramento de um acontecimento importante, por exemplo: o fim do capitalismo ou do nazismo. Neste sentido, o conflito bélico guardaria uma finalidade agindo fatalmente enquanto motor da história. Já na concepção cataclísmica que, segundo o autor, foi a que melhor caracterizou o século XX depois de duas grandes Guerras Mundiais, a guerra é apresentada como uma enorme desgraça para a humanidade, tal qual os desastres naturais ou as doenças endêmicas. Assim, o trabalho compartilhará da opção teórica que analisa a guerra por uma abordagem cataclísmica. Ver: Roderick OGLE. “Guerra”. In: *Dicionário do pensamento social do Século XX*/ editado por William Outhwaite, Tom Bottomore: Jorge Zahar Ed., 1996 e Clemente ANCONA. “Guerra”. In: *Enciclopédia Einaudi Estado-Guerra*. V.14. Imprensa Nacional- Casa da Moeda, 1989.

nacionalista ou pelo menos com propostas de unidade, ainda que só seja possível falar de Estados-nacionais na segunda metade do século XIX, porém o universo de referência de que se apropriam, na maioria das vezes, está enraizado no passado das comunidades naturais que os precederam. Dito de outra forma, essas comunidades naturais eram corpos periféricos ao poder do rei e de sua burocracia formadas por comunidades locais anteriores a construção do Estado – que eram igualmente as pátrias naturais de seus habitantes – as quais depois de um conflituoso processo de expansão estatal tiveram suas identidades locais substituídas por um sentimento de pertença supostamente coeso, arcabouço para construção da nação.

Assim, identificar os argumentos utilizados na documentação dos três beligerantes para legitimar sua postura militar pode contribuir na tarefa de perceber com que universo de referências dialogaram esses grupos humanos. Neste sentido, o próprio passado foi fonte privilegiada para justificar o direito à ocupação do território, aparentemente o mesmo passado que tantas vezes precisaram negar no intuito de justificar sua independência.

Em termos temporais a dissertação vai abranger especificamente os anos de 1825 a 1828, período em que se estendeu o conflito armado identificado como Guerra Cisplatina ou *Guerra del Brasil*<sup>6</sup>. A escolha da contenda como contexto temporal deve-se ao fato de sua origem estar fundamentalmente ligada a um momento de exacerbação das diferentes concepções políticas em disputa na região, coincidindo também com o início da formação de Estados nacionais platinos.

A região oriental foi palco de intensas disputas durante todo processo de colonização perpassando inclusive o século XIX, após a separação da mãe-pátria. A Banda Oriental do Rio da Prata fez parte do antigo Vice-reino da Prata que começa a se fragmentar já em 1811, como reflexo das guerras napoleônicas que sacudiram a Europa a partir de 1808. Com a prisão da família real espanhola, uma crise de legitimidade espalha-se pelas terras hispano-americanas, levando estes territórios à guerra civil e fazendo retornar às mãos do povo a soberania. Em quanto isso, o caos se estabelece na Espanha e depois de um processo desgastante de abdições entre Carlos IV e Fernando VII, o poder é conferido a Napoleão Bonaparte, que o entrega a seu irmão José Bonaparte; e os reis espanhóis e toda família real são presos<sup>7</sup>. O fosso aberto com a acefalia no governo espanhol dá espaço para uma nova realidade política que as tentativas junteiras expressam muito bem. Mais ainda, para novas personagens disputando o velho poder real.

Aos homens do período, coube se apropriar de antigas tradições políticas para viabilizar e legitimar sua atuação, o que nem sempre foi bem aceito, mas que certamente serviu de base à explosão de soberanias nas colônias americanas. Assim, para ocupar o lugar do rei preso, foi constituída uma Junta Central que declara fidelidade a Fernando VII, que

---

<sup>6</sup> Segundo Cesar Guazzelli, *Guerra del Brasil* é a forma como é conhecido o conflito pelos platinos. Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFRJ, 1997.

<sup>7</sup> Sobre o conturbado contexto desse período e as abdições entre Carlos IV e Fernando VII ver: Francisca L. Nogueira AZEVEDO. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

deveria representar as províncias espanholas na Europa e na América. Porém, esta junta acaba marginalizando a atuação da América espanhola no processo decisório da política peninsular. Antonio Prada em *El movimiento juntero en la España de 1808*<sup>8</sup> destaca que as juntas criadas nas cidades e províncias espanholas tinham o intuito de controlar a situação de anarquia generalizada, com a explosão espontânea de motins e revoltas.

Na América, as notícias sobre os acontecimentos na Espanha foram, na maioria das vezes, desconstruídas e retardadas, mas apesar disso houve um esforço quase unânime em apoiar Fernando VII, respeitando o esforço juntero espanhol. Entretanto, a dinâmica política imposta na América começou a delinear outra realidade, geradora do ano de 1810. Assim, o movimento juntero, já forte desde 1808, ganha um caráter insurgente nas colônias, começando com Buenos Aires em 22 de maio e seguida por Caracas. Em 25 de maio é a vez do Alto Peru, principalmente Quito. Em 20 de junho, Nova Granada e, em 16 de setembro, inicia-se uma revolta de cunho popular na Nova Espanha, nesse mesmo mês, no dia 18, no Chile. A estratégia adotada na América era muito similar a da península, pois próxima também eram as condições político-sociais entre ambas. As Juntas americanas se declaravam como “*Defensoras dos Direitos de Fernando VII*”, não reconhecendo na regência um poder legítimo.

A formação das Juntas Governativas e a crise de legitimidade desencadeada com a prisão da família real espanhola colocaram no centro da discussão a ideia de soberania dos povos, pois, diante da impossibilidade do rei governar seus súditos, questionava-se a quem de fato pertencia o poder. Nesse momento, as juntas recuperaram argumentos pactistas fundados ora na neoescolástica espanhola, ora na teoria de soberania dos povos ou nas leis medievais, pontuando, em todos os casos, a reciprocidade dos vínculos entre o rei e o seu reino.

No Prata a Revolução de Maio de 1810 balança a capital do antigo vice-reino e dá início a sua derrocada. O Paraguai declara-se independente de Buenos Aires, enquanto os orientais se mantêm fiéis ao rei cativo renegando uma associação com as Províncias Unidas. Como resposta, Buenos Aires envia um general, Artigas, para recuperar seu suposto domínio, porém encontra resistência no governador Francisco Xavier Elío que pede ajuda ao exército português.

Começa então o embate pela Cisplatina, que teve como atores políticos os grupos das Províncias Unidas do Rio da Prata e os luso-brasileiros, numa disputa não só pelo território, mas pela cooptação do povo oriental que vai gradativamente construindo sua soberania e alternando apoio aos dois vizinhos. O povo oriental e seus grupos de poder transitaram entre os dois lados, quase sempre em posições divergentes. Em 1811 o povo oriental seguia Artigas e seus projetos de união com as regiões interioranas das Províncias Unidas e de redistribuição de terras enquanto as elites montevidéas, temendo o artiguismo, clamavam ajuda pela defesa da ordem, inclusive do príncipe regente português – D. João –

---

<sup>8</sup> Antonio Moliner PRADA. “El movimiento juntero en la España de 1808”. IN:CHUST, Manuel (coord). *La eclosión juntera em el Mundo Hispano*. México: FCE, 2008.

agora em terras brasílicas, tudo isso diante do apoio portenho que não concorda com as posições federativas do chefe oriental.

As divergências entre os orientais e as Províncias Unidas foram oportunamente utilizadas por d. João, mas, na verdade, os interesses portugueses nas províncias platinas começam a se delinear em concomitância com o próprio processo de civilização e ocupação das novas terras. Já em 1530, Martim Afonso, em sua expedição colonizadora, pretendeu fundar uma colônia às margens do Rio da Prata. A coação do governo espanhol frustra as pretensões portuguesas e obriga o navegador a desviar sua rota, o que leva à fundação da Vila de São Vicente, no litoral paulista, espaço situado acima da região desejada<sup>9</sup>. O governo espanhol, em 1534, destaca uma expedição para a região do Rio da Prata. Entretanto, sob a alegação de uma suposta fronteira natural, os portugueses permanecem dispostos a estender seus limites. Com a ascensão ao trono do rei D. Pedro II (1667-1705) é fundada a Colônia de Sacramento. Desta forma, expande-se, no século XVII, para as novas terras, a velha rivalidade ibérica. No século XIX, as contradições entre os interesses portugueses e espanhóis aumentam em razão da ascensão napoleônica ao trono francês, como já mencionado. O soberano português não cumpre as determinações de Napoleão, restando-lhe apenas a opção de vir, sobre a proteção da Inglaterra, para sua colônia na América.

A chegada da família real portuguesa ao Brasil complicou ainda mais a situação no Prata, pois uma intervenção da coroa portuguesa na região já era esperada pelos súditos do cativo rei espanhol. Não tardou as primeiras demonstrações de D. João em expandir seus domínios na América. Em cartas trocadas entre o ministro britânico Lord Strangford e Rodrigo de Souza Coutinho<sup>10</sup> percebe-se o temor do governo português diante dos objetivos da França em relação aos territórios da coroa espanhola no Prata, o que exigia uma iniciativa imediata, no caso, a ocupação dos territórios circunvizinhos ao Rio da Prata.

O mesmo Rodrigo de Souza Coutinho, em 13 de março de 1808, emite uma advertência ao Cabildo de Buenos Aires apontando a proximidade entre as duas regiões e exigindo obediência da capital do vice-reino ao príncipe regente. Já em 1809, D. João envia o Marechal de Campo Francisco Xavier Curado<sup>11</sup> para Buenos Aires com a desculpa de estabelecer acordos comerciais, mas o objetivo principal era buscar informações precisas sobre a situação política na região. A resposta, porém, veio depois em carta do cabildo de Buenos Aires ao conde de Linhares na qual era reafirmada a fidelidade dos territórios do vice-reino ao rei espanhol.

Entretanto, dom João não era o único membro da família real portuguesa

---

<sup>9</sup> Sobre a genealogia dos interesses portugueses nessa região ver: Francisca L. Nogueira AZEVEDO. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Cap 2 e 3,

<sup>10</sup> Rodrigo Domingos de Souza Coutinho (Chaves- Portugal, 1745- Rio de Janeiro, 1812) foi militar e político português.

<sup>11</sup> Francisco Xavier Curado ou conde de Linhares (Pirenópolis-Goiás, 1726- Rio de Janeiro, 1830) foi militar e político brasileiro.

interessado no território hispânico. Dona Carlota Joaquina<sup>12</sup>, esposa de D. João e irmã de Fernando VII, planejava tomar o lugar do irmão, ainda que o casamento tenha eliminado seus direitos dinásticos. A princesa empreende negociações com o cabildo de Buenos Aires e com a Junta Central na Espanha para assumir o poder, mas as desconfianças em torno da infanta eram muitas: temia-se que o trono ficasse em mãos portuguesas ou que Carlota estabelecesse uma monarquia absoluta, progressivamente, a princesa perdeu apoios e o sonho de reinar pelos Bourbons. Com a revolução de Maio de 1810 em Buenos Aires, tornava-se, cada vez mais improvável, qualquer tipo de acordo – carlotista ou joanino – entre os territórios hispano-americanos e luso-brasileiros.

O interesse da coroa portuguesa na região era justificado a partir da retórica de fronteira natural,<sup>13</sup> segundo a qual o território brasileiro deveria abarcar a margem setentrional-oriental do Prata, pois formaria assim um limite natural para proteção do país, funcionando como uma fronteira geográfica aos ataques inimigos. Neste sentido, recuperam a lenda de uma unidade territorial do Brasil em que as águas de seus dois grandes rios, cujas fontes formam um lago unificado, funcionariam como uma barreira natural. Para Oliveira Lima,<sup>14</sup> a posição do príncipe regente diante de suas fronteiras norte e sul demonstra uma política imperialista da casa de Bragança que estabeleceu seu ideal expansionista logo após o desembarque no Rio de Janeiro.

Para justificar seus objetivos de expandir o território, o príncipe utilizou dois argumentos. O primeiro deles foi o medo da anarquia<sup>15</sup> das colônias espanholas; ele se remete aos discursos civilizatórios alardeados pelo Brasil<sup>16</sup>, o qual se arrogava à responsabilidade de manter a ordem na região, porquanto, isso seria a única monarquia em meio às emergentes “republichetas”<sup>17</sup>, símbolo do bárbaro. O país temia que a revolução chegasse até as terras do

---

<sup>12</sup> Para uma explicação detalhada sobre os planos carlotistas no Prata, bem como a interferência inglesa neste contexto. Ver: Francisca L. Nogueira AZEVEDO. *Op.cit.*

<sup>13</sup> Para Demétrio Magnoli, a origem do conceito de fronteira natural “remonta a Hugo Grotius (1583-1645) e Emmerich de Vattel (1714-1767). Mas foi no século XVIII, especialmente na França, que ela adquiriu funcionalidade diplomática e tornou-se fonte de legitimação do estabelecimento territorial dos Estados contemporâneos.” Demétrio MAGNOLI. “O Estado em busca do seu território”. In.: Jancsó, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003. p. 295. Ver também: Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997 e Antonio Carlos Robert MORAES. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume, 2005.

<sup>14</sup> Oliveira LIMA. *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

<sup>15</sup> O termo *anarquia* é utilizado diversas vezes nas fontes manuscritas, certamente possui um caráter pejorativo, visa desqualificar a política e o sistema de governo implantado nas ex-colônias espanholas. Sobre esse assunto ver: Gabriela Nunes FERREIRA. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo. Editora Hucitec, 2006. p.19.

<sup>16</sup> A diplomacia brasileira produziu uma larga discussão sobre a suposta superioridade do Império brasileiro, diante das repúblicas platinas. Ver: J.A. SOARES DE SOUZA “O Brasil e o Prata até 1828”. In: *História Geral da Civilização brasileira. O Brasil Monárquico*. São Paulo. Difusão européia do Livro, 1970.

<sup>17</sup> O termo *republichetas* tem um viés pernicioso, visa deslegitimar o sistema republicano instaurado a partir de

Império português, sobretudo, com a ameaça de uma radicalização das revoluções, tendo em vista o caráter jacobino do *Plano Político Secreto*<sup>18</sup> de Mariano Moreno, um dos líderes do movimento portenho de 1810.

O segundo, englobado no anterior, foi o sistema político republicano. A república ainda causava calafrios nos soberanos europeus, afinal não estavam tão distantes os tempos da Revolução Francesa e de suas cabeças cortadas. Uma república que ironicamente o historiador Oliveira Lima define como um espectro a rondar D. João. Esses foram os elementos discursivos acionados pelo príncipe regente ainda nos tempos do reino luso-brasileiro. A surpresa, porém, fica a cargo da semelhança destas narrativas com outra, a do Brasil independente.

No ano de 1821, a Banda oriental é anexada aos domínios do Reino de Portugal, Brasil e Algarves sobre o nome de Cisplatina, referente à posição geográfica da região. A decisão contou com o apoio de boa parte do cabildo de Montevideú, mas de acordo com a historiografia uruguaia, ele sofreu o repúdio da população em geral, ainda fiel ao general Artigas.

Feita a Independência do Brasil, cabia agora a D. Pedro dar coerência ao Império brasileiro que, apesar do nome pomposo, mantinha os mesmos problemas com alguns agravantes, já que a invenção da nação brasileira, após 1822, vinha permeada pela necessidade de legitimação da unidade territorial. Segundo Demétrio Magnoli<sup>19</sup>, a transição que se inicia com a independência, isto é, a ruptura com Portugal, coloca em cheque a legitimidade da soberania territorial no país, pois, na sua condição anterior, a região fazia parte do conjunto que compunha o Império luso, o que perde o significado após o grito do Ipiranga.

Com a independência, inicia-se uma disputa entre a coroa portuguesa e o recém-fundado Império brasileiro pelos domínios territoriais. As brigas seguem até 18 de novembro de 1823, com a vitória do Brasil. Na Cisplatina, o processo de independência também vai ocasionar no ano seguinte uma crise de legitimidade, pois com a separação luso-brasileira parte da elite de Montevideú, já descontente com o governado Lecor, começa a questionar os termos da anexação de 1821, afinal o território faria parte do Império luso e não do brasileiro. Neste momento parece convergir o descontentamento da população e da elite oriental o que abre espaço para a primeira tentativa de ruptura contra os brasileiros, liderada por Juan Antonio Lavalleja e com a colaboração portenha e do cabildo de Montevideú. A luta deixou ainda mais clara a resistência interna por parte dos grupos da Banda Oriental a ocupação brasileira, além de reavivar os protestos de Buenos Aires contra a anexação. Esse é o quadro político herdado por D. Pedro I que, além de “inventar” a nação brasileira, precisava

---

1810 nos países latinos.

<sup>18</sup> Arquivo General de la Nación em Buenos Aires. Foi um plano de independência escrito por Moreno, inspirado em Rousseau.

<sup>19</sup> Demétrio MAGNOLI. “O Estado em busca do seu território”. *Op. cit.*

patentear seu invento diante de uma América republicana e do mundo europeu.

Contudo, fracassada essa primeira tentativa de libertação, o líder Lavalleja retorna à Buenos Aires onde continua suas atividades para angariar fundos e apoio para o projeto de libertação oriental. Enquanto na Banda, Lecor reformula o cabildo de Montevideu com aliados o que não impede uma nova invasão dois anos depois, também sobre a liderança de Lavalleja. Lavalleja e seus homens ficaram conhecidos como os *Trienta y tres Caballeros Orientales* e em 19 de abril de 1825 desembarcam em território oriental dando início a Guerra Cisplatina.

Sobre a emancipação brasileira, a historiografia contemporânea afirma o caráter conservador no qual se estabeleceu as bases do Brasil independente. Para José Murilo de Carvalho,<sup>20</sup> a independência ocorreu de forma negociada entre os grupos políticos brasileiros e a coroa portuguesa, com o auspício da Inglaterra, e como uma resposta bastante hesitante por parte da colônia às tentativas recolonizadoras das cortes portuguesas.

O fato é que com a independência, a questão Cisplatina tornou-se um problema vinculado à própria construção do Império e à consolidação do Estado brasileiro, o qual, mais que antes, precisou resignificar os laços de pertença e criar uma nova identidade sobre os velhos emblemas lusos. Tarefa árdua que colocou aos grupos políticos imperiais uma série de possíveis projetos: limitados pelas particularidades históricas do país. A esses grupos cabia decidir entre uma monarquia ou uma república, um modelo unitário ou federalista, a unidade territorial ou a fragmentação. Venceu a monarquia de viés unitário, sendo a unidade territorial fator privilegiado para o entendimento dos vitoriosos, o que não significou uma natural adesão a tais escolhas.

As diferenças econômicas e históricas entre as diversas regiões e os interesses dos grupos locais geraram críticas ao modelo implantado, o que dificultou a unificação em torno de um mesmo projeto. Projeto esse que também abarcou a Guerra Cisplatina, já que o discurso de legitimação da guerra perpassou por todos os pontos da empreitada nacional e representou as opções pós-independência, ao que se refere às relações com a região platina.

A nova política no Prata conservou elementos de continuidade e de ruptura. As permanências dos tempos de D. João VI<sup>21</sup>, pautados no destino histórico da terra de Santa Cruz, muitas vezes foram exacerbadas, como se uma política fosse a repetição da outra.

---

<sup>20</sup> José Murilo CARVALHO. *Cidadania no Brasil. O longo caminho*. 3ªed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. Lima, ao se referir a separação entre Brasil e Portugal, fala de um desquite amigável, frisando a ideia de uma emancipação negociada. Oliveira LIMA. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>21</sup> O livro de Manuel Bomfim destaca que não houve mudanças significativas com a independência, mais ainda, vê na figura de D. Pedro I um continuador da política de D. João VI, desejoso em manter uma união entre Portugal e Brasil, pois, segundo Bomfim, a relação entre D. Pedro para com o pai, era de súdito, também frisa ações do imperador do Brasil, as quais julga como afronta a própria nacionalidade do país. Manuel BONFIM. *O Brasil nação. Realidade da Soberania Brasileira-2º*.ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

Quanto às rupturas<sup>22</sup>, após a independência, incluía a inserção do nacional que precisava vir associado de medidas práticas viabilizando assim o Brasil civilizado, seja por meio da invenção dos mitos nacionais ou, no caso extremo, da Guerra.<sup>23</sup> A construção desses símbolos, muitas vezes, deu-se a partir da negação do outro, do repúdio à desordem platina, às repúblicas anárquicas e da reafirmação da grandiosidade brasileira que passava, inexoravelmente, pela formação territorial.

Assim, mesmo que o Brasil do início da década de 1820 não soubesse o que desejava ser, o certo é que as elites imperiais não queriam para si o mesmo destino das ex-colônias espanholas. Desta forma, coube a essas elites desenhar um futuro promissor para a essa coletividade por meio do fabrico de utopias.

A Guerra Cisplatina, nesse contexto, pode ser considerada o ponto máximo de uma política de edificação e afirmação do Brasil não só no continente sul-americano, mas também no europeu<sup>24</sup>. Mais ainda, de asseveração interna na tentativa de manter intacta a unidade política fragilizada com a ressonância, por exemplo, da Revolução Pernambucana de 1817, tributária do imaginário revolucionário francês, ou talvez, com o apoio dado pelas províncias do Pará e da Bahia<sup>25</sup> às Cortes Portuguesas.

Não se tratava simplesmente de manter a geografia colonial. O empreendimento imperial foi muito mais pomposo: refere-se, no dizer de Ilmar Rohloff de Mattos<sup>26</sup>, a uma “expansão para dentro”, isto é, o Estado imperial era o responsável por amalgamar o Império do Brasil e a Nação brasileira, pois, naquele momento o território era a nação e a nação necessitava de cidadãos. Essa tríade não foi prerrogativa brasileira, mas uma constante durante o século XIX na América Latina. É exatamente o choque entre esses projetos políticos o principal fator para a eclosão da Guerra Cisplatina que, se não foi o ensaio, pelo menos montou o palco para os desenlaces da segunda metade do século.

A movimentação no Prata colocava outro problema para D. Pedro I – a

---

<sup>22</sup> Ilmar Rohloff MATTOS. *Construtores e herdeiros. A trama dos interesses na construção da unidade política*. Almanack Braziliense (Online), São Paulo, v. 1, n. 1, p. 8-26, 2005. O autor define a política imperial como uma mistura entre elementos de continuidade e de ruptura, assim as personagens que emergiriam deste contextos seriam ao mesmo tempo herdeiros e construtores. Herdeiros da tradição portuguesa e construtores de uma nova realidade. No mesmo número do Almanack Brasiliense é possível citas os textos de Wilmar Peres Costa “O Império do Brasil” e o de Cecília Oliveira “Heranças criadas”, ambos discutem e aprofundam o texto de Ilmar Mattos.

<sup>23</sup> A guerra como elemento facilitador na formação do Estado é trabalhado por: Charles TILLY. *Coerção, capital e estados europeu: 900-1992* São Paulo:Edusp, 1996 .

<sup>24</sup> Sobre as questões diplomáticas para assegurar a independência, é possível citar o capítulo XX “Primeiros trabalhos diplomáticos na Europa” de: Oliveira LIMA. *O movimento de Independência 1821-1822*. *Op.cit.* Nesse capítulo, Lima fala das negociações para viabilizar a independência do Brasil, os interesses ingleses e da Santa Aliança, para esta última, o Brasil, representava a sobrevivência do ideal monárquico europeu, sendo desta forma uma ponte entre o velho e o novo mundo.

<sup>25</sup> Segundo Oliveira Lima muitos portugueses esperavam partir da Bahia a reconquista colonial; a mesma que os meios parlamentares e administrativos não conseguiram levar a cabo. Oliveira LIMA. *Op.cit.*

<sup>26</sup> Ilmar Rohloff MATTOS. *Op.cit.* p.23

dicotomia de sua política – , pois, se ao sul, com base numa retórica de fronteira natural, a anexação da Cisplatina e a navegabilidade dos rios era um direito inalienável, segundo o governo imperial, ao norte, o Brasil não abria mão dos territórios acima do rio Amazonas nem tampouco dos privilégios de navegação da bacia Amazônica. Questões que certamente se tornaram mais complexas a partir de 1840 em razão dos conflitos entre Estados Unidos e México e da aplicação da Doutrina Monroe<sup>27</sup>, bem como das críticas acerca da navegabilidade do Rio Paraguai por parte dos governos do Paraguai e da Argentina.<sup>28</sup>

A postura do Brasil rendeu longas discussões diplomáticas e várias acusações por parte de seus vizinhos temerosos pela sua ação imperialista, a mesma que, do lado brasileiro, era quase uma exigência tendo em vista o perigo representado pelas repúblicas platinas. Desta forma, era imprescindível ao governo uma ação enérgica na região.<sup>29</sup> Assim, é possível perceber as particularidades do contexto da eclosão da guerra, mas sem encaixar a contenda no universo político do Primeiro Reinado – como se fosse resultado único deste. O conflito na verdade está alicerçado no início do século: o que mudou em parte foi o discurso, para uma briga que já era velha. Desta forma, a Guerra no Prata nasce a partir de uma fala muito semelhante à da década de 1810, mais uma vez sob a égide da civilização o Império se arroga à responsabilidade pela manutenção da ordem na América, já que seria a única monarquia em meio as repúblicas platinas, símbolo do bárbaro. O país temia que a revolução chegasse até suas terras.<sup>30</sup>

Assim, o trabalho pretende entender a cultura política estabelecida entre os países em conflito e as condições históricas que moldam o diálogo entre eles, não de forma determinante, mas como fator elucidativo dos discursos produzidos pelos atores sociais, tendo como recorte temporal a guerra.

O trabalho também ajudará a perceber como a guerra e as questões políticas que esta suscita se juntaram a outros elementos; como antiga rivalidade entre os grupos de poder da região platina ou a formação de diversos poderes locais, para tecer o complexo contexto em que se deu a formação do Estado uruguaio. Neste sentido, mais do que atribuir a

---

<sup>27</sup> Já no início do século XIX os governos dos Estados Unidos demonstram a intenção de colocar o continente americano sob sua zona de influência. Em 1823, o presidente James Monroe, afirma essa política anunciando seus propósitos de impedir que qualquer nação europeia estabeleça colônias ou interfira na política continental, tendo como lema a ideia de “América para os americanos”.

<sup>28</sup> Sobre os conflitos relacionados a demarcação de fronteiras ver: Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

<sup>29</sup> Wilma Peres COSTA. *A espada de Dâmocles. O exército, a guerra do Paraguai e a crise do império*. Editora Hucitec Editora da Unicamp. São Paulo, 1996. Segundo a autora, a própria continuidade da monarquia dependia de sua condição imperial ou imperialista.

<sup>30</sup> No documento intitulado *Novella política e sentimental descrição de factos dos tempos da Revolução e Campanha Oriental e da Colônia de Sacramento 1810-1823*, de autoria desconhecida, localizado na Biblioteca Nacional seção de manuscritos. Loc: I-28,24,9, faz constante menção sobre a política do Brasil na região, a qual, segundo o texto, estava trazendo a revolução das colônias ex-espanholas para dentro do seu território.

criação desse Estado às articulações de uma determinada nação, se pretende apontar as culturas políticas – a formação de diferentes soberanias dentro da Banda Oriental – com que os orientais puderam dialogar.

Para essa tarefa se fará uso de um conjunto documental composto majoritariamente de cartas intituladas *Memorias de la expedicion de los 33, al mando del general D. Juan Antonio Lavalleja, para expulsar a los portugueses de la banda Oriental*<sup>31</sup> produzidas pelo líder da expedição oriental e remetidas ao povo, à generais ou aos soldados. Nessas missivas fica perceptível um discurso de crítica ao governo luso-brasileiro, sustentado na constante deslegitimação da presença do Brasil no Prata.

A documentação pertence à Coleção de Angelis da Biblioteca Nacional, com impressão em Buenos Aires, e foi adquirida em 1853. Segundo Américo Jacobina Lacombe, é desconhecida a forma como Pietro de Angelis<sup>32</sup> reuniu essa documentação. Para alguns ele teria retirado dos arquivos de Buenos Aires, sem autorização.

Outro conjunto documental relevante é o arquivo *Juan Antonio Lavalleja* que reúne cartas enviadas ao General Lavalleja pelo Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata ou por seus aliados, principalmente, Pedro Trapani. O arquivo *Juan Antonio Lavalleja*<sup>33</sup> faz parte do acervo do Archivo General de la Nación, no Uruguai. A documentação é uma compilação de documentos. Ao todo são sete tomos, mas a este trabalho só interessam os livros 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, por se referirem ao período estudado<sup>34</sup>.

O arquivo de *Juan Antonio Lavalleja* dá algumas pistas de como a posição política oriental vai sofrendo alterações. E o projeto de incorporação às Províncias Unidas é gradativamente abandonado em nome de uma independência absoluta da região. As cartas de Trapani ao general Lavalleja ainda deixam entrever como a diplomacia inglesa participa de tal mudança, bem como de todas as tentativas desta em servir como intermediária no

---

<sup>31</sup> *Memorias de la expedicion de los 33, al mando do general D. Juan Antonio Lavalleja, para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, seção de manuscritos. Loc: 16, 3,4. Disponível também: BIBIOTECA NACIONAL. Anais. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. v: 88, 1968.

<sup>32</sup> Pietro de Angelis (Itália, 1784- Buenos Aires, 1859) historiador. Angelis esteve no exército napoleônico de Nápoles, chegando a capitão de artilharia, mas destacou-se por seus conhecimentos em história, filosofia e línguas o que lhe rendeu uma cátedra no colégio militar. Também atuou como professor particular dos filhos de Joaquín Murat e Carolina Bonaparte, na ocasião reis de Nápoles. Sobre o reinado de Murat foi designado enviado diplomático à corte da Rússia. Com a queda de Napoleão perdeu seus cargos e sem aliados políticos mudou-se para Paris onde conheceu Rivadavia. Rivadavia pretendia transforma as Províncias Unidas num foco cultural e contratou Angelis para cirar e dirigir dois periódicos. Assim, Angelis viaja para Argentina onde publicou os periódicos *Crónica política y literaria de Buenos Aires*, em 1827 e *El Lucero*, em 1829. Foi considerado um dos primeiros historiadores argentinos com importante atuação na recopilação e publicação de documentos sobre a história da argentina.

<sup>33</sup> Archivo General de la nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideo, 1966.

<sup>34</sup> Os livros 47 e 48 não foram consultados, pois estes se encontram fechados ao público para restauração.

estabelecimento da paz.

Aliado às cartas, serão utilizados periódicos das duas outras regiões envolvidas na guerra. Do lado argentino os jornais escolhidos são *El Argo de Buenos Aires*<sup>35</sup>, *Mensagero Argentino*<sup>36</sup> e *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*<sup>37</sup>. Já para o Brasil os jornais selecionados são *Atalaia da Liberdade*, *Diário Fluminense*, *Gazeta do Brasil*, *O Spectador brasileiro: diario político, literario e comercial*; *O Verdadeiro Liberal: periodico politico litterario*.

Por sua vez, para compreender a matriz conceitual deste estudo é necessário delimitar a acepção de alguns conceitos como cultura política, território, fronteira, linguagem política e soberania.

O conceito de cultura política ajudará a entender o universo político com o qual os orientais dialogaram, ou melhor, as culturas políticas que disputaram uma hegemonia na região: tanto as impostas por seus vizinhos quanto as em luta internamente; todas buscando a supremacia simbólica e efetiva do espaço. Assim, como a cultura política assenta-se e regula invariavelmente no âmago do jogo de poder, já que o político guarda em si uma dimensão cultural e seu funcionamento está relacionado, em última medida, ao modo como as pessoas marcam politicamente as situações, é possível afirmar que Banda Oriental, enquanto ambiente historicamente marcado por acirradas disputas em torno do poder, foi igualmente lugar de conflito de culturas políticas concorrentes.

A cultura política pode ser definida como um código de significações que viabiliza a leitura do universo de acepções de um grupo social. Para Ângela de Castro Gomes é “*um sistema de representações complexo e heterogêneo, mas capaz de permitir a compreensão dos sentidos que um determinado grupo (cujo tamanho pode variar) atribui a uma dada realidade social, em determinado momento do tempo*”.<sup>38</sup> Com isso, torna-se plausível a construção de uma visão de mundo peculiar, capaz de indicar possibilidades que atuem na conduta dos atores sociais, proporcionando ao acontecimento político uma perspectiva de longa duração, a qual articula: “*de maneira mais ou menos tensa, idéias, valores, crenças, símbolos, ritos, mitos, ideologias, vocabulários etc.*”<sup>39</sup> Ainda segundo Gomes, o conceito de cultura política torna viável a análise dos agentes sociais, pois torna viável explicações acerca das opções políticas dos indivíduos tanto individualmente quanto coletivamente, dando destaque as suas representações, experiências, sentimentos, imaginação ou linguagem.

---

<sup>35</sup> Localização: Biblioteca Nacional da Argentina, seção de microfilmes. *El Argo de Buenos Aires*. 1825

<sup>36</sup> Localização: Biblioteca Nacional da Argentina, seção de Tesouros. *Mensagero Argentino*- Rolo 10 10

<sup>37</sup> Localização: Biblioteca Nacional da Brasil, seção de periódicos. *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827.

<sup>38</sup> Ângela de Castro GOMES. “Cultura política: História e Historiografia.”. In: *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005. p.31.

<sup>39</sup> *Ibid.*, p.32.

Como método, entender as culturas políticas no Prata ajudará a explicar as opções discursivas dos três grupos de poder trabalhados nesta dissertação – o Império do Brasil, as Províncias Unidas e os orientais. Isto porque, o discurso do qual esses grupos fazem uso, emerge das culturas políticas com as quais dialogam e só possuem vigor e força de ação na sociedade que lhe é contemporânea, pois compartilham as mesmas referências. Sendo assim, o discurso político oriental ou das Províncias Unidas de justificar uma união entre ambas baseado no passado histórico que compartilharam, por exemplo, encontra legitimidade nos valores, nas crenças e nos vocabulários comuns e que tornam esse material simbólico e inteligível aos atores sociais. E se as palavras deflagram a ação,<sup>40</sup> o que as elites concorrentes platinas fizeram foi criar um discurso capaz de justificar e embalar a Guerra Cisplatina.

Entretanto, além das disputas em torno do modelo de soberania esteve em questão a posse efetiva do território. Desta forma, com o intuito de esclarecer as teias de poder estabelecidas entre as Províncias Unidas, o Brasil e a região Cisplatina, será importante a análise de alguns autores que discutem a noção de território, pois, só assim, terá sentido pensar no grande valor desses mecanismos para uma efetivação do domínio.

O território pode ser definido como uma área delimitada na qual um indivíduo ou uma coletividade exerce seu poder. Neste sentido, a obra de Claude Raffestin é de suma importância, já que o autor marca a necessidade da ação para formação do território: *“O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar de um espaço, concreta ou abstratamente [...] o ator “territorializa” o “espaço”*<sup>41</sup>. A ocupação do território deixa de ser, com isso, o simples estabelecimento de tratados ou a eleição de marcos naturais ou históricos, passando a depender de atos políticos e administrativos para sua legitimação e, sobretudo, das relações de poder. Isto porque, como salienta Raffestin, o território sustenta-se no espaço, mas não é o mesmo que ele, na verdade, seria uma produção a partir dele e, se toda produção envolve na sua materialização um conjunto de relações, por conseguinte se insere no campo de poder.

Neste sentido, poder e espaço estabelecem uma relação íntima, a qual justifica a própria noção de território. É a mesma definição dada por Moraes, demarcando a vigência da construção política na instituição do território.

O território é, concomitantemente, uma construção militar (um resultado da conquista espacial, que tem de ser reiterada sempre que contestada) e uma construção política (como área de exercício de um poder soberano), mas também uma construção econômica (como suporte de estruturas e atividades produtivas como um mercado e uma construção jurídica (que tem de ser legitimada em fóruns adequados de relacionamento internacional) e ainda

---

<sup>40</sup> Pierre BOURDIEU. O poder simbólico. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

<sup>41</sup> Claude RAFFESTIN. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993 p.143.

uma construção ideológica (que fundamenta uma identidade social de base espacial e uma psicologia coletiva).<sup>42</sup>

Entretanto, Eliseu Savério Sposito<sup>43</sup> vai um pouco além admitindo os aspectos simbólicos da noção de território. A partir de uma visão culturalista, ele alega que a coerência territorial é fruto das apropriações produzidas pelo imaginário coletivo e pelas identidades sociais sobre um dado espaço. Tal afirmação assenta-se eficazmente com a hipótese de trabalho, pois possibilita entender a efetividade em analisar as culturas políticas e as identidades em conflito no Prata como artifício de validação da posse objetiva da Banda Oriental. Ora, seguindo este caminho, parece plausível utilizar o discurso de guerra dos beligerantes entre 1825-1828 e o universo de referências simbólicas de que se apropriaram nestes discursos como mecanismo para consolidação de seus poderes na região.

A questão territorial também desempenha um valoroso papel na legitimação de antigos laços identitários, e na criação de novos. Segundo Demétrio Magnoli a própria limitação do território, no contexto de formação das nações platinas, faz parte de um esforço de legitimação e posterior construção nacional, que se coadunou com a necessidade de fabricar novos laços culturais em substituição aos referenciais antigos, que muitas vezes foram rechaçados e em outras, incorporados ao novo universo de significações retificado pela elite dirigente<sup>44</sup>.

As contendas em torno das fronteiras desempenharam função similar, pois foram os embates acerca das definições espaciais que delinearão, muitas vezes, o relacionamento dos países platinos. A cultura de fronteira marcou os espaços e os discursos nesse período inicial de formação dos Estados, aproximando ou separando projetos.<sup>45</sup>

Por isso, aliado ao significado de território deve vir o conceito de fronteira. Segundo o antropogeógrafo Friedrich Ratzel, a fronteira “*é constituída pelos inumeráveis pontos sobre os quais um movimento orgânico é obrigado a parar*”<sup>46</sup>. À noção cunhada por Ratzel no século XIX, não se somam grandes mudanças a ele. Ele recebe esta crítica por

---

<sup>42</sup> Antonio Carlos Robert MORAES. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2005.p.59.

<sup>43</sup> Eliseu Savério SPOSITO. “Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná”. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

<sup>44</sup> Para Magnoli: “A elaboração de uma 'pátria imaginária' precedeu a consolidação da independência. A geografia funcionava como instrumento para o deslocamento do conteúdo da noção de pátria, que entre os *criollos* já não se associava à Espanha mas à Nova Granada. Os limites administrativos coloniais eram reinterpretados, servindo para configurar uma coletividade social e política e forjar uma identidade nacional. O catecismo patriótico tinha uma nítida referência territorial”. Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. *Op.cit.*p.39.

<sup>45</sup> Sobre a conturbada questão das fronteiras entre Uruguai e Brasil ver: Spencer LEITMAN. Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979. No seu capítulo “Terras de Fronteira”, o autor demonstra a instabilidade e os interesses que se conjugam nessa fronteira, bem como as construções políticas forçadas.

limitar o próprio ser vivo na sua teorização, na medida em que racionalizava a realidade em categorias de natureza animada e inanimada.

O termo fronteira deriva do latim *fronteria* ou *frontaria*, remete a parte do território localizada *in fronte*, nas margens. Na sua origem estava associada a ideia de movimento, de mobilidade, que aos poucos vai se perdendo e, sobretudo, com a emergência dos Estados-nacionais o conceito passa a ser identificado ao que é fixo, sendo assim, “*da fronteira, é preciso dizer que ela constitui mais uma faixa do que uma linha*”<sup>47</sup>, que é fixada de diferentes maneiras por grupos, comunidades, tribos, etnias, povos ou estados com tendência para se isolarem, excluírem, ou simplesmente para se diferenciarem.”<sup>48</sup>

O elemento responsável por moldar a fronteira será sempre uma comunidade, seja ela econômica, religiosa ou política. Em todas objetiva-se transformar uma paisagem natural em uma paisagem cultural num verdadeiro esforço de fazer coincidir as delimitações forjadas por essas comunidades ou Estados com as barreiras linguísticas, culturais e econômicas tradicionalmente estabelecidas.

Entretanto, a inviabilidade em fazer combinar as demarcações inventadas pelos grupos de poder e as realidades culturais historicamente construídas podem acarretar choques. Desta forma, a fronteira geográfica e, principalmente, a cultural aparecem como elemento definidor das relações no Prata, tendo em vista o fato da presença do Império luso-brasileiro na Cisplatina de 1811 a 1825 não conseguir coadunar a expansão territorial com a apropriação do universo cultural e linguístico regional, dando margem à resistência.

Outro conceito que aparecerá constantemente na dissertação é o de linguagem política, pois a linguagem por seu turno deixa transparecer as percepções do mundo político e das apropriações produzidas por seus agentes. Para balizar o conceito de linguagem política dois livros são primordiais. O de John Pocock *Linguagens do Ideário Político*<sup>49</sup>, no qual o autor trabalha o pensamento político na condição de discurso, sem perder de vista o papel de agente dos atores políticos do momento em que este foi produzido e o de Quentin Skinner *As fundações do pensamento político moderno*<sup>50</sup> em que ele analisa o universo mental do qual emergiu o vocabulário político moderno. Os estudos desenvolvidos por Skinner a partir de

---

<sup>46</sup> Marcel RONCAYOLO. “*Cidade*”, “*Região*”, “*Território*”. In: Enciclopedia Einaudi. vol.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.

<sup>47</sup> A menção ao conceito fronteira como linha é, hoje, considerada equivocada, pois seria fruto da abstração não existindo fora do mapa geográfico.

<sup>48</sup> Marcel RONCAYOLO. “*Cidade*”, “*Região*”, “*Território*”.Op.cit.

<sup>49</sup> John.G.A. POCOCK. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. O livro é uma seleção proposta por Sergio Miceli em conjunto com o autor. Os ensaios que compõem a obra teriam sido publicados entre 1976 e 1982 e o foco deste é o pensamento político anglo-americano, sobretudo no XVIII.

<sup>50</sup> Quentin SKINNER. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. O livro publicado em 1978 faz um detalhado estudo acerca das ideologias políticas num período que se estende da Idade Média ao século XVI.

1969 chamam atenção para um erro recorrente até então nas análises de história das ideias políticas: o anacronismo. Skinner alerta para o equívoco de leituras contemporâneas que atribuíam aos autores e obras sentidos que não tinham originalmente, isto é, no contexto em que foram produzidos. O mesmo serviria para a linguagem e as ideias que só seriam entendidas corretamente caso fossem tomadas no interior político-social em que foram produzidas.

No que se refere ao tema de pesquisa, as proposições de Pocock e Skinner ajudaram a pensar ideias e vocábulos que aparecem na documentação dimensionando-os às especificidades históricas do contexto platino entre 1825 a 1828. Por fim, para pensar os projetos políticos em jogo durante o conflito será utilizado o conceito de soberania, como propõe José Carlos Chiaramonte,<sup>51</sup> definido como sociedades de homens que compartilham as mesmas leis, costumes e governo. Durante o longo processo de acefalia de poder e de guerra civil na América hispânica a viabilidade política exigiu a capacidade das lideranças regionais<sup>52</sup> de produzirem uma identificação que fosse inteligível a todos e que preenchesse os vazios deixados com a crise de legitimidade e é exatamente isso que essas diferentes soberanias tentam fazer apoiadas em suas unidades políticas autônomas. Como parte desse processo de definição dos grupos de poder, a Guerra Cisplatina e, sobretudo, o discurso dos envolvidos nela são a própria materialização das divergências entre essas soberanias.

Pelos quatro capítulos que compõem a dissertação passearam inúmeras figuras umas de maior outras de menor relevância para esta análise. Todos poderiam aparecer nas notas de rodapé, mas seria injusto com algumas em razão da importância que tiveram para a história da guerra, ou pelo menos para a história que se contará aqui acerca dessa guerra. Mais ainda, parte desses indivíduos é bem pouco conhecida pela historiografia. Neste sentido, caberá a este tópico da introdução indicar algumas personagens relevantes para a dissertação, apontando elementos de suas trajetórias biográficas – no período que compreende o conflito – bem como a relação que estabeleceram entre si. Entretanto, no que se refere a maioria deles, não foi possível reunir informações suficientes, porém, a maior parte dos dados aqui apresentados foram extraídos dos livros de Fernandez Saldanha<sup>53</sup> e Aníbal Pinto.<sup>54</sup>

---

<sup>51</sup> José Carlos CHIARAMONTE. “Modificaciones del Pacto Imperial. In.:ANNINO, Antonio, GUERRA, François-Xavier (Coord). Inventando la Nación-Iberoamérica siglo XIX. México:FCE, 2003. A mesma opinião é compartilhada por Gabriela Ferreira, para quem “ No Rio da Prata, a 1ª década revolucionária foi de fato marcada pela coexistência conflituosa da soberania das cidades com a tendência dos governos centrais a buscar, para além da independência em relação às autoridades da metrópole, a organização de um Estado que, sob a liderança de Buenos Aires, conformaria uma única soberania rio platense”. Ver: G. N. FERREIRA . O Rio da Prata e a Consolidação do Estado imperial. São Paulo: Hucitec, 2006.

<sup>52</sup> A importância dessas elites locais na produção de uma unidade pode ser mais bem entendida tendo como aporte as discussões em torno do caudilhismo e de seus chefes, agentes centrais no processo de produção dos Estados-nacionais latino-americanos.

<sup>53</sup> J.M. Fernandez SALDANHA. Diccionario Uruguayo de Biografias 1810 -1940. Editorial Amerindia. Montevideo, 1945.

<sup>54</sup> Anibal Barrios PINTOS. Los libertadores de 1825. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

Para começar, o suposto vilão, Fructuoso Rivera. Rivera foi muitas vezes criticado pela historiografia em razão de suas posições políticas que variavam de acordo com a direção do governo no poder. Assim, ele foi do exército de Artigas<sup>55</sup>, mas quando este se viu derrotado por Frederico Lecor, engrossou as fileiras do exército luso na Cisplatina exercendo papel de suma importância durante toda a ocupação. Já em 1825, quando Juan Antonio Lavalleja entra na Banda Oriental, abandona Lecor – agora sob a bandeira do Império brasileiro – e aderi à iniciativa de resistência oriental, o que não dura muito, pois logo demonstra discordâncias com Lavalleja e começa a fazer sua própria guerra.

Tamanha versatilidade política lhe rendeu o título de traidor, tanto pelo lado brasileiro que via na sua iniciativa de abandonar suas funções militares e honorárias concedidas pelo próprio imperador D. Pedro I como um ultraje, quanto por parte da historiografia uruguaia que condena sua adesão ao projeto de Lecor. Entretanto, há quem o absolva e caracterize suas ações como as únicas respostas possíveis diante da complexidade histórica do período em questão.<sup>56</sup> Mais ainda, há até quem o defenda menosprezando as faculdades

---

<sup>55</sup> Jose Gervasio Artigas (1764-1850) foi político e militar Uruguaia. Durante a guerra hispano-portuguesa combateu contra os ingleses no Prata. Nesse mesmo período, iniciou-se no movimento de libertação das colônias espanholas.

<sup>56</sup> Como um exemplo de autor que flexibiliza as ações de Rivera é possível citar o coronel Vázquez, segundo o qual Rivera e os outros orientais que participam da ocupação luso-brasileira nunca deixaram de ser patriotas apesar de aparentarem submissão ao governo de Lecor: “No será necesario el aporte de mayores pruebas ni argumentos para demostrar que el sentimiento patriótico no había desaparecido en aquellos hombres aparentemente sometidos y hasta colaboracionistas; basta con conocerlos y recordar la forma en que poço antes se habían batido junto al Patriarca para tener la seguridad de que hombres así no modifican sus sentimientos por un poco de comodidad”. Juan Antonio VÁZQUEZ. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideo: Centro Militar, 1957.p.33. Muitos dos que defendem Rivera o fazem por considerarem que este sempre se mostrou avesso ao projeto de incorporação da Banda Oriental às Províncias Unidas, diferente de Lavalleja, o que seria uma demonstração de seu amor a pátria: “El General Rivera, con un espíritu patriótico jamás igualado, expuesto sin claudicaciones de ninguna especie em una hora em que algunos de sus compatriotas se inclinaban por la “ANEXION” incondicional de nuestro Estado al territorio de la Republica Argentina, con una visión de la Patria sobrepasó el medio en que actuó”. Joaquín GOLDARACENA. *Cenizas Incandescentes. General Fructuoso Rivera libertador de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideo: Enrique Miguez, 1946. Em contrapartida, não faltam críticas a sua postura e para Vicente Lopez a decisão de Rivera de lutar do lado de Lavalleja foi tomada simplesmente em razão das vitórias conseguidas pelos orientais e das garantias de intervenção portenha na luta: “Convencido de que la causa iba a ser apoyada, al ver los documentos y compromisos, que aquél Le mostro de los personajes más influyentes de Buenos Aires, se pronuncio también; y, traicionando ahora a los brasileños, como antes a los orientales, puso sus fuerzas a lãs ordenes de Lavalleja”. Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.p. 148. Em termos documentais, a imagem de Rivera também suscitou controvérsias. Na documentação brasileira a referência a este sempre o associa como traidor. No *Atalaia da Liberdade* de 1º de março de 1826 há um anúncio no qual se oferece 4 contos de réis para quem trazer sua cabeça. O *Spectador* de 25 de maio de 1825 também não lhe poupa e afirma que: “No momento em que se espalhon nesta Corte Imperial a noticia da traição do infame Rivera, a indignação foi geral; bramirão todos os Cidadãos honrados, que conhecem quanto Sua Magestade Imperial beneficiou e distinguio com medalhas dhonra esse indigno traidor, levando o Mesmo Augusto Senhor o excesso de Bondade ao ponto de mandar pagar as suas dividas, e até as

bélicas de Lavalleja e exaltando sua eficiência militar.

Sobre José Fructuoso Rivera y Toscana<sup>57</sup> o que se pode dizer é que nasceu provavelmente nos departamentos de Florida ou de Montevideú, seu pai, Don Pablo Hilarión Perafán de la Rivera, era de Córdoba e sua mãe, Andrea Toscano, de Buenos Aires. O casal residia em Montevideú desde 1752 e possuía estâncias no departamento de Florida e no Rio Negro. Rivera foi capitão do exército de Artigas lutando em importantes batalhas como a de *Las Piedras*<sup>58</sup> e a de *Guayabos*.<sup>59</sup> Em junho de 1825 foi nomeado por Artigas, comandante Geral das armas da cidade de Montevideú.

No que se refere à passagem de Rivera para o lado luso, nos livros pesquisados não há muitas indicações, mas ao que parece em 2 de março de 1820 Rivera estabelece acordo com o coronel português Carneiros. Já em 1821 a Banda Oriental é anexada ao território brasileiro com o sufrágio de parte da elite montevidéano, incluindo Rivera. Pelo exército luso-brasileiro chega a ser nomeado cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro em 1823, tornando-se um importante aliado de Lecor graças a sua influência na região. A ruptura com os brasileiros ocorreu em 1825, quando apesar de destacado para lutar contra Lavalleja se uni a este no episódio conhecido como “Abraço de Monzon”<sup>60</sup> assumindo o cargo de segundo chefe do exército libertador e depois o de general de vanguarda.

Foi acusado de negar-se a atacar um destacamento do exército brasileiro e de fomentar a deserção nas tropas sob o seu comando, além de manter correspondências com os inimigos. Com isso, foi obrigado a se refugiar em Santa Fé o que não durou muito tempo já que depressa voltou para a Banda Oriental, e invadiu a região das Missões com a desculpa de criar uma força do norte para liquidar o conflito. Em Missões permaneceu até a Declaração de Paz.

Ainda sobre o lado oriental da disputa no Prata, é essencial citar as atividades do grupo conhecido como *Trienta y Tres caballeros orientales*, responsável pela invasão da região em 19 de abril de 1825 o que acarretou na declaração de guerra pelo imperador brasileiro, tema que será tratado no capítulo quatro. Por hora, a introdução se restringirá a mencionar quem formava esse grupo.

O primeiro deles será o chefe dos *caballeros*, Juan Antonio de Lavalleja y de la

---

próprias medalhas das Ordens, e Commendas com que o honrou.” Na documentação Uruguai, porém, foi possível identificar duas posturas. No início da guerra há um esforço em apagar as divergências pregressas entre Lavalleja e Rivera que são, ambos, associados à causa patriótica. Mas não tarda a cair sobre Rivera a desconfiança, sobretudo da parte de Lavalleja.

<sup>57</sup> Os dados biográficos foram extraídos de: José Pedro BARRÁN e Benjamin NAHUM (org). *Cartas a Bernadina. Fructuoso Rivera*. Montevideo: Arca, 1968.

<sup>58</sup> Las Piedras é uma região situada a 20 Km de Montevideú. Na batalha de *Las Piedras*, em 18 de maio de 1811, as tropas do general Artigas saíram vitoriosas sobre as tropas espanholas e sitiaram a cidade de Montevideú

<sup>59</sup> Nesta batalha ocorrida em 15 de janeiro de 1815 os orientais, liderados por Rivera, venceram os portenhos sob o comando de Manuel Dorrego.

<sup>60</sup> Nome que recebeu o encontro entre Lavalleja e Rivera, no qual supostamente fizeram as pazes.

Torre,<sup>61</sup> talvez o que mais se aproxime nessa história da imagem de um moço, isto porque a historiografia uruguaia é pródiga nos elogios que despensa à Lavalleja. Ele seria o líder da libertação nacional, redentor da pátria, herói nacional, prócer da independência. A historiografia argentina ainda que menos condescendente também o vê com bons olhos, como ressalta Vicente Lopez: “*Lavalleja era bravo y honesto: gozaba, indudablemente, del prestigio merecido que le habían dado su constante patriotismo y la energía con que había ejecutado la invasión.*”<sup>62</sup> Mas também não foi unanimidade, sobretudo porque a construção de sua imagem, tal qual a de Rivera, passou pelas disputas partidárias entre *blancos* e *colorados* que caracterizaram a política uruguaia a partir de 1836 até o século XX. Lavalleja pertenceu ao partido *Blanco* que teve como fundador Manuel Oribe e opunha-se aos *colorados* de Rivera. A historiografia não se manteve inerte a tal dualidade, tampouco a produção biográfica dos dois líderes da empreitada oriental.

Lavalleja nasceu na recém fundada, na época, vila de Nossa Senhora da Conceição de Minas, região de Santa Lúcia, em junho de 1784. Filho de Manuel Pérez de la Valleja, espanhol de Huesca, e Ramona Justina de la Torre, espanhola também. Pérez era estancieiro e sua propriedade ficava nos arredores de Minas.

No início de 1811 Lavalleja incorporou-se voluntariamente às forças de Artigas como simples soldado da jurisdição de Minas, sob as ordens de D. Manuel Francisco Artigas, irmão do outro, e participou tão logo da Batalha de las Piedras. Esteve sobre o comando de Rivera e Artigas na batalha de Guayabos e, entre julho de 1815 a dezembro de 1816, comandou as forças orientais na cidade de Colônia. Em 1817, também com Rivera, participou da Batalha no Paso de Cuello, agora contra o exército de Lecor e no seguinte foi preso pelos luso-brasileiros e levado ao Rio de Janeiro, para a Ilha das Cobras.

Em 1821 foi autorizado a voltar para Montevidéu logo que se votasse a incorporação da Banda Oriental ao reino de Portugal, Brasil e Algarves. Fez parte do Regimento de Dragões da União, que era comandado por Rivera e na qual foi nomeado segundo chefe. Um mês após D. Pedro I declarar a independência do Brasil, Lavalleja deixa o exército e vai refugiar-se em Entre Rios, sendo perseguido por Rivera. Contudo, Lavalleja não tarda a retornar à terra natal no que foi considerada a primeira tentativa de “libertar” a Cisplatina da ocupação, agora brasileira. Desta forma, em 1823, com a conivência de parte do cabildo de Montevidéu, Lavalleja é designado chefe militar das divisões orientais que se formavam em Santa Fé. Entretanto, não vão muito longe os planos de Lavalleja que, fracassada a primeira tentativa de invasão, migra para Buenos Aires.

A segunda tentativa ocorreu em 19 de abril 1825 quando atravessa com mais 32 homens o Rio da Prata e desembarca na Praia de Agraciada. Em junho do mesmo ano foi

---

<sup>61</sup> Dados biográficos extraídos de: Eduardo de Salterain HERRERA. *Lavalleja. La redencion pátria*. Montevideo: Monte Verde y Cia, 1957; Alfredo CASTELLANO. *Juan Antonio Lavalleja. Libertador oriental*. Montevideo: Medina Editor, 1955 e Edmundo M. NARANCIO. *La independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

<sup>62</sup> Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina*. Op.cit.p. 382.

estabelecido um governo provisório oriental no departamento de Florida no qual Lavalleja ascende ao cargo de comandante-chefe do exército e na mesma ocasião foi também designado capitão geral e governador da província. Durante a guerra Lavalleja desentendeu-se com Rivera e com o governo de Buenos Aires e em uma dessas brigas chegou ao comando das operações pelo exército republicano.

Também o irmão de Lavalleja, Juan Joaquim Lavalleja, participou com ele da guerra. Juan Joaquim nasceu em Montevideu no ano de 1797 e incorporou-se ao exército de Artigas tal qual o irmão. Cooperou com a ocupação lusa servindo no Regimento de Dragões da União sob as ordens de Rivera, com o posto de capitão. Posteriormente migrou para Buenos Aires e só voltou na empreitada dos *cavalleros* como capitão da Primeira Companhia do regimento de Dragões Libertadores. Em junho de 1825 foi feito prisioneiro pelo exército imperial sendo trasladado para o Rio de Janeiro onde permaneceu até o fim do conflito.

Dos chefes orientais é possível citar Pablo José Zufriategui, filho de Francisco Zufriategui e Catarina Mas de Ayala. Nasceu em Montevideu no dia 25 de janeiro de 1783. Em 1803 incorporou-se a Marinha Real, mas ao começar as lutas de independência abandona o serviço à Espanha e incorpora-se às forças de Artigas em 1811. Ainda servindo Artigas foi capitão do Batalhão de Cívicos e, com o exílio deste, partiu para Buenos Aires filiando-se ao Bando de Alvear durante as guerras civis das Províncias Unidas, chegando ao posto de sargento maior. Foi preso por ordem de Dorrego, mas conseguiu fugir e migrar para Montevideu, nesta feita entrou nas fileiras do exército português. Em 1823, já era sargento maior do Batalhão Cívico, porém, durante as disputas entre brasileiros e portugueses na Cisplatina foi ordenado a abandonar o país. De volta a Buenos Aires inicia os preparativos para a invasão de 1825. Durante a guerra chegou ao cargo de tenente coronel encarregando-se da chefia do Estado Maior. Em 1826 já era coronel graduado e a chefe do Regimento de Infantaria Libertos Orientais.

Posição semelhante ocupa Manuel Cefelino Oribe y Viana. Oribe nasceu em Montevideu em 26 de agosto de 1792 e era filho do coronel espanhol Francisco Oribe – que chegou a atuar como governador de Lima – e da igualmente espanhola Maria Francisca Viana. Segundo afirma Julio Cesar Vignate, sua carreira militar e a do irmão, Ignácio Oribe,<sup>63</sup> começou em 1811 quando d. Francisca Viana apresenta-se ao general Rondeau para alistá-los. Quando começaram as discordâncias entre Artigas e os portenhos Oribe permanece nas fileiras do general pelo qual lutou até 1817, quando por prováveis desavenças com o general oriental, passa para o exército das Províncias Unidas do Rio da Prata, que então era aliado dos lusos. Com a derrota do exército republicano e com a ocupação de Lecor na região cisplatina Oribe permanece em Buenos Aires lutando na guerra civil argentina.

Oribe regressa a Montevideu em 1821 e recusa-se a assinar a ata de

---

<sup>63</sup> Ignácio Oribe também participou da guerra Cisplatina, porém não fez a travessia com seu irmão e os demais e, por isso, não consta como um dos Trienta y Tres Caballeros Orientales. Ignácio Oribe estava em Cerro Largo quando do desembarque e juntou-se ao exército oriental com outros soldados.

incorporação da Banda Oriental ao Império e, ao irromper as lutas entre portugueses e brasileiros na Cisplatina, após a independência, Oribe participa ao lado do exército luso e contra Fructuoso Rivera, seu adversário desde tempos de Artigas. Quando se retira para Buenos Aires junta-se à Lavalleja e à outros homens, na sua maioria futuros participantes dos *Trienta y Tres*, numa sociedade de viés maçônico denominada “Cavalleros Orientais”.<sup>64</sup> Em 1825 Oribe assume o cargo de segundo-chefe dos *Trienta y Tres Orientales*. Em setembro, ainda de 1825, torna-se tenente-coronel e, em outubro, coronel.

O outro Oribe do exército oriental foi Dionisio. Ele era um antigo criado da família Oribe, de origem africana, que se supõem ter sido trazido como escravo das Costa da Guiné, país da África ocidental. Participou do exército oriental como assistente de Manuel Oribe, sendo destinado ao Regimento de Dragões Libertadores.

A guerra contou também com dois Artigas. O primeiro, Manuel Pantaleon Artigas nasceu provavelmente em Minas por volta de 1801. Ele era filho de Manuel Francisco Artigas, irmão do general José Gervasio Artigas. Inicia a guerra com o posto de alferes, mas passa no mesmo ano a tenente. Participou com a mesma patente da Batalha de Sarandí pelo Regimento dos Dragões libertadores, depois transformado em Cavalaria nº 9. Em 1828 foi enviado por Manuel Oribe numa missão em Santa Lucia onde costumavam abrigar desertores praticando atos de violência em prejuízo à população local, lá foi morto por um soldado de sua própria companhia, Pedro Alvarez. O segundo, Joaquin Artigas era criado de Pantaleón Artigas a quem pertencia na qualidade de escravo, tido como homem de cor não há indicações de que era nativo da África. Participou da travessia do Rio da Prata na condição de simples soldado no Regimento dos Dragões libertadores. Em 1828 serviu ao regimento de Infantaria da Guarda do Governo da Província como cabo.

Na posição de oficial figuravam Araujo, Freire, Gadea, Sierra, Trápani e Melendez. Basílio Antonio Araujo<sup>65</sup> era natural em San Carlos, departamento de Maldonado. Nasceu em 24 de março de 1797 e era filho de Manuel Araújo, capitão das forças de Artigas e de dona Joseja Nieto, natural de Colônia. Com apenas 15 anos iniciou sua carreira militar participando da Batalha da Índia Muerta em 1816 e aos dezenove anos já tinha o posto de primeiro-sargento. Acompanhou Artigas em sua campanha pelo litoral e, após a derrota do general, migrou para Buenos Aires, durante a ocupação luso-brasileira. De acordo com Saldanha<sup>66</sup> não pode ser considerado um dos *cavalleros orientales*, pois na data da travessia da expedição estava numa missão a mando de Lavalleja na Banda Oriental e teria incorporado-se imediatamente depois do desembarque ao grupo. O fato é que Araújo aparece em quase todas as listas nominais dos *Trienta y Tres* desde 1830. Em agosto de 1825 consta

<sup>64</sup> Informações extraídas de: Julio Cesar VIGNALE. *Oribe. Heroe de la Independencia Nacional-Procer de america y fundador del partido Blanco*. Montevideo: Letra-editorial, 1942.

<sup>65</sup> Informações extraídas de: Vicente Osvaldo CUTOLO. *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino*. Buenos Ayres:Elche, 1968.

<sup>66</sup> J.M. Fernandez SALDANHA. *Diccionario Uruguayo de Biografias 1810 -1940*. Editorial Amerindia. Montevideo, 1945.

nos quadros do exército como capitão no Esquadrão de Húsares Orientais. Depois de Sarandí foi promovido a tenente-coronel e transferido para os Dragões. Continuou a guerra como integrante do exército republicano no qual fez parte da Batalha de Ituzaingó. Já Manuel Florentino Freire<sup>67</sup> nasceu em San Isidoro de las Piedras em 13 de março de 1792. Manuel Freire, seu pai, era da Galícia e sua mãe, Margarita Varela, de Montevideu. As primeiras aparições de Manuel Florentino Freire no exército foram em 1814, como sargento, nas fileiras patrióticas, sendo rapidamente promovido para segundo-tenente e, logo depois, primeiro-tenente. Em 1823 fez parte da primeira tentativa de Lavalleja contra a ocupação da Banda Oriental e em razão dela teve que fugir para Buenos Aires. Após o desembarque de abril recebeu o cargo de capitão e o mando da 3ª companhia do Regimento dos Dragões Libertadores.

Por sua vez, Santiago Cristóbal Gadea pertencia à importante família de Santo Domingo de Soriano, onde nasceu em 1794. Seus pais eram Juan Antonio Gadea e Florencia Salado. Gadea entrou no exército artiguista e, durante a ocupação brasileira no Prata, estabeleceu-se em Entre Ríos. Nas tropas de Lavalleja era tenente, porém foi rapidamente promovido a capitão e posteriormente ferido durante um sítio à província de Colônia. Em 1826 foi nomeado comandante do Porto das Vacas. De família não tão notória era Atanasio Sierra, nascido em 1795 na paróquia de San Isidro de las Piedras. Sua filiação cabia a dois montevidanos, José Agustín Sierra e Inés Rodríguez. No início da guerra tinha o posto de segundo tenente do Regimento de Dragões Libertadores, passando a primeiro tenente e a capitão pelo mesmo regimento. Continua com igual patente quando os dragões se transformam no 9º regimento de cavalaria, na qual permanece sobre o mando de Manuel Oribe. Continuando a lista, temos Jacinto Trápani. Nasceu em Montevideu em 1790. Filho de Juan Camilo Trápani, natural de Nápoles, e Jacinta Castellano, montevidana. Participou com um dos *Trienta e Tres* com a patente de capitão no quartel general de onde foi transferido para o Regimento de Húsares. Em 1826 exercia a função de oficial de detall, isto é, oficial subalterno e encarregado das funções burocráticas e administrativas. Um ano depois, a chefe da escolta de governo, na região de Canelones. E finalmente, Manuel Melendez, conhecido também pelo apelido de Baena, era de San Isidro de las Piedras, Canelone. Com data de nascimento de 12 de abril de 1783. De sua filiação sabe-se apenas que sua mãe era Catalina Machado. No início da campanha era tenente, passando posteriormente a capitão nos Dragões Libertadores. Faleceu em 12 de janeiro de 1827.

Houve também argentinos na cruzada libertadora, são eles: Simon del Pino e Sanabria. Simon del Pino era natural das Províncias Unidas, de Córdoba. A sua data de nascimento é desconhecida, mas especula-se que seja posterior a 1779.<sup>68</sup> Seu pai era Francisco

---

<sup>67</sup> Informações extraídas de: Vicente Osvaldo CUTOLO. *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino*. Buenos Ayres: Elche, 1971.

<sup>68</sup> Dados extraídos de: Anibal Barrios PINTOS. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

Solano del Pino e sua mãe Maria de la Cruz Cañete. Participou do exército artiguista de 1811 a 1820. Chega a fazer parte das forças brasileira em 1823, quando da luta entre Lecor, partidário da independência, e Álvaro da Costa, comandante das forças portuguesas, mas abandona o imperador e incorpora-se as forças de Montevideú. Fracassado o levante contra o imperador Pino migra para Buenos Aires onde permanece até 1825. No exército patriótico exerce a função de sargento-maior da Divisão de Canelones, passando a tenente-coronel posteriormente. Ainda em 1825 foi designado deputado da Vila de San Juan Bautista na Sala de Representantes da Província Oriental. Em 1826 retoma suas funções militares. Por seu turno, Gregorio Sanabria era argentino de Mendozas<sup>69</sup> nascido por volta de 1786. Em maio de 1825 assume o posto de capitão no Estado Maior. Depois foi destinado a reunir milícias no departamento de Canelones, função que exerce também em 1827 na província de Colônia.

Do Paraguai veio Felipe Patiño e, provavelmente, Luciano Romero. Felipe Patiño aparece nas listas oficiais com seu apelido, Carapé. Em 1825 consta como soldado na vanguarda do regimento de Dragões Libertadores e na escolta do general Lavalleja, chegando ao posto de seu assistente. Em 1826 retorna aos Dragões Libertadores. Enquanto Luciano Romero, em 1825, exercia a função de soldado do Regimento de Dragões Libertadores, na linha de vanguarda. Nesse mesmo posto fez parte da Batalha de Sarandí.

Alguns dos *caballeros* possuem suas nacionalidades desconhecidas pela historiografia, como por exemplo, Ignacio Medina. Sobre ele sabe-se muito pouco. Sua filiação também é desconhecida, mas figura em outubro de 1825 como soldado nas milícias do departamento de Paysandú. Em janeiro de 1828 integra o mesmo regimento no acampamento de Yaguarón. Consta em nota do exército que foi feito prisioneiro. Caso semelhante é o de Santiago Nieves que na cruzada libertadora foi destinado ao regimento dos Dragões Libertadores na função de soldado e, em seguida, passa a integrar o esquadrão da 1ª Companhia do Regimento de Milícias de Entre Rios, Yi, Negro e Uruguai. Por fim, o último *caballero*, Jose Ignacio Nuñez. Ele era, possivelmente, oriental e atuou na guerra como soldado do Regimento de Dragões Libertadores. Ainda em 1825, e no ano seguinte, participa das milícias do departamento de Canelones.

No posto de soldado aparecem os nomes de Juan Acosta, Carmelo Colman, Avelino Miranda, Juan Ortiz e Ramón Ortiz. Juan Acosta nasceu, provavelmente, em fins do século XII e era filho de Juan Ramón Acosta e Marta Techera. Fez parte da expedição dos *caballeros* e assumiu cargos no governo provisório de Florida. Já Carmelo Colman nasceu na zona rural de Montevideú, em Peñarol e 16 de julho de 1801. Seus pais eram Jacinto Colman e Agustina Pérez. Foi para Buenos Aires junto com Oribe quando da independência do Brasil. Em 1825 foi soldado no regimento dos Dragões Libertadores e em 1828 passou ao regimento nº 9 da cavalaria, depois desse ano não aparece mais nas listas militares, mesmo assim ostentou a patente de segundo tenente confirmada quando de sua morte. Soma-se aos dois, Avelino Miranda. Este era natural de Miguelete, onde sua família possuía propriedades, e

---

<sup>69</sup> Anibal Barrios PINTOS. *Los libertadores de 1825. Op.cit.*.

vivia na Argentina. Não há indício de que seguia carreira militar antes de se incorporar aos *Trienta y Tres*. Destinado ao Regimento dos Dragões libertadores recebeu a patente de cabo. Foi ferido na cidade de Montevideu em 1827 e no ano subsequente foi considerado inválido e afastado como segundo-sargento.

Fechando o grupo, dois Ortiz. Juan Ortiz natural de Las Piedras, departamento de Canelones, nascido provavelmente em 1788. Seus pais eram Serafín Ortiz e Nicolasa Núñez. Participou da travessia inicialmente como soldado do Regimento de Escolta, passando em seguida para o Batalhão de Dragões Libertadores. Também seu irmão, Ramón Ortiz, fez parte do exército oriental. Sobre este se conhece menos ainda, o lugar de seu nascimento é o mesmo, porém a data é ignorada. Sabe-se apenas que esteve em Sarandí e serviu ao exército Republicano ganhando condecorações por sua participação na Batalha de Ituzaingo.

Também fizeram parte da empreitada os irmãos Spikerman. Juan Spikerman era natural de Guadalupe, Canelones. Nasceu em 15 de setembro de 1806. Participou da primeira tentativa invasão na Banda em 1823, com a função de sargento. Depois do desembarque na Agraciada em 1825, foi destinado aos Dragões Libertadores. Logo depois recebe a patente de primeiro-sargento em 30 de junho, e dois meses depois de alferes. Em 1827 passa à segundo-tenente e em seguida a primeiro tenente. Sobre seu irmão, Andrés Spikerman, as poucas informações encontradas atribuem Guadalupe como sua cidade natal. Foi Soldado no Regimento de Dragões Libertadores no início da ação libertadora até novembro de 1825 quando atua como cadete, função que desempenha até 1826; a partir dessa data deixa de constar nas listas do exército só reaparecendo em 1828, quando ascende ao cargo de alferes.

Fechando o grupo dos *Trienta y tres*, Nicolás Celedonio Rojas e Andrés Cheveste. Rojas nasceu em Montevideu em 2 de março de 1799. Filho de Francisco Luis de Roxas, Cádiz e Feliciano Vázquez, Montevideu. Participou da primeira tentativa de libertação da Banda Oriental em 1823, quando foi preso e condenado ao desterro. Regressa com os *caballeros* como cabo do 1º Regimento de Dragões Libertadores na vanguarda e, na companhia que era comandada por Atanasio Sierra. Chega ao posto de sargento. Foi ferido durante a guerra, sendo afastado por invalidez. Quanto à Andrés Cheveste, sabe-se que foi batizado na Vila de Guadalupe, Canelones, em 10 de novembro de 1786. Seus pais eram Manuel Cheveste e Manuela Islas. Figura, em 1825, nas listas do exército como soldado na escolta de Lavalleja e em 1826 serve como guia nas viagens da cúpula do 9º Regimento de Cavalaria. No mesmo ano foi lhe dada baixa do serviço militar.

Mesmo não sendo um dos *Trienta y tres* merece destaque Pedro José Maria Trápani, considerado por Aníbal Pinto<sup>70</sup> mentor político de Lavalleja. Trápani era natural, possivelmente, de Montevideu. Filho do napolitano, Juan Camilo Trápani e da montevideana Maria Jacinto Castellano, nasceu em agosto de 1783. Em 1812 Trápani participou de criação

---

<sup>70</sup> Anibal Barrios PINTOS. Los libertadores de 1825. *Op.cit.*

do primeiro estabelecimento de preparação do charque na Argentina, propriedade dos comerciantes ingleses Juan Marc Neile e Roberto Ponsonby Staples, este último tio de John Ponsonby, diplomata inglês e Ministro Plenipotenciário do Reino Unido no Rio da Prata durante a guerra. Manteve-se ligado às charquedas, ao comércio e à indústria. Da empreitada de 1825 participou arrecadando, junto aos comerciantes portenhos, fundos para ação de Lavalleja. Durante a luta armada representava a Província Oriental diante do governo de Buenos Aires, além de administrar as contas da cruzada libertadora.

A ligação de Trápani e Lord Ponsonby é importante para o entendimento das negociações de independência da Banda Oriental em 1828, isto porque, o plenipotenciário inglês via nessa emancipação a única forma de pôr fim ao conflito no Prata e contou com o apoio da Trápani para convencer Lavalleja do mesmo.

As Províncias Unidas tiveram um papel de suma importância na empreitada dos *caballeros*. A maioria dos participantes da ação de 19 de abril de 1825 estava em Buenos Aires e fazia parte das reuniões da sociedade secreta *caballeros orientales*, formada basicamente por orientais emigrados depois da ocupação luso-brasileira. Os naturais das Províncias Unidas colaboram, em princípio, de forma material, já que o governo central temia travar uma guerra com o Império. Depois de iniciada a guerra e, diante das vitórias do exército de Lavalleja, o governo portenho entra na luta.

Sendo assim, é essencial destacar os representantes do governo portenho que viabilizavam financeiramente o exército republicano e tomavam as decisões estratégicas. Para começar Juan Gualberto Gregorio de las Heras nascido em Buenos Aires em 11 de julho de 1780. Assumiu o cargo de governador de Buenos Aires em 2 de abril de 1824 no qual permaneceu até 7 de fevereiro de 1826. Quando ocorreu a entrada do exército de Lavalleja na província Cisplatina manteve uma postura contrária ao conflito, mas com o progresso dos orientais voltou atrás. Com o intuito de unificar as decisões militares e de agilizar a formação de um exército, o Congresso decidiu nacionalizar o governo de Buenos Aires, com isso o cargo de Heras perde por completo sua força política o que o faz renunciar. Assume então, agora como o primeiro presidente da Argentina, Bernardino de la Trinidad González Rivadavia y Rivadavia. Rivadavia natural de Buenos Aires, nasceu em 20 de maio de 1780. Atuou como presidente de 8 de fevereiro de 1826 até 7 de julho de 1827. De posição política centralista, unitária, teve seu mandato marcado pelas rebeliões provinciais e por uma crise desencadeada pelo esforço bélico, sobretudo, pelo bloqueio naval brasileiro que afetou o comércio e fez com que o presidente perdesse sua base política. Em razão de tais dificuldades enviou o ministro Manuel José García<sup>71</sup> para negociar um Tratado de paz com o império brasileiro. O tratado assinado por García reconhecia o direito do Brasil sobre a Banda Oriental e comprometia-se em pagar uma indenização ao Império. Nas Províncias Unidas o tratado foi considerado desonroso e ainda que Rivadavia tenha rapidamente recusado o acordo sua

---

<sup>71</sup> Manuel José García (Buenos Aires, 1784-1848). Foi diplomata, ministro da fazenda e fundador do Banco de la Província de Buenos Aires.

repercussão forçou o presidente a renunciar. Seu sucessor foi Alejandro Vicente López y Planes, portenho, que nasceu em 1785. Foi um governo de transição durando um pouco mais de um mês, de 7 de julho a 18 de agosto de 1827.

O desgaste político gerado pela guerra e pela política de Rivadavia levou ao enfraquecimento do unitarismo. Assim, a legislatura provincial de viés federalista deu a vitória a Manuel Dorrego, que assume o cargo de governador e não o de presidente. Dorrego era portenho nascido em 1787. Governou Buenos Aires por duas vezes: primeiro de 29 de junho a 20 de setembro de 1820 e segundo de 12 de agosto de 1827 até 1º de dezembro de 1828, quando foi deposto por um golpe de Estado e assassinado 12 dias depois. O seu governo manteve estreita relação com caudilhos do interior e tentou dar ao país uma organização federalista. Em razão das boas relações que o governador mantinha com as outras províncias, recebeu delas a responsabilidade de comandar a guerra e dirigir as relações exteriores, com o intuito de liquidar o conflito rapidamente. Contudo, foi à pressão inglesa que influenciou de forma decisiva no Tratado de Paz assinado em 29 de setembro de 1828, dando fim à guerra e criando o Estado Oriental do Uruguai.

Do lado brasileiro as principais personagens escusam apresentações: Lecor e D. Pedro I, por isso, aparecerão no decorrer da análise. A dissertação será dividida em quatro capítulos, sendo o primeiro de historiografia, abarcando autores brasileiros, argentinos e uruguaios. O segundo capítulo tratará, especificamente, do Império brasileiro, enquanto o terceiro trabalhará com a perspectiva das Províncias Unidas. Por fim, o quarto capítulo discutirá a óptica de um determinado grupo da Banda Oriental – os *Trienta y Tres*.

O objetivo do primeiro capítulo é produzir um balanço historiográfico da Guerra Cisplatina. A opção por manter um capítulo exclusivo de análise historiográfica se deve a escassez de material sobre o tema, ainda pouco estudado pela historiografia brasileira, menos ainda na perspectiva pretendida por esse trabalho: uma história comum platina. Este primeiro capítulo será agrupado por décadas, tentando demonstrar as questões que emergem sobre o conflito platino nas diferentes temporalidades e, mais ainda, como determinados problemas são apropriados e revisitados a partir do universo de referência de outros momentos históricos. A discussão, na medida do possível, vai tentar incluir a produção historiográfica dos três países que participaram do esforço bélico na Cisplatina e indicar os elementos recorrentes na produção de cada um deles. Também se pretende analisar questões ligadas à história nacional dos países envolvidos na guerra, tendo em conta a impossibilidade de ignorar que a construção histórica do conflito armado esteve largamente alicerçada, de alguma maneira, ao debate em torno da formação dos Estados nacionais.

Em termos práticos, a escolha por apresentar a discussão historiográfica em um capítulo específico tem o intuito de promover uma melhor visualização do debate da guerra a partir da construção discursiva e das peculiaridades históricas do Brasil, da Argentina e do Uruguai, bem como os diversos matizes que ganhou essa história bélica durante o processo de constante reelaboração destas unidades nacionais.

Os capítulos que se seguem exploram, de forma comum, o conflito territorial na Banda Oriental dentro do contexto de disputa e emergência de diferentes grupos de poder nos três países envolvidos na guerra. Por sua vez, os embates entre soberanias rivais tiveram sempre como norte a definição de fronteiras externas e a consolidação dessas unidades naturais, posteriormente, com pretensões nacionais, que, também, colocaram em pauta a afirmação das fronteiras internas, sejam elas espaciais ou políticas. Neste sentido, a guerra Cisplatina pode ser tomada, em parte, como resultado do choque entre soberanias concorrentes, as quais lançaram mão do discurso bélico no intuito de construir uma coerência para suas ambições políticas e econômicas.

Com isso, a retórica de validação da guerra serviu enquanto elemento de coesão e consolidação às soberanias regionais. Um bom exemplo disso foi a construção que cada uma dessas soberanias fez de seu oponente, demonizando-o, e, por seu turno, vitimizando a si próprio, transformando a briga no Prata numa luta entre o bem e o mal. No caso portenho e uruguaio, a afirmação das soberanias regionais passou, especialmente, pela força do passado como fator aglutinador, o qual explicaria por si só a proximidade entre as antigas colônias hispânicas, ainda que este mesmo passado tenha sido rechaçado sistematicamente, em um tempo não muito remoto, por esses mesmos grupos. Já no Brasil, a guerra foi muito bem recebida por grupos de poder hegemônicos, pois sufocava os conflitos internos promovidos por grupos periféricos que ameaçavam a integridade territorial do império.

A partir disso, o segundo capítulo analisará que elementos discursivos foram apropriados por grupos pertencentes ao império luso-brasileiro com o intuito de legitimar a ocupação da Banda Oriental. O universo de referências de que fez uso tais grupos imperiais podem ajudar a entender com quais culturas políticas as elites de poder brasileiras dialogaram e seus interesses políticos e econômicos na ação bélica. O contexto político-social influenciou nessa justificativa de guerra, na medida em que esses grupos de poder tiveram que construir suas narrativas sem perder de vista a complexidade do período, no qual se fazia urgente a necessidade de construir uma uniformidade nacional – de manter a unidade territorial e a escravidão. Para tal, o capítulo utilizará alguns jornais do período em que perdurou o conflito no Prata tentando estabelecer um elo entre os periódicos e o governo imperial.

O terceiro capítulo refere-se às Províncias Unidas do Rio da Plata, que, não muito diferente do império, justificaram a guerra diante de um conturbado contexto histórico de guerras civis e de disputas entre o centro e a periferia. O capítulo fará uso de periódicos portenhos de estreita ligação com o governo central, com eles, pretende-se identificar o discurso de legitimação da presença das Províncias Unidas na Banda Oriental, bem como as justificativas teóricas que buscavam colocar em cheque a permanência brasileira neste território.

O quarto capítulo vai trabalhar com as justificativas de guerra dos *Trienta y Tres caballeros orientales*, uma das diferentes soberanias que disputaram espaço na região oriental,

já que os grupos de poder orientais durante toda a década de 1810 e 1820 estiveram divididos entre os projetos políticos das Províncias Unidas e do Império luso-brasileiro. A flexibilidade que marcou as posições políticas dos *caballeros* poderá dar uma vaga ideia da complexidade do momento histórico que estes homens viveram que, por sua vez, exigiu um grau de mobilidade e ecletismo políticos muitas vezes caracterizados, por observadores externos, como anárquicos. É importante ressaltar ainda, que este quarto capítulo, diferente do segundo e terceiro, utilizará como fonte a documentação manuscritas atribuídas os líderes dos *Trienta y Tres*, isto porque, a documentação periódica uruguaia encontrada para o período de guerra é bastante fragmentada, o que impossibilitaria uma análise das concepções ideológicas desse grupo.

## **Capítulo I**

### **As várias guerras de uma mesma Guerra**

## 1.1. Apresentação

As análises produzidas sobre a região do Prata e, especialmente, sobre a generalização dos conflitos regionais que desembocaram na Guerra Cisplatina,<sup>72</sup> ainda são escassas e tendenciosas. Muitas vezes essas narrativas foram construídas como respostas aos projetos nacionais de suas entidades territoriais e, por isso, mais que problematizar a construção desses Estados tentam validá-las.

O objetivo deste capítulo é apresentar as questões e temáticas levantadas pela historiografia dos países envolvidos na guerra em relação ao foco da disputa: o Uruguai. A proposta, que vai permear o capítulo é perceber como a historiografia destes países vai explicar ou justificar as razões do conflito armado o que possibilitará um melhor entendimento do universo discursivo que se apropriam e do contexto histórico de suas narrativas.

Neste sentido, o primeiro passo deve ser entender o debate historiográfico a partir das delicadas relações históricas estabelecidas entre os países ibero-americanos, suas idiossincrasias e reveses, evitando uma análise maniqueísta e privilegiando a contextualização desse passado, isto é, pensar nas condições e possibilidades capaz de fazê-lo emergir.

A escolha dos trabalhos que aparecerão nessa discussão foi condicionada por dois fatores: a dificuldade de acesso à bibliografia uruguaia e argentina e a própria escassez de trabalho sobre a Guerra Cisplatina, inclusive no Brasil. A análise historiográfica sobre o tema também foi dificultada pelo fato de grande parte da produção relativa ao conflito no Prata manter uma perspectiva bastante descritiva, fixando-se, especificamente, no viés militar da questão Cisplatina, que não é o foco desta pesquisa. Assim, o capítulo vai tentar apresentar textos que contemplem as discussões acerca do conflito platino pela óptica dos três envolvidos na guerra. Para o caso da produção uruguaia, serão utilizados autores como Alfredo Castellano, Alberto Zum Felde, Carlos Real de Azua, Edmundo Narancio e Eduardo Acevedo. Para o Brasil, teremos como aporte David Carneiro, João Paulo Pimenta, Soares de Souza, Teixeira Soares, Oliveira Lima, João Pandiá Calógeras, Tau Golin e Moniz Bandeira. Quanto à historiografia argentina, serão utilizados alguns trabalhos encontrados na coleção *Historia de la nacion Argentina*<sup>73</sup> organizada por Ricardo Levene, capítulos da coleção *Historia de la Republica Argentina*<sup>74</sup> de Vicente Fidel López e o capítulo intitulado “O processo da

---

<sup>72</sup> Cisplatina foi o nome utilizado pelo Império luso-brasileiro ao remeter-se ao território que hoje corresponde ao Uruguai. Em contrapartida, a mesma região era conhecida por Província Oriental do Rio da Prata pelos grupos de poder das Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina. Na documentação, aparecem referências a ambas as denominações e, na maioria das vezes, indicam a posição política de quem as anuncia.

<sup>73</sup> Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. IV,V,VI e VII . Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

<sup>74</sup> Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

independência no Uruguai” da coleção *História das Américas*<sup>75</sup> organizada também por Levene. Em todos os casos tentar-se-ia identificar o período histórico em que escreveram e as questões que abordaram.

### 1.1 As décadas de 1920 e 1930: a invenção da nacionalidade.

A historiografia das primeiras décadas do século XX pode ser descrita como a história das nacionalidades ou das nações, isto porque, os autores deste período fizeram de suas narrativas um espaço de exaltação de suas unidades estatais e de legitimação dos mitos nacionais.

Este tópico estudará dois autores uruguaios, Alberto Zum Felde e Eduardo Acevedo, cuja semelhança extrapola o contexto histórico em que produzem seus textos, mas justifica-se pelo projeto que compartilham: escrever a história do Uruguai. Além de um argentino, Vicente López e dois brasileiros: Oliveira Lima e Pandiá Calógeras.

Vicente Fidel Lopéz foi um historiador da década de 1880-1890, mas será incorporado a este período por se encaixar perfeitamente nele em termos metodológicos. Lopéz foi advogado e um importante político argentino, opositor de Juan Manuel de Rosas; postura que o obrigou a exilar-se no Chile entre 1840 e 1853, onde fundou, junto com Domingo Sarmiento, o colégio “El Liceo” e a revista cultural *Valparaíso*. No seu regresso à Argentina, participou do projeto Constitucional de 1853. Entre 1871 e 1877 dirigiu, junto com Juan Maria Gutiérrez<sup>76</sup> e Andrés Lamas,<sup>77</sup> a *Revista del Río de la Plata*.<sup>78</sup> Atuou como deputado entre 1876 e 1879 e foi designado como reitor da Universidade de Buenos Aires de 1873 até 1876, sendo indicado, em 1891, para o ministério da economia no governo de Carlos Pellegrini. Escreveu a *Historia de la República Argentina*, composta por dez volumes<sup>79</sup> entre 1883 e 1893.

Na coleção que aborda a história de seu país, há uma constante menção à Guerra Cisplatina como sendo uma *Guerra del Brasil*,<sup>80</sup> apontando, assim, para um caráter apenas reativo na postura argentina de entrar em luta: uma resposta à abusiva incorporação da

<sup>75</sup> Ricardo LEVENE (Org.). *História das Américas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1954. v.5.

<sup>76</sup> Juan Maria Gutiérrez (Buenos Aires, 1809-1878), estadista, jurista, historiador e crítico. Foi ministro dos Negócios Estrangeiros da Confederação Argentina, entre 1854 e 1856. Reitor da Universidade de Buenos Aires de 1861 a 1874.

<sup>77</sup> Andrés Lamas (Montevideu, 1817- Buenos Aires, 1891). Foi político, diplomata e historiador, como advogado trabalhou como auditor de Guerra em 1838, pelo governo uruguaio.

<sup>78</sup> Revista publicada entre 1871 a 1877, trata de diversos assuntos sobre a região platina. A revista encontra-se disponível no site: <http://www.cervantesvirtual.com>

<sup>79</sup> Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

<sup>80</sup> O termo “Guerra del Brasil” é utilizada por: Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. p. 454 e 467. Op.cit, bem como por *Enrique I.Rottjer e Teodoro Caillet-Bois*, no título de seus capítulos, In: LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VII. Op. cit.

região ao Império luso-brasileiro. O autor, em algumas passagens, incluem-se nas narrativas históricas que produz, indicando uma relação quase afetiva entre os acontecimentos que narra e ele próprio. Por vezes faz alusão às armas argentinas, às vitórias ou às condições impostas pela guerra, como se tivesse participado de toda a movimentação. Por exemplo, Lopez, em uma determinada passagem, declara que o Império do Brasil teve, durante o conflito, dificuldade de opor resistência ao avanço do exército republicano. A frase do autor com o verbo na primeira do plural deixa transparecer sua posição diante do fato narrado, assim, melhor talvez seja reescrevê-la aqui:

Si com siete mil hombres escasos, y con un estado interno tan lamentable como el que produjo la presidencia, el Brasil se mostro impotente para *rechazarnos* de su território fácil es conjeturar lo que habría sucedido si, manteniendo inalterable la paz interior, *hubiésemos* podido disponer de la masa de recursos y de soldados de que nos privaron la ambición personal y la guerra civil, *arreatándonos* la cooperación poderosa de la mayor parte del país.<sup>81</sup>[grifo meu].

Em outro trecho o autor afirma que as vitórias do exército republicano, em relação às forças imperiais, tinham ocorrido apesar das dificuldades atravessadas pelo país na época, na sua construção frasal utiliza a expressão “*nuestro país*” para definir o território então identificado como Províncias Unidas do Rio da Prata. Essas tomadas de posição podem indicar um envolvimento dessas produções com o projeto de nação argentina do século XX<sup>82</sup>, em detrimento de uma análise da política governamental do território, hoje, correspondente a Argentina.<sup>83</sup>

No volume quinto da coleção escrita por Lopéz, a referência à questão platina, aparece no capítulo primeiro “Estado social de la Banda Oriental- Campaña del Brasil-Victoria de Itazaingó”. O autor faz uma minuciosa análise das principais personagens do exército oriental e das Repúblicas Unidas, despendendo numerosas páginas às movimentações militares, sempre destacando o vigor e o heroísmo das armas argentinas, que apesar da situação de guerra civil entre as províncias, teve importantes vitórias. No capítulo “La Guerra civil y la renuncia del señor Rivadavia”, remete-se aos fatores internos da política Argentina, à briga entre o partido unitário e o partido federal, destacando também a postura de Manuel José

---

<sup>81</sup> Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. Tomo V. *Op. cit.* p. 479.

<sup>82</sup> Isso, pois, a nação argentina, enquanto entidade nacional, ainda não estava estabelecida em 1828, período a que essas discussões se remetem.

<sup>83</sup> Intenciona-se frisar que a coleção “*Historia de la Nacion Argentina*” tem a participação de diversos autores. As colocações expressas neste parágrafo podem ser particularmente encontradas nos textos de *Enrique I. Rottjer e Teodoro Caillet- Bois*, os dois de filiação militar. Desta forma, não podem ser tomadas como posicionamento de todos os autores que escrevem na coleção.

García. No capítulo terceiro “Disolución del Régimen presidencial”, comenta a atuação política do general Dorrego e questiona a insistência em lutar pela Cisplatina, quando, para Lopéz, diante das lutas intraprovincias a guerra externa deveria ter sido abandonada, para concentrar forças nas lutas internas.

Vicente Lopéz, frisa certa rivalidade entre os orientais e os habitantes das Províncias Unidas e destaca que a região não queria pertencer à República. O que não valida a ocupação por parte do Brasil, referindo-se à Cisplatina como um território usurpado pelo Império; “*No encontrando más medio de salvación que el hacer venir el ejército del Brasil, comenzaron a perder el brío con que habían emprendido la justa empresa de reponer en el seno de la nacionalidad argentina la provincia oriental usurpada por el imperio*”.<sup>84</sup> Lopéz classifica a política de governo argentino por seu caráter de abnegação e não menciona os interesses econômicos, pois não enxerga com bons olhos todo o suposto esforço feito para manter a Banda Oriental, sobretudo à custa de uma possível fragmentação e dissolução da República, “*ahora hacíamos todos estos esfuerzos por libertar el Estado Oriental. Por lo demás, no es cosa nueva que la política generosa fué siempre la ruina de todos los pueblos que la han adoptado*”.<sup>85</sup>

Agora Alberto Zum Felde. Felde foi ensaísta, historiador e sociólogo nascido na Argentina, mas radicado ainda muito jovem no Uruguai. Dirigiu a revista literária *La Pluma*, na qual propôs uma revisão do passado literário do país. Publicou os livros: “Proceso histórico del Uruguay”, em 1920; “Crítica de la literatura uruguaya”, no ano seguinte e “Estética del 900”, em 1929. Segundo suas palavras, pretendeu produzir uma “historiologia nacional”, uma evolução histórica do Uruguai.

Neste sentido, nega que a independência do Estado Oriental tenha sido inventada pelo Tratado de Paz assinado em 1828. Segundo Felde, a independência foi resultado de um processo histórico localizado nas primeiras contestações do cabildo Aberto de 1808, reiteradas pela atuação de Artigas e pela iniciativa do *Trienta y Tres*. Como parte ativa neste contexto, o autor cita os homens que participaram de todas essas lutas e o sentimento que os embalava: a emancipação.<sup>86</sup> A independência seria então uma ação natural, presente de forma intrínseca no passado uruguaio.

O discurso da independência enquanto uma sina também foi acionado por Eduardo Acevedo. Acevedo foi advogado, político e historiador uruguaio, reitor da

---

<sup>84</sup> Vicente F. LOPEZ. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. Tomo V. *Op. cit.* p. 469

<sup>85</sup> *Ibidem.*, p. 409

<sup>86</sup> Nas palavras de Felde: “La independencia del Estado Oriental, estipulada em el Tratado de 1828, no es pues, una fórmula artificiosa, fraguada em la dialéctica de las cancillerias rivales, sino la consecuencia necesaria de los hechos históricos y del espíritu de sus hombres desde el Cabildo Abierto de 1808 hasta las Instrucciones artiguistas del año XIII, y desde el desembarco en la Agraciada hasta la conquista de las Misiones”. Alberto Zum FELDE. *Proceso histórico del Uruguay: esquema de una sociología nacional*. Montevideo: Arca editorial 7ª ed, 1978 p.106.

Universidade da República entre 1904 e 1906, ministro da indústria de 1911 a 1913 e primeiro presidente da ANCAP<sup>87</sup> de 1931 a 1933. Escreveu os *Anales historicos del Uruguay*,<sup>88</sup> que se compõe de seis volumes sobre a história do Uruguai. A publicação do primeiro volume foi em 1933. No tomo primeiro, faz menção aos assuntos no Prata em quatro capítulos. Na primeira parte do livro, no trigésimo quarto capítulo “Por qué la Provincia Oriental no fué incorporada a la corona portuguesa”, começa com o Congresso de anexação da província ao Império em 1821, e sua ulterior incorporação. Acevedo menciona a atuação da corte portuguesa, de Buenos Aires e da Espanha contra a anexação. No trigésimo quinto capítulo “El Brasil se independiza de Portugal y la contienda repercute hondamente entre los orientales”, fala da proclamação de independência uruguaia pelo cabildo de Montevideú. No trigésimo sexto “La cruzada de los Trinta y Tres orientales”, produz uma breve narração do início da cruzada de libertação, empreendida pelos cavaleiros orientais, ressaltando a rivalidade entre seus dois principais líderes – Rivera e Lavalleja – o que vai desembocar na declaração de reincorporação da Cisplatina às Províncias Unidas, fato que culmina na guerra. Na segunda parte, o primeiro capítulo “Legislatura y gobernates del periodo de organizacion nacional” discute o processo eleitoral de 1825, a partir do qual foram escolhidos os deputados que compuseram a Sala de Representantes, a fim de assumir a representação da Província. Como resultado dessas negociações, a Província foi declarada independente e, em seguida, reincorporada às Províncias Unidas do Rio da Prata.

A posição de Acevedo, em alguns pontos, contraria as perspectivas dos historiadores argentinos e brasileiros, pois o autor não vê o Tratado de Paz de 1828 e a criação do Estado uruguaio como uma concessão. Para ele, ambos foram frutos de uma confluência de fatores, como o desgaste político-econômico de Buenos Aires e do Brasil, ou a influência inglesa, mas, sobretudo, pela sanha de liberdade, exatamente como afirma Felde, a qual faria os orientais entrarem em guerra quantas vezes fosse preciso, “*Provincia Oriental era ya entonces un organismo autónomo, formado en las luchas de la libertad y com energía sobradas para renovar la guerra cuantas veces fuera necesario a la defensa de sus ideales y al sostenimiento de sus fueros*”.<sup>89</sup> O discurso de Acevedo, apesar de deveras passional, ajuda a pensar numa certa negação, por parte dos grupos de poder da região, das opções políticas em jogo. Desta forma, a inclusão no Império do Brasil, a submissão à política centralizadora de Buenos Aires ou o federalismo das províncias interioranas foram questões que as elites locais tiveram de colocar em pauta: tornando-o ainda mais complexo, caso se admita um projeto político oriental em 1828, como aponta Acevedo:

En cuando a los orientales, sus tradiciones eran eminentemente federalistas,

---

<sup>87</sup> Associação Nacional de Combustíveis, Álcool e Cimento (ANCAP), criada em 1931. Órgão industrial do Estado responsável por explorar e administrar o monopólio de álcool e comburentes e de importar e vender petróleo

<sup>88</sup> Eduardo ACEVEDO. *Anales historicos del Uruguay*. Tomo1. Montevideú, 1933.

<sup>89</sup> *Ibidem.*, p. 316

y a la enorme influencia de ellas no habían escapado ni los jefes militares que com Lavalleja y Rivera a la cabeza proclamaban la incorporación incondicional, ni los hombres civiles que em la Asamblea a la Florida se encargaban de sancionar esse voto. Pero a la vez constituían un pueblo de acentuada fisonomía propia, que había sido el punto de arranque del movimiento democrático del Rio de la Prata; que había derramado su sangre durante cuatro años para contener la invasión portuguesa y durante un período mucho mayor para evitar que los hombres de pensamiento erigieran un trono em Buenos Aires; y que com el mismo empeño había luchado para reemplazar la omnipotencia de los gobernantes com instituciones que dieran unidad a la Nación y garantías autonómicas a las provincias. Acordales la independencia, no era darles una cosa nueva, sino uma cosa que ellos tenían conquistada em buena lid, aunque subordinándola plenamente al régimen federal, del que sólo se habían separado de hecho, mientras no obtuvieran la unión a base de instituciones, única que admitían.<sup>90</sup>

Em contraposição a Felde e Acevedo, Olivera Lima questiona a existência de um projeto pró-independência por parte dos orientais e não só no episódio de 1828, mas, inclusive, nos momentos em que a Banda Oriental renegou o vizinho luso-brasileiro. Lima foi escritor, crítico, professor e embaixador brasileiro, bem como membro-fundador da Academia Brasileira de Letras. Escreveu *O movimento de Independência 1821-1822*, ao qual faz referência ao universo político do qual emergiu a emancipação brasileira, assinalando a importância histórica da anexação à causa nacional brasileira, sem perder de vista as condições em que a anexação se processou.

Para Lima, a negação do universo português, mesmo quando considerada muito forte, não quer dizer a existência de elementos de caráter nacional, tampouco que redundasse, necessariamente, num projeto independente. Porém, em outro ponto Oliveira Lima demonstra uma posição consensual em relação à Felde e Acevedo, a anexação. A incorporação, na percepção dos três autores, foi um atentado ao direito público e ao princípio das raças – um simples ato de conquista estrangeira que pôs em situação ainda mais delicada a população local – e que, ao cabo, fez eclodir a guerra civil. A resposta, porém, foi a oposição ao domínio português e franco apoio ao exército de Artigas, sem, contudo, produzir pretensões independentistas por parte dos grupos de poder locais, conscientes da impossibilidade de constituir uma nação no degradado solo oriental.

A oposição armada de Artigas e da grande maioria da população à sujeição ao domínio português constituía uma manifestação bastante da vontade popular, mas para que esta se convertesse em vontade nacional, seria mister subtrair os representantes congregados às influências de ordem diversa que sobre eles agiram, levando-os a declararem que a Banda Oriental não

---

<sup>90</sup> Eduardo ACEVEDO. *Anales historicos del Uruguay. Op.cit.*, p. 315.

oferecia condições para ser por si uma nação, faltando-lhe recursos e meios para garantir sua independência.<sup>91</sup>

Oliveira Lima já tinha analisado a questão no Prata no livro *D. João VI no Brasil*,<sup>92</sup> publicado na década de 1900. Neste, o autor localiza os primeiros desafetos no Prata e explica a motivação da interferência do Brasil na região: o caráter imperialista da corte de D. João. Lima menciona uma espécie de ideal imperialista da coroa portuguesa. Este seria o grande propulsor da política Bragantina, fator que muito assustava, segundo o autor, a Casa dos Bourbons.

Com a independência, a questão no Prata torna-se ainda mais delicada, na medida em que se vincula à própria construção do Império,<sup>93</sup> isto é, atrela-se ao projeto de manutenção dos contornos territoriais brasileiros, do seu regime monárquico, do sistema escravista e da centralização de poder.

Para João Pandiá Calógeras, a guerra logo tornou o imperador bastante impopular. Calógeras, engenheiro de formação, atuou como escritor jornalista e político. Foi eleito deputado federal por Minas em 1897 e voltou à câmara em 1909. No governo de Wenceslau Braz, foi ministro Agricultura, Indústria e Comércio da posse, em 1914 a junho do ano seguinte. Em 1915, foi escolhido Ministro da Fazenda cargo que ocupou até 1917, também foi membro do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1905. O autor estuda detalhadamente a política externa imperial, publicando entre as décadas de 1920 e 1930, os três volumes de *A política exterior do Império*.<sup>94</sup>

Segundo Calógeras, o imperador era responsabilizado por todos os males proveniente da guerra, além de ser acusado de privilegiar o projeto expansionista português em detrimento das necessidades imediatas do Brasil. A própria monarquia foi questionada, pois, com as vitórias das Províncias Unidas, o modelo republicano voltou à tona como forma de superação do arcaísmo real.

---

<sup>91</sup> Oliveira LIMA. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

<sup>92</sup> Oliveira LIMA. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

<sup>93</sup> Essa construção foi fruto de embates políticos significativos, de retrocesso e avanços, de criações inesperadas, afinal, não havia, em 1822, um projeto pronto a ser implementado. A nação forjou-se da própria vicissitude do processo histórico. Nesse sentido, é importante ressaltar o texto de: Alexandre Mansur BARATA. “Constitucionalismo e sociabilidade na cidade do Rio de Janeiro (1822-1823): a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz e o projeto de Constituição para o Império do Brasil.”. In: *Nação e cidadania no Império: novos horizontes*. Org: José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Neste artigo, o autor faz um estudo sobre a Nobre Ordem dos Cavaleiros da Santa Cruz, fundada em 1822, por José Bonifácio de Andrada e Silva, tomando-a como exemplo desses novos espaços de sociabilidade que surgem no clima de inquietação, gerados pelos debates políticos acerca da independência e da construção do Estado Imperial.

<sup>94</sup> J. Pandiá CALÓGERAS. *A política exterior do Império*. V. II. Edição fac-similar. Brasília: Senado Federal, 1998. Publicou os dois primeiros volumes deste livro em 1927-28 e o terceiro em 1933.

## 1.2 As décadas de 1940 e 1950: o Estado - nação.

Nas décadas de 1940 e 1950 a narrativa histórica funcionou como elemento de legitimação do Estado-nacional. A historiografia deste período esteve claramente ligada ao Estado, construindo um passado forte e vivaz a ser reafirmado no presente.

Um autor representativo desse contexto foi David Carneiro.<sup>95</sup> Carneiro foi historiador, cronista, poeta, ensaísta romancista e jornalista. Lecionou na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná e da Universidade de Brasília, além de dirigir a Escola de Belas Artes do Paraná. Atuou como professor visitante em universidades dos Estados Unidos, nas áreas de história e economia. No Brasil dedicou-se ao estudo do positivismo, liderando grupos de pesquisa sobre história, política e filosofia.

Carneiro era ligado a uma historiografia tradicional<sup>96</sup>. Historiografia esta, fortemente vinculada a uma descrição das batalhas, em detrimento, muitas vezes, de suas consequências e das questões culturais e sociais destas, mas que, no entanto, sistematiza, de forma didática, a movimentação anterior à Guerra. Carneiro ressalta as discussões que antecederam à anexação da região platina pelo Império brasileiro em 1821. Para Carneiro, quando das negociações sobre o destino da Cisplatina, o governo imperial não tinha pleno conhecimento da fragilidade das relações entre os brasileiros e os habitantes da região de Montevideu: “*D. Pedro, informado da situação do Uruguai por Lecor, tinha a impressão de que os uruguaios não desejavam outra coisa que não fosse a incorporação ao império*”.<sup>97</sup> Na verdade, as notícias sobre a região chegavam ao Rio de Janeiro por intermédio de Lecor, que, para alguns, filtrava as informações de acordo com seus interesses econômicos na região e, para outros, como é o caso do autor, estava mal orientado: “*Lecor se cercava de elementos simpáticos ao Brasil e tinha em Montevideu uma verdadeira côrte, cujo ambiente o impedia de ter impressões certas, verdadeiras, precisas, com relação ao ânimo dos habitantes da Cisplatina*”.<sup>98</sup>

Desta época também será analisado um conjunto de textos pertencentes à coleção *Historia de la Nacion Argentina*.<sup>99</sup> A coleção em dez volumes, com quatorze tomos, contou com a participação de uma centena de renomados historiadores argentinos, que discutem assuntos pertinentes ao passado anterior à colonização até 1862, data que é entendida como marco definitivo da organização da nação argentina. Essa empreitada foi organizada por Ricardo Levene entre 1936 e 1950. A própria escolha do ano de 1862, feita

---

<sup>95</sup> David CARNEIRO. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

<sup>96</sup> A história tradicional seria a que se concentra no feito de grandes homens: generais, estadistas, eclesiásticos, isto é, aqueles que escreveram ou fizeram a história da nação. Nesta, só o que pertence a nação tem validade, pois não haveria história fora do nacional.

<sup>97</sup> David CARNEIRO. *Op.cit.*,p.118

<sup>98</sup> *Ibidem*. p.119

<sup>99</sup> Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. V. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1941.

pelo autor, como marco para finalização da coleção – por supostamente coincidir com a formação da nação argentina – já dá indícios do foco desses textos.

Levene<sup>100</sup> foi decano da Faculdade de Humanidades da Universidade da Prata entre 1923 e 1926. Fundou o Instituto Bibliográfico e o Arquivo Histórico da Província de Buenos Aires. Em 1929 foi nomeado presidente da Universidade do Prata e da Academia Nacional de História. Já em 1936 fundou o Instituto de História do Direito Argentino e Americana. Por sua trajetória, é possível vislumbrar a estreita ligação de Levene com iniciativas públicas capazes de produzir uma história nacional argentina, dada sua ligação com a Academia Nacional de História.<sup>101</sup>

Na coleção *Historia de la Nacion Argentina*, a questão no Prata é mencionada no capítulo intitulado “La invasion lusitana. Artigas y la defensa de la Banda Oriental”,<sup>102</sup> de Emilio Loza.<sup>103</sup> O texto remonta a rivalidade entre Portugal e Espanha desde 1344: passa pelos tratados estabelecidos por esses países, pela fundação da cidade de Buenos Aires, pela posse da colônia de Sacramento, as brigas platinas e pelos planos de Artigas, ao qual faz vários elogios. Para Loza, a disputa pelo Prata intensifica-se com a vinda de D. João para o Rio de Janeiro, somadas às perdas de Portugal no Tratado de Viena – fatores que demonstraram a premência de consolidar o Império no Prata. O interesse português no Prata estaria ligado, com isso, a circunstâncias históricas específicas, mas também faria parte de um longo processo de disputas entre Portugal e Espanha ampliadas pelo contexto ibero-americano da década de 1800.

Alguns autores da coleção também questionaram a legitimidade da presença lusa na Banda Oriental através da desqualificação do processo de anexação deste território ao Império luso-brasileiro, desta forma, o Congresso Cisplatino foi fortemente criticado. O tema aparece no capítulo primeiro “El Congreso nacional de 1824-1827. La Convención nacional de 1828-1829”<sup>104</sup>, escrito por Emilio Ravignani,<sup>105</sup> o autor discute como foi instalado o congresso portenho, os partidos da época e a situação de Buenos Aires, enfim, dando prioridade aos aspectos internos da política, situando a Guerra como um fator externo

---

<sup>100</sup> Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VI. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948. Levene também dirigiu a coleção *História das Américas* cuja edição brasileira foi coordenada por Pedro Calmon. LEVENE, Ricardo (Org.). *História das Américas*. Rio de Janeiro: Jackson, 1954. v.5. Desta coleção merece destaque o texto de Carlos Heras “O processo da independência no Uruguai”.

<sup>101</sup> A Academia Nacional de História foi criada com o nome de Junta Numismática pelo general Bartolomé Mitre, quando, em 1938, passou ao nome atual. Funciona no solar em que nasceu o general Antonio González Balcarce e que, entre 1864 e 1905, funcionou o Congresso Nacional.

<sup>102</sup> Emilio LOZA. “El Congreso nacional de 1824-1827. La convencion nacional de 1828-1829”. IN: LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VI. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

<sup>103</sup> Emilio Loza foi tenente coronel da Argentina e professor da Escola Superior Técnica do Exército

<sup>104</sup> RAVIGNANI, Emilio. “El Congreso nacional de 1824-1827. La convencion nacional de 1828-1829”. IN: Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VII. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1950.

<sup>105</sup> Emilio Ravignan foi da Academia nacional de História, na Argentina.

complicador. Ravignani se propõe a entender as relações da Cisplatina com os portugueses e brasileiros: faz um relato das negociações, por parte do governador Martín Rodríguez,<sup>106</sup> na primeira metade de 1821, com o governo do Rio de Janeiro e, posteriormente, a tentativa de Bernardino Rivadavia,<sup>107</sup> em novembro de 1822, de reivindicar junto ao imperador brasileiro esse território. Emilio Ravignani destaca a incorporação da região platina como um ato de usurpação, pois feria a antiga coesão do Vice-reino do Rio da Prata: “*La Provincia Oriental fué usurpada y esa usurpación, esa segregación de una de las provincias de la antigua unión, a fines de 1822, se transformaría en un estado de derecho*”.<sup>108</sup> Neste sentido, o autor demarca constantemente o empenho das Províncias Unidas em recuperar a região de forma pacífica e critica a presença lusa na região, pois contrariava os laços históricos entre a Banda Oriental e as Províncias Unidas. Com isso, Ravignani reafirma o direito que, teoricamente, detinham as Repúblicas Unidas sobre a região em litígio.

O Congresso Cisplatino também foi tema da coleção no capítulo intitulado “La guerra del Brasil. Las operaciones navales”. Neste capítulo, Teodoro Caillet-Bois,<sup>109</sup> define a anexação, por parte do império luso-brasileiro, como um ato abusivo, o qual explicaria a guerra. Segundo o autor, o conflito de 1825 era previsível e esteve inscrito no próprio Congresso Cisplatino como consequência natural à atitude agressiva perpetrada pelo império. Ravignani e Bois ainda que por outro caminho, o de invalidar o Congresso Cisplatino, mantêm uma postura muito próxima a dos autores Losa e Mandelli: desqualificar a ocupação. Da mesma forma, corroboram com uma perspectiva que admite a existência efetiva de um dono legítimo para a região, no caso: as Províncias Unidas.

Mais do que desqualificar a anexação, os textos debatem a ocupação histórica da região oriental e a formação do Estado uruguaio. No capítulo “La política diplomática Argentina en America (1820-1829)”,<sup>110</sup> de Humberto A. Mandelli,<sup>111</sup> aparecem referências há ocupação da Banda Oriental, destacando a insistência do chanceler brasileiro Carvalho e Melo em sustentar uma suposta legitimidade do Império em relação à Cisplatina. Assim, Mandelli orienta sua análise na tentativa de apontar um esforço diplomático e discursivo dos brasileiros

---

<sup>106</sup> Martín Rodríguez (Buenos Aires, 1771-Montevidéu, 1845): foi político e militar argentino. Governou a província de Buenos Aires entre 1820-1824. Político de tendência unitária.

<sup>107</sup> Bernardino de la Trinidad González Rivadavia y Rivadavia (Buenos Aires, 1780-1845). Foi nomeado primeiro ministro da cidade de Buenos Aires de 1821 a 1826. Em 1826, foi eleito o primeiro presidente da Argentina, atividade em que atuou até 1827, quando entregou o cargo em razão da fracassada tentativa de paz empreendida pelo plenipotenciário do país e o imperador brasileiro. Manteve uma política de viés unitário.

<sup>108</sup> Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina. Op.cit.*, p. 67.

<sup>109</sup> Teodoro Caillet- Bois foi capitão de fragata e professor da Escola Naval da Nação, na Argentina. BOIS, Teodoro Caillet. “La guerra del Brasil. Las operaciones navales”In: Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. p. 199. Op cit.

<sup>110</sup> Huberto MANDELLI. “La política diplomática Argentina em America (1820-1829)”IN:LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VI. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

<sup>111</sup> Humberto A. Mandelli foi secretário do Instituto de História da Universidade de Tucumán.

em validar o domínio da Banda Oriental. Humberto Mandelli ainda coloca em questão a criação do Estado do Uruguai ao tratar dos acordos para paz de 1828. O autor não menciona a participação da diplomacia inglesa nem a pressão que esta exerceu para produzir o acordo de paz e atribui os resultados de 1828 ao governador de Buenos Aires, Manuel Dorrego,<sup>112</sup> que com sua política diplomática fez cessar as hostilidades entre o Império e as Províncias Unidas. Mandelli também pondera que a guerra não se resolveu antes, em 1827, apesar do esforço do presidente Rivadavia em enviar o plenipotenciário Manuel García, porque o Brasil queria continuar a guerra, e, nem mesmo todo o esforço da diplomacia argentina, conseguiu evitá-la.

Do lado brasileiro, a independência uruguaia foi analisada pelo diplomata Teixeira Soares, que se especializou no estudo do estabelecimento das fronteiras do Brasil. Soares fez uma longa apreciação das negociações e acordos estabelecidos para criação da República do Uruguai, para o qual demonstra o caráter tutelado. Segundo ele, no seu livro intitulado *Diplomacia do Império no rio da Prata até 1865*,<sup>113</sup> publicado em 1955, a nação uruguaia emerge de tratados e com o auspício de Buenos Aires, Brasil e Inglaterra. Tanto Teixeira Soares quanto Mandelli negam, de formas distintas, um caráter autonomista inerente ao povo oriental e que a formação do Estado tenha sido consequência óbvia deste sentimento, ao contrário, ressaltam o viés artificioso dessa independência, diferente do que afirmaram Felde e Acevedo.

### 1.3 As décadas de 1970 e 1980: da ditadura ao marxismo

A década de 70 foi um momento em que os países latino-americanos passaram por regimes ditatoriais de cunho militar. Com isso, suas historiografias produziram uma resposta ao silêncio político, mas não de relevo nacionalista, aos moldes do XIX e início do XX (na qual a nação passa inexoravelmente pelo Estado). O que emerge deste período são análises nas quais o elemento popular tem profunda força; ele resiste, dialoga, enfim, ele interage com a sociedade. Para essas décadas serão usados: Castelhana, Oddone e Souza. Já a década de 80 representou o princípio da abertura política nos países latino-americanos, desta forma, a historiografia deste período esteve profundamente marcada pela contestação do autoritarismo de Estado, a partir de uma leitura de cunho marxista. Representando esta etapa será utilizado o autor brasileiro Moniz Bandeira.

Alfredo Castellano<sup>114</sup> foi historiador e professor do ensino secundário e do Instituto de Professores Artigas.<sup>115</sup> Castellano analisa a relação entre as condições sócio-

---

<sup>112</sup> Manuel Dorrego (Buenos Aires, 1787- 1828) foi militar e político argentino, de tendência federalista. Opositor de Rivadavia, assumiu o governo de Buenos Aires em 1827, após sua renúncia.

<sup>113</sup> Teixeira SOARES. *Diplomacia do Império no rio da Prata até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

<sup>114</sup> Alfredo CASTELLANOS. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca 1820-1838*. História Uruguaya. T.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

<sup>115</sup> O Instituto de Professores Artigas (IPA) é um instituto de nível universitário destinado a formação de docentes

econômica da Banda Oriental e a presença lusa. Segundo ele, a situação caótica da região teria possibilitado uma aparente aceitação da presença das tropas luso-brasileiras, afinal, a ocupação pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em alguma medida, colocaria fim à guerra civil, possibilitando a reorganização do comércio, da agricultura e a reconstrução da cidade e, acima de tudo, daria um basta na desordem<sup>116</sup> da temida revolução artiguista. Neste sentido o autor deu enorme relevo ao papel da elite montevidiana na efetivação do domínio luso, ressaltando, sobretudo, a adesão desta à figura de Lecor.

Por sua vez, uma temática que também deu margem a larga discussão historiográfica, apesar do pouco material existente a seu respeito, foi a trajetória do general Frederico Lecor. O general<sup>117</sup> e seus homens conseguiram desmembrar a milícia de Artigas, sendo os principais chefes da campanha mortos ou presos. Alguns, todavia, emigraram com os Chefes dos Orientais para Buenos Aires. Já os que ficaram, tiveram de se subordinar à autoridade portuguesa. Castellano ressalta a habilidade de Lecor, que, no início da ocupação, buscou estabelecer alianças com os chefes locais distribuindo favores.

Em principio Lecor se limitó a asegurarse la adhesión del patriciado montevidiano mediante el ortogamiento de altos cargos administrativos, rumbos os títulos nobiliários, ostentosas condecoraciones regias, y lúcidas fiestas y saraos, mientras no pudo disponer del dominio total del territorio de la Provincia invadida.<sup>118</sup>

Maria Blanca París de Oddone<sup>119</sup> reitera as observações de Castellano e destaca o aparato burocrático do qual Lecor faz uso na tentativa de legitimar sua presença, pautando-se na concessão de cargos e na manutenção de elementos simpáticos a sua causa. Oddone foi historiadora licenciada pela Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación (UdelaR), catedrática e professora emérita da mesma universidade. Também foi catedrática da Universidad Nacional Autónoma do México. O livro *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*, que será utilizado aqui, é formado por três artigos. O primeiro artigo “Colonia y

---

de nível secundário. Foi criado em 1949, com inspiração na escola francesa “École Supérieure de Paris”. A maioria de seus docentes estão ligados à Universidade Nacional do Uruguai.

<sup>116</sup> É importante frisar que a palavra *desordem*, por vezes citadas por essa elite montevidiana, está em acordo com a postura política de caráter reacionário defendida por esse grupo, temerosos com a possibilidade de uma radicalização no processo revolucionário artiguista, que poderia contrariar seus interesses econômicos. Certamente, o emprego dessa possuía um viés lesivo.

<sup>117</sup> Frederico Lecor era de ascendência francesa, nasceu em Portugal na década de 1760, ingressando no final do século XVIII no exército português. Extraído de: Fábio Ferreira RIBEIRO. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.

<sup>118</sup> Alfredo CASTELLANOS. op.cit. p.9.

<sup>119</sup> Blanca París de ODDONE. “Colonia y Revolucion”. In.: Blanca París de ODDONE; Lúcia Sala de TOULON; Rosa ALONSO. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

Revolucion” foi escrito por Oddone, o segundo “El Uruguay pastoril y caudillesco” por Lúcia Salas de Toulon e o último “Hacia la consolidación del Uruguay” por Rosa Alonso.

Mas além de Lecor, as teias de interesses que se imbricam na região contaram com outro ator de imensa magnitude – Buenos Aires – que, inicialmente, apoia a presença lusa, como forma de conter Artigas. Posição que muda rapidamente, afinal o Prata era uma região de grande interesse para Buenos Aires.

Neste sentido, o livro de Moniz Bandeira *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*<sup>120</sup> pode trazer algumas reflexões. Bandeira, historiador brasileiro da década de 1980, observou o processo de anexação do Prata pelo viés econômico. O autor formou-se em direito em 1960, foi membro do Partido Socialista Brasileiro e, em razão das suas posições políticas, foi exilado no Chile após o Golpe de 1964. Voltou ao Brasil sendo mantido preso por dois anos. Pesquisador-visitante no Instituto de Ciência Política da Universidade de Heidelberg em 1982, lecionou na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na fundação Escola de Serviço Público (1983-1987); participou, como professor-visitante, no Instituto de América Latina da Universidade de Estocolmo, em 1989, e, na Universidade de Colônia, Alemanha, 1994. O livro aqui utilizado foi uma adaptação da sua tese de doutoramento, pela universidade de São Paulo, “*O papel do Brasil na Bacia do Prata*”, de 1980. No capítulo que destina à Guerra Cisplatina, Bandeira destaca a participação de parte dos exilados<sup>121</sup> argentinos, moradores no Rio de Janeiro, no processo de invasão, pois estes preferiam coroar D. João, tendo em vista o perigo artiguista e sua política que enfraqueceria o porto de Buenos Aires. Deste modo, atribuiu à burguesia mercantil os acontecimentos de 1811.

Da mesma forma Soares de Souza,<sup>122</sup> historiador brasileiro que publicou seu texto na coleção *História Geral da Civilização Brasileira*, organizada por Sérgio Buarque de Holanda, utilizando como base a documentação diplomática do período, questiona as ações de Lecor e o interesse da região nessa anexação.

A validade da ocupação brasileira foi protestada pelo governo de Buenos Aires, para quem a região deveria voltar a fazer parte das Províncias Unidas do Rio da Prata, isto é, da confederação com Buenos Aires. Seguramente, a conspiração em torno da união das Províncias Platinas não visava apenas uma saudosa lembrança do antigo Vice-reino do Prata, mas correspondia aos interesses econômicos de diversos grupos portenhos.

A justificativa do governo de Buenos Aires para a anexação de Montevideu

---

<sup>120</sup> Moniz BANDEIRA. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2 ed. Rev. São Paulo Editora da Universidade de Brasília, 1995.

<sup>121</sup> Quando o autor fala dos exilados, refere-se a indivíduos que, fugindo da Revolução de Maio de 1810, migraram para o Rio de Janeiro.

<sup>122</sup> J.A. Soares SOUZA. “O Brasil e o Prata até 1828”. In: *História Geral da Civilização brasileira. O Brasil Monárquico*. São Paulo. Difusão européia do Livro, 1970.

sempre foi a proximidade cultural entre ambas, com isso, a oligarquia buenairense apoiou economicamente uma parte da elite montevidiana descontente, dando asilo aos *Trienta y tres caballeros orientales*, e implementou uma política contra a presença brasileira. Segundo Castelhana, em ofício enviado ao Rio de Janeiro em 1823 para o Dr. Valentin Gómez, o governo de Buenos Aires exige a devolução das Províncias Orientais às Províncias Unidas: “*en base a fundamentos de orden históricos, económicos y social, al tiempo que se negaba la legitimidad y legalidad de su incorporación a Portugal*”.<sup>123</sup>

Nos livros utilizados nesta discussão, tanto na historiografia brasileira, quanto na uruguaia, não há referência às causas prováveis para a não efetivação do domínio do Brasil na região do Prata. Porém, a lembrança constante por parte dos autores da indisposição do povo com relação à presença luso-brasileira, pode ser um elemento bastante elucidativo.

Neste sentido, é útil recuperar uma sutil observação de Blanca Oddone que, ao discutir as primeiras movimentações de Lecor, quando da invasão de 1817, destaca que o domínio de Lecor foi muito limitado ficando circunscrito à cidade de Montevidéu: “El Baron de la Laguna se instala en la Banda Oriental, mejor dicho en Montevidéu, ya que la campana sigue hostilizando durante cuatro años a sus ejércitos que nunca pueden considerarse dueños absolutos del terreno”.<sup>124</sup>

Castellano segue o mesmo percurso, ao assinalar a conhecida rivalidade entre os países ibéricos, tão bem representada na América pelo Brasil e seus vizinhos, a qual não esmorece com a passagem da região para os domínios do Império do Brasil: “(...) *el odio ancestral del campesino oriental contra el “portugo” depudador e intruso contribuyó a mantener latente el espíritu de rebelión que explotará em forma casi unánime em la Cruzada Libertadora de 1825*”.<sup>125</sup> Assim, a Guerra Cisplatina, como também a posterior independência do Uruguai, guardaria elementos da antiga rivalidade entre Portugal e Espanha, além da própria diferença de projetos entre o ladrilhador e o semeador,<sup>126</sup> em seus territórios americanos. Melhor dizendo, a negação da presença brasileira, pelos habitantes de Montevidéu, bem como da cultura que lhe é peculiar, representaria uma reafirmação e um compromisso com a cultura dos seus antigos colonizadores, ou seja:

Al recuperar en agosto de 1825 la independencia avasalada por la ocupación luso-brasileira se manifesta el mismo propósito de los tiempos de la ‘Patria vieja’ de organizar un Estado con una experiencia ya vivida, y fortalecida su unidad social, política y administrativa por la comunidad de intereses y tradiciones.<sup>127</sup>

---

<sup>123</sup> Alfredo CASTELLANOS. *Op.cit.*.p.31

<sup>124</sup> Blanca París de ODDONE. *Op.cit.* p.40.

<sup>125</sup> Alfredo CASTELLANOS. *Op.cit.* p.14.

<sup>126</sup> Sérgio Buarque HOLANDA. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo. Companhia das letras, 2001. Refiro-me as diferenças de projetos implantados pelas duas coroas ibéricas nas suas colônias na América.

<sup>127</sup> Alfredo CASTELLANOS. *Op.cit.* p.62

Cabe analisar que herança espanhola era essa. Se acaso foi a herança burocrática implementada pelos representantes espanhóis na América ou os laços forjado pelas comunidades naturais, citados na introdução, durante séculos de colonização. Ou ainda, se era apenas parte de um discurso político com o intuito criar uma identidade concorrente a do inimigo. Mas independente da origem desses elementos de continuísmo o fato é que a presença brasileira não conseguiu resolvê-los e eles já faziam da região, como explica Souza, um Estado diverso.

As condições, em que se daria a incorporação, eram responsáveis pela constituição da Cisplatina num Estado diverso, pois Portugal não poderia introduzir seu idioma, suas leis e costumes, nem impor contribuições ou julgar os orientais senão por seus próprios administradores e magistrados.<sup>128</sup>

#### **1.4 As décadas de 1990 e 2000: o eclipse do Estado-nação**

As décadas de 1990 e 2000 foram marcadas por uma nova revisão historiográfica em que o tema da nação e de seus mitos fundadores passaram por uma importante crítica, sobretudo, no que diz respeito ao papel da história na construção das narrativas nacionais que, até então, era caracterizado por uma postura ora de submissão às empreitadas de cunho nacionalista e ora de extrema oposição a qualquer filiação ao Estado.

Neste sentido, essa historiográfica contemporânea busca analisar a formação dos Estados-nacionais sem perder de vista o contexto histórico em que foram forjados, os interesses políticos e o discurso de que fizeram uso. Também cabe ressaltar, que os autores apresentados aqui, com exceção feita a Narancio, correspondem ao que é atualmente aceito pela historiografia que visa dar conta do conflito cisplatino.

Ainda que a abordagem da Guerra Cisplatina feita por essa historiografia contemporânea seja diferente quando comparadas aos períodos anteriores, algumas questões permanecem presentes. No que se refere à historiografia uruguaia, um elemento que persiste na produção deste período é a tentativa de localizar historicamente a fundação de uma nacionalidade uruguaia, bem como demarcar o caráter em que se deu seu processo de independência. Ambos os elementos aparecem no livro de Edmundo Narancio, presidente do Instituto Histórico e Geográfico do Uruguai, correspondente da Real Academia de Historia e ex-Ministro da Educação e Cultura. Por sua filiação à órgãos estatais é preciso um olhar arguto para as suas observações. O livro de Narancio, apesar de escrito na década de 90, filia-se ainda a uma historiografia tradicional, isto porque, o autor narra a história do Uruguai de forma teleológica, como se a formação do Estado estivesse presente e tivesse orientado todo o passado do país.

Narancio vislumbra o que convencionava chamar de uma “entidade uruguaia”

---

<sup>128</sup> J.A. Soares SOUZA. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico. Tomo II. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970. p.323

ainda no período colonial, buscando um destino histórico longínquo para a nação. Essa “entidade” seria precursora da nação propriamente dita e teria se formado durante o regime espanhol, o qual forneceu o arcabouço para existência política oriental. Buscar elementos de coesão, que justifiquem a criação de um posterior Estado numa tradição remota, pode, em princípio, parecer um simples esforço de legitimar projetos nacionais. Todavia, prendem-se a um universo ainda mais complicado, de construção de nacionalidade e invenção de identidade.

Seguindo um percurso semelhante à Narancio, tentar localizar temporalmente a criação de uma nacionalidade uruguaia, mas com resultados radicalmente distintos, é possível mencionar o livro de Carlos Real de Azúa, intitulado *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*.<sup>129</sup> O livro não trata diretamente da Guerra Cisplatina, entretanto faz um minucioso balanço da historiografia nacional do Uruguai, considerando as temáticas controversas, tais como a adesão às Províncias Unidas do Rio de la Plata tentando, sobretudo, identificar as possíveis explicações para essa união, bem como a relação entre esta e a Banda Oriental. A importância desse livro deve-se ao fato de apresentar uma renovação das teses independentistas, pela crítica que empreende e pelo amplo universo documental de que faz uso. O livro teve sua primeira edição publicada em 1990, após a morte do escritor. Porém, sua introdução é do ano de 1975, data provável para o seu término. Desta forma, seria cronologicamente mais lógico incluir o autor nas discussões pertinente à década de 1970, porém as inovações expressas nesse livro – na abordagem, no conteúdo e na ampliação das fontes – fazem dele, ainda hoje, uma referência aos estudos sobre o conflito no Prata e, sobretudo, sobre a formação do Uruguai, o que aproxima o livro deste tópico de inovações historiográficas.

Carlos Real de Azúa escreveu a maior parte de sua obra entre as décadas de 1960 e 1970, foi advogado, professor de literatura e estética, crítico literário, historiador e ensaísta. Lecionou no Instituto de Professores de Artigas entre 1954 a 1967 e na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da República; foi professor de Ciências Políticas, de 1967 até 1974 e exerceu importante atividade periodista na *Marcha*<sup>130</sup>, a partir de 1948.

O livro de Azúa, em oposição radical ao de Narancio, supera o esforço de identificar lampejos nacionais nas diferentes etapas da história do país. Questiona a constante insistência das teses independentistas<sup>131</sup> clássicas, como a de Felde e Castellano, de vislumbrar

---

<sup>129</sup> Carlos REAL DE AZÚA. *Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991. O autor morre em 1977.

<sup>130</sup> O seminário *Marcha* foi publicado mensalmente em Montevideu de 1939 a 1974. Com direção de Carlos Quijano, contando com intelectuais, como Mario Benedetti, Eduardo Galeano, Juan Carlos Onetti, Emir Rodríguez Monegal, Ángel Rama y Carlos Real de Azúa. Os temas abordados versavam entre história, filosofia, literatura, relações internacionais e política. Sobre a revista ver: Luisa Peirano BASSO. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.

<sup>131</sup> O termo historiografia independentista é cunhado por Azúa e diz respeito aos historiadores que escreveram a história do país identificando um cunho emancipatório quase intrínseco ao povo oriental

uma consciência nacional na ação dos *Trienta y Tres Orientales* ou em momentos anteriores a ela, percebendo antes de tudo a ambiguidade que embala os anos de 1825 e o período precedente. Azúa amplia o universo de possibilidades em jogo quando da invasão de Lavalleja, admitindo outros projetos que não o de separação ou independência, dimensionando a variedade de opções políticas do período.

Ainda em consonância com o ânimo de legitimar a independência uruguaia enquanto um destino inexorável, autores como Narancio, Felde ou Castellano, tributários de uma historiografia independentista, marcam insistentemente o distanciamento entre os orientais e as Províncias Unidas, seja mencionando a atitude de Montevideú de não apoiar a Revolução de Maio de 1810, seja relembrando o juramento à Constituição de Cadiz, em 1812, pelo Cabildo montevidéano. Azúa mais uma vez aparta-se dessa tentativa de localizar o “espírito nacional” e afirma que o distanciamento entre Buenos Aires e Montevideú seria reconhecido pela própria coroa espanhola, e materializado na possibilidade que o Cabildo de Montevideú tinha em se comunicar diretamente com o rei, mas não alega com isso uma ficcionalidade na Ata de Incorporação, relativizando inclusive o significado do termo união para os contemporâneos de Lavalleja, já que, segundo ele, a anexação aos vizinhos da outra margem não pareceu escandalizar tanto o exército oriental como o fez aos historiadores da independência.

Segundo Azúa, mais um elemento presente na apologética independentista é a crítica feita à Artigas por seu esforço em manter uma boa relação com as demais regiões da Banda Oriental. A condenação se explica por uma suposta contradição nas atitudes do chefe oriental que por um lado cultivou uma política de apoio às formas confederadas, presentes em suas tentativas de angariar a adesão das províncias interioranas das Províncias Unidas do Rio da Prata, a qual, para estes autores, vai de encontro a uma postura de independência absoluta, que se exige da figura de Artigas. De acordo com Azúa, as ações política do general foram unicamente uma resposta às condições materiais da região oriental no período de guerra civil, não uma espécie de traição ao ideal de libertação.

Algumas das perspectivas presentes na historiografia independentista não dão conta da complexidade e pluralidade de opções e posições políticas presentes na região platina. A riqueza da história desse território deve-se exatamente a profusão de ideias e a transitoriedade de algumas delas, que não pressupõe uma veleidade ou uma leviandade no caráter de tais homens, mas demonstram uma capacidade de adaptar-se às mudanças constantes geradas por um contexto singular de guerras e de profundas transformações políticas. Assim, em lugar de acusações diante da ambiguidade de algumas posturas políticas seria mais acertado pensar numa enorme capacidade de respostas às diferentes conjunturas, o que de certa forma viabilizou a Banda Oriental.

O suposto “espírito oriental” redundou na construção do conceito de orientalidade, que atribuía uma identidade de grupo aos habitantes da Banda Oriental. Essa

consciência de pertencimento a uma comunidade também foi fixada em um passado remoto. Entretanto, nem sempre foi construída enquanto processo de oposição as demais identidades do período. Narancio, por exemplo, não nega a presença do elemento espanhol nos contornos da orientalidade uruguaia, demonstrando que ela não precisava, necessariamente, estar alicerçada na noção de ruptura com a mãe-pátria. Para o autor a cultura hispânica durante os séculos de colonização foi edificando valores, costumes ao *éthos* oriental. É interessante notar na exposição de Narancio, que apesar de seu empenho em afirmar uma identidade que seja própria da Banda Oriental ele não tomou como base a tradição histórica indígena ou hispano-americana, o tronco dessa identidade foi europeu, nas palavras do autor sua “estirpe” foi espanhola. Assim, a Banda Oriental nasceria prematuramente enquanto comunidade de iguais, percebendo e atuando como tal, mas sua filiação nem seria resultado das guerras civis, nem da política de Artigas, nem de uma diferenciação inventada pelo confronto com os portenhos, ainda nos idos coloniais, nem, tampouco, de uma distinção forjada após as lutas contra portugueses e, posteriormente brasileiros, mas da cultura espanhola.<sup>132</sup>

João Paulo Garrido Pimenta trabalha igualmente com a ideia de orientalidade, por motivos diferentes dos de Narancio, relacionando esta a um contexto posterior. Pimenta é doutor em História e professor do Departamento de História da Universidade de São Paulo. A região Cisplatina foi tema de sua tese de mestrado, também pela USP, publicada sob o título: “Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)”<sup>133</sup> e de três outros artigos: “Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822)”<sup>134</sup>, “O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828)”<sup>135</sup> e “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”<sup>136</sup>.

Para o autor, após a declaração de guerra entre Montevideu e Buenos Aires, sob a liderança de José Gervasio Artigas, há uma radicalização do processo, o que leva, em 1813, à constituição de uma assembleia sediada em *Tres Cruces*, que instituiu a Província Oriental e,

---

<sup>132</sup> A origem da identidade oriental pautada no tronco espanhol aparece em duas citações: “El devenir de los hechos fue dejando valores, recuerdos, tradiciones, modos de vida, costumbres que venían de España; en su nuevo entorno recibieren la aportación de otras culturas sin perder los fundamentos de su estilo vital procedente de las raíces hispánicas de su estirpe” e “No importe, pues, que se combatiera contra los regentistas, contra la dominación española, contra un sector social de Buenos Aires, contra los portugueses y contra el Brasil; la entraña cultural fue y siguió siendo de estirpe hispánica”. NARANCIO, Edmundo M. *La independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992. p. 13-14

<sup>133</sup> João Paulo G. PIMENTA. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>134</sup> João Paulo G. PIMENTA. “Nas origens da imprensa luso-americana: o periodismo da província Cisplatina (1821-1822)”. In: Lúcia Neves; Marco Morel; Tania Ferreira. (Org.). *História e imprensa: representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, v. , p. 19-36.

<sup>135</sup> *Id.* “O Brasil e a “experiência cisplatina” (1817-1828)”. In: István Jancsó. (Org.). *Independência: história e historiografia*. 1 ed. São Paulo: Hucitec, 2005, v. , p. 755-789.

<sup>136</sup> *Id.* “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005.

como consequência, contrapôs-se à influência de Buenos Aires. De acordo com Pimenta, a partir desse processo de formação da Província Oriental, começa a se forjar uma identidade oriental, agora com o intuito de romper com modelos anteriores. Assim, a orientalidade seria uma identidade reativa, formada em oposição a todo universo de significações pregressas, diferente do que afirma Narancio. Entretanto, Pimenta alerta que essa identidade não se funda concomitantemente em toda Banda Oriental, mas seria mais forte fora de Montevideú, bem como para os adeptos do artiguismo.<sup>137</sup>

Portanto, há uma diferença essencial entre os dois autores. Narancio afirma que a identidade do povo uruguaio já existia no período colonial. Em contrapartida, Pimenta marca a construção dessa identidade enquanto oposição aos portenhos e, sobretudo, aos luso-brasileiros, mas sem resultar necessariamente numa adesão ao tronco hispânico.

Com isso, essa discussão historiográfica pretende demonstrar que essas relações identitárias no prata foram bastante confusas. Pimenta, aludindo à criação da Província Cisplatina, mostra que em todos os diálogos em torno de sua invenção, sempre esteve em jogo uma diferenciação entre o português e a população da região anexada:

(...) distinção fundamenta em relação a esta nação: os orientais –identidade agora extensiva aos habitantes de Montevideú- não eram portugueses. O caráter circunstancial da união política é claramente assumido, bem como elementos de alteridade por ela oferecidos”.<sup>138</sup>

A negação da identidade portuguesa fica patente, pois, como afirma Pimenta, ser oriental não era ser português, luso-americano ou brasileiro. O que essa discussão desejar apontar é que, todavia, não quer dizer não ser espanhol, ou melhor, não traz implícito uma ruptura completa com o elemento espanhol. Não se propõe desta forma que as decisões ou discursos dos grupos que habitavam a região do Prata sejam tributários da política colonizadora espanhola, mas que é a força dos laços culturais no destino das sociedades hispano-americanas, forjadas de forma muitas vezes conturbada durante o século XIX, que constrói sua originalidade a partir de velhas tradições e até de antigos desafetos. Mais ainda, que esses laços culturais foram constantemente apropriados discursivamente pelos grupos de poder no Prata e mesmo que seja atribuído um caráter retórico a tais discursos, é possível afirmar que o simples ato de utilizá-los já demonstra que encontravam alguma pertinência na cultura política do período.

---

<sup>137</sup> *Id. Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. Op.cit., p.43. Para Pimenta :“A criação da Província Oriental parece ter jogado por terra a vigência da identidade espanhola, e cristalizado uma expressão até então de pouca importância política que passaria, doravante a ser identificação majoritária de seus habitantes: oriental. É bem verdade que ela funciona primeiro e melhor para os habitantes de outras regiões que não Montevideú, assim como aos partidários de Artigas; logo, porém, e agregando percepções de particularismos anteriores o termo se generaliza”.

<sup>138</sup> *Id.* “Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: PAMPLONA, M. *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.p.47.

Neste sentido, cabe avaliar o próprio termo oriental, pois seu significado agrega valores diferenciados nos diversos contextos em que é empregado. Assim, parece útil lançar mão de um breve histórico sobre o termo, que, sendo anterior ao contexto da Guerra Cisplatina, dá algumas pistas da amplitude de seus significados e evita simplificações equivocadas: como as tentativas de atribuir a ele o sentido de um protótipo de nacionalidade. Tal intento basear-se-á na leitura do livro *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*.<sup>139</sup> O livro é resultado da tese de doutoramento de Ana Frega defendida em 2004, em Buenos Aires. Frega é professora do Departamento de História da Faculdade de Humanidades e Ciências da Educação da Universidade da República e de História Nacional do Instituto de Professores Artigas no Uruguai. Publicou, na primeira década de 2000, diversos artigos e capítulos de livros no Brasil, na Argentina e no Uruguai. O livro trata mais especificamente da região de Santo Domingo Soriano, que, segundo a autora, construiu-se como marco das disputas fronteiriças entre Espanha e Portugal. A análise teve como ponto de partida a crise desencadeada com a vacância da coroa espanhola, a qual abriu espaço para que diversos grupos sociais entrassem em conflito com o intuito de validar seus diferentes projetos de soberania.

Com isso, a Província Oriental tem sua construção revisitada a partir da perspectiva de Santo Domingo Soriano, seja percebendo a participação da cidade no ciclo revolucionário que vai de 1810 a 1820, seja pontuando as características e os efeitos da guerra, não perdendo de vista as disputas entre os interesses locais e os centrais que perpassam esse período.

Para Frega, o termo oriental, derivação de oriente, em princípio, tem valor geográfico, mas, em 1811 começa a tomar contornos simbólicos e, *orientales*, passar a representar todos os que se contrapunham à dominação espanhola. Já em 1814 e 1815, com a disputa entre unitários e federalistas fervilhando nas províncias platinas, *orientales* é associado ao projeto federalista.

La invocación al “*Oriente*” adquirió una fuerza simbólicas desde finales del año 1811. El “Jefe de los Orientales”, comandante del ejército patriota en los territorios al este del Río de la Plata o del río Uruguay (referencia militar y geográfica) se transformó, tras la firma del armistio entre los gobiernos de Montevideo y Buenos Aires, en jefe de la población que no quería volver al 'yugo' español. Entre 1814 y 1815, con la participación de varias provincias en una alianza para la defensa de las soberanías particulares contra el proyecto unitarios, pasó a encabezar una corriente dentro de la revolución rioplatense. “Orientales” se asociaba a “federalismo” y con ello, por parte de los sectores afines a la unidad de la soberanía (“unitarios”), al desorden y la

---

<sup>139</sup> Ana FREGA. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

anarquia, como se observó.<sup>140</sup>

A partir da história do termo oriental é possível perceber que a gestação do elemento oriental afigura-se de forma bastante refulgente nesse período, e ganha ainda mais força com a radicalização das guerras de independência e, sobretudo, a com ocupação lusa. Contudo, mais relevante que localizar os primórdios dessa identidade oriental será perceber o quanto o seu processo de construção foi determinado pelo choque com o espanhol, o portenho ou o luso-brasileiro.

A forma como os orientais dialogaram com todas essas identidades redundou numa diversidade de opções políticas lidas muitas vezes de forma negativa, imprimindo um caráter dúbio a esses homens, quando devem ser tomadas como diferentes possibilidades de adequação dos elementos locais do território platino. Na verdade, a realidade instaurada com as guerras de independências deram uma nova direção para a política no Prata fazendo multiplicar as divergências e, na mesma proporção, o número de grupos de poder dispostos a conduzir o processo político.

A esse processo de disputa pela hegemonia do poder político, instaurado com a guerra civil, o qual possibilitou a emergência de diferentes soberanias no âmbito das cidades Chiamonte classificou em termo de uma “sociabilidade combatente”. José Carlos Chiamonte graduou-se em filosofia na Universidad Nacional del Litoral, UNL, Argentina. Lecionou em diversas universidades e atua, ainda hoje, na Universidad de Buenos Aires, Facultad de Filosofía y Letras – UBA. Chiamonte é diretor do Instituto de História Argentina e Americana “Dr. Emilio Ravignani”, cargo que exerce desde 1986.

Chiamonte afirma que as cidades americanas herdaram seu modelo organizacional da política castelhana do século XVI, sobretudo o imaginário que faz dessas unidades administrativas um lugar privilegiado de sociabilidade humana e, conseqüentemente, de poder. Desta forma, essas cidades ou cidades-províncias tornaram-se cada vez mais autossuficientes, atingindo uma considerável emancipação social e política, eclipsando, inclusive, o poder do Estado metropolitano. Assim, com as guerras de independência essas cidades que já eram símbolos de autonomia e contestação tornaram-se um campo singular de disputa pela direção política, influenciando a construção de diferentes soberanias.<sup>141</sup> Para ele, essas soberanias algumas vezes comportaram unidades maiores, mas que, invariavelmente,

---

<sup>140</sup> *Ibidem.*, p. 368.

<sup>141</sup> Para Chiamonte, essas soberanias eram entendidas como sociedades de homens que compartilham as mesmas leis, costumes e governo. Jose Carlos CHIARAMONTE. “Modificaciones del Pacto Imperial. In.:ANNINO, Antonio, GUERRA, François-Xavier (Coord). Inventando la Nación-Iberoamérica siglo XIX. México:FCE, 2003. A mesma opinião é compartilhada por Gabriela Ferreira, para quem “ No Rio da Prata, a 1ª década revolucionária foi de fato marcada pela coexistência conflituosa da soberania das cidades com a tendência dos governos centrais a buscar, para além da independência em relação às autoridades da metrópole, a organização de um Estado que, sob a liderança de Buenos Aires, conformaria uma única soberania rio platense”. Ver : Gabriela. N. FERREIRA. *O Rio da Prata e a Consolidação do Estado imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

apontaram para projetos de unidades políticas independentes, expressas em formas confederadas.

Como condição de existência dessas cidades e de sua viabilidade política, entrava em jogo a capacidade das lideranças políticas regionais<sup>142</sup> produzirem uma identificação que fosse plausível a todos, isto é, capaz de tramar soberanias grupais. Essa sociabilidade as guerras souberam muito bem tecer, dando subsídios para modelos unificadores, almejados por essas diferentes soberanias e ensaiados ainda nas lutas de independência. Tais modelos servirão de suporte para os projetos nacionais da segunda metade do século XIX.

A guerra, contudo, torna mais exacerbadas as opções políticas nos países envolvidos, e ainda que se arraste por mais um quarto de século suas formações nacionais, este foi um momento definidor. No Uruguai, o universo de possibilidades foi sem dúvida o mais complexo: ficar com o Império, render-se à Buenos Aires ou construir uma federação com as províncias do interior. Já Argentina, duas eram as opções: implantar o modelo unitário ou estabelecer um regime de cunho federalista.

No Brasil, não foi muito diferente. A questão platina deu nuanças distintas à política interna, que não foi sempre a mesma. Como apontado por Demétrio Magnoli em *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. Magnoli, doutor em Geografia Humana pela faculdade de Filosofia, Letras e Ciências humanas da Universidade de São Paulo, faz significativas alusões ao Prata no capítulo “Estado pré-nacional: Política externa e unidade territorial”.<sup>143</sup>

Magnoli evidencia o que estava em jogo nos dois momentos em que o país voltou-se para seu vizinho. Para o autor, em 1811 a presença do Brasil em Montevidéu pode ser associada a um projeto de edificar um império luso-brasileiro na América. Já a anexação, iniciada em 1821, não tinha mais seus alicerces no universo dinástico, mas articulava-se com a necessidade de construir um Império brasileiro. Mas se a construção de um império luso-brasileiro justificaria a ocupação do Prata, o que explicaria a condescendência oriental em relação a ela seria a própria destruição da região. Desta maneira, Pimenta, exatamente como fez Castellano, ressalta o caos de Montevidéu como elemento facilitador da presença portuguesa. Ele adverte que a ocupação em 1817 foi bem aceita, pois as guerras civis da década de 1810 dificultavam toda e qualquer atividade produtiva ou comercial e a monarquia vizinha tornou-se a única esperança para reestruturação da cidade e da economia.

A ocupação, como tentou demonstrar Moniz Bandeira, foi acobertada inclusive pelos portenhos que sofriam perdas financeiras significativas com a guerra civil na Banda Oriental. Mas os portenhos não demoraram a perceber as desvantagens desse domínio e impor-

---

<sup>142</sup>A importância dessas elites locais na produção de uma unidade, pode ser mais bem entendida tendo como aporte as discussões em torno do caudilhismo e de seus chefes agentes centrais no processo de produção dos Estado-nacionais latinos.

<sup>143</sup> Demétrio MAGNOLI. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

lhe intensa objeção, a final, a economia das Províncias Unidas estava irremediavelmente ligada a dos orientais.

A dependência portenha foi citada por dois autores da atualidade: Francisco Fernando Monteoliva Doratioto e John Lynch. Doratioto é doutor em história pela universidade de Brasília e professor Adjunto de História da América, no Departamento de História da Universidade de Brasília. O autor também atua no programa de Mestrado em Diplomacia do Instituto Rio Branco (Ministério das Relações Exteriores). Doratioto, apesar de trabalhar com a guerra do Paraguai, faz menção em seu livro às condições de dependência entre as cidades de Montevidéu e de Buenos Aires. Neste sentido, Doratioto destaca o objetivo portenho de comandar todo território que compunha o extinto vice-reino da Prata no plano econômico e político:

Após liderar a independência do vice-reino da Prata em relação à Espanha, a burguesia mercantil de Buenos Aires planejava um Estado nacional centralizado, sob sua hegemonia, com a unificação das economias das demais províncias da ex-colônia. A posição estratégica de Buenos Aires, na foz do rio Paraná, permitia a lhes dificultar o comércio marítimo do interior com o restante do mundo. Desse modo, concentraria no porto dessa cidade as trocas mercantis internacionais da região platina.<sup>144</sup>

O interesse portenho se explicaria, em parte, pela sua fragilidade econômica quando desligada das demais províncias platinas. Por sua vez, John Lynch ressalta que Buenos Aires dependia especialmente do comércio, já que sua agricultura não era muito desenvolvida. Lynch é doutor pela universidade de Londres onde lecionou até sua aposentadoria. No texto “As repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”, publicado em 2001 na coleção *História da América Latina*, afirmou que Buenos Aires se destacava mais como entreposto comercial que pela condição de produtor de matérias-primas, por isso, dependia tanto das outras regiões que outrora fizeram parte do vice-reino da Prata, ou seja:

Em termos econômicos, Buenos Aires emergiu de seu passado colonial não como um produtor primário, mas como um simples entreposto. Os comerciantes de Buenos Aires obtinham seus lucros não com a exportação de produtos nacionais, mas com a importação de bens de consumo para um mercado que se estendia do Atlântico aos Andes.<sup>145</sup>

A historiografia contemporânea também habilitou um polêmico personagens da história da guerra no Prata, Lecor. João Paulo Pimenta no capítulo “O Brasil e a experiência cisplatina” caracteriza o tipo de relação construída entre o representante luso na Cisplatina e

<sup>144</sup> DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do Paraguai*. São Paulo: Companhia das letras, 2002. p.24.

<sup>145</sup> LYNCH, John. “As repúblicas do Prata da Independência à Guerra do Paraguai”. IN: *BETHELL, Leslie: História da América Latina: da Independência a 1870*.v. III. São Paulo: EDUSP; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001.

os grupos de poder regionais. De acordo com Pimenta a figura de Lecor teve importância crucial em Montevidéu, trabalhando para alargar o sufrágio interno à ocupação do governo português, nesta tarefa promoveu a produção de gado e o comércio, além procurar ganhar a confiança de orientais proeminentes com a distribuição de cargos administrativos e títulos nobiliários. Sobre a figura de Lecor, na produção historiográfica brasileira, é possível citar ainda o trabalho de Fábio Ferreira Ribeiro,<sup>146</sup> que se apartando de uma visão maniqueísta, destaca pontos importantes da atuação do general no Prata. Ribeiro menciona medidas tomadas por Lecor com intuito de dinamizar a economia e reerguer a cidade de Montevidéu.

Já o historiador e jornalista Lincoln Maiztegui Casas<sup>147</sup> analisa as duas fases políticas do general Lecor na Cisplatina. O autor assume papel importante na primeira década de 2000 com os quatro tomos destinados à história do Uruguai – *Orientales. Historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*, cuja primeira edição é de 2004, *Orientales. Historia política del Uruguay. De 1865 a 1938*, *Orientales. Historia política del Uruguay. De 1938 a 1971* e *Orientales. Historia política del Uruguay. La Dictadura (1973-1985)*. Em os *Orientales, historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*,<sup>148</sup> o autor pontua que a atuação de Lecor durante a dominação lusa na Cisplatina foi marcada pela prudência ao que se refere aos assuntos de governo, respeitando as distribuições de terra realizadas pelo Regulamento de 1815 e favorecendo consideravelmente o comércio na região e, antes de tudo, pacificando a região. Entretanto, após a tentativa de insubordinação na Banda, em 1823, assunto a ser discutido no capítulo 4, Lecor muda radicalmente de postura. O general passa a agir de forma autoritária, inclusive anulando as prerrogativas autonomistas do Congresso Cisplatino, como a ocupação de cargos públicos pelos orientais e a conservação do idioma, o que lhe traz enorme impopularidade.

Entretanto, uma questão parece ser compartilhada pela historiografia atual, tanto uruguaia quanto do Brasil: o caráter duvidoso do congresso que aprova a anexação da região Cisplatina. De acordo com João Paulo Pimenta, o congresso que votou a anexação, quando a região ainda era domínio português, isto é, antes da Independência brasileira, foi forjado e “a anexação foi manipulada; o representante do Brasil, General Lecor, teria agido por interesse próprio”.<sup>149</sup> Azúa, por sua vez, identifica a incorporação como parte de uma série de manobras levadas a cabo por grupos movidos pela ambição pessoal.

A maior parte da historiografia, sobretudo a de viés nacionalista uruguaia, não

---

<sup>146</sup> Fábio Ferreira RIBEIRO. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina: 1820-1822*. Op. cit. Em sua tese, Ribeiro, faz uma longa discussão sobre a historiografia a respeito de Lecor, o que não pretendo recuperar aqui.

<sup>147</sup> Casas cursou licenciatura de História na Universidade de Barcelona e na Universidade Nacional de Educação em Madrid. Em 1995 foi professor interino de jornalismo na Universidade Católica de Montevidéu.

<sup>148</sup> Lincoln MAIZTEGUI CASAS. *Orientales. Uma historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*. 2º ed. Buenos Aires: Planeta, 2007.

<sup>149</sup> João Paulo G. PIMENTA. “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. In: *Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005 p.16

costuma ver como bons olhos os orientais que participaram do Congresso Cisplatino, a quem tendem a classificar como traidores ou, como nas palavras de Azúa, como homens movidos pela ganância. Entretanto, um autor que parece destoar desta retórica é Lincoln Casas, o qual, mesmo criticando a organização deste, que ficou a cargo do grupo conhecido como “Club del Barón”, não concorda com a tendência geral de dividir os homens do período como patriotas e entreguistas, estando, impreterivelmente, os participantes do Congresso entre os segundos.

Casas vê como injusta parte da historiografia que coloca os congressistas como submissos à dominação estrangeira ou como pessoas sem dignidade nacional, ainda que se possa questionar o termo empregado pelo autor. O fato é que para Casas se deu exatamente o contrário; tais homens foram heróicos ao tentar, diante da presença estrangeira, negociar condições mais honrosas, “*Si algo asombra, precisamente, es el coraje cívico de estos ciudadanos, que ocupados por una poderosa fuerza armada, tuvieron la osadía de reivindicar su voluntad autonomista con semejante claridad y firmeza*”.<sup>150</sup>

Além da anexação, próprio ato de criação do Estado uruguaio foi tema de discussão. E se para Narancio o tratado de paz de 1828 foi apenas o aparecimento jurídico de um Estado, já com ares nacionais. Segundo Doratioto – citando lorde Ponsoby –, o país nasceu com a única finalidade de evitar atritos entre as duas grandes nações do cone sul: “*O Uruguai foi criado em 1828 e cumpriria a função, segundo lorde Ponsoby, representante do governo britânico no Prata, patrocinador da independência uruguaia, de um algodão entre dois cristais*”<sup>151</sup>, isto é, um país produzido apenas para neutralizar a potencial rivalidade entre Brasil e Argentina.

A fragilidade do país que nasceu em 1828 aparece de forma muito semelhante à retratada por Doratioto no livro *A fronteira*<sup>152</sup>, de Tau Golin, publicado em 2002. Golin é doutor em história e jornalista. Leciona no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas na Faculdade de Arte e Comunicação e no mestrado em História na Universidade de Passo Fundo. Segundo Golin, foram as disputas entre o Brasil e as Províncias Unidas e a resistência de ambos em ceder a Banda Oriental que abriram caminho para o crescimento dos grupos favoráveis a uma independência da região. O autor define a formação do Estado Uruguaio enquanto uma “independência-concedida” com o intuito de pôr fim às tensões no Prata,<sup>153</sup> o

---

<sup>150</sup> Lincoln MAIZTEGUI CASAS. *Op. cit.* p.186

<sup>151</sup> Francisco DORATIOTO. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do .* São Paulo: Companhia das letras, 2002. p.46

<sup>152</sup> Tau GOLIN. *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina.* Porto Alegre:L&PM, 2002.

<sup>153</sup> Nas palavras de Golin: “Até atingir sua independência-concedida, a sociedade uruguaia incorporou as heranças do antigo espaço hispano-colonial e suas guerras de fronteiras, das tensões e dos conflitos político-militares das Províncias Unidas do Rio da Prata, das ocupações e das anexações luso-brasileira. Centro da discórdia entre o Brasil e a Argentina, a independência apresentou-se como a solução para as diferentes forças sociais que tensionavam entre as possibilidades de permanecer anexada ao Brasil e a de ser mais uma das unidades das Províncias Unidas – a Argentina. A inflexibilidade dos dois países beligerantes em peder um para o outro a “Banda Oriental” – o que seria a concretização da derrota –abriu espaço para a alternativa da criação de

que não aconteceu.

### 1.5. O lugar do Estado-Nação

Como ficou claro na exposição dos autores acima, a historiografia esteve estritamente associada às discussões sobre a formação dos Estado-nacionais, seja participando de alguma forma do esforço nacionalizante de suas unidades territoriais, seja dialogando criticamente com ele ou ainda o renegando. O fato é que a historiografia do século XIX e XX não pôde de maneira alguma se manter imune diante da formação e consolidação das nações. Sendo assim, o trabalho fará uma breve apresentação de autores que discutem o tema da nação e da nacionalidade. Neste sentido, seis autores balizaram esta discussão, são eles: Benedict Anderson, Ernest Gellner, Eric Hobsbawm, Montserrat Guibernau, François-Xavier Guerra e Tamar Herzog.

De acordo com Benedict Anderson,<sup>154</sup> autor de *Nação e consciência nacional*,<sup>155</sup> publicado em 1983, a teoria marxista não consegue dar conta da realidade beligerante dos países europeus, tampouco dos nacionalismos emergentes durante o século XX. Contudo, a questão mais importante da argumentação de Anderson é a própria definição de nação, pois abarca seu caráter imaginário, isto é, aponta para o fato de que mesmo quando os membros de uma nação desconhecem seus compatriotas, ainda assim, o sentimento de pertença e identificação é comum a todos eles.

Já a reflexão de Ernest Gellner,<sup>156</sup> *Nações e nacionalismos*,<sup>157</sup> define a nação em termos de vontade e adesão: ambos, forjados a partir do nacionalismo. Esse papel do nacionalismo como um possibilitador da construção nacional, por seu poder aglutinador e sintético, não teria grande pertinência fora do mundo europeu, tendo em vista ter sido o Estado o grande patrocinador da nação no mundo latino-americano, e não uma nacionalidade prévia.

A nação, na perspectiva de Gellner, não é um dado natural, como também não é o Estado, mas sim uma invenção do nacionalismo. Essa falsificação, mencionada por Gellner, é criticada por Anderson, para quem esses elementos devem ser pensados nos termos de uma imaginação.

---

um novo país, fortalecendo a posição inicialmente frágil dos segmentos que, no interior da guerra, desejavam a independência”.

<sup>154</sup> Benedict Anderson (China, 1936) descendente de irlandeses e ingleses foi morar no Estados Unidos ainda criança. É cientista político e professor emérito na Universidade Cornell. Escreveu *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*.

<sup>155</sup> Benedict ANDERSON. *Nações e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.

<sup>156</sup> Ernest André Gellner (Paris, 1925- Praga, 1995) era judeu e, posteriormente, se naturalizou britânico. Durante 35 anos foi professor de filosofia, lógica e método científico na London School of Economics, mas também lecionou antropologia social na Universidade de Cambridge. Gellner foi fundador de um centro de estudo sobre a temática do nacionalismo localizado em Praga.

<sup>157</sup> Ernest GELLNER. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

Outro livro importante será *Nações e nacionalismos desde 1780*<sup>158</sup> de Eric Hobsbawm,<sup>159</sup> escrito em 1990, sob uma perspectiva marxista. Hobsbawm tenta incorporar o caráter imaginário da nação, descrito por Anderson. Mas, essa nação não seria resultado de um assentimento, como é em Gellner. Assim, questiona o critério de consciência como condição de existência da nação.

Como uma espécie de síntese dos autores acima citados, é possível recuperar as discussões feitas por Guibernau<sup>160</sup> em *Nacionalismos. O Estado e o nacionalismo no século XX*<sup>161</sup>, de 1997. Guibernau relaciona nacionalismo e Estado, pois vê o nacionalismo como ideologia legitimadora na fundação do Estado nacional: “o nacionalismo uma ideologia estreitamente relacionada com a ascensão do estado nacional e comprometida com idéias a respeito da soberania popular e da democracia suscitadas pela revolução francesa e americana”.<sup>162</sup> Todavia, faz uma separação entre nação e Estado, demonstrando a possibilidade de existência independente de um ou de outro. Não muito diferente do que fala Hobsbawm, quando frisa a possibilidade da formação de um Estado não vir acompanhada da criação de uma nação.

Dos quatro autores, somente Anderson e Guibernau mencionam contextos não europeus. De acordo com o primeiro, uma consciência nacional teria sido antecipada na América em razão das disputas políticas entre *criollos* e peninsulares, que precedeu a existência do Estado. Já Guibernau acredita que nos países do terceiro mundo os Estados não possuem nação, pois a homogeneização foi malsucedida. Desta forma, no processo de colonização de alguns países, as autoridades coloniais criaram uma administração central, na qual, segundo o autor: “cada colônia era um ajuntamento de povos e velhos estados, ou fragmentos destes, reunidos dentro das mesmas fronteiras”.<sup>163</sup>

Para análise específica do caso americano, um autor de grande relevância é François-Xavier Guerra<sup>164</sup>. O autor alerta que os traços culturais foram muito utilizados para explicar a independência, pois muitas das análises a respeito da nação moderna foram elaboradas para o fenômeno das nacionalidades europeias. Conclui-se, com isso, que a nacionalidade, enquanto grupo humano com especificidade religiosa, étnica e linguística, anseia, ao fim, uma autonomia em relação ao Estado, o que se poderia nomear como uma

---

<sup>158</sup> Eric J. HOBSBAWM. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>159</sup> Eric John Earnest Hobsbawm (Alexandria, 1917). Estudou em Cambridge. Entre os anos de 1940 e 1955 fez parte do corpo docente do King's College de Cambridge. Desde 1959 é catedrático de história da Faculdade de Birbeck da Universidade de Londres.

<sup>160</sup> Montserrat Guibernau é Ph.D. pela universidade de Cambridge. Leciona na Universidade de Londres.

<sup>161</sup> Montserrat GUIBERNAU. *Nacionalismos. O Estado e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997

<sup>162</sup> *Ibidem.*, p.11

<sup>163</sup> *Ibidem.*, p.127

<sup>164</sup> François-Xavier Guerra (Vigo, 1942-2002) nasceu na Espanha e se naturalizou francês. Estudou na Sorbonne. Lecionou como professor de História Contemporânea, América e mundo Ibérico, na Universidade de Paris.

soberania plena. O autor afirma que não há nenhum movimento nacionalista na América antes da independência, por isso, o modelo de nacionalidade não se aplicaria.

Na América, os elementos étnicos não tiveram caráter fragmentador, pois, o tronco cultural espanhol serviu como aglutinador, ou seja:

la América hispánica es un mosaico de grupos étnicos, lingüísticos y culturales, pero, ninguna de las naciones hispanoamericanas pretendió nunca identificarse con ninguno de ellos. En gran parte, porque, después de tres siglos de vida común, todos estos grupos estaban muy imbricados, profundamente mestizados y compartían además una misma religión y una misma lealtad política” (...) “los fundadores de los nuevos Estados, los constructores de las nuevas “naciones” fueron en su inmensa mayoría criollos y compartieron con sus adversarios – americanos e peninsulares- todo lo que después, en otros lugares, servirá de fundamento a la “nacionalidad”: un mismo origen ibérico, la misma lengua, la misma cultura, las mismas referencias políticas y administrativas. Sólo el lugar de nacimiento y las identidades regionales en formación los diferenciaban de los españoles de España. Aunque, como lo veremos enseguida, estos elementos hayan servido de fundamento a la edificación de las nuevas naciones, es difícil atribuirles el carácter de una “nacionalidad”. Si se nos obligara a pesar de todo a usar dicho término podríamos decir que el problema de la América hispánica no es el de diversas nacionalidades que van a llevar a formar un Estado, sino el problema de construir “naciones” separadas a partir de una misma “nacionalidad” hispánica.<sup>165</sup>

Fechando o bloco, Tamar Herzog<sup>166</sup> no texto “Identidades Modernas: Estado, Comunidade e Nação no Império Hispânico”<sup>167</sup> da coletânea *Brasil: Formação do Estado e da Nação* coordenada por István Jancsó destoa dos demais autores. Herzog<sup>168</sup> nem defende

---

<sup>165</sup> François-Xavier GUERRA. “Las mutaciones de la identidad em la América hispánica”. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nacion. Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003. p.187.

<sup>166</sup> Tamar Herzog leciona na universidade de Chicago.

<sup>167</sup> Tamar HERZOG. “Identidades Modernas: Estado, Comunidade e Nação no Império Hispânico”. In.: Jancsó, István. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

<sup>168</sup> Para Herzog: “Se de um lado, hoje, o caráter fantasmagórico de toda categoria social parece-nos evidente e poucas vezes o discutimos seriamente, de outro, no campo da investigação histórica das nações, permanece um grupo importante de historiadores para quem as nações são o resultado “natural” e autogerado de algumas características comuns, tais como idioma, costumes, a religião ou pertencimento étnico. Portanto, as identidades coletivas que tais características comuns geram não são nem inventadas, nem imaginadas. Historicamente determinadas, são reais e objetivas e, graças a elas, existem as nações. Porque dependem de características que podem ser prévias à formação de Estados, ao contrário do que afirmam os historiadores que apóiam a ‘invenção da nação’, as nações não têm nada, ou muito pouco, que ver com os Estado, ou com a modernidade. Existem, simplesmente, porque é natural que pessoas que compartilham certas características comuns sintam-se afins e se

que as nações sejam inventadas nem que sejam o resultado de circunstâncias históricas determinadas: mas ambos<sup>169</sup>. Dito de outra forma, o Estado e a Nação foram tecidos juntos em decorrência do confronto entre o rei e a sua burocracia com grupos periféricos – comunidades locais –, estes, precederam o Estado e eram pátrias naturais de seus habitantes.<sup>170</sup>

Ainda para o caso específico da América, um trabalho essencial será *Nacionalismos no novo mundo*<sup>171</sup> organizado por Marco Pamplona<sup>172</sup> e Don H. Doyle<sup>173</sup>. O livro indica como o debate sobre nacionalismo foi negligenciado na América, já que para muitos teóricos o caso americano não se encaixaria no tradicional paradigma europeu para o conceito de nação.<sup>174</sup> Para o autor, na América, o nacionalismo esteve estreitamente ligado ao Estado-Nação, distanciando-se de um caráter étnico, já que os movimentos de independência não teriam como base diferenças entre colônia e metrópole. Mais ainda, as fronteiras foram políticas, não houve diferenças étnicas e culturas relevantes no processo de delimitação espacial destes Estados.<sup>175</sup>

---

percebiam como membros de um único grupo que é idêntico, ou pelo menos semelhante, a uma nação”. Herzog, Tamar. “Identidades Modernas: Estado, Comunidade e Nação no Império Hispânico”. Op. Cit. p. 110-111.

<sup>169</sup> *Ibidem.*, p.111. Segundo Herzog: “Entre os que afirmam a modernidade e a artificialidade da nação, por um lado, e os que insistem no seu caráter natural e pré-moderno, por outro, existe um terceiro grupo de historiadores que procuram reconciliar essas duas visões. Os integrantes deste grupo realçam a diferença entre “pátria” e “nação”. De acordo com eles, tanto a comunidade natural e pré-moderna, como a comunidade inventada e moderna co-existiram, embora em esferas diferentes. A comunidade natural e pré-moderna era a pátria. A pátria normalmente abarcava um espaço geográfico limitado que se identificava com a comunidade local. Nesse tipo de comunidade não era necessário inventar, nem imaginar nada porque todos os membros se conheciam pessoalmente e partilhavam características que os transformavam em uma única unidade. Esse tipo de comunidade podia existir independentemente do Estado e dos meios modernos de comunicação. Por isso era tão natural como pré-moderna. A nação, ao contrário, abrangia um espaço geográfico e social mais amplo. Como esse espaço era excessivamente grande e abstrato, não permitia a seus habitantes uma experiência diária e pessoal de semelhança e diferença. Por isto, ao contrário da pátria, a nação deveria ser inventada e até mesmo imaginada. Por conseguinte, enquanto pátrias puderam existir no passado, até mesmo no período pré-moderno, a nação foi forjada durante o período contemporâneo”.

<sup>170</sup> *Ibidem.*, p. 112. Na definição de Herzog as nações: “Foram o resultado comum de um logo processo histórico que confrontou o rei e sua burocracia com uma variedade de corpos periféricos. Esses corpos, especialmente as milhares de comunidades locais, precediam supostamente ao Estado e eram as pátrias naturais de seus habitantes. Embora resistissem à expansão do Estado, este pôde impor-se pela força. Ao término desse processo, uma grande variedade de identidades locais (que eram tão antigas quanto naturais), foi substituída por um sentimento de pertencimento a uma sociedade unida, nacional, moderna e artificial”.

<sup>171</sup> Marco A. PAMPLONA e Don H. DOYLE. *Nacionalismos no novo mundo. A formação de Estados-Nação no século XIX.* Rio de Janeiro: Record, 2008.

<sup>172</sup> Marco Antonio Villela Pamplona é doutor em História pela Columbia University e pós-doutorado pela Yale University. Lecionou na Universidade Federal Fluminense até sua aposentadoria, em 2008.

<sup>173</sup> Don H. Doyle é Ph.D., pela Northwestern University e leciona na Universidade da Carolina do Sul.

<sup>174</sup> O autor cita Walker Connor para quem, “Não importa o que o povo americano seja (e ele bem pode ser sui generis), ele não constitui uma nação no sentido original da palavra”. Marco A. PAMPLONA e Don H. DOYLE. *Nacionalismos no novo mundo. A formação de Estados-Nação no século XIX.* Op. cit p.18.

<sup>175</sup> Para o autor, a própria relação entre *criollos* e metrópole, quando ganha um cunho reivindicatório, perde um

Em razão disso, permeará este trabalho o universo do qual emerge as nações ibero-americanas no século XIX o que passa, impreterivelmente, pelas diferentes demarcações cronológicas acerca da construção dessas nações. A produção historiográfica já empreendeu uma larga discussão sobre o momento preciso de ruptura das ex-colônias espanholas com sua metrópole. Como pode ser percebido nos estudos de François Guerra e Halperin Donghi, utilizados aqui.

Donghi,<sup>176</sup> aparta-se de uma produção de viés nacionalista criticando o que chama de “catecismo marxista”.<sup>177</sup> Em sua obra *História da América Latina*, aponta para a transferência, no que tange ao processo de independência das Américas, de uma dominação luso-espanhola para uma maior presença inglesa e, posteriormente, norte-americana. O seu livro é importante na medida em que tenta buscar uma ideologia independentista, nos primórdios da ação revolucionária dos grupos hispano-americanos, indicando uma ruptura dessas sociedades com a Espanha muito anterior à guerra. A ruína entre os laços colônia-metrópole seria explicada pelo desgaste das disputas internas por poder, por exemplo, a luta entre *criollos* e espanhóis natos por representação política na América, bem como divergência de interesses nos dois lados do Atlântico.

Para Donghi, a crise de legitimidade ocorrida com o vazio de poder gerado com a prisão de Fernando VII, teria suas raízes num processo anterior de fragmentação do próprio poder espanhol, pois: “na América espanhola a crise da independência é a consequência da desagregação do poder espanhol, iniciada por volta de 1795 e que assume um ritmo cada vez mais intenso”. Destarte, o autor começa a construir um universo de interesses que é, sobretudo, americano. Entretanto, tais interesses teriam sido escamoteados em nome de uma tradição monárquica, desta forma:

existiam motivos para que a ideologia independentista preferisse esconder-se ao invés de mostra-se: a força da tradição de lealdade monárquica entre as massas populares, embora não se deva exagerar esse aspecto, inteiramente desaparecido após poucos anos de revolução; a conjuntura internacional, que recomendava levar em conta o beneplácito britânico.<sup>178</sup>

Com isso, faz-se crer que os rumos tomados pela América pós-1808 não são frutos da dinâmica gerada por essa conjuntura, mas uma resposta a um longo processo de desgaste dos laços entre metrópole e colônia.

---

pouco de sua força em razão da proximidade cultural. “No entanto, não importa quais diferenças genuínas posam ter existido entre a colônia e a metrópole, elas não proporcionavam reivindicações plausíveis de nacionalidade entre líderes coloniais cuja língua, religião, sistema de leis e identidade central provinham, em grande parte, do país de origem”. Marco A. PAMPLONA e Don H. DOYLE. *Nacionalismos no novo mundo. A formação de Estados-Nação no século XIX..Op. cit* p.24.

<sup>176</sup> Halperin Donghi é argentino, mas parte de sua formação deu-se no Estados Unidos.

<sup>177</sup> O termo foi retirado de uma entrevista de Donghi que pode ser consultada em: Estudos Históricos, vol.8, n15, 1995, p:133-144.

<sup>178</sup> Halperin DONGHI. *História da América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989. p.56.

Linha diferente segue François-Xavier Guerra, para quem a crise revolucionária é inesperada e surgiu da própria dinâmica social. Para confirmar sua perspectiva, utiliza a ideia de Bolívar, que destaca o despreparo dessa América para a separação da ex-metrópole, criticando opções teóricas que enfatizem a existência de nações ainda no período colonial, e incluindo-as dentro de uma história-pátria.

De ahí surgen dos premisas omnipresentes em las historias patrias e incluso em las interpretaciones de historiadores profesionales actuales: por un lado, la existencia de naciones a finales de la época colonial – lo que implica uma precoz aspiracion a la independência.<sup>179</sup>

François Guerra separa o processo revolucionário hispânico em duas etapas. A primeira etapa, de 1808 a 1810, marcaria uma ruptura com o antigo regime e a mudança para a modernidade. Nesta etapa, entra em foco o debate político sobre a nação e sua igualdade com a Espanha, exigindo transformações nas Cortes de Cádiz: questionadora do Antigo Regime e responsável pela proclamação de uma soberania nacional.

A segunda etapa, a partir de 1810, seria a de desintegração da monarquia espanhola e generalização das revoluções de independência que, no entanto, não seguiram um fluxo linear, tendo em vista o assentimento de algumas regiões ao governo central até 1820, quando o processo de independência torna-se irreversível, bem como a continuidade entre o processo político da Espanha e dos grupos insurgentes americanos.

Guerra insiste na importância da figura do rei para a cultura política do período, frisa o ineditismo que se instaura com o processo revolucionário, demonstrando, por meio de uma larga documentação, a retórica legalista do continente americano e da península.

Na mesma direção segue João Paulo Pimenta no texto “Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)”. Pimenta ressalta que mesmo diante de uma realidade extrema, não houve uma intenção de ruptura imediata por parte dos americanos. A região se tornou um baluarte da soberania do rei espanhol nos moldes tradicionais.

Contudo, a gravidade da situação não implicou, de imediato, nenhum projeto de independência da Banda Oriental que, aliás e muito pelo contrário, tornou-se uma espécie de baluarte, na América, da manutenção da soberania do rei da Espanha em moldes tradicionais, isto é, sem a aceitação de submissão a novos espaços de autoridade política como, por exemplo, a Junta formada em Buenos Aires em 25 de maio.<sup>180</sup>

---

<sup>179</sup> François- Xavier GUERRA. “El ocaso de la monarquía hispánica. Revolución y desintegración. IN: ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nación Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003.

<sup>180</sup> João Paulo G. PIMENTA. “Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828). In: *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*.

Por fim, essa exposição historiográfica almejou discorrer sobre a guerra Cisplatina incluindo-a no conturbado processo de formação dos Estados brasileiro, argentino e uruguaio, levando em consideração o papel do conflito armado na formação destas unidades nacionais. A leitura das três historiografias envolvidas na luta armada e suas diferentes justificativas para validação desta possibilitam entrever a própria amplitude de projetos com que os grupos de poder do território platino tiveram de negociar. Parte desses projetos, acima referidos, serão trabalhados nos capítulos seguintes, tentando, na medida do possível, localizar o universo simbólico adaptado por eles para legitimar tais planos.

O capítulo buscou ainda, apontar as principais temáticas sobre a Cisplatina analisadas pela historiografia e como algumas dessas questões estiveram ligadas ao contexto político-social próprio de suas produções narrativas. O esforço em reunir autores dos três países envolvidos na guerra esteve em consonância com o objetivo do trabalho: estabelecer uma nova abordagem para a Guerra no Prata a partir do diálogo historiográfico e documental de todos os envolvidos.

## **Capítulo II**

### **O Império no Prata**

## 2.1. Uma abordagem metodológica

O objetivo deste capítulo é compreender os discursos políticos dos defensores do Império Brasileiro com o intuito de validar a soberania e a ocupação da Banda Oriental e explicar a ação militar contra os vizinhos. Para tal, serão utilizados cinco periódicos que circularam no país entre 1825 e 1828. A utilização dos periódicos enquanto fonte histórica pela historiografia ainda é relativamente recente, pois até a década de 70 do século XX existia uma enorme resistência ao seu emprego. Na verdade, foi a Escola dos Annales que empreendeu uma crítica contundente à concepção do que poderia ser considerada uma fonte válida de análise.

No caso dos jornais, a oposição em relação ao seu emprego, segundo Tania Regina de Luca,<sup>181</sup> residiu na ilusão da história enquanto uma busca pela verdade, o que exigiria, assim, a utilização de uma documentação objetiva, neutra – qualidade que passaria longe dos jornais. A má fama dos periódicos se explicava por sua suposta falta de objetividade e pela ideia de que a imprensa, desde sua origem, representou a classe dominante.<sup>182</sup> Depois de absolvidos, os jornais passam a figurar nas análises históricas menos pelas informações no que diz respeito ao conteúdo que guardam e mais pelo vocabulário, pelas referências teóricas, pelos termos e pela forma como descrevem seu próprio mundo, porém, não como uma construção fiel deste e sim como uma possibilidade de representação da cultura e dos homens de sua época.

Entretanto, não se pode perder de vista que o trabalho com a imprensa requer certa cautela. Desta forma, torna-se necessário atentar para a função social destes impressos, para que grupos escreviam, enfim, os interesses políticos que os viabilizavam ou constrangiam, problematizando assim essas narrativas jornalísticas. Contextualizar a escrita destes jornais também é essencial, isto porque, o texto jornalístico, seu arsenal de vocábulos e imagens, quando desconectados de sua realidade, pode gerar graves equívocos. A sua produção material, da mesma forma, precisa ser historicizada já que as condições técnicas de sua produção respondem igualmente pelo momento histórico de sua fabricação.

Para este trabalho, especialmente para os segundo e terceiro capítulos, tais advertências são importantes, pois muitas vezes os jornais serão utilizados aqui como fonte para discussão de conceitos ou concepções políticas, isto é, a partir deles espera-se encontrar indícios do universo de referência de grupos sociais inseridos em uma determinada realidade histórica - no caso, o período que compreende a Guerra Cisplatina. Contudo, alguns desses conceitos, ideias ou até mesmo a leitura de certos autores – que foram condicionadas pelo

---

<sup>181</sup> Tania Regina LUCAS. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN.: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006.

<sup>182</sup> *Ibidem*, p 116. Segundo Tania Regina de Luca, a imprensa era vista “como instância subordinada às classes dominantes, mera caixa de ressonância de valores, interesses e discursos ideológicos”.

tempo histórico ou pelo interesse político dos emissores desses discursos – sofreram mutações.

## 2.2. Dos brasileiros: “Hobessuis ou Rosseau”

O capítulo analisará o universo discursivo construído por alguns periódicos brasileiros para justificar a iniciativa bélica imperial. Os jornais selecionados apresentaram uma postura favorável ao conflito. Entretanto, a aceitação da guerra por parte da imprensa não foi unânime, nem tampouco constante, perdendo a força com o prolongamento da disputa e com o desgaste da política e do prestígio de D. Pedro I. Na verdade, logo a Cisplatina, ou melhor, seu insucesso, tornou-se o tema favorito dos oponentes do imperador e justificativa privilegiada para os que desejavam sua abdicação.

Com a amostragem dos jornais brasileiros feita neste trabalho, pretende-se indicar que, pelo menos os periódicos analisados trataram a Guerra Cisplatina como uma ação legítima do imperador pela luta da soberania nacional e dos direitos de posse no Prata. Neste sentido, a escolha dos jornais teve como critérios dois elementos, a saber: restringiu-se aos jornais que circularam no período de 1825 a 1828 e privilegiou a inclusão tanto de periódicos identificados como conservadores quanto dos considerados liberais. Esta última com intuito de perceber de que forma essas diferentes posições políticas influirão no discurso de legitimação da luta armada.

A categorização dos jornais enquanto liberais<sup>183</sup> foi baseada na definição que seus próprios editores deram as suas publicações, em contrapartida, os jornais que se opõem a estes são classificados como conservadores. Durante o capítulo será possível perceber certa discrepância no que se refere à análise dos períodos liberais quando comparados aos conservadores, isto porque, as críticas empreendidas pelos periódicos liberais ao governo, em suas edições, fez com que estas publicações durassem muito pouco. Assim, os jornais liberais estavam fadados a sucumbirem logo em seu primeiro ano.

---

<sup>183</sup> O próprio editor do jornal *Atalaia*, que será discutido aqui, em 9 de março de 1826 salienta a necessidade dos outros jornais seguirem sua linha editorial liberal: “é preciso escrever mui liberal para haver quem leia”. *Atalaia da Liberdade. Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827. Igualmente o jornal intitulado O verdadeiro liberal deixa claro no seu título sua posição política. O verdadeiro liberal. Periódico político e literário. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827. Publicado entre 02 de março -6 de abril de 1826. Marco Morel também analisa a posição política de alguns desses jornais, assim, no que se refere ao *Atalaia*, Morel o define como: “um jornal de oposição liberal”. Marco MOREL. As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial. (1820-1840). São Paulo:Hucitec, 2005. Também é importante destacar que os termos - liberal e conservador - tratados aqui, não possuem relação com o partido liberal, criado apenas em 1837, tampouco com o partido conservador, fundado em 1836.*

Com a leitura das diferentes ponderações em favor do combate, será possível apontar os códigos culturais e políticos apropriados pelos grupos de poder destas regiões para dar validade a sua fala e, com isso, ao seu poder, além de identificar o processo pelo qual são forjados os laços de pertença entre os habitantes destes territórios. Elemento essencial na tarefa de se produzir unidade política para validar as primeiras tentativas de edificação nacional, que ganharam ainda mais força na segunda metade do século XIX.

A produção narrativa que tentou dar conta da luta armada muitas vezes se remeteu, explicitamente ou não, às referências ainda do início do século e que estiveram ligadas ao contexto e às mudanças do mundo americano e europeu no período. Desta forma, o Império brasileiro usou o discurso expansionista dos tempos coloniais e os contornos territoriais progressos para dar consistência ao seu discurso.

Os cinco jornais brasileiros pesquisados e apresentados aqui pontuam claramente elementos discursivos como fronteira natural, anarquia platina e manutenção do regime monárquico para justificar a expansão em direção ao outro lado do Rio da Prata. Cabe, todavia, explicar a escolha desse tipo de documentação. Como já foi dito, o objetivo deste trabalho é identificar o universo de referências apropriado pelos diferentes grupos de poder nas três regiões envolvidas no conflito para legitimar a ação bélica. Para tal, seria perfeitamente viável a utilização da documentação oficial do Império brasileiro, como discussões do senado ou a documentação diplomática, mas a opção pela utilização dos periódicos deve-se essencialmente ao fato dos jornais, além de indicarem a posição de um determinado grupo social apontaram para a cultura política de que fizeram uso para legitimar seu poder, isto é, que diálogos estabeleceram e que alusões fizeram para tornar palatável o discurso bélico e conseguirem a adesão da sociedade.<sup>184</sup> Neste sentido, os periódicos selecionados<sup>185</sup> são *Atalaia da Liberdade*, *Diário Fluminense*, *Gazeta do Brasil*, *O Spectador brasileiro: diario político, literario e comercial*; *O Verdadeiro Liberal: periodico politico litterario*.

*O Atalaia da Liberdade* teve uma existência bastante efêmera, circulou entre 4 de fevereiro a 17 de março de 1826, somando 13 números. Seu editor foi João Maria da Costa que, por manter uma posição política de viés liberal, teve o jornal fechado e precisou se refugiar em Londres. Segundo Marco Morel<sup>186</sup>, o editor português demonstrava simpatia pelas repúblicas vizinhas ao império e manteve uma relação conflituosa com o tipógrafo francês Plancher, de quem se falará em breve, e as suas posições políticas consideradas submissas ao governo. João da Costa expressa no seu periódico em 9 de março de 1826 que “*é preciso escrever mui liberal para haver quem leia, do contrário sucederá ao Atalaia; o mesmo que*

<sup>184</sup> Nos arquivos do Rio Grande do Sul há uma vasta documentação, sobretudo cartas, que demonstram o esforço em burlar as convocações do exército, especialmente em cidades fronteiriças ao conflito.

<sup>185</sup> A seleção dos jornais brasileiros, num primeiro momento, seguiu citações feitas pelos periódicos argentinos aos seus rivais do Império.

<sup>186</sup> Morel define o jornal como “um jornal de oposição liberal”. MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial. (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

*sucede ao reverendíssimo Spectador, que está as moscas; porque escritos servis, só os servis, é que os lêem, e destes felizmente há um pequeno número entre nós*”<sup>187</sup>

O *Diário Fluminense* circulou entre 1824 e 1841 com diferentes nomes. Como *Diário de governo* funcionou de 2 janeiro de 1823 a 20 maio 1824 e 25 abril de 1831 a 28 junho de 1833. Na segunda fase, já como *Diário Fluminense*, de 17 maio 1824 a 23 abril de 1831 e como *Correio Oficial* de 1º julho 1833 a 14 agosto 1841. O período de interesse a esse estudo se estende de 3 de janeiro a 31 de dezembro de 1825 e 2 de janeiro a 30 de dezembro, quando editado por Manuel Ferreira de Araujo Guimarães. Os nomes que recebeu já dão pistas sobre a sua posição política reiterada pela análise de Morel<sup>188</sup>, que o classifica como o periódico oficial da monarquia.

A *Gazeta do Brasil* circulou entre 30 de maio de 1827 a 5 de janeiro de 1828 e, de acordo com Marco Morel, era um “órgão subvencionado pelo governo embora não oficial”. A posição política do jornal foi considerada conservadora e chega-se a conjecturar que tenha sido fundado ou financiado ou pelo imperador D. Pedro I ou por Francisco Gomes da Silva, amigo muito próximo do monarca.

O *Spectador brasileiro: diario político, literario e comercial* circulou entre 2 de janeiro a 15 de dezembro de 1826 e 8 de janeiro a 21 de maio de 1827; foi publicado pelo tipógrafo e livreiro francês Pierre Plancher<sup>189</sup>. Plancher veio para o Brasil em fevereiro de 1824 fugido das perseguições sofridas pelo governo de conde d’Artois.<sup>190</sup> No Brasil editou e vendeu livros, além de editar periódicos assumindo uma posição prestigiosa diante das elites letradas do Rio de Janeiro. Segundo Marli Delmônico de Araújo Futata,<sup>191</sup> no Brasil, Plancher conseguiu amplo apoio do governo, o que lhe rendia isenção de impostos. Em 28 de junho de 1824 iniciou a publicação do *Spectador Brasileiro* do qual também era editor-chefe. Nas páginas do periódico reiterava constantemente o reconhecimento pelas contribuições que recebeu de D. Pedro I quando chegou ao Brasil, o que, de acordo com Marcos Morel, lhe rendeu o título de “impressor imperial” e de “tipografia imperial” a suas atividades. Entretanto, a publicação, em 18 de maio de 1827, de uma carta considerada ofensiva aos membros da Assembleia Geral do Império por defender o Conde de Lajes, então ministro da

---

<sup>187</sup> *Atalaia da Liberdade. Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827.*

<sup>188</sup> A afirmação de Morel refere-se especificamente ao ano de 1831, mas parece se encaixar na longa vida do jornal. Marco MOREL. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial. (1820-1840).Op. cit.*

<sup>189</sup> Pierre René François Plancher de la Noe (Mans, 1779- Paris, 1844) tipógrafo e livreiro francês que publicou Voltaire, Benjamin Constant, Charles-Antoine Scheffer, Casimir Périer e J.J.L.G.Monnin, entre outros autores, sendo perseguido por editar obras consideradas sediosas.

<sup>190</sup> Conde d’Artois (Versalhes, 1757- Gorizia, 1836) Tornou-se rei da França em setembro de 1824, depois da morte de seu irmão Luís XVIII, com o nome de Carlos X e reinou até 1830.

<sup>191</sup> Marli Delmônico de Araújo FUTATA. *Imprensa e Educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado.* Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, 2008.

Guerra, gerou profundo constrangimento entre o editor e parte do governo. Plancher, diante do mal-estar suscitado pela carta entre os membros da Assembleia, o ministro e o próprio imperador, resolveu não dar continuidade à publicação.

O último jornal analisado será *O Verdadeiro liberal: periodico politico litterario* – o de aparição mais fugaz. *O Verdadeiro Liberal* circulou entre 2 de março a 6 de abril de 1826 e, pelo próprio nome, não escondia sua linha editorial liberal. O periódico era editado pelo francês Pierre Chapuis, crítico ferrenho de Plancher em razão da ligação entre este e o imperador e da suposta submissão que lhe atribuía em troca de privilégios financeiros: “*O Spectador Plancher, que não é mais do que um receptáculo de calúnias; [...] conheço que é preciso ser muito falto de juízo para cobrir-se de vergonha, só para fazer servo do poder, ou de cãozinho que lambe os pés dos que governam.*”<sup>192</sup>

O trabalho buscará, na medida do possível, indicar a semelhança na preleção dos periódicos citados com o discurso do próprio Império do Brasil. O objetivo é circunscrever o contexto político-social de que esses grupos fazem uso para validar seu poder, valendo-se de justificativas morais e culturais para defender seus interesses políticos e econômicos. Assim, esta análise começará com a declaração de guerra do Império brasileiro contra as Províncias Unidas do Rio da Prata, nela estão transcritas os elementos discursivos sobre os quais se explicaria a necessidade de se fazer a guerra.

A declaração de guerra às Províncias Unidas do Rio da Prata e aos orientais fundamentou-se sobre dois aspectos. O primeiro diz respeito a uma suposta incapacidade dos cisplatinos em se estabelecer como nação, impondo a ordem. O segundo baseou-se na alegação de um incontestável direito do Brasil em dominar o espaço oriental. Como aparece no documento intitulado *Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das províncias unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo*:

Mas não tendo os cisplatinos elementos necessários para ocuparem o lugar de uma Nação separada na Ordem Política, não tendo a metrópole os meios, ou a vontade de conservar, e defender aquele território; a quem se fazia a entrega dele sem comprometimento do Brasil, e sem risco de se renovarem as cenas de carnagem, e devastação de que as tropas brasileiras os libertaram? Por ventura, se tal entrega fosse justa, ou oportuna, deverá ser feita pelo Brasil a Buenos Aires, o qual, como se tem visto, havia já reconhecido independente de si aquele território? E mesmo em tão extraordinária hipótese oferecia por ventura o Governo de Buenos Aires, entregue às facções intestinas, a necessária garantia, assim para acabar-se o receio da repetição dos males, que havíamos sofrido, como para proceder à indenização, a que tínhamos direito incontestável, e cujo valor já então

---

<sup>192</sup> Marco MOREL. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial. (1820-1840). Op. cit.* p. 34.

excedia o do mesmo território ocupado?<sup>193</sup>

No mesmo documento consta o histórico das relações entre o império e o Prata, segundo o qual o imperador do Brasil se vê no seu dever de recorrer às armas pela justa defesa de seus direitos ultrajados pelo governo de Buenos Aires, mais ainda, diante da inexorável necessidade de conservação da integridade do império. Afirma que, quando rebentou a guerra nas províncias espanholas, a corte do Rio se manteve neutra, apesar do perigo de contágio:

É bem notório que, quando rebentou a revolução das Províncias Espanholas do Rio da Prata, incluindo Buenos Aires, a Corte do Rio de Janeiro manifestou constantemente a mais restrita neutralidade, apesar de todas as prudentes considerações, que faziam recear o perigo do contágio revolucionário. Porém os **insurgentes**, sem a menor provocação da nossa parte, como que para fazer-nos arrependido do sistema pacífico, que se procurou sempre adotar, começaram desde logo a infestar as fronteiras da Província do Rio Grande de S. Pedro. Eles convocavam os índios ao seu partido, reuniam Tropas para invadirem a Província vizinha, e espalharam proclamações sediosas para excitarem os Povos das sete Missões á rebelião. Sua Majestade Fidelíssima bem Reconheceu que era inevitável, para pôr os seus Estados a coberto das perniciosas vistas dos **insurgentes**, levantar uma barreira segura, justa, e natural entre eles e o Brasil; e supostos estar Penetrado das razões de direito, por que podia pertence-lhe a Banda Oriental, de que a Espanha estava de posse, solicitou, e longo tempo esperou da Corte de Madrid remédio a tantos males; mas aquela Corte, não podendo, ou não querendo acudir á chama, que lavrava a Banda Oriental, abandonou á sua sorte aquele território, que por fim caiu na mais sanguinosa, e bárbara anarquia. Então Artigas sem titulo algum erigiu-se no Supremo Governo e Montevideú; as hostilidades contra o Brasil adquiriram maior incremento; a tirania oprimia os Montevideanos, que em vão procuraram abrigo nas Províncias vizinhas; e Buenos Aires, essa mesma Províncias, que depois de passado o perigo, tenta dominar os Cisplatinos, vi as suas Tropas batidas em 1815 nos Campo de Guabijú; respeitos a Bandeira Oriental, e sancionou a tirania de Artigas, reconhecendo-o com Chefe Supremo e Independente. Em tal situação não restando á Sua Majestade Fidelíssima outra alternativa, mandou contra aquele Chefe um Corpo de Tropas com ordem de o expulsarem além do Uruguai, e de ocuparem a margem esquerda daquele Rio. Esta medida natural e indispensável, executada, e prosseguida com os mais custosos sacrificios, e despesas, assegurou ao Brasil o direito da ocupação do território dominado por Artigas, de um território, cuja Independência de Buenos Ayres havia já sido por este reconhecida; entrando

---

<sup>193</sup> Manifesto ou Exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das províncias unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo. Rio de Janeiro na Tipografia Nacional 1825. Biblioteca Nacional, setor de obras raras.

a final em 1817 as Tropas do Brasil como Libertadoras, com satisfação geral dos Cisplatinos<sup>194</sup>[grifo meu]

O conflito é apresentado no *Manifesto ou exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil* como uma reação vacilante, por parte do imperador, ao perigo artiguista que ameaçava o país. A anexação da Cisplatina seria o reflexo do aparente desejo da população oriental em se libertar da anarquia e da tirania que os oprimia, sendo também uma compensação ao Brasil pelos gastos com essa ocupação.

Na citação acima aparece diversas vezes o termo insurgente. Ele foi amplamente utilizado pelo Império com o intuito de descaracterizar a ação dos *Trienta y Tres Caballeros Orientales*, grupo de orientais que desembarcam no Uruguai em 1825 assumindo o poder e declarando guerra ao Brasil, mas também aparece na documentação designações como rebeldes ou corsários para defini-los. Entretanto, é importante frisar que todos esses termos fazem parte do aparato discursivo brasileiro que tentou deslegitimar a ocupação da Cisplatina pelas Províncias Unidas e pelos *Trienta y tres*, por meio da desqualificação seus agentes.

Por sua vez, a imprensa brasileira seguiu igual direção, apropriando-se dos mesmos elementos para ratificar a pertinência da guerra e conclamar os brasileiros a colaborarem com o esforço bélico imperial.

Mas, na verdade, a primeira reação da imprensa ao conflito nem foi a de apoiá-lo, mas sim de negá-lo, isto é, obscurecer sua existência ou dar-lhe um caráter localista. O jornal *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial* é um bom exemplo desse esforço. Na publicação de 25 de maio de 1825 caracteriza os acontecimentos de abril de 1825 como uma ação isolada de uns poucos “ingratos e traidores”, o que não deveria causar comoção nenhuma ao povo brasileiro:

Tranquilize-se por tanto o povo; despreze os falsos rumores espalhados sobre a posição de Montevidéu: se há vinte, trinta, cem ingratos e traidores: milhões de súbditos eis rodeão o trono salvador do Brasil. Os planos iníquos não podem ir hoje adiante são descobertos, desfeitos sem remissão. Combinações arranjadas por traidores são por sua natureza dissolúveis, não persistem, os cúmplices se apartam arrancando-se os cabelos, e os bigodes mutuamente, Montevidéu se conservará em ordem e em tranquilidade, e as Sibilas ficarão nos antros sem credito.<sup>195</sup>

---

<sup>194</sup> Manifesto ou Exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das províncias unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo. Rio de Janeiro na Tipografia Nacional 1825. Biblioteca Nacional, setor de obras raras.

<sup>195</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Obras Raras. Localização: PR-SOR 00003(1). Volume 1. Publicado entre 28 de junho de 1824 a 30 de dezembro de 1825.

O movimento insurgente teria sido tão insignificante que o próprio Lecor com seus poucos homens havia contornado a situação, pelo menos era o que afirmava o mesmo *Spectador*: “A porção de gente que o general Lecor tinha consigo, merecendo hum mui particular louvor alguns soldados Portugueses, já demitido do serviço, e então reunidos ao General, foi bastante para enfrentar esse bandido, e os do seu paupérrimo partido.”<sup>196</sup>. O bandido a que aludem era Fructuoso Rivera. Ele seria o único culpado pelo empreendimento contra o império. A posição de transformar toda ação na iniciativa de um só homem – identificado como um traidor – e seus comparsas pode ser entendida como uma tentativa de menosprezar a oposição oriental, o que aparece na continuação do *Spectador* de 25 de maio:

No momento em que se espalhou nesta Corte Imperial a noticia da traição do infame Rivera, a indignação foi geral; bramirão todos os Cidadãos honrados, que conhecem quanto Sua Majestade Imperial beneficiou e distinguiu com medalhas de honra esse indigno traidor, levando o Mesmo Augusto Senhor o excesso de Bondade ao ponto de mandar pagar as suas dividas, e até as próprias medalhas das Ordens, e Comendas com que o honrou. O monstro premeditava o plano da sua traição, quando a gratidão deveria acordar os respeitosos sentimentos dos seus deveres,mas foi tão infeliz no arranjo de suas ideias, que elas abortarão, e o infame não teve o gosto de ser completamente traidor. O general Lecor que até então descansava sobre a hipocrisia do malvado, e que desprezava todos os avisos, que lhe eram<sup>197</sup>

O movimento era visto assim como uma ação particular de Rivera que não teria ressonância entre os orientais em geral. Ou seriam agora brasileiros? Isto porque há indícios de que com os primeiros movimentos de 1825 começa uma disputa discursiva para cooptar os habitantes de Montevideú. O proclama que, segundo o periódico *O Spectador* de 6 de junho de 1825, foi espalhado pela cidade com o intuito de “despertar a coragem Brasileira contra o infame Rivera”, foi dirigida aos brasileiros. Mas quem seriam esses brasileiros? Os rio-grandenses que, de acordo com Cesar Guazzelli, “aboletaram-se”<sup>198</sup> no território uruguaio durante a ocupação? Os portugueses que mesmo depois da retirada das tropas lusas em 1823 permaneceram na região? Ou os orientais feitos brasileiros com o Ato de Incorporação em 1821? Talvez o proclama transcrito no *Spectador* possa dar alguma pista:

Proclamação

Brasileiros, a mais negra traição tem sido dirigida contra nós, e por quem?  
Por hum infame, que cheios de honras, de insígnias, e de postos, que lhe

---

<sup>196</sup> *Ibidem*.

<sup>197</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial. Op.cit.*

<sup>198</sup> Sobre a presença e os laços construídos entre os orientais e os rio-grandenses ver: GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFRJ, 1997.

foram dados com mão liberal pelo nosso Governo, abusa de nossa credulidade, e boa fé, e nos faz o mais execrando atentado, sim amados Concidadão, este Monstro, não contente com abandonar-vos, quando as circunstancias mais urgiam, e os seus juramentos mais o ligavam ao serviço do Império, entrega indefesos ao degoladouro os nossos bravos Irmãos, aqueles mesmos que tantas vezes se cobrirão de gloria no campo da honra, me fizeram cingir de louros a cabeça desse Monstro! que atrocidade, que infâmia! Que nos resta, oh Brasileiros! A união, a coragem, e a firmeza! Sim valorosos Camaradas, nada de divergência entre nós, nada de ressentimento de paixões antigas; a causa é do Brasil, é nossa! Haja união, haja valor e triunfaremos. É nas grandes crises que se conhecem os verdadeiros homens: seja nosso grito geral salvar a honra, morrer pelo nosso amado Imperador, o pelo Brasil.<sup>199</sup>

Para além das inúmeras críticas ao ex-bravo militar brasileiro, Rivera, o jornal fala da necessidade de superar antigas rivalidades e divergências em nome da causa brasileira. Bem, é pouco provável que ao mencionar divergências anteriores estivessem conclamando à guerra os portugueses, que não eram tantos assim, nem os rio-grandenses, pois não se justificaria falar de um passado conflituoso em relação a estes que sempre figuraram, teoricamente, como brasileiros. Restam apenas os orientais que, às portas da guerra, são definidos como membros do império e convocados a esquecer as brigas pregressas e lutar em nome do imperador.

A forma como inicialmente são definidos os participantes da movimentação de 1825 e seus atos também procurou deslegitimar a iniciativa contra o império. De um lado, por terem sido vistos como simples insurgentes e de outro por negar que tais ações estivessem a cargo de orientais. O *Spectador* de 22 de julho de 1825 acalma a população do Brasil afirmando que se tratava apenas de uma agitação promovida por revolucionários; nas palavras do jornal, “*Julgo que a desordem dos revolucionários muito breve se acabará; porque a rapidez da expedição, que na verdade é a mais breve possível, os tem admirado, e atormentado, como eles mesmo confessam, e ser muito boa a tropa*”<sup>200</sup>. O mesmo periódico em 9 de agosto de 1825 reproduz uma correspondência trocada entre Poder Executivo Nacional e o Comandante da Esquadra Brasileira, Rodrigo Jose Ferreira Lobo, na qual atribui aos portenhos o empreendimento contra o imperador: “*Tendo chegado a S.M. imperador, e Defensor Perpétuo do Brasil a desagradável notícia de ter-se ultimamente manifestado na Província Cisplatina uma insurreição, movida por muitos súditos do Governo de Buenos Aires.*”<sup>201</sup>

Revolucionários, insurgentes, elementos subversivos à ordem estabelecida. Foi

---

<sup>199</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial. Op.cit*

<sup>200</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial. Op.cit*

<sup>201</sup> *Ibidem.*

assim que os jornais tratados e os documentos oficiais pintaram aqueles homens; isto quando ainda deu a estes o privilégio de aparecerem como agentes na guerra, pois, na maior parte das vezes, figuraram como fantoches – ou nas mãos do governo portenho ou nas de Rivera.

Outra maneira de menosprezar a guerra era restringi-la. Assim, explica-se o termo “guerra do sul” que tenta diminuir a importância do conflito, dando a este um caráter localista, como se a ação militar estivesse circunscrita à região sul, sem ter relação ou consequência para o restante do país. O termo chegou a ser o título de uma coluna do jornal *Diário fluminense* publicado em 26 de janeiro, 22 de março e 27 de abril de 1826. Parecendo igualmente na *Gazeta do Brasil* de 7 de setembro de 1827 ou no suplemento de número 19, sem data; na *Atalaia* de 8 de março de 1826; no *Verdadeiro Liberal* no seu suplemento de número 2; ou ainda no *Spectador* de 20 de abril de 1827, só para citar alguns.

Entretanto, para o periódico *O espectador brasileiro: diario político, literario e comercial* o que estava em jogo com a guerra era o brio, a dignidade e o espírito nacional, enfim, a honra nacional, mais ainda, o respeito ao supremo chefe da nação. Fatores que exigiam um total envolvimento do povo com o conflito, de todos que fossem, como nas palavras do jornal, verdadeiros brasileiros. E se a guerra era justa, aos olhos do jornal, a quem se negasse em combatê-la caberia adjetivos bem pouco honrosos. Como aparece na edição de 4 de janeiro de 1826:

Nós devemos acabar com os rebeldes e salvar a Honra Nacional. Se, não é possível trazer á ordem, e a razão aos malvados; se não é possível expulsá-los da sociedade como membros corruptos e intencionados; unam-se pelo menos os verdadeiros Brasileiros, bons amigos da causa da Nação, e do Herói que defende, e a mão armada de todos os modos possíveis, façamos-lhes guerra exterminadora, e acabamos de uma vez com esses punhado de rebeldes, inimigos do Trono, e da integridade do Império.<sup>202</sup>

*O verdadeiro liberal* no suplemento de número 2, sem data, ressalta igualmente a necessidade de defender o brio de um povo, o que tinha uma importância para o conjunto nacional equiparável ao processo de independência: “Será por ventura a guerra de Buenos Aires menos nacional que a da Independência? Estará nela menos comprometido o brio Brasileiro? Não, por certo.”<sup>203</sup> Da mesma forma, o redator do *Atalaia* confirma seu envolvimento com os interesses da nação, isto é, com a “Causa Nacional quando ela é igualmente minha.”<sup>204</sup>

Nesta luta discursiva para validar o direito à posse do território, uma das armas

---

<sup>202</sup> *Ibidem.*

<sup>203</sup> *O verdadeiro liberal*. Periódico político e literário. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827. Publicado entre 02 de março -6 de abril de 1826.

<sup>204</sup> *Atalaia da Liberdade*. Biblioteca Nacional. Setor de obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827.

mais utilizadas era a própria desqualificação do inimigo, que foi acionada tanto pelos brasileiros como pelos orientais e portenhos. Os brasileiros associavam o oponente ao animalesco, ao incivilizado ou ao rústico, que luta usando laços e bolas, como aparece no *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*, de janeiro de 1826. Por outro lado, o brasileiro é descrito como o virtuoso – o valente:

como certos meus senhores temem (ou figurão temer) que venham os lobisomens lá dos pampas atirar nos com o laço e as bolas, correndo á pancadaria rija 13 mil Brasileiros briosos, valentes e armados que ora já acham sobre os belos campos Cisplatinos, prontos a defenderem a causa Nacional.<sup>205</sup>

Eram também traidores, infames que deveriam ser caçados como o gado, já não tão abundante naquelas bandas. Assim, o *Atalaia da Liberdade* de 1 de março de 1826 publica um aviso ilustrado oferecendo uma recompensa para quem trouxesse as cabeças de Lavallega e Rivera:

A todos os Habitantes da Província Cisplatina

Infame

Traidor

3:000\$000 rs

4:000\$000rs.

Treze amigos reunidos subscreverão por um capital de sete contos de réis, a que pretendem dar a seguinte aplicação.

Três contos de réis á pessoa que apresentar a cabeça do infame João Antonio Lavallega. Quatro contos de réis aquele que apresentar a do traidor Fructuoso Rivera. A ordem para se fazer a devida entrega destas somas á pessoa, ou pessoas, que apresentarem as ditas cabeças fora do corpo dos mencionados indivíduos, vai ser remetida a Montevidéu a D.Francisco Muñoz, ausente a D. Gervazia Herrera, para que haja de a cumprir logo que se ofereça a ocasião.<sup>206</sup>

Contudo, mesmo diante da incivilidade do inimigo, o jornal *Spectador* de 9 de janeiro de 1826 vislumbra um projeto de dominação, ou, talvez, de colonização da Banda Oriental. A proposta do periódico era de naturalizar a população, de fazer uma reforma administrativa na qual recaíssem sobre os nacionais os cargos públicos, criar bases militares por todo o território, promover a imigração de mulheres a fim de produzir a mistura entre os orientais e os brasileiros e unificar o idioma.

estão identificados com a causa do Brasil, é por tanto mister fazermos também acusa com eles, naturalizar a aumentar a população do país, pelo meio de reforma da administração pública, confiada somente aos nacionais,

---

<sup>205</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Op.cit

<sup>206</sup> *Atalaia da Liberdade*. Op.cit

e estabelecer diversas colonizações militares na campanha, por que nossas mulheres são ali tão necessárias como os próprios homens, e é só por elas, que poderemos vir a obter para o futuro a verdadeira naturalização daquele país. O idioma, é que separa as Nações; é a sua linha de demarcação tudo o mais não passa de uma forma temporária; e por isso sempre que na Província Cisplatina se fale Castelhana, eu direi- estamos como no princípio.<sup>207</sup>

Os objetivos do *Spectador* eram bem claros – forjar laços de pertencimento que aproximem os orientais dos brasileiros e que possibilitem uma verdadeira incorporação da província ao governo do Brasil e não apenas uma dominação militar e administrativa; transformar a Cisplatina de fato numa parte do corpo imperial, pois essa seria a única maneira de evitar projetos separatistas que de outra forma tornar-se-iam um fantasma constante à monarquia.

A citação acima também destaca a língua como elemento primordial na tarefa de efetivar o domínio, sendo assim, o idioma funcionaria como fator de distanciamento ou aproximação entre as nações, isto é, na fala do jornal todos os elementos seriam transitórios e unicamente a língua seria relevante, pois ela demarcaria todo o restante. A afirmação do periódico *Spectador* é sintomática da relação estabelecida por Eric Hobsbawm<sup>208</sup> entre língua e identidade nacional. Segundo o autor, a língua foi um critério importante na definição das nacionalidades, de mesma forma que o foram os critérios étnicos, sobretudo, num período por ele denominado *protonacionalismo popular*<sup>209</sup> no qual o Estado ou os movimentos de viés nacionais acionaram sentimentos já amplamente disseminados na cultura política para operacionalizá-los em perspectiva nacional. Neste sentido, seria plausível admitir que o jornal *Spectador*, tendo por base os modelos nacionais europeus, já percebia a necessidade de uniformização da língua para formação da nação brasileira, da qual a Cisplatina faria parte.

Mas não havia nada de original nas sugestões do jornal. O próprio Lecor tentou pôr em prática tais ideias durante os anos que comandou a ocupação da região distribuindo cargos aos seus aliados para, assim, conseguir governar: promovendo casamentos entre luso-brasileiros e mulheres da oligarquia montevideana com o intuito de criar laços familiares que sempre foram muito eficientes em conter rivalidades pregressas<sup>210</sup>. Uma medida

---

<sup>207</sup> *O espectador Brasileiro: Diário Político, Literário e Comercial*. Op. cit.

<sup>208</sup> Eric J. HOBSBAWM. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>209</sup> *Ibidem*, p.63. Hobsbawm chama de protonacionalismos o que “os Estados e os movimentos nacionais podem mobilizar certas variantes do sentimento de vínculo coletivo já existente e podem operar potencialmente, dessa forma, na escala macropolítica que se ajustaria às nações e aos Estados modernos”

<sup>210</sup> Neste sentido, Guazzelli afirma que os laços de parentesco entre rio-grandenses e orientais, algumas vezes invalidaram as determinações governamentais. Para o autor “Estas amizades entre caudilhos dos lados opostos da fronteira, em função de interesses eventualmente comuns ou de parentescos e *compadrios* estabelecidos, superaram muitas vezes as determinações dos governos aos quais serviam como militares. Era mais fácil ao caudilho compreender o outro caudilho, mesmo que teoricamente um inimigo, do que as aspirações de uma

especialmente bem recebida tomada pelo general foi a que regularizava a posse das terras orientais. Lecor, segundo Guazzelli,<sup>211</sup> restabeleceu o direito dos expropriados e dos expatriados da Banda Oriental durante o período artiguista – o que aparentemente deu certo por algum tempo.

A língua, porém, Lecor não conseguiu mudar, nem poderia, pois fazia parte das exigências dos cabildantes orientais para aceitar a incorporação em 1821: a manutenção do idioma espanhol. Contudo, é interessante a perspectiva do jornal de dar tamanho destaque à diferença linguística e torná-la explicação privilegiada para não efetivação da posse da região, como já mencionado. Também é curiosa a opção pela naturalização da população, já que em termos práticos tal processo existe como um ato voluntário de um indivíduo que deseja receber uma nacionalidade que não é a sua por nascimento; desta forma se os cisplatinos precisavam ser feitos, de forma legal, brasileiros, pode-se supor que em termos naturais não o eram. É certo, porém, que este é um contexto excepcional, de conquista e, por isso, a adesão oficial ao Brasil através da naturalização serviria como uma forma de confirmar a sinceridade desta união ao império, mas também demonstra que, apesar de todo discurso tentando provar que o território cisplatino era desde sempre brasileiro, existia a consciência da dificuldade de integrá-lo aos domínios do império.

Voltando aos atributos morais, eles não caracterizavam simplesmente o inimigo, nem tampouco apareciam como recurso ofensivo no meio de um debate de ânimos exaltados, mas funcionavam como justificativa para a guerra e como forma de aumentar a esperança na vitória, pois tratar-se-ia, ao cabo, segundo os jornais analisados, de uma luta entre o bem e o mal, do justo sobre o injusto

No discurso do Barão do Cerro Largo, publicado no *Diario Fluminense* em 23 de fevereiro de 1826, a campanha pela conservação da Cisplatina era necessária já que impediria a vitória de um inimigo vil e manteria a paz no Brasil. Por sua vez, também defenderia os interesses do país na região platina de forma a reafirmar a glória do Império brasileiro:

E que glória para estes inimigos, que sempre foram para nós desprezíveis, quando também se lembrarem que foi preciso ajudar-vos para irmos contra eles. Esta mesma lembrança os fará empreender a cada instante uma guerra contra nós. Nada Brasileiros correi a reunir-vos comigo, vamos salvar a Província Cisplatina; a nós nos toca fomos os vizinhos mais perto dele vamos a escrementar para sempre a um inimigo vil, de quem nunca fizemos

---

organização política mais elevada, fosse uma Coroa ibérica que se esboroava ou um Estado nacional que ameaçava os anseios regionais”. Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*.Op.cit. p. 140.

<sup>211</sup> Ainda segundo o autor, Lecor chegou a enviar representantes orientais para o parlamento no Rio de Janeiro, na função de deputados, de forma a estreitar os laços entre a Banda Oriental e o Império. Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*.Op.cit.

caso; e eu vos prometo em quanto Deus me der vida não embainhar a minha espada até os lançar além do Rio da Prata, que deve ser a nossa divisa, não só para conservação de uma paz eterna, e de nossos interesses, como para a gloria do grande Império a que pertencemos<sup>212</sup>

A manutenção da Cisplatina correspondia em certa medida ao esforço de salvaguardar o império da sanha do inimigo inculto, afinal a região serviria como uma barreira de contenção contra os avanços dos portenhos. Na perspectiva do periódico o *Spectador* de 14 de maio de 1827, a perda da região significaria um imediato ataque ao país, pois, na verdade, os portenhos não estavam brigando pelo território e sim contra o sistema político do império:

entregue a Cisplatina aos Portenhos, dentro em pouco tempo ficaríamos todos portemos –usted para cá – usted para lá- que belo que então seria! O Governo de Buenos Aires reforçado com a Cisplatina, viria imediatamente atacar o Rio Grande, S. Paulo, o Rio de Janeiro, e no sucessivo o resto do Império; porque está mais que sabido que os Portemos não questionam sobre a posse do território; eles fazem a guerra aos nossos princípios políticos; á forma do nosso Governo.<sup>213</sup>

E se o inimigo era cruel, o povo brasileiro, em contrapartida, era generoso e heroico. O jornal *Gazeta do Brasil* de 7 de setembro de 1827 relembra as comemorações da mesma data há cinco anos ligando a manutenção da independência aos esforços do povo em conservá-la, sustentando a guerra e a dignidade nacional e, sobretudo, lutando pela permanência dos contornos grandiosos do território, da província Cisplatina:

Hoje é o grande Dia 7 de Setembro, aniversário daquele, em que foi nos Campos do Ypiranga proclamada pelo Excelso Pedro a Independência do Brasil; e em nenhuma outra ocasião podia melhor desenvolver-se, como evidentemente se mostrou, a coragem e desejo de gloria nos corações dos bravos Brasileiros, que no dia 3 foram designados pelo Soberano para irem sustentar na campanha do Sul a honra marcial do Império. Não basta haver aderido a esta imortal Resolução; haver intimado ao Mundo inteiro; e ter já gozado os bens, que dela nos provem; é forçoso, é magnânimo e digno de um povo heroico a sustentar sua emancipação, e não consentir que nenhuma só das dezenove Estrelas, que integram a órbita do grande Brasil, seja atacada; e muito menos subtraída! O insulto é feito a toda a Nação; e o desagravo pertence a cada indivíduo, que a compõem.<sup>214</sup>

---

<sup>212</sup> *Diário fluminense* de 23 de fevereiro de 1826. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 00010 [-7]- Ano 1825-31.

<sup>213</sup> *O Spectador Brasileiro: Diário Político, Literário e Comercial. Op.cit*

<sup>214</sup> *Gazeta do Brasil*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Obras Raras. Localização: PR-SOR 287-

As virtudes dos habitantes do Brasil são lembradas inclusive pelo português redator do *Atalaia*, na publicação de 22 de fevereiro de 1826, na qual aparenta defender-se, provavelmente, colocado sob suspeita em razão de suas posições liberais:

tenho passado a melhor estação dos meus dias entre a revolução, e constituído agora, um membro da Grande Família brasileira, tendo por natureza um coração forte; dotados d'aqueles nobres sentimentos, que inspiram no homem social, amante da liberdade, e dos progressos da civilização<sup>215</sup>

Percebe-se assim que a lógica de guerra ratificada no texto jornalístico dispõe de três princípios. O primeiro diz respeito ao caráter do inimigo que por sua crueldade e incivilidade deveria ser exterminando, não por vingança, mas como medida para conter o mal que ameaçava o império e seu povo. O segundo colocava em cheque a excelência do império que deveria sobrepor-se à barbárie republicana. O terceiro buscou validar a própria figura do imperador. Os três elementos perpassaram em menor ou maior grau o discurso de todos os jornais analisados e receberam nuances diversas conforme avançava a guerra.

Para o *Diario Fluminense*, fazer a guerra tratava-se não só de se cumprir as ordens do imperador, mas os desejos de Deus, os quais o rei representava. Como aparece no *Diario Fluminense* em 13 de fevereiro de 1826, “*Sim, quem desobedece ao soberano, a Deus resiste, e desobedece. Convém pois opor a esta torrente de males, que desafia as vinganças do Céu, e faz pender sobre as nossas cabeças a espada da divina justiça*”<sup>216</sup>.

A aproximada forjada pelo periódico entre o rei e Deus faz alusão a uma cultura política de origens distantes, pois já na Baixa Idade Média vislumbram-se os elementos que balizaram o direito divino dos reis. Porém, foi durante os séculos XIV e XV que se tornou mais efetiva a propaganda de uma monarquia mística. Neste período, a representação política era cercada de pressupostos teológicos, dentre eles a ideia cristã de corpo místico,<sup>217</sup> que foi transferida para o poder real. Segundo essa teoria, o rei conjuga em si dois corpos. Um corpo físico, sujeito à perenidade e à desagregação, e outro, um corpo político, incorruptível. Na verdade, a liturgia religiosa perpassou todo universo do exercício de poder pairando pelo cerimonial de legitimação do rei.<sup>218</sup> A época moderna fez multiplicar

---

296. Jornais diversos 21-27.

<sup>215</sup> *Atalaia da Liberdade*. Biblioteca Nacional. Setor de obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827.

<sup>216</sup> *Diário fluminense* de 13 de fevereiro de 1826. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 00010 [-7]- Ano 1825-31

<sup>217</sup> Sobre a ideia de corpo místico ver: Ernest H. KANTAROWICZ. *Os dois Corpos do Rei*. São Paulo: Cia das Letras, 1998. Caps 4,5 e 7.

<sup>218</sup> Sobre os rituais e a sacralização da imagem dorei ver: Ana Cristina ARAÚJO. *Ritualidade e poder na corte*

os atributos do rei, símbolo da justiça, da virtude, da bondade, guardião de seus súditos e personificação do reino.

A este rei de caráter divino, caberia guiar a nação em direção à vitória e defendê-la do inimigo. Pelo menos assim faz crer o texto do Barão do Serra Largo, Marechal de Campo e Governador das Armas da Província de S. Pedro do Sul, dirigido aos habitantes dessa província e publicado no *Diário fluminense* de 23 de fevereiro de 1826:

Patrícios, e amigos! O nosso amado Imperador, e Defensor Perpetuo, sempre pronto a vigiar sobre nossos interesses e famílias, já cobre a nossa Província com tropas das outras em nosso auxilio. Que fortuna para nós! Porém em que conceito ficaremos para com o nosso Imperante, quando o mesmo Augusto Senhor se lembrar que é preciso ajudar-nos contra o mesmo inimigo a quem tantas vezes temos pisado com os cascos das nossas cavalarias, e sempre em maior numero que agora.<sup>219</sup>

A questão levantada pelo *Diário fluminense* sobre o papel do imperador colocava em pauta a cultura política pós-independência na qual estiveram em disputa diferentes posições no que tange a constituição da nação. Segundo Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves,<sup>220</sup> dois projetos políticos estiveram em conflito, um baseado na soberania popular e outro que admitia a pertinência de uma constituição, mas salientava a figura real na condução do Estado.

Na verdade, o assunto pode ser compreendido pela dicotomia entre o antigo regime e a modernidade,<sup>221</sup> como discutido por François Guerra, isto é, entre um regime político de cunho absolutista, como tentou impor o imperador; uma monarquia constitucional como desejava parte dos grupos políticos que apoiaram a independência, mas que se mostrou fracassado após 1824 em razão das medidas autoritárias de D. Pedro I, ou ainda, um regime de caráter pactista, dentro da qual se presumia direitos e deveres entre o rei e o reino, o que será trabalhado no próximo capítulo. Um regime pactista, aos moldes das ex-colônias hispano-americanas, trazia à tona também a possibilidade do poder residir fora da figura real, pulverizado no conceito de soberania dos povos. Como aparece no *Spectador brasileiro*:

---

de D. João V. A gênese simbólica do regalismo político. *Revista de História das Idéias*. Vol. 22, 2001. (pp. 175-208).

<sup>219</sup> *Diário Fluminense*. Loc: PR-SOR 00010 [-7]- Ano 1825-31.

<sup>220</sup> Lúcia M. Bastos P. NEVES. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. 1ª. ed. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003.

<sup>221</sup> François-Xavier GUERRA. *Modernidad y independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Op. cit.. Guerra entende a modernidade como a vitória de um conjunto de transformações, a partir das quais, um novo universo de referências emerge. Esse novo sistema global combina ideias, imaginários sociais, valores e comportamentos, que vão configurar o novo homem e sua nova realidade social. Entretanto, não foi essa confluência de valores a grande novidade, pois, todas essas referências já estavam latentes durante o século XVIII, no âmbito privado. A grande inovação ficou à cargo da criação de uma esfera pública, que trouxe à tona tal concepção teórica, fortalecendo uma outra legitimidade - a da nação ou do povo soberano.

*diario político, literario e comercial* publicado em 22 de março de 1826.

Por isto eles não chamam livres senão aqueles, que em sua Pátria são membros de todas as Magistraturas, e votam diretamente em todos os negócios do Estado. E quando, segundo a experiência, se lhes faz observar, que quanto maior poder se dá á cada Cidadão, menos se torna a tranquilidade de todos: quando se lhes diz, que os Governos absolutamente democráticos, são os mais expostos as revoluções e ás tempestades; eles respondem com as bem conhecidas palavras de um Palatino da Posnania, que antes querem uma Liberdade inquieta, do que uma escravidão tranquila; como se a escravidão propriamente dita possa ser tranquila; como se uma liberdade bem ordenada possa ser inquieta!(...) Mas que tranquilidade e que segurança se pode esperar daquelas sociedades políticas em que cada um dos Cidadãos tomo uma parte ativíssima no exercício da Soberania? Rousseau mesmo convém que os grandes Estados não são susceptíveis de uma administração democrática; que este gênero de administração só pode convirá hum pequeno Povo, à uma pequena cidade.<sup>222</sup>

A relevância da citação se deve tanto a sua definição de soberania quanto à concepção de qual seria o melhor sistema de governo para o império. Segundo o periódico, o estado caótico de insegurança que assolaria as repúblicas platinas seria perfeitamente compreensível em razão do tipo de sociedade política lá predominante, na qual caberia a cada indivíduo participar de maneira intensa da soberania; dito de outra forma, o trecho critica a política dos vizinhos, pois estes decompõem o poder entre todos os cidadãos e, quando o fazem, abrem espaço para o choque entre interesses divergentes, gerando a desordem.

Aproveitando a referência que o próprio jornal faz a Jean-Jacques Rousseau, talvez seja plausível buscar a definição deste para o conceito de soberania. Segundo Rousseau<sup>223</sup> a soberania pode ser definida como o exercício da vontade geral, porém o fragmento acima indica uma confusão entre o que Rousseau marca como vontade de todos e vontade geral<sup>224</sup>. A vontade geral, que é associada à soberania, estaria ligada aos interesses comuns dos cidadãos, enquanto a vontade de todos, conservaria os interesses particulares, sendo simplesmente a soma das vontades particulares, esta sim traria problemas à governabilidade.

Ainda sobre Rousseau, o *Spectador brasileiro* faz alusão à distinção empreendida pelo autor entre governos democráticos, aristocráticos ou monárquicos e como cada um destes sistemas se adapta às diversas realidades sociais. Para o autor, no capítulo intitulado *Da democracia*, “*não há forma de governo tão sujeita às guerras civis e às*

---

<sup>222</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial. Op.cit*

<sup>223</sup> Ver: Jean-Jacques ROUSSEAU. “Do contrato Social”. In.: *Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1973.

<sup>224</sup> A diferença entre vontade de todos e vontade geral se encontra no capítulo III denominado “Se pode errar a vontade geral”. Jean-Jacques ROUSSEAU. “Do contrato Social”. *Op.cit*.

*agitações intestinais quanto a forma democrática ou popular, porque não há outra que tenda tão forte e continuamente a mudar de forma*<sup>225</sup>. Esta passagem pode ser pertinente à concepção do jornal que agrega a ideia de anarquia ao governo soberano.

Voltando ao *Spectador*, o jornal salienta a melhor forma de governo para o Império brasileiro, que por sua extensão continental não suportaria um regime democrático mais oportuno aos estados de dimensões bem modestas. Aqui outra vez Rousseau é apropriado: “qualquer forma de governo não convém a qualquer país” alerta para relação entre as dimensões territoriais e o modelo administrativo: “a monarquia só convém, pois, às nações opulentas; a aristocracia, aos Estados medíocres tanto em riqueza quanto em tamanho; a e democracia aos Estados pequenos e pobres.”<sup>226</sup>

A dimensão territorial também foi importante quando associada ao quantitativo populacional, isto é, tendo em vista o tamanho monumental do Brasil, seria necessário povoar esse território, o que impediria assim a invasão de estrangeiros e facilitaria a difusão do poder do rei, como foi tratado pelo *Spectador* em carta publicada em 20 de abril de 1827, citando a lei de naturalização discutida no Congresso:<sup>227</sup>

a cerca da Lei da naturalização dos estrangeiros, expenderão que se não devia prodigalizar a herança das gerações futuras aos filhos de adoção; que se deviam conservar as terras incultas, e inabitadas, que pertenciam á mais remota posteridade; que, finalmente, se deviam tomar por base dez anos de residência continua, para ser naturalizado: A duração da guerra do Sul, comparada com as poucas forças dos nossos inimigos, é, sem duvida, o mais severo contraste daquelas proposições. Nela verão a grande urgência de povoar, pelos meios convenientes o vasto solo Brasiliense, para ele se elevar á proeminência e respeito, de que é susceptível, e pôr a salvo das injurias e agressões não só das potências ambientes, senão também das longínquas.<sup>228</sup>

A definição do que seria um bom governo volta a ser mencionada, só que no *Diário Fluminense*, publicado em 10 de dezembro de 1825. O jornal tece duras críticas a todos das Províncias Unidas, destacando a escravidão na qual se encontram e que, de acordo com a matéria, em parte era por culpa deles mesmos, pois compactuavam com os atos de seu governo. Governo este que foi definido como avesso à prosperidade pública ou individual e aos direitos das gentes.

Enganam-se, julgando que as suas ameaças, que as suas diatribes; tão como

---

<sup>225</sup> Jean-Jacques ROUSSEAU. “Do contrato Social”. *Op.cit.*p. 91.

<sup>226</sup> *Ibidem*, p.101. A definição de Rousseau surge da leitura de Montesquieu, que será mencionado no capítulo seguinte.

<sup>227</sup> A questão do vazio populacional em relação ao território será apropriada pelos jornais portenhos de forma a desqualificar o esforço nacional imperial, o que será tratado no próximo capítulo.

<sup>228</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Obras Raras. Localização: PR-SOR 00003(2). Volume 2. Publicado entre 2 de janeiro - 15 de dezembro de 1826 e 08 de janeiro - 21 de maio de 1827.

a sua política, poderão jamais assustar a firmeza brasileira. Nós somos livres; o que são eles? Miseráveis escravos da Oligarquia; estúpidos adoradores de um governo essencialmente inimigo da prosperidade pública, e individual; que começando a sua carreira pela sacrílega violação do Direito das Gentes, não pode esperar sucessos felizes. Quando os Povos abrirem os olhos, e conhecerem pelo insuportável peso dos flagelos, que os Governos populares são os verdadeiros déspotas; quando principiarem a fermentar as intrigas, e a correr o sangue dos Cidadãos aos pés dos Cônsules, dos Tribunos, e dos Ditadores, procurarão outros centros de segurança, e outro sistema político mais análogo aos interesses das Nações. Talvez que então se acolham á sombra deste mesmo Trono, contra cuja estabilidade se ligam hoje as forças de poucos braços.<sup>229</sup>

Além das opções políticas que a elite tentava impor e a imprensa analisada ratificava, havia outras menos acalentadas pelos grupos de poder para gerir o Estado, um delas foi dada pelos grupos políticos sulistas – o federalismo –, que para Helga Piccolo<sup>230</sup> estaria condicionado à experiência dos tempos coloniais, isto porque os proprietários de terra<sup>231</sup> do sul se beneficiaram das disputas empreendidas pelo governo luso contra os espanhóis na fronteira.

Voltando a figura real, ela também tinha papel crucial na construção de uma unidade para a nação brasileira; seria um elemento de coesão para um estado em formação e carente de símbolos próprios, já que o universo de referências inteligível ainda era associado ao passado luso-brasileiro. De acordo com Lúcia Pereira das Neves, esses elementos eram intensificados pela formação intelectual que os grupos de poder brasileiros recebiam – visto que a maior parte da elite letrada, que também era a elite política, passou por Coimbra<sup>232</sup>, o que explicaria, em parte, a opção pela monarquia.

Reafirmava-se a necessidade do príncipe regente como penhor da unidade e dos interesses do Brasil, mas era também a tradição de uma cultura política moldada em Coimbra que lhe homogeneizava o pensamento de boa parte da

---

<sup>229</sup> *Diario Fluminense. Op.cit*

<sup>230</sup> H. I. L. PICCOLO. Independência no Rio Grande do Sul. 1808 a 1831. In: MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

<sup>231</sup> Segundo Piccolo o poder destes proprietários aumentavam em proporção às terras conquistadas na fronteira. Além disso, como funcionavam como uma proteção contra ameaças, externas possuíam certo poder de barganha, o que possibilitou uma grande autonomia política.

<sup>232</sup> Para José Murilo de Carvalho a manutenção da unidade territorial e a construção de um governo civil estável seriam consequências do tipo de elite política quando do processo de independência, caracterizada por sua homogeneidade, explicada, em parte pela socialização da elite, produzida por meio da educação formal universitária. Sobre a coesão da elite intelectual brasileira promovida na universidade de Coimbra Ver.: J. M. CARVALHO. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980 e BOSCHI, Caio César. *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 4, p. 100-111, 1991.

elite política e intelectual brasileira. Transplantavam-se para o Novo Mundo as práticas políticas portuguesas, concebendo a monarquia como a única forma viável de governo.<sup>233</sup>

Ao que parece foram mesmo a unidade política e a necessidade de manter a segurança dentro do Império, os pontos que funcionaram como os grandes impulsionadores em termo discursivos do conflito armado por parte do governo. Além de balizarem a narrativa imperial, atuaram como elementos de barganha do governo em relação aos grupos de poder econômico, pois perder a guerra poderia trazer para si a república. Segundo Demétrio Magnoli a função do imperador era atuar sobre estes conflitos:

O Estado imperial construiu-se como argamassa de uma entidade oligárquica de tipo pré-nacional. O centro político, materializado no imperador e no Conselho de Estado, teria de funcionar como gestor dos múltiplos e eventualmente conflitantes interesses das oligarquias dominantes, que se expressavam de modo desigual no vasto território brasileiro.<sup>234</sup>

Não somente a unidade política, mas, sobretudo, a unidade territorial embalava os grupos de poder brasílicos e seu rei, que como já tratado era um ponto chave da empreitada nacional. O que foi assinalado pelo *Diário fluminense* de 8 de maio de 1826:

A Província Cisplatina é a única, que não está em sossego, como já disse, pois homens ingratos, e que muito deviam ao Brasil, contra ele se levantarão, e hoje se acham apoiados pelos Governos de Buenos Aires, atualmente em luta contra nós. A Honra Nacional exige que se sustente a Província Cisplatina, pois está jurada a integridade do Império.<sup>235</sup>

E se a unidade era o sonho desses grupos de poder, a república era uma espécie de pesadelo, pois poderia dividir o poder dando margem à emergência de múltiplas soberanias, como aconteceu na maioria dos países hispano-americanos, ou uma república que lutasse por mudanças sociais, como tentou ser a de Miguel Hidalgo e seu sucessor, José Morellos, ou uma ainda mais perigosa, uma república haitiana, liderada por escravos. Por certo, todos esses projetos republicanos assustavam bastante aos grupos de poder brasileiros, sobretudo por terem significado também uma completa fragmentação territorial. Assim, a monarquia e a ideia de unificação que ela remetia possuiu uma força incontestável sobre o imaginário social nacional, largamente acionado, inclusive, pelo *O espectador Brasileiro: Diário Político, Literário e Comercial* no seu exemplar de número CCXXI de 9 de janeiro de

---

<sup>233</sup> Lúcia M. Bastos P. NEVES. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. *Op. cit.* p.378.

<sup>234</sup> Demétrio MAGNOLI. “O Estado em busca do seu território”. *Op. cit.* 286.

<sup>235</sup> *Diário Fluminense. Op.cit*

1826:

Eu avanço esta ideia, por que em minha humilde opinião julgo que para equilibrar a segurança, e integridade do Império, é necessário acabar de uma vez com as formas republicanas e anárquicas que existem em a nossa vizinhança (...) Amiguinhos: estai certos, que se pretendeis fazer guerra aos nossos princípios políticos, tendes de a fazer também aos que vivem dentro da vossa casa: não obstante, diz o vosso esturrado – Argos– que é moralmente impossível conservar-se na América diferentes formas de governo, que, ou bem Republicas, ou bem Impérios. Buenos: também eu digo outro tanto, e nessa parte estou perfeitamente identificado com o nosso Argos: ou o Império do Brasil , ou a republica de Buenos Ayres: vamos lá, e veremos quem vence.<sup>236</sup>

O jornal *Diário Fluminense* de 2 de março de 1826 igualmente condena a república, bem como os males por ela gerado e mais uma vez o discurso se repete. O *Diário* caracteriza as bases em que se fundaram as repúblicas da hispano-América – nada teria de legítimo, mas se impôs pela lei do mais forte. O resultado dessa vitória da violência foram a morte e a miséria que se espalharam por esses países e que também resvalou sobre a Igreja, ultrajada pelos chefes das novas repúblicas.

Restam à Espanhóis castelhanos, que defendem o porto de Calao de Lima, e a Ilha de Chile, únicas possessões, que hoje tem o vasto continente Americano; e é bem de esperar, que antes de pouco tempo, eles tenham a mesma sorte , pois que seus heróicos defensores, abandonados pela Mãe Pátria, terão de submeter-se ao direito do mais forte, única plausível razão em que se fundão os chefes dessas republicas, que por ora só tem acarretado sobre os infelizes Espanhóis Americanos a miséria, a morte, a fome, despovoando o país, chegando a tal ponto a perseguição, que nem os Chefes da Igreja, e seus Ministros a ela tem escapado. Eles têm só em vista engrandecer alguns aventureiros, a bem dos quais tudo é sacrificado. Talvez nosso modo de pensar não agrade a seus coirmãos; porem isso pouco nos importa, sobre tudo quando nos lembramos as desgraças que os regeneradores da América Espanhola tem acusado a sua pátria há 16 anos, e que cada vez mais embrulhados temos negócios. Brasil, feliz Brasil, quão diversa é a tua sorte, em quatro anos principiastes, conseguistes, e ratificastes tua Independência. Qual é a diferença entre ti, e àquelas ex-colônias Espanholas!!Bendize aquele, que te salvou das garras de protetores, de regeneradores, de pais da pátria; sim Brasileiros, prestemos obediência, veneração, e respeito aquele que nos salvou da anarquia; e que nos deu a paz

---

<sup>236</sup> *O espectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Exemplar de número CCXXI de 9 de janeiro de 1826. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 00003- Ano 1824-27.

de que gozamos à sombra de Seu Paternal Governo. ”<sup>237</sup>

O *Diário* ainda agradece pelo Brasil não ter tido o mesmo destino dos vizinhos, conseguindo fazer sua independência mantendo a paz e evitando a anarquia, vantagens que atribuía aos esforços do imperador.

Para José Murilo de Carvalho, a monarquia era uma alternativa em razão da própria cultura política em que se alicerçou a independência e do passado recente do país, já que a presença da corte bragantina no Rio de Janeiro teria possibilitado um governo com bases mais firmes<sup>238</sup>. A monarquia, na concepção do mesmo autor, pairava pelo imaginário da elite política brasílica como a única maneira de evitar a fragmentação do território, a proliferação de guerras civis em busca de legitimidade política e o rompimento da ordem escravocrata.<sup>239</sup>

Além do mais, como salienta José Murilo de Carvalho em *Cidadania no Brasil. O longo caminho*, a decisão pela monarquia no Brasil teve por base a certeza – por parte dos seus grupos políticos – da necessidade da figura real para manter a ordem social e impedir a divisão do território, como já mencionado. Assim, mesmo tendo o modelo Norte-americano de república como exemplo, o país temia a revolução imposta aos países hispânicos, optando pela tradição portuguesa.

Mas não seria o bastante impedir o avanço republicano no Brasil. O que se esperava era o seu extermínio em solo americano, como frisa uma matéria do jornal *Diário Fluminense*, e o restabelecimento do regime monárquico. Nesta longa trajetória, para o caso de fracasso do republicanismo, caberia ao Brasil dar alento às Repúblicas vizinhas, ou quem sabe até um rei:

Nascer, crescer e morrer, diz o imortal Bossuet, são os três períodos assim da vida do homem, como da vida dos Impérios, ou dos Estados em geral; porém a República nasceu no fatal minguante da lua, e morreu: ha mui poucos exemplos de Estados que ressurjam; pode ser Buenos Aires entre neste pequeno numero; mas como a República está encravada no solo Américo - Espanhol, e o todo está mais ou menos aluído, desconfiamos de seu retorno à vida. Nós iremos fugindo de todas essas causas, que influem para o mão destino das Monarquias; iremos sustentando nossa independência política,

---

<sup>237</sup> Diário fluminense 1826 2 de janeiro a 30 de dezembro. Volume 7e 8.

<sup>238</sup> José Murilo de CARVALHO. *A Construção da Ordem. A elite política imperial*. Op.cit.

<sup>239</sup> No capítulo em que discute o federalismo e o centralismo no contexto do império, afirma que “A solução monárquica não foi usurpação da soberania nacional, como argumentariam mais tarde os republicanos. Ela foi uma opção consciente da elite brasileira da época, à qual não faltou apoio popular. D. Pedro foi usado como instrumento do objetivo dessa elite, que era a unidade do país por intermédio da monarquia constitucional. A monarquia, acreditava-se, seria a única maneira de evitar a fragmentação do país e as guerras que assolavam os vizinhos, de evitar, portanto, também os riscos à ordem social escravocrata”. José Murilo de CARVALHO. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998. p. 162.

nossa unidade moral, para podermos dar boas noites aqueles, que forem caindo nas nossas vizinhanças. Esperamos debaixo da égide Imperial que em pouco tempo se cumpram á nosso respeito o mesmo que Bernandin de S. Pierre desejava à França depois das revoluções; sim, esperamos aparecer como um precioso anel na brilhante cadeia das monarquias.<sup>240</sup>

A citação deixa bem clara a necessidade de manutenção da unidade política e moral para se evitar um destino fatal. A *Gazeta do Brasil* de 30 de maio de 1827, desta forma, esforçou-se em enunciar os malefícios de um povo incapaz de manter a unidade política de seu governo. O trecho, como era se de esperar, começa com uma definição do inimigo bem pouco lisonjeira, logo vai ressaltar os insultos que estes dirigem ao império e ao seu chefe para depois chegar à razão de tudo isso – a natureza anárquica do povo. Os de Buenos Aires, contra quem a guerra tinha sido declarada, apesar de conhecerem empiricamente o caráter negativo de um Estado com o poder fragmentado mantinham o mesmo sistema político. O resultado era um território dividido entre partidos rivais e com a governabilidade comprometida.

Os olhos inflamados de mágoa e de raiva não podem mias ler audacíssimos ultrajes, injúrias as mais virulentas que essa cáfila desenfreada; essa raça infame de frenéticos e assalariados escritores de Buenos Aires lançam nos seus papéis públicos em desonra a nossa nação e de nosso Augusto Imperador! É inconcebível até que grau chegam os insultos, o escárnio, e as ameaças que despejadamente dirige contra os Brasileiros essa corja infame de revolucionários anarquistas! que orgulho néscio! que miseráveis! ninguém melhor do que eles conhece a sua desgraçada situação: divididos em facções; separados uns dos outros; receosos de seus mesmos consócios; sem força moral que dirija esse resto de limitadas faculdades que ainda possuem; é lhes absolutamente impossível conservarem centralidade; é lhes impossível sustentar por muito mais tempo a sua posição; porém é neste mesmo estado que Buenos Aires ainda imbuído por hum punhado de ladrões ousa ameaçar o nosso majestoso Império!<sup>241</sup>

O tema também foi tratado na *Gazeta do Brasil* de 7 de setembro de 1827, na qual se reafirma a divisão dos poderes na república e a anarquia deste governo, bem como os males gerados por essa desordem que impossibilitava a eficácia militar de suas operações:

Que rapidamente se compare a insignificância dos nossos inimigos, a pobreza, ou antes a falta absoluta de seus recursos, e as sangrentas e anarquias divisões, que dilaceram o centro de suas operações civis e

---

<sup>240</sup> *Diário fluminense* de 17 de fevereiro de 1826. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 00010 [-7]- Ano 1825-31.

<sup>241</sup> *Gazeta do Brasil*. Op.cit.

militares, com a força e poder de um Império, já populoso, rico, e agora provocado; com os tesouros, que nos oferece e promete nossa industria e extenso comércio; e com o saber, boa inteligência e submissão ás ordens do Governo, que distingue as nossas Autoridades Militares e Civis, se convencerão os poucos díscolos que ainda restam mais opostos á continuação da guerra do Sul.<sup>242</sup>

O sistema confederativo, em oposição ao centralismo, torna-se com isso sinônimo de fragmentação territorial e anarquia. Desta forma, os jornais estudados tentam reforçar a desunião e a estabilidade pelas quais atravessam o oponente. *O espectador* de 5 de abril de 1826 indica os problemas entre as províncias que formavam as Províncias Unidas do Rio da Prata e a dificuldade em manter a confederação prevendo uma desastrosa desagregação que mudaria os rumos do conflito.

As últimas notícias que temos recebido sobre esta mal aventurada República nos fazem suscitar, que ela vai ser o Teatro de uma formidável catástrofe. Mendonça, e Córdoba se desligarão da Confederação, e retiraram os seus contingentes; já não havia nem um real do derradeiro empréstimo.<sup>243</sup>

A *Gazeta do Brasil* em seu suplemento de número onze, sem data, também faz grande propaganda das discórdias entre a Província de Córdoba e a capital portenha, noticiada pelos próprios periódicos de Buenos Aires: “*Pelas últimas folhas de Buenos-Aires, se vê que as desavenças entre aquela Capital e a importantíssima Província de Córdoba, em lugar de se abrandarem, vão tomando cada dia um caráter mais exasperado.*”<sup>244</sup>

Mas nem só de elogios viveu o império, a imprensa classificada como liberal aproveitou-se do momento para tecer algumas críticas, mais especificamente as forças militares do país e a imprensa dita “servil”. Em relação aos primeiros, o descontentamento derivava da própria superioridade que juravam guardar em relação ao inimigo, mostrando-se surpresos com o prolongamento da guerra, como afirma *O Verdadeiro liberal* no seu suplemento de número 2:

é tão fora do que se devia esperar, que não podemos deixar de lamentar a sorte da Esquadra Brasileira, e de nos maravilharmos pela falta de um progresso mais rápido na guerra do sul; que, atendida a desproporção das duas Nações, infalivelmente será decidida em favor do Brasil.

Apesar da censura, não se coloca em cheque que o resultado final será vantajoso ao

---

<sup>242</sup> *Ibidem.*

<sup>243</sup> *O espectador Brasileiro: Diario Politico, Literario e Comercial.* Op. cit.

<sup>244</sup> *Gazeta do Brasil.* Op.cit.

império. Entretanto, não era possível evitar a admiração diante da dificuldade em vencer o que consideravam um “punhado de gaúchos”, que surpreendentemente seguiam fazendo frente ao Império do Brasil, como escreve o *Atalaia* de 8 de março de 1826:

Temos lá forças de sobejo para dar um golpe decisivo, e terminador nos inimigos, e vergonha é que não se tenha feito, e que um punhado de gaúchos tenha até agora zombado impunemente do Exército Imperial, e do Império do Brasil. Os fatos são provas evidentes desta desgraçada verdade. Não venham para cá mentir, que ficarão publicamente por mentirosos. Não venham dizer, que o inimigo foi batido ali, e acolá, e que perdeu tantos e quantos, apresentem documentos que o prove então acreditá-lo-emos.<sup>245</sup>

O trecho acima ainda condena o que classificam como informações mentirosas publicadas sobre a guerra, as quais atribuíam falsas vitórias ao exército real. Mas apesar das críticas ao exército, o jornal defende a legitimidade da guerra e para isso utiliza os mesmos argumentos dos outros jornais aludidos: o incontestável direito brasileiro sobre a Banda Oriental.<sup>246</sup> O *verdadeiro liberal*, no seu suplemento de número 2, combate igualmente a posição da imprensa em atribuir vantagens ao exército de D. Pedro de forma parcial o que acabou gerando um descrédito sobre as informações acerca do conflito:

Até aqui nos nossos Periódicos o Público tem visto todos os acontecimentos do Sul referidos sempre a favor do Brasil, sem aquela imparcialidade que deve caracterizar a quem escreve com o fim de aproveitar: daqui se tem seguido que muitas vezes se deixam de acreditar as vantagens, que as nossas armas alcançam, pela desconfiança que dão de si fatos mencionados por pessoas de má fé. A verdade deve ser o alvo de todo o Escritor.<sup>247</sup>

Outra preocupação constante de parte da imprensa brasileira era validar a ocupação da Banda Oriental, para tal precisou legitimar a entrada lusa na década de 1810 e o congresso cisplatino. A *Gazeta do Brasil* afirmou em 30 de maio de 1827 que os montevidéanos com a mais absoluta liberdade optaram por aderir ao império e que os acontecimentos que se iniciaram em 1825 não eram fruto da escolha da maioria da população, mas resultados do voto de apenas seis mil homens divididos entre dois partidos rivais, isto é, entre Juan Lavalleja e Fructuoso Rivera. Sendo assim, as decisões tomadas por esse pequeno grupo não poderia suplantar o ato de incorporação proposto e discutido pelo Cabildo e por representantes da província.

por ambas tenha sido batido e obrigado finalmente como foi a reconhecer a

---

<sup>245</sup> *Atalaia da Liberdade*. Op. cit.

<sup>246</sup> O jornal *Atalaia* em 9 de março de 1826 afirma que: “a Província Cisplatina nos pertence pelo direito da conquista, e os títulos porque forma uma parte integrante do Império do Brasil”.

<sup>247</sup> *O Verdadeiro Liberal*. Op. cit.

sua independência de baixo da tirania de Artigas: - acoitados então em Buenos Aires gemiam esses fanfarrões que alardeiam valor, e ousam ameaçar-nos! e como é que agora os Montevidéanos se acurvariam a esse jugo odioso; a essa escravidão disfarçada que lhes quer impor o governo de Buenos – Aires! A mais de que os Montevidéanos subtraindo-se à sua dominação pela julgarem tirânica; havendo pelos seus próprios esforços recuperado a liberdade de seu território; feitos senhores de si mesmos; senhores de sua pátria; posto em plena liberdade sem a mais leve sombra de coação, proclamaram seus inauferíveis direitos pactuando conosco. E será por ventura o voto de seis mil homens armados entregues a dois chefes de diferentes partidos que há de relaxar o Ato solene de incorporação ao Império do Brasil que tem feito todo ao povo de Montevidéu? Este ato; este pacto social que foi proposto, discutido e decidido pelos Cabildos e representação Provincial? (...)É por tanto indubitável que a província Cisplatina é nossa; que ela por direito nos pertence e forma uma parte integrante do Império do Brasil.<sup>248</sup>

O *Spectador* em 14 de abril de 1826 reproduz uma carta do barão de Cairú lida na abertura da Câmara na qual se afirma que a Cisplatina seria a única província a perturbar a ordem e a calma do Império brasileiro. A crise na Banda Oriental foi atribuída a um grupo pequeno de insurgentes que, ferindo os juramentos e o ato de união com os brasileiros, decidido pelo povo oriental, tentava atraiçoar o império.

O Senado se compraz com V.M.I. de se achar tranquilo o Império, exceto na Província Cisplatina. Aquela tranquilidade em tão extenso território, é o feliz efeito da Paternal Solicitud e desvelada energia de V.M.I, em promover a boa ordem na Administração, que assegura o perene contentamento, e a imóvel lealdade todas as classes. É mui sensível, que o público sossego se turbasse naquela Província pela insubordinação, e perfídia de alguns amotinados, e sediosos, que traíndo a fé de seus juramentos depois de espontâneos, e reiterados Atos de Incorporação ao Império, feito pelo Povo, e Autoridades Constituídas, se precipitaram a alucinar os compatriotas, acumulando traição à ingratidão.<sup>249</sup>

Já o *Atalaia da Liberdade* utiliza inclusive razões bem menos nobres para explicar a permanência brasileira na Banda. Segundo o jornal de 22 de fevereiro de 1826 a região pertenceria ao império por diversos motivos – uma suposta linha demarcatória produzida ainda no descobrimento da América (talvez uma referência ao Tratado de

---

<sup>248</sup> *Gazeta do Brasil*. Op. cit.

<sup>249</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Op. cit

Tordesilhas),<sup>250</sup> a teórica presença de população lusa na região mesmo antes da ocupação espanhola, o uso da força, os gastos já empreendidos na conquista do território que superaria seu valor efetivo e pelo direito de manter uma região que serviria como barreira à invasão de regimes de governo adversos ao do Brasil.

Os Títulos, que dão hoje ao Brasil o direito de posse sobre aquele território, são imensos, são inumeráveis; e designá-los todos excedia muito á compreensão do meu escrito; porém sempre direi de corrida, que a Província Cisplatina nos pertence, pela primeira linha de demarcação no descobrimento da América, e pelo direito de povoação, por havermos sido os primeiros; que habitamos o lugar de Montevidéu; ela nos pertence pelo direito de conquistadores; pelo valor de 34 milhões de cruzados, que excede muito o valor do terreno; e finalmente pelo direito de segurança individual, isto é; pela garantia que precisamos dar á forma do nosso Governo, e a integridade do Império.<sup>251</sup>

A citação transcrita acima em nada destoa das demais sobre o assunto. A necessidade de manter a ocupação é a mesma, bem como a luta pela integridade do império e de seu sistema de governo, o que só reitera a posição já descrita aqui de afirmar uma enorme proximidade nos discursos dos jornais estudados – fossem conservadores ou liberais – de apoiar o conflito. Contudo, há uma sutil diferença entre os dois discursos, ainda que ambos validem a ocupação, os jornais que se autodenominam liberais apontam erros por parte dos brasileiros na condução do processo.

Uma forma de provar os méritos da presença imperial também foi desqualificar o direito do outro. A partir disso, é possível aludir à tentativa do jornal *Gazeta do Brasil* de colocar em cheque a suposta amizade entre os habitantes de Buenos Aires e os de Montevidéu. Para *Gazeta* de 30 de maio de 1827 sempre houve rivalidade entre as duas cidades, tanto que por duas vezes entraram em guerra.

Os Montevidéanos são de seu natural inimigos dos Buenos-airistas, e este sentimento plantado no coração de cada um deles não poderá ser arrancado pela mão armada de hum general portenho (...) sórdidas paixões, baixos interesses hão sempre movido a Buenos Ayres contra Montevidéu, prova disto e que já por 2 vezes lhe ha declarado e feito a guerra.<sup>252</sup>

---

<sup>250</sup> O Tratado de Tordesilhas definia como parâmetro a linha o meridiano de 370 léguas a oeste do arquipélago de Cabo Verde. Os territórios situados a leste pertenceriam a Portugal e o que estivessem a oeste, aos espanhóis. Contudo, como o Tratado não determinou o início da contagem das 370 léguas nem o valor da légua que variava entre 16 2/3 e 18, dependendo do navegador, ele deu margens a diversas interpretações sobre esses limites. Por exemplo, as de Albernaz em 1631, Pedro Nunes em 1537, João Teixeira em 1642 e Costa Miranda em 1688 influenciou, de certa forma, a Banda Oriental.

<sup>251</sup> *Atalaia da Liberdade*. Op. cit.

<sup>252</sup> *Gazeta do Brasil*. Op. cit.

No *Spectador* de 21 de maio de 1827 aparece nova referência à competitividade que embalou as relações entre as duas cidades. O jornal ridiculariza o discurso amplamente difundido na imprensa portenha de justificar a incorporação da Banda Oriental em nome da suposta irmandade entre montevidianos e portenhos<sup>253</sup> – o que será tratado no próximo capítulo – inspirada nos direitos adquiridos a partir da colonização espanhola comum.

A Província Cisplatina fez uma guerra tenaz a sangrenta a Buenos Aires, ou a toda aquela República, - para dela constituir-se independente. – Triunfou! Buenos-Aires a abandonou, roubou a sua grande artilharia---deixou em uma noite a sua Capital, havendo saqueado, e levado por diante os Tesouros. E aos doze anos de continuo abandono olhando para ela em plena paz (em 1825) é que achou no Testamento da Espanha (a defunta) que ela era a filha que constituía por sua legítima herdeira as demais Províncias.<sup>254</sup>

O mesmo *Spectador*, em 21 de maio de 1827, afirma que os montevidianos conhecem agora muito bem os portenhos e seus planos de dominá-los e, por isso, sabem que só os brasileiros são seus verdadeiros amigos: “os Montevidianos posso assegurar-lhe que eles já tem conhecido as vistas desses Arlequins políticos de Buenos-Aires que os queriam dominar, e agora estão convencidos que bons, fiéis e sólidos amigos são e serão sempre os Brasileiros.”<sup>255</sup>

Ainda na tentativa de dar autenticidade à ocupação ressurgiu o argumento relativo ao viés natural da presença brasileira na região, pois faria valer os contornos espaciais, a fronteira natural, a vontade de Deus. Para *Diário fluminense* de 4 de junho de 1825, a Província Cisplatina tinha se constituído como território do império pela própria natureza e, por isso, não havia meios de tirá-la do Brasil.

A natureza fez Brasileira a Província de Montevidéu; ela esta no circuito das estrelas que ornaram o Diadema Imperial; será preciso que debaixo dos seus muros, ou que sobre os seus campos expire o último Brasileiro para deixar de ser nossa. Nos governos populares não há essa força suplantadora, que tanto preconizam os panegiristas da anarquia; são mil vezes ali mais temíveis os partidos do que nas Monarquias; não foi possível às antigas repúblicas acharem o centro da unidade, e os povos do interiormente desorganizados

---

<sup>253</sup> Essa irmandade entre as duas cidades não foi um discurso construído durante a Guerra Cisplatina, mas já presente nas críticas dos políticos das Províncias Unidas à ocupação de Lecor. Na sua tese de doutorado Guazzelli cita uma carta do governador de Entre Rios, Mansilla, ao general Lecor na qual em seu nome e também dos governos de Buenos Ayres e Corrientes pede a desocupação da região oriental pela corte em razão de laços progressos de amizade entre os antigos territórios hispânicos. Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Op.cit

<sup>254</sup> *O Spectador Brasileiro: Diário Político, Literário e Comercial*. Op. cit.

<sup>255</sup> *O Spectador Brasileiro: Diário Político, Literário e Comercial*. Op. cit.

pela fatal necessidade do sistema de seu regime.<sup>256</sup>

O mesmo *Diário fluminense*, de 17 de fevereiro de 1826, afirma que três eram as razões que sancionavam o domínio das terras orientais: a natureza, que tornava a região geograficamente ligada ao Brasil; os Tratados de limites da Europa, que segundo o jornal confirmavam a posse, e a decisão dos habitantes da província de livremente se unir ao império.

Nós estávamos em amizade; tínhamos ali um encarregado dos nossos negócios; vivíamos em toda a boa fé quando já a ímpia Megera chamava a si contra nós o infame Rivera, e outros patifes de cinco réis, para sublevarem uma Província Brasileira por Natureza; Brasileira pelos Tratados da Europa; Brasileira em fim pela espontaneidade da sua união ao nosso Governo.<sup>257</sup>

É claro que com o avanço da luta armada, algumas justificativas que faziam parte da fala de guerra do Brasil vão perdendo a força ou deixando de ser a única possibilidade discursiva. A mais surpreendente, talvez seja a do *Spectador* que, se em 14 de abril de 1826 jura que a incorporação foi feito por meio de atos espontâneos da população, em 9 de junho do mesmo ano, na coluna intitulada “Republica de Buenos Aires, tal qual, está hoje”, admite o emprego da força na ocupação das terras vizinhas.

O Filósofo *Hobessies*,[sic] falando do direito de conquista, reconhece o direito da força, por que segundo a sua opinião, o *fato dá o direito*. Partindo deste princípio Montevideú é Província do Brasil. Rosseau, [sic] cuja opinião é muito apreciável disse ao contrário, que o *direito e força* são duas palavras que implicam. Partindo deste outro principio Montevideú é Província de Buenos Aires. Agora a quem queremos a Hobessuis ou Rosseau? Sem examinar esta questão diremos, que Buenos Aires se acha em uma falsa posição por que não é capaz de lutar contra uma Monarquia já com algumas forças tanto navais e terrestres.<sup>258</sup>

A argumentação do jornal é bem simples. Existiriam duas formas para lidar com a disputa no Prata. Uma baseada em Hobbes que legitima o domínio de uma terra por meio do emprego da força e outra, de Rousseau, que associa o direito e a força à posse. A primeira daria ao Brasil a Cisplatina, pois sendo uma monarquia forte, poderia levar a cabo a violência na tarefa de conquistá-la. A segunda daria a vitória a Buenos Aires, que por direito deveria ficar com a Banda Oriental. O próprio jornal faz a pergunta chave para entender todo esse debate: “*Agora a quem queremos a Hobessuis ou Rosseau?*”.

<sup>256</sup> *Diário fluminense*. Op.cit

<sup>257</sup> *Ibidem*.

<sup>258</sup> *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Op. cit.

O que queriam os grupos de poder imperiais? Seja qual for a resposta, é certo que desejavam a manutenção de seu poder, o que exigia o apoio à monarquia e ao seu rei, a conservação dos contornos espaciais do país e a ordem, ainda que por meio da força, pois o que estava em jogo era a própria viabilidade do Brasil independente e a conservação de seu *status quo*, e, talvez, o velho sonho luso-brasileiro de construir um Império no Prata.

Com esta análise também foi possível concluir que tanto os periódicos classificados como conservadores quanto os liberais, aqui elencados, mantiveram uma posição favorável ao empreendimento bélico imperial. E com um discurso muito similar, a única diferença, talvez, tenha ficado a cargo da forma como trataram as derrotas militares do exército e a atuação de alguns brasileiros na ocupação oriental, tendo em vista as críticas dos liberais a ambos.

Neste sentido, o capítulo buscou identificar sobre quais elementos narrativos se fundaram a justificativa para o conflito no território oriental e o universo de referências de que se apropriaram para encontrar ressonância junto aos grupos de poder brasileiros, identificados aqui como argumentos de soberania. No caso do império, é possível afirmar que esses argumentos de soberania utilizaram, dentre outras, perspectivas de caráter geográfico para legitimar sua dominação, baseando-se ora na retórica de fronteira natural e ora na necessidade de manutenção da unidade territorial. Com esse intuito, fez-se uso de cinco periódicos que circularam durante os anos de 1825 a 1828 no Brasil, montando, assim, a versão de um dos lados da guerra.

No decorrer dos próximos dois capítulos muitas vezes ver-se-á o mesmo autor sendo apropriado de formas completamente distintas pelo discurso de guerra das Províncias Unidas e dos *Trienta y Tres* ou o mesmo conceito lido de maneiras variadas em razão da simples travessia do Rio da Prata.

## **Capítulo III**

### **Do outro lado da Banda**

### 3.1. Nuestra Banda

Este capítulo discutirá o universo de referências de que fez uso a imprensa da região das Províncias Unidas do Rio da Prata, durante os anos de 1825 a 1828, de forma a fragilizar a ocupação por parte do Brasil e justificar a formação de uma confederação com os orientais. A análise dos elementos discursivos em torno da guerra visa, especificamente, demonstrar o arcabouço ideológico sobre o qual se debruçou as soberanias regionais das Províncias Unidas na tentativa de estabelecer sua hegemonia no Prata e, por sua vez, construir uma coesão interna diante de um conturbado contexto de guerras civis. Neste sentido, utilizar-se-á três periódicos portenhos, a saber: *El Argos de Buenos Aires*, *El Mensageiro Argentino* e a *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Os elementos discursivos aos quais se remetem os jornais citados buscam na força do passado os laços de coesão que desejam confirmar para recuperar a Banda Oriental. Um passado que os periódicos atribuíram a uma herança do universo hispânico, mas que só possui coerência quando identificado com as comunidades naturais que ocupavam a região e que produziram a coerência cultural, social e econômica tardiamente apropriada por projetos nacionais.

A escolha destes periódicos foi determinada pelas limitações de acesso ao arquivo. Isto porque, a Biblioteca Nacional brasileira transferiu a documentação, com exceção feita ao jornal a *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*, ainda não digitalizada para o anexo da Rodrigues Alves, que ainda não está organizado e, por isso, não foi liberado para o ingresso do público.<sup>259</sup> Os outros dois jornais citados, *El Argos de Buenos Aires* e *El Mensageiro Argentino*, foram pesquisados na Biblioteca Nacional argentina, porém como o tempo de permanência na instituição foi muito pequeno inviabilizou uma ampliação do leque documental.

O periódico *El Argos de Buenos Aires*, fundado por Ignacio Múñez<sup>260</sup>, foi publicado entre 1821 e 1825, mas a este trabalho só interessará o último ano de sua circulação, por abarcar o conflito no Prata. O jornal tratava em suas páginas de questões políticas, literárias e informativas e, segundo Flavio Garcia,<sup>261</sup> manteve uma postura sempre

<sup>259</sup> Os jornais argentinos encontrados na Biblioteca Nacional brasileira que correspondem ao período em que estende-se a guerra, mas que não foram consultados são: 1. *El correo nacional*, Loc: 03-161,03,13. Período: 03/1826 a 07/1826. Coleção T1(1-99); Loc: 03-161,03,14 Período: 07/1826 a 11/1826. Coleção T1(100-200); Loc: 03-161,03,15. Período: 12/1826 a 03/1827. Coleção T1(201-223); 2. *Diario comercial y telegrafo político* Loc.: 3-239,04,02. Período: 08/1828 a 18/1828. Coleção (1- 78,80); 3. *EL granizo: Diario politico literario y comercial*. Loc.: 3-161,03,05. Período: 10/1827 a 11/1827. Coleção (1- 11); 4. *El mensageiro Argentino* Loc.: 3-239,04,01. Período: 11/1825 a 07/1827. Coleção T1 (1- 235) e 5. *El sol de may de 810 diario politico y comercial*. Loc.: 3-239,04,02. Período: 11/1827 a 03/1828. Coleção T1 (1- 16, 18, 20-30).

<sup>260</sup> Ignacio Múñez (Buenos Ayres, 1792-1846) foi secretário de Mariano Moreno em 1810 e, posteriormente, de Rivadavia.

<sup>261</sup> Flavio GARCIA. A. *Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a traves de la prensa Rioplatense*. Montevideo: Cordon, 1976.

alinhada à orientação dos estadistas da região das Províncias Unidas. No ano de 1825, quando começa a guerra, o jornal era dirigido por Domingo Oliveira<sup>262</sup>, estreito colaborador de Rivadavia, ministro de governo e relações exteriores de Buenos Aires até 1824. Ainda de acordo com o autor, *El Argos* prestou um importante serviço a Pedro Trapani, membro da comissão oriental, pois atuava na divulgação das atividades do exército de Juan Lavalleja - líder da campanha oriental - seja na arrecadação de créditos, de material de guerra, de vestuário e, sobretudo, na tarefa de atrair a atenção dos grupos de poder portenhos para causa dos patriotas<sup>263</sup>. A pedido do próprio Trapani, o jornal apresentava, com frequência, uma síntese dos progressos militares dos patriotas por meio de uma coluna intitulada “*Diario de operaciones*”.

*El Mensajero Argentino* circulou entre 18 de novembro de 1825 a 9 de julho de 1827 e, para Flavio Garcia, foi um valioso instrumento de governo durante a administração de Juan Gregorio de Las Heras, o qual usava a publicação para divulgação de seus atos. Teve como redatores Juan Cruz Varela,<sup>264</sup> Agustín Delgado<sup>265</sup>, Valentín Alsino<sup>266</sup> e Francisco Pico<sup>267</sup>, todos de notória atuação em funções estatais. Já a *Cronica politica y literaria de Buenos Aires* foi publicada entre 3 de março de 1827 até 6 de outubro de 1827 foi considerado o jornal oficial do governo de Rivadavia e teve como redatores D. José Joaquín de Mora<sup>268</sup> e D. Pedro de Angelis.

Antes de iniciar a análise do discurso dos periódicos de Buenos Aires durante a Guerra Cisplatina parece adequado localizar as raízes históricas em que se alicerçaram as relações entre as Províncias Unidas e a Banda Oriental, o que dará indícios para melhor avaliar o discurso destes jornais a fim de justificar o direito à posse do território vizinho.

Um recurso fartamente utilizado pela documentação periódica aqui estudada para ratificar o direito da ocupação das Províncias Unidas ao território oriental foi a história

---

<sup>262</sup> Domingo Oliveira (Ambato/ Equador ?- Buenos Aires, 1866) mudou-se, ainda na adolescência, para Buenos Aires, onde ocupou inúmeras funções administrativas importantes. Atuou também como deputado e ministro de governo e relações exteriores.

<sup>263</sup> A relação de Pedro Trapani com o jornal pode ser detectada nas correspondências do próprio Trapani citando a importância do jornal. “al pueblo de Buenos Ayres em su deligente actividade de obtención de créditos y recursos, materiales de guerra, aprovisionamiento, vestuarios, de todo lo que fuera menester y obtenible para el ejército de los “Patrias”, así como los rubros de comunicación vital, transporte y periodismo (desde luego en el ARGOS, con la complementación de los otros órganos de prensa, con la finalidad de divulgar, atraer y conquistar la adhesión general).”

<sup>264</sup> Juan Cruz Varela (Buenos Ayres, 1794- Montevideu, 1839), doutor em teologia, foi secretário do Congresso das Províncias Unidas, deputado e colaborador de Rodríguez e de Rivadavia, com posição política claramente unitária.

<sup>265</sup> Agustín Delgado (Mendoza, 1790-1858) foi funcionário e ministro de Mendoza.

<sup>266</sup> Valentín Alsino (Buenos Aires, 1802-1869) advogado, secretário da academia de jurisprudência, diretor da biblioteca pública de Buenos Aires, legislador provincial e professor universitário. Ligado aos unitários.

<sup>267</sup> Francisco Pico (Buenos Aires 1803- 1875). Foi doutor em Direito vinculado à administração de Rivadavia, conselheiro de Urquiza, ministro da presidência de Derqui e procurado da nação.

<sup>268</sup> D. José Joaquín de Mora (Cádiz, 1783- Madrid, 1864). Escritor, jornalista, poeta, jurista e político.

em comum das duas regiões, ou seja, as relações sociais, econômicas e humanas que os séculos de colonização espanhola teriam impresso. Porém, por mais que essa proximidade histórico-cultural tenha sido associada aos primórdios do processo de colonização, como aparece nos jornais, ela só começa de fato com a criação do Vice-reino da Prata, já no final do século XVIII. Também seria possível tomar como marco desta aproximação a fundação das duas principais cidades dos territórios em questão: Buenos Aires – pelas Províncias Unidas – e Montevideu – no que se refere à Banda Oriental. Neste sentido, caberia descrever como as duas cidades foram estabelecidas.

Primeiro Buenos Aires, que possui duas datas de fundação, isto é, um assentamento iniciado em 1536, com uma existência bastante efêmera, pois sucumbiu aos ataques dos índios Querandíes e outro em 1580<sup>269</sup>, ano em que Juan de Garay se apropriou da região e refundou a cidade com outras trezentas pessoas.<sup>270</sup>

Na sua origem o espaço geográfico correspondente às imediações do Rio da Prata teve uma posição periférica para a coroa hispânica no sentido econômico, demográfico e/ou cultural, já que o interesse espanhol sobre o território manifestou-se tardiamente. Por isso, houve a dificuldade em estabelecer núcleos populacionais significativos.

Ainda sobre a cidade de Buenos Aires, esta esteve especialmente ligada à defesa do Alto Peru, enquanto sua importância econômica ia se consolidando muito lentamente. Desde o século XVII, ganhou posição portuária e militar relevante assumindo um papel de destaque sobre os vizinhos, o que explica em parte a posição que se arroga no século XIX. Para Pilar de Quirós, Buenos Aires consegue fortalecer-se economicamente e ganhar espaço:

Hacia fines del siglo XVII, Buenos Aires, nacida en la periferia del rico Virreinato del Perú y crecida a la sombra del Lima, consigue consolidar una economía local gracias a los vínculos que establece con la economía atlántica y la ruta del Alto Perú, asociadas con el fecundo mercado de Potosí. Se comprende entonces mejor la inserción particular de Buenos Aires en un espacio regional que en el siglo XIX reivindica como sometido a ella.<sup>271</sup>

Com o aumento das incursões portuguesas à região sul, a política espanhola ganhou outro rumo. Um marco desta mudança foi a fundação da Banda Oriental, o que tornar-se-á, no século XIX, o foco das disputas que desencadearam a Guerra Cisplatina. A ocupação do território oriental esteve associada ao processo de valorização da riqueza pecuária, iniciada

---

<sup>269</sup> A distância entre as datas de fundação da cidade de Buenos Aires se deve a permanência dos índios até 1580.

<sup>270</sup> Sobre a fundação da cidade de Buenos Aires ver: Emilio LOZA. “La invasion Lusitana. Artigas y la Defensa de la Banda Oriental”. IN: Ricardo LEVENE. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VI. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948 e Pilar GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS. *Civilidad y política em los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862-2ª ed.* Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008.

<sup>271</sup> Pilar GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS. *Op.cit.*, p. 56 e 57

com a presença, em 1715, da firma inglesa “South Sea Company”, responsável por fornecer escravos para a região, o que tornou ainda mais efetiva a demanda de gado.<sup>272</sup> Porém, de acordo Alberto Zum Felde<sup>273</sup> a fundação de Montevidéu, em 1726, teve objetivo essencialmente militar, evitar o avanço português as margens orientais do Rio da Prata, e foi promovida pelo então governador de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zabala. Sendo assim, foi criada entre muros fortes e com poucos povoadores.

Os primeiros habitantes vieram de Buenos Aires, mas houve também um considerável fluxo de famílias galegas e canárias. A ocupação foi viabilizada por meio dos privilégios concedidos aos novos moradores, já que o risco de invasão portuguesa afastava a maioria das pessoas. Depois de consolidada a primeira etapa de povoamento, a coroa ainda promoveu outra imigração, em 1778, da qual participaram aproximadamente duas mil pessoas, as quais, segundo Narancio, derivavam de Castilha Velha, de Astúria e da Galícia, em menor quantidade de Valencia, Andalucia, Aragão, Castilha Nova, Catalunha, Província Vasgongadas, Navarra; além de um ínfimo número de estrangeiros franceses, portugueses e italianos. Uma boa parte desses povoadores ficaram em Montevidéu e outros foram para São Carlos, Minas, Santa Lucía, Pando, São José, Colonia, Maldonado y Canelones.<sup>274</sup>

Outro fator de enorme importância no processo de ocupação foi a efetiva expansão portuguesa, representada pelo estabelecimento da colônia de Sacramento nas redondezas. Esses fatores demonstraram a pertinência geopolítica da região para a coroa espanhola, que, em 1717, ordena ao governador de Buenos Aires, Bruno Mauricio de Zabala, povoar Montevidéu e Maldonado.

Em 1776 foi criado o Vice-reino do Rio da Prata, com sede em Buenos Aires, incorporando importantes províncias do Alto Peru, que saíram dos domínios do Vice-reino do Peru, e as províncias de Cuyo, que estavam inseridas na Capitania Geral do Chile. Contudo, segundo Pilar de Queiroz, o Vice-reino do Prata não conseguiu estabelecer-se enquanto uma comunidade territorial, nem tampouco como uma unidade política aglutinadora, capaz de se relacionar com os outros territórios formando um centro único. Tal inabilidade portenha pode ser tomada como um elemento essencial no intuito de entender a diversidade de soberanias que emergem no vice-reino no processo revolucionário instaurado pelas guerras de independência.

Depois da criação do vice-reino, a coroa espanhola, em 1778, ratifica a abertura do porto que dá a Buenos Aires status semelhante à cidade de Lima. Às mudanças administrativas seguem-se outras, como um significativo crescimento demográfico e comercial. Logo uma parcela importante da população da cidade dedicar-se-ia ao comércio, um grupo que ganha cada vez mais força não por seu quantitativo, mas por sua estreita relação

---

<sup>272</sup> Sobre a fundação de Montevidéu ver: Edmundo NARANCIO. “Del Uruguay a la banda oriental.” In: *La independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mafre, 1992.

<sup>273</sup> Alberte Zum FELDE. *Proceso Histórico del Uruguay*. Op.cit.

<sup>274</sup> Edmundo NARANCIO. *Op.cit.*,p.27.

com a elevação econômica de Buenos Aires. Desta elite mercantil faziam parte comerciantes peninsulares vindos da região da Cantábria e da Catalunha que assumem papel hegemônico no comércio atlântico.

Assim, essa breve exposição sobre a fundação de Buenos Aires e de Montevideu e sobre criação do vice-reino da Prata tentou indicar que as relações sócio-econômicas entre a Banda Oriental e as Províncias Unidas não tinham uma origem tão longínqua quanto os jornais pesquisados buscaram afirmar, já que tanto a fundação de Montevideu quanto do vice-reino datam do século XVIII. Entretanto, este foi um ponto privilegiado, encontrado na imprensa estudada, para justificar a união entre os dois territórios. O objetivo deste capítulo, desta forma, é identificar este e outros elementos narrativos apropriados pelos três jornais avaliados aqui com o intento de validar a atuação das Províncias Unidas na Guerra Cisplatina. E mais ainda, que tipo de elementos eram estes. Isto porque, a despeito dos interesses políticos e econômicos que a Banda Oriental despertava o discurso de legitimação do conflito bélico fez uso, essencialmente, das dimensões culturais para validar a atuação armada. A própria tentativa de inscrever as duas regiões numa história comum fruto de três séculos de colonização espanhola demonstra isso, ainda que a proximidade, como se tentou assinalar acima, entre os dois territórios tenha gerado inúmeros conflitos e estabelecido-se apenas no século XVIII, durando só até a primeira década do XIX.

Muitos dos elementos discursivos citados por esses jornais estão em consonância com os elencados pelo império para consolidar sua postura bélica. O que muda nas duas diferentes justificativas é a quem se atribui o papel de vilão e quem protagoniza o mocinho.

Cabe, com isso, principiar essa exposição a partir de uma passagem da coluna denominada “Los editores”, publicada pelo jornal *El Argos de Buenos Aires* de 26 de outubro de 1825. Nesta, o combate é indispensável, afinal se tratava de fazer justiça, defender os interesses das Províncias Unidas, evitar futuras agressões do Império do Brasil e promover a reparação dos danos causados pelos luso-brasileiros, os quais teriam incentivado a fragmentação das ex-colônias hispânicas quando da guerra com a Espanha.

Hemos dicho que es indispensable hacer la guerra al gobierno del Brasil, y es de nuestro deber repetirlo, y repetirlo sin cesar con las causas que imperiosamente la impulsan. Esta guerra no solo es justa y conveniente por nuestra parte, sino que nos es necesario hacerla por precaución y por venganza, digan lo que quieran los partidarios de la hipocresía del lenguaje.<sup>275</sup>

Ainda na mesma matéria são apresentados os motivos que obrigaram as Províncias Unidas a entrarem na guerra. Um deles servirá também como fator de legitimação do próprio conflito: a justiça. Fazia-se a guerra, pois ela seria justa tendo em vista a usurpação

---

<sup>275</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

perpetrada pelo Império luso-brasileiro ao anexar a Banda Oriental.

Guerra por justicia. - Si alguna puede haber en hacerla, ninguna mayor que aquella que se hace para recobrar una propiedad robada: expresión menos diplomática que usurpada, pero que significando lo mismo en el sentido común, sirve para clasificar con claridad el acto por el cual el gobierno del Brasil retiene a Montevideo.<sup>276</sup>

Outras duas explicações levantadas pelo jornal seriam: a conveniência e a precaução, sendo uma a causa da outra. Uma guerra por conveniência já que está era a única forma de recuperar um importante território perdido, visto que as tentativas diplomáticas iniciadas ainda em 1821 nunca surtiram efeito. Por precaução, como forma de evitar outras ofensivas por parte do Brasil que percebendo a inação das Províncias Unidas diante da ocupação poderia sentir-se forte o bastante para iniciar novos e ainda mais arrogantes ataques:

Guerra por conveniencia. - Lo que hace que esta resulte es, el que resistiendo el gobierno del Brasil toda vía de conciliación, la guerra es lo único que podrá reintegrarnos un territorio como el de Montevideo, sin el cual es una quimera nuestra capacidad comercial, y nuestra independencia política: esta pueblo es la vanguardia de su conservación é inviolabilidad. Guerra por precaución. -es menester ya conquistar una resolución del gobierno del Brasil á no inquietarnos en adelante: es menester conquistar y no negociar. Nada han logrado las vías pacíficas sino nutrir en el gobierno del Brasil el orgullo de que las hemos empleado por temor: es tiempo, pues, ya de debilitar una presunción que puede alucinar al gobierno del Brasil hasta llevarle a la empresas atrevidas.<sup>277</sup>

E o último motivo de que o periódico lança mão para confirmar a obrigação de levar adiante o conflito é a necessidade de vingança. Uma vingança contra a postura histórica dos luso-brasileiros contra os hispano-americanos que fez os primeiros incentivarem a fragmentação política destes territórios quando a guerra com a metrópole já causava divisões:

Guerra por venganza. - El gobierno del Brasil ha atizado nuestras divisiones interiores mientras la guerra con España ponía en peligro nuestra existencia; y substrayendo de la confederación uno de los pueblos más capaces de sostenerla, el ha cooperado con nuestros enemigos à debilitarnos y oprimirnos: no contento con esto, persiste con tenacidad en alejar de nosotros el estado benéfico de la paz. Si, pues, la justicia, la conveniencia, la necesidad de precavernos y vengarnos nos autoriza para tomar las armas en las manos, el considerar los motivos que fundan la provocación por parte del

---

<sup>276</sup> *El Argos de Buenos Ayres. Op.cit.*

<sup>277</sup> *Ibidem.*

gobierno del Brasil, nos obligará con imperio a no dejar las armas hasta no satisfacernos completamente.<sup>278</sup>

Por fim, o jornal avalia e ironiza os pretextos dados pelo Império brasileiro para levar a efeito a peleja. As razões seriam as mesmas das Províncias Unidas, mas ao contrário desta, não possuíam qualquer relação com a realidade. Sendo assim, os brasileiros alegavam agir em nome da justiça, porém como poderia existir honestidade numa ocupação que não contava com o apoio da população, muito pelo contrário, contra a qual o povo resistia de arma em punho.

¿El gobierno del Brasil alega razones de justicia? La única es que Montevideo ha resuelto su incorporación al imperio; pero además de que los orientales han probado y prueban lo contrario con la carabina a la espalda y con la espada en la mano, aun cuando tal decisión haya existido o existiera, de nada vale, pues que la resiste el cuerpo entero a que corresponde aquel brazo, con el mismo derecho con que el Brasil podría resistir la incorporación voluntaria o forzada de S. Pablo a las Provincias Unidas, aun cuando estas mantuviesen en apoyo de tal derecho la posesión de San Pablo con un ejército de 10, 000 hombres para garantizarlo.<sup>279</sup>

Igualmente falasiosas, segundo o periódico, eram explicações fundadas na validade da guerra por questões de conveniência e precaução. Afinal qual era a conveniência em ocupar a pequena Banda Oriental para uma nação de dimensões tão gigantescas quanto o Brasil, com tantas riquezas hídricas facilitando a ligação dos diferentes pontos do território e diversos portos para beneficiar o comércio. No mesmo sentido, que precaução poderia residir no ato de violência brasileiro que só alimentaria o ódio entre os dois países, mais fácil seria, de acordo com o jornal, que o imperador governasse bem a nação para que com seus cidadãos felizes mantivesse longe do seu solo a contaminação gerada pelas formas republicanas de poder.

¿Alega razones de conveniencia? A no ser la conveniencia de alimentar la condición insaciable de un tirano, no vemos que resulte otra al Brasil. ¿Qué más puede querer esta nación? Sin haber derramado una gota de sangre, sin sudores y sin gastos, se encuentra independiente, formando un Estado que se compone de casi la mitad de la América Meridional: un estado cubierto de ríos que cruzan todo el territorio y facilitan toda su navegación interior por todas direcciones: un Estado que en más de 1,000 leguas de costa cuenta infinitos y excelentes puertos ¿qué mas puede querer? Si la conveniencia,

---

<sup>278</sup> *Ibidem.*

<sup>279</sup> *El Argos de Buenos Ayres. Op.cit.*

pues, puede ser un título ¿Cómo será superior el del imperio al de la República que no tiene mas puertos que el de Montevideo, y por cuya independencia ha derramado sudores, sangre y tesoros? ¿Alega motivos de precaución? Puede en efecto, en política más que en geografía, serle necesaria alguna precaución: esto es, por lo que hay entre ambos Estados de tiranía y libertad. Pero además de que así acerca sus vasallos á la fuente de nuestras doctrinas, el modo de aumentar los medios de esta precaución, no consiste en multiplicar los motivos para hacer mas odiosa su forma de gobierno, ni en comprometer á sus propios pueblos en guerra arbitrarias y dispendiosas. El modo de precaverse por su parte consiste en gobernar lo mejor posible, en emplear la sabiduría, la rectitud, la prudencia para mantener á los pueblos felices en el interior, amados y respetados en el exterior: he aquí el único modo de evitar por algún más tiempo el contagio republicano.<sup>280</sup>

A última e mais enganadora das justificativas empregadas pelos brasileiros, nas palavras do *El Argos de Buenos Ayres*, seria de uma guerra fundada na vingança, visto que na verdade as Províncias Unidas nunca cometeram nenhum ato de agravo aos vizinhos. Não foram eles que roubaram territórios, que saquearam propriedades, prenderam ou mataram cidadãos, mas os brasileiros:

¿Alega motivos de venganza? Nosotros jamás lo hemos provocado: todas las diferencias se han iniciado por el gobierno del Brasil. Nosotros no le hemos usurpado territorio, no hemos violado sus propiedades, no hemos atizado sus guerras civiles, no hemos auxiliado a sus enemigos, no hemos preso a los brasileiros que han residido y residen libremente entre nosotros, al mismo tiempo que nuestros compatriotas han sido y son saqueados en sus vidas y fortunas por toda la Banda Oriental: no hemos mal alguno al gobierno del Brasil a no ser que se entienda por un mal y engendre este espíritu de venganza nuestra profesión política.<sup>281</sup>

Os pontos apresentados por *El Argos* foram os mesmos pelos quais transitaram os outros dois periódicos. Com exceção feita ao que chamam de guerra por conveniência – que aparece unicamente na alusão acima – em que se expõe abertamente a importância econômica da Banda Oriental para as Províncias Unidas, alerta-se que a capacidade política e comercial desta seria enganadora, caso não contasse com a inclusão oriental nos seus contornos geográficos.

As citações anteriores do *El Argos de Buenos Aires* de 26 de outubro de 1825 permitem entender de que maneira o periódico, cuja ligação com o governo portenho foi

<sup>280</sup> *Ibidem*.

<sup>281</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

apontada no início do capítulo, vai construir uma legitimidade para a guerra fazendo conexões com a cultura política inteligível aos seus leitores, com o passado do qual todos julgam originar-se e, sobretudo, alimentando certo grau de revanchismo, muito eficiente na tarefa de unir a população ao esforço militar. Isto porque, para se fazer uma guerra não basta ter os motivos considerados razoáveis ou interesses econômicos fortes, pois uma guerra representa uma total desestruturação na economia, na agricultura, na política, nas relações interpessoais; representa por excelência um período de ruptura cultural, social e de vidas humanas. Para se fazer uma guerra, além da aura de justiça de que é preciso revesti-la, torna-se necessário construí-la como a única solução viável – uma resposta na defesa do bem contra o mal, da economia, da integridade geográfica, da dignidade de um povo, dos seus meio de produção e subsistência e de suas vidas.

No caso das Províncias Unidas, ainda havia um agravante: não existia um perigo iminente, já que as batalhas estavam no solo vizinho. Neste sentido, o passado e a tradição tiveram um importante papel – o de persuadir, aos habitantes desta região, que a luta também era deles, que os atingia diretamente e os colocava em risco. Isto é o que os jornais tentam fazer ao descreverem as razões alegadas pelo império para levar adiante o conflito, demonstrar a injustiça, a violência e a crueldade com que age o inimigo e que, se não fosse contido, chegaria do outro lado do Rio da Prata, então seriam eles a sucumbir tal qual aconteceu aos seus irmãos orientais.

De início serão destacadas as razões da guerra de acordo com os periódicos estudados, isto é, os motivos que levaram as Províncias Unidas a empreenderem o esforço militar. O tema mais constante foi certamente sobre as características morais do oponente, o que, sem sombra de dúvida, dá uma aparência de justiça a guerra. Na verdade, esta é a justificativa privilegiada para explicar todos os conflitos armados da história da humanidade – o outro. É sempre o outro que faz a guerra e produz as condições materiais para que ela aconteça: o que obriga a sua vítima reagir.<sup>282</sup>

Com esse horizonte, forja-se a imagem do inimigo, sempre associada à tirania, à covardia, o que por si só já tornaria legítima uma reação regulada pela força. Por sua vez, a ocupação do território oriental seria censurável, pois teria sido empreendida por opressores cruéis que escravizavam o povo. O jornal *El Argos de Buenos Ayres*, de 4 de junho de 1825, afirma que a presença brasileira na Cisplatina ignorou o direito de propriedade dos orientais, usurpou-lhes a terra e manteve os habitantes da região numa condição de servos, humilhando-os:

En nuestros números anteriores hemos manifestado los medios de que los portugueses se han valido para asegurar la usurpación escandalosa que hicieron del territorio oriental, y los actos violentos con que trataron de legalizarla. Los hemos visto ya no emitir medio alguno, que pudieses servir a este intento: unas veces apoyando su ambición en las bayonetas de un

---

<sup>282</sup> Como mencionado na introdução a guerra será trabalhada aqui com uma abordagem cataclísmica.

ejército, otras equivocando maliciosamente el sentimiento de los orientales por el de unos pocos esclavos humillados; y ninguna en un solo acto libre y espontáneo, exento de toda coacción, y terror; así han querido legitimar la incorporación de la provincia Oriental al imperio del Brasil, y su absoluta separación de la asociación de las Provincias Unidas. Después que por los medios ya expresados consiguieron este objeto trataron de consumir todos los planes que dictaba a su ambición un espíritu de conquista, que marcaba todos sus pasos. Las propiedades de los hijos del país fueron violadas impune y descaradamente: sus fortunas particulares disminuidas y arruinadas: impedidos y trabados por mil obstáculos en sus labores, y\* industrias; y tratándolos ya como a hombres esclavizados, y oprimidos, sujetos a un señor y a un amo, les imponían la ley que querían, a la merced de su voluntad, y capricho.<sup>283</sup>

A mesma matéria destaca a forma como a ocupação se deu e esteve sempre marcada pela brutalidade e pela tirania, mas também tenta evidenciar que, mesmo diante de tanta iniquidade, o invasor não conseguiu desfrutar plenamente da posse da região tendo em vista a perseverança do povo oriental em resistir ao inimigo.

Tanta tiranía y tanto de expresarlo exponiéndose a todos los furores de un déspota. Es muy notable en esta parte la conducta de los habitantes de aquella hermana provincia: jamás han permitido a sus enemigos gozar tranquilamente el fruto de su usurpación; al menos siempre que su estado, y circunstancias particulares les franqueaba una oportunidad algo favorable para reclamar sus derechos, y sus intereses, no han consentido en que sus opresores fundasen en su apatía y silencio un título mas, de la clase de los que alegaban, para perpetuar su humillación, y servidumbre. Estos son hechos que han pasado, no solo a nuestra vista, sino a la del mundo entero; porque el mundo entero es testigo de la energía, y firmeza con que desde que pisaron los portugueses una parte de nuestro territorio, se he reclamado de la usurpación y desmembración que hacían a la asociación de las Provincias Unidas<sup>284</sup>.

Mais ainda, o periódico *El Argos*, na citação acima, afirma que imediatamente depois da entrada do inimigo em solo oriental teve início a movimentação pelo restabelecimento dos laços com as Províncias Unidas e a luta pela integridade do território. Afirmção semelhante aparecerá no *El Mensajero Argentino* em matéria do dia 18 de novembro de 1825, no qual enfatiza a violência da ocupação e o descontentamento da maior

---

<sup>283</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Publicado em 4 de junho de 1825. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

<sup>284</sup> *Ibidem*.

parte da população, sinalizando que apenas uma minoria teria aprovado a usurpação:

Provincia Oriental- La obstinación de la corte del Brasil en mantener por la violencia una usurpación insidiosa ha hecho ineficaces los medios de razón; mas los bravos hijos de la Banda Oriental han dado un desmentido tremendo á sus opresores: estos no podrán ya fundar sus derechos sobre la decantada adhesión de los habitantes de la provincia de Montevideo; no podrán atribuir á las maniobras y á la sedición de pocos la insurrección de esa provincia.<sup>285</sup>

Outra forma de desqualificar o inimigo era rotulá-lo como estrangeiro<sup>286</sup>. O estrangeiro não como o forasteiro, como aquele que não pertence ao lugar, mas como o outro, o que se opõe, enfim, o inimigo, alguém que não possui identidade com o grupo local e, por isso, não se constringia em usurpar, violentar e escravizar, visto que não reconheceria tal grupo como igual, nem compartilharia de seu universo representacional. No *El Argos de Buenos Ayres*, o termo estrangeiro sempre remete a uma posição injusta e impiedosa, como aparece na edição de 14 de maio de 1825:

Casi se ha sentido en todos los puntos de la Banda Oriental un sentimiento uniforme, y decidido por sacudir su esclavitud, y romper violentamente los vínculos que se ligaban á un gobierno extranjero. Esto solo basta para poder prometerse que los pueblos da Banda Oriental llegarán à ser libres de sus opresores, porque sus sacrificios, y sus resolución así los exigen.<sup>287</sup>

Ou ainda no mesmo periódico no exemplar de 21 de maio de 1825, no qual as armas portuguesas são classificadas como estrangeiras, destacando suas atitudes condenáveis diante do povo oriental, entre elas a de privá-los de sua liberdade:

Después de las armas portuguesas extendieron por casi todos los pueblos de la Banda Oriental su dominación, y que acallaron cautelosamente los movimientos que se hacían en contra de la ocupación, trataron entonces de sentar para siempre su imperio, alejando hasta las apariencias de usurpación con que habían marcado su conducta desde el primer momento que invadieron el territorio Oriental. Las miras ambiciosas que desde tiempos remotos había manifestado la corte de Portugal por añadir à su reino la Provincia Oriental, encontraron por estos motivos una oportunidad favorable para desplegarse con todos los presagios de un bueno suceso. Agregabas a esto que los sentimientos, bien manifestados de los habitantes todos de la provincia, estaban sofocados por la presencia de un poder extranjero, que lo

---

<sup>285</sup> *El mensajero argentino*. Rolo 10, 10 Dia 18 de noviembre de 1825.

<sup>286</sup> A construção do estrangeiro será mais detalhadamente tratada no próximo capítulo.

<sup>287</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Publicado em 14 de maio de 1825. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

que menos consentía era la libertad con que todo hombre tiene derecho.<sup>288</sup>

Contudo, um estrangeiro era especialmente condenável e a ele deveria ser direcionado todo o esforço bélico, o ódio platino e o discurso jornalístico. Trata-se, certamente, do líder de toda a desgraça imposta pela luta armada, aquele que teria escolhido deliberadamente a guerra, o derramamento de sangue e a destruição. O imperador – com sua tirania – maculou a autoridade da lei indo de encontro à chama de liberdade acesa com as revoluções de independência no continente americano. Um estrangeiro que teria vindo do outro lado do Atlântico com seus mercenários dominar o território de bravos homens, como fala *El mensagero argentino* de 3 de janeiro de 1826: “No: la tierra de los bravos, no será mas dominada por los viles mercenarios de un rey extranjero, nacido allá al otro lado de los mares.”<sup>289</sup>

De forma igualmente pejorativa, foi definido o imperador brasileiro pelo jornal *El Argos de Buenos Ayres* de 26 de outubro de 1825 que, dentre outros adjetivos, classificou-o como um monstro insuportável contra quem seria legítimo todo e qualquer ato conspiratório:

La libertad no tiene garantías á la inmediación de un tirano, y ningún tirano debe profanar el suelo á que se acoge el IMPERIO DE LA LEY vejado y perseguido por los barrabases de la arbitrariedad. Así, un tirano ufano en el Brasil es un monstruo insoportable: pero contrariando el espíritu universal de América, es lícito conspirar y debe conspirarse contra él hasta sepultarlo en las cavernas de Plutón, ó arrojarlo del otro lado del océano. Es verdad que un tirano debe ser para nosotros un objeto de desprecio, un ente, un asno, un verdugo, una cosa cualquiera; pero en otro sentido es una maldición que es menester conjurar en el nombre del cielo y de la tierra: es menester conjurarla pronto, porque tiene la capacidad de difundirse como la mala yerba, y cual un espíritu maléfico se apodera de las hijas haciéndolas perfumeras, cocineras, y panaderas: arrebatada las mujeres para emplearlas en su labor: hace esclavos á los hombres para que vayan delante de sus coches, derrama la sangre y consume los caudales de los vasallos en caprichos: adelante se constituye un terror, y se hace sentir como una plaga egipcia por afuera.<sup>290</sup>

Vale advertir que a citação possibilita perceber o quanto a cultura política americana dialogou com os ideais iluministas do século XVIII, e a forma como estes tratam as questões de Estado, quando tece críticas enfáticas aos governos absolutos<sup>291</sup>. Na passagem

---

<sup>288</sup> *Ibidem.*

<sup>289</sup> *El mensagero argentino*. Rolo 10, 10.

<sup>290</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Op.cit.

<sup>291</sup> Embora não se pode perder de vista que, já no século XVI, Juan de Mariana aponta para validade de um povo

acima, o imperador é classificado como uma figura impiedosa que difunde o mal por onde quer que passe, como uma erva daninha; também frisa sua indiferença em relação às mortes ocasionadas pela guerra. Mais significativa, porém, é a censura feita à política de governo do império a qual ignoraria a lei, agindo de forma arbitrária e subjugando o povo à condição de escravos, de vassallos de um rei despótico que, por se considerar dono do Estado, governa o país segundo seus caprichos.

Entretanto, não foi só o imperador enquanto pessoa pública que recebeu severas críticas. Sua postura, no que se refere à morte da esposa e suas relações extraconjugais, são acionadas de forma a desqualificar sua ação como chefe de Estado. Como menciona a *Cronica* de 19 de abril, o comentário do jornal representa muito bem o papel da imprensa no século XIX, em que se torna cada vez mais tênue a linha que separa a vida pública da vida privada e que as relações políticas ou humanas passam constantemente pela pena dos jornalistas:

Los periodistas ponen en nubes su ternura conyugal, y la edificante devoción con que el piadoso monarca ha ido al pié de los altares á ofrecer sufragios por el alma de su adorada esposa. (...)! Ternura conyugal cuando una infame manceba escandaliza con su lujo á la nación entera!<sup>292</sup>

Observações que se repetem na *Cronica política y literaria de Buenos Aires* de 22 de março de 1827, na qual o rei foi acusado de não respeitar as leis, os direitos da população, o decoro público, agindo conforme lhe apraz sem pensar no bem-estar do povo em geral e impondo-se pela força da espada e dos castigos físicos perpetrados a seus opositores.

Un soberano, a quien no enfrenan las leyes que ha jurado, ni las consideraciones ligadas con el bienestar de sus súbditos; un soberano que no respecta los derechos da la justicia, los vínculos mas sagrados, ni el decoro público, solo puedo reparar sus pérdidas echando mano de aquellas disposiciones tiránicas que atropellan los derechos mas legítimos, y cuya

---

lutar contra um governo tirânico. Na verdade, Segundo Skinner, o século XVI seria o ponto máximo de atrito entre o modelo absolutista, que teve na reforma luterana aporte teórico para emergência das monarquias absolutas, e, do lado oposto, o modelo pactista, resignificado pelos sorbonistas, que, buscando localizar o poder legítimo nas repúblicas, excluem a possibilidade de um governante ter poder maior que seu povo. Para os sorbonistas, a autoridade política emana do povo, que a concede a seu governante, sem, contudo, perdê-la. “Exibindo convicção bem maior que qualquer um de seus predecessores, afirmam que a autoridade política não é meramente derivada do povo, mas inerente a ele. Concluem, assim, que o povo apenas delega seu poder supremo aos governantes, sem jamais aliená-lo, portanto, o estatuto de um governante jamais pode ser o de um soberano absoluto, mas somente o de um ministro ou funcionário da república”. SKINNER, Quentin. *As fundações do Pensamento Político Moderno*. São Paulo: Cia das letras, 1998. p. 399.

<sup>292</sup> *Cronica política y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120).

sanción es el sable o lo calabozo.<sup>293</sup>

Do Iluminismo também veio a repreensão de como se deveria lidar com os bens da nação, que não pertenciam mais ao monarca. O rei deveria governar visando o bem público, já que ele seria agora um servidor do Estado. O que foi discutido na coluna “*noticias nacionales*” do jornal a *Cronica* publicado em 29 de maio de 1827: “*por que todos nos interesamos en la prosperidad de nuestra Patria, que ya no es la herencia particulas de una dinastia, sino el patrimonio comum de todos.*”<sup>294</sup>

As duas passagens anteriores, como sugeridas acima, acentuam a condenação ao absolutismo real difundida pelas ideias ilustradas, em que se desnaturaliza a autoridade do rei e o submete à razão e à lei. Na América hispânica, segundo François Guerra, a dissensão entre o modelo absolutista de Estado e um modelo pactista está ligada à história colonial desta região e de sua metrópole. Isto porque a monarquia hispânica foi marcada por um caráter fundamentalmente pactista dentro do qual se presumia direitos e deveres entre o rei e o reino. Pacto instituído muitas vezes de forma conflituosa, mas plenamente difundido no imaginário social proveniente dos tempos medievais.<sup>295</sup>

Segundo François Guerra, enquanto na península o absolutismo progrediu até o fim do século XVIII, na América as concepções pactistas predominaram em razão de uma maior autonomia dos territórios americanos. Os ideais pactistas, definidos no trecho do livro de Guerra transcrito acima, presumiam direitos e deveres do rei diante de seus vassalos. Para o autor, como mencionado na introdução, em resposta a acefalia de poder e a consequente explosão Junteira da década de 1810 é retomada a discussão em torno da soberania dos povos. Neste sentido, as juntas reabilitam argumentos pactistas para balizar o caráter mútuo nas relações entre o rei e seus súditos. Mesmo após o desligamento completo das terras hispano-americanas da monarquia espanhola e da fragmentação destes territórios em repúblicas, a cultura política destas regiões permaneceu profundamente ligada a tal concepção. Posição claramente manifestada pelo periódico *Cronica* de 8 de março de 1827, segundo o qual na América todo poder emana do povo: “*La razon fundamental de esta opinion salta á los ojos de todo mundo. En europa todo se consagra al poder; en América todo emana del pueblo*”<sup>296</sup>

José Carlos Chiaramonte acrescenta que, na América luso-brasileira, a

<sup>293</sup> *Ibidem.*

<sup>294</sup> *Ibidem.*

<sup>295</sup> *Ibidem.*,p.72.Segundo Guerra: “En el núcleo común a las diferentes versiones del pactismo podemos incluir, ante todo, el hecho de considerar la relación entre el rey y el reino como una relación bilateral que conlleva derecho y deberes recíprocos que ambas las partes deben respetar. De ahí que el poder del rey no fuese considerado como absoluto, sino limitado, no sólo por la ley de Dios, como lo dirá el absolutismo, sino también por las leyes fundamentales del reino y por los derechos propios de cada categoría de vasallos: por las libertades o privilegios, considerados como la contrapartida de la fe jurada al rey. De ahí también que el desacato de estos derechos en materia grave por el monarca pudiese desligar a los vasallos de su fidelidad.

<sup>296</sup> *Cronica política y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120).

independência foi favorecida pela permanência do regime monárquico. Em contrapartida, na América Hispânica, os líderes dos movimentos de independência precisaram substituir a legitimidade da figura real e para tal buscaram justificar seu domínio por meio da “*doctrina de la reasunción del poder por los pueblos*”.<sup>297</sup> O jornal *El Argos* de 29 de junho de 1825 tentou explicar a soberania dos povos ou a soberania nacional. Segundo o periódico, seria a soma das soberanias individuais definida como o poder recebido pelo homem da própria natureza de forma a possibilitar seu bem-estar e felicidade. O homem então seria dono de si mesmo e capaz de gerenciar o poder que recebe através da razão. Entretanto, para melhor desfrutar de tal poder, deveria ouvir a opinião de todos e aceitá-la.

de suerte que en esta clase de gobierno en tanto se obrara con mas conformidad en cuanto se dé mas parte á toda la comunidad, especialmente en cuanto á la primera base que ha de organizarla, lo cual se hace mas claro, remontándose al origen de la soberanía del pueblo: que esta no es más que la suma, el agregado de la soberanía individual: que esta es el poder con que la naturaleza invistió al hombre al arrojarlo sobre la tierra, y para procurarse su conservación si bien estar, y su felicidad; que si el hombre señor de si mismo para elegir estos medios, entonces obra y hace un mejor uso de este poder absoluto cuando lo conforma mas con su razón y con su opinión, regulada por aquella, la sociedad soberana de sí misma, y cuya soberanía nacional no es mas que el agregado de esas soberanías individuales, entonces también hará mejor uso de este poder cuando para ejercítalo, consulte mas la opinión general, y que ejerciendo el congreso el acto más augusto de la soberanía nacional, debe procurar conformarse con la voluntad general, que es la verdadera majestad del pueblo.<sup>298</sup>

O trecho, ainda que considere as liberdades individuais, sublinha que estas devem ser rejeitadas em nome da vontade geral,<sup>299</sup> manifestada em termos macro pelo Congresso, representante da soberania nacional. A cada indivíduo caberia aceitar os desígnios da maioria, pois só assim se atingiria a verdadeira soberania. Com isso, o que o jornal deliberou como “*soberania del pueblo*” muito se assemelha à concepção de contrato social de Jacques Rousseau, proposta no livro *Do Contrato social ou princípios do direito político* e será

---

<sup>297</sup> O termo foi utilizado por Chiaramonte em: CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y Estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independencias*. Buenos Aires: Sudamerica, 2004. Segundo o autor o conceito de “pueblo” tinha o mesmo sentido de cidade.

<sup>298</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

<sup>299</sup> Para Elías Palti o conceito de vontade geral não pode ser lido de forma simplista como a vontade de todos, pois no contexto da época, este conceito só se realizaria quando pautado na razão, como menciona o autor “voluntad general es tal solo en la medida en que se encuentra racionalmente fundada. De lo contrario, no podría esperar superar la condición de una suma o convergência accidental de meras voluntades particulares.” Elías José PALTÍ. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.p.179-180.

reproduzida aqui no intuito de melhor vislumbrar tal relação. Para Rosseau, no livro I, capítulo intitulado “Do pacto social”: “Cada um de nós põe em comum sua pessoa e todo o seu poder sob a direção suprema da vontade geral, e recebemos, enquanto corpo, cada membro como parte indivizível do todo.” Ou ainda “todos os homens são livres e iguais, mas a vida social se baseia num contrato e cada um dos contratantes priva-se de sua liberdade e compromete-se a submeter-se ao interesse e à vontade da maioria.”<sup>300</sup>

Rousseau alude à necessidade de sujeição de cada indivíduo em prol da vontade geral. Essa seria base da sociedade: o contrato social. Já para o jornal *El Argos* na seção nomeada de “Los editores” de 28 de julho de 1825, o pilar dos governos seria a soberania dos povos:

Después de concluida la guerra de la independencia, la América se ha presentado dividido en República, que aunque organizadas bajo los auspicios de la revolución, reconocen y practican todos los principios que pueden dar solidez á los gobiernos regulares que las rigen. Todos estos también, si exceptuamos al Brasil, han sido levantados sobre la base, que motivó la separación de los dos mundos- la soberanía de los pueblos- y la práctica de la libertad en todos sus respectos; - y puede asegurarse sin el menor temor de errar, que ellos se conservarán siempre bajo el mismo carácter, porque este es el punto de reunión de la opinión universal, y ella sola los sostiene.<sup>301</sup>

Retoma-se assim o conceito de pactismo, que, para além das questões antes apontadas, teria especial ressonância na Espanha pelo fato das comunidades peninsulares apresentarem maior clareza do seu pertencimento à monarquia espanhola, ao contrário da América, em que os reinos são entidades flutuantes, marcados pela variedade de identidades entre as diferentes regiões.

Na luta entre o velho e o novo, os jornais portenhos se identificavam com o moderno e rechaçavam o império brasileiro, pois representaria o atraso tão facilmente associado à forma de governo ainda presente no Brasil: uma monarquia autoritária dirigida por um imperador absoluto. O jornal *Cronica politica y literaria de Buenos Aires* publicado em 13 de março de 1827, seguindo esse argumento, afirmou que Brasil seria o único império a reinar sobre o novo continente, mesmo que a população brasileira, sedenta pela liberdade e envolta pelos ideais republicanos, se mobilizasse contra a opressão.

Esta grito de *Libertad*, que resuena ya en las provincias del Sur, será repetido en las del Norte, que tantas veces han querido sacudir el vergonzoso yugo de D. Pedro. Las ricas provincias de Maranon, Pernambuco y Bahia, que el espíritu mercantil ha poblado de republicanos, no dejarán escapar tan bella ocasión de proclamas su independencia ¿Que recurso quedan a D. Pedro para comprimir este ímpetu nacional? ¿Buscará defensores en la inmensa

<sup>300</sup> Jean-Jacques ROSSEAU. “Do Contrato Social”. In: Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultura, 1973. p. 39.

<sup>301</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

población de negros, ansiosos por romper sus cadenas, y salir al encuentro de sus libertadores? ¿Llamaré a su socorro los Ponrys, los Petiwares, los Mologagos, los Tupuyes y todas esas tribus indígenas, que vagan en lo interior del imperio, impacientes de todo freno, y gobernados por el instinto brutal de la naturaleza? ¿Armará esa nube de cortesanos que pasan su vida en la molición y en la ociosidad? ¿Quién sabe si el último cañonazo disparado en Ituzaingó no anunciará la caída del único trono que pesa sobre el Nuevo Mundo?<sup>302</sup>

A *Cronica* ainda destacou a impossibilidade do D. Pedro I contornar os avanços do ímpeto nacional que varria o norte e o sul do país, sobretudo nas províncias mais abastadas em que o contato com o espírito mercantil era maior, talvez se referindo aos projetos liberais que começam a se fortalecer no imaginário das elites econômicas imperiais. Outro questionamento importante diz respeito às características da população que formaria o Estado brasileiro. Assim, o jornal se pergunta quem defenderia o imperador, se seriam os escravos, que sofrem com sua ditadura, ou os índios ainda não civilizados. Com essas indagações, o que a *Cronica* queria evidenciar era uma suposta fragilidade dos súditos de D. Pedro I, que não atenderiam ao modelo civilizatório.

Com isso, pretende-se dizer que os periódicos estudados colocaram em cheque a legitimidade do império do Brasil, isto é, sua viabilidade enquanto nação, demonstrando a vulnerabilidade de seu material humano. Afinal, não poderia existir uma nação sem povo e, segundo os ideais civilizatórios que se remetem à imprensa portenha selecionada, o Brasil, cuja população era formada prioritariamente por negros escravos, não teria o quantitativo nem o qualitativo necessários para formar uma nação.

A relação que os jornais estudados travam com a população brasileira foi ambígua, na proporção que ora atribuem ao povo a responsabilidade por todo mal que assola o império e as repúblicas americanas em razão de sua incapacidade e morosidade em sacudir a sujeição imperial e ora o eximem de toda culpa pela postura de seu governante. Ambas as posições aparecem na *Cronica* – em 19 de abril de 1827, o jornal sentencia que os brasileiros apoiam o estado de servilismo que sofrem, mais ainda, que o merecem, posto que nasceram para serem dominados.

¿Y todavía hay quien espera que el Brasil sacudirá el yugo vergonzoso que lo oprime? No: los brasileiros lo aman, y lo merecen, nacieron para la servidumbre, y se gozan en ella. Buen provecho les haga, y ojalá escarmienten en su cabeza los que se han imaginado que la América puede abrigar en su recinto, tronos imperiales, cortes, y aristocracias sin convertir los pueblos en viles rebaños<sup>303</sup>

---

<sup>302</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120).

<sup>303</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos

Já em 3 de maio de 1827, o mesmo periódico, a *Cronica*, assevera que as Províncias Unidas entraram em armas contra o imperador e que o rei não consultou a opinião de seus súditos para garantir suas ações.

La República Argentina no ha tomado las armas contra el pueblo del Brasil, sino contra el emperador. Ignoramos las disposiciones de aquellos habitantes acerca de las guerras que su gobierno emprenda en lo sucesivo: pero en la presente, podemos asegurar que D. Pedro no ha consultado más que su voluntad.<sup>304</sup>

Além dos entraves gerados pelas limitações dos grupos humanos que compunham o solo brasileiro, a vastidão territorial foi apontada como um fator negativo ao esforço de formação nacional, pois dela advém uma heterogeneidade de interesses políticos e econômicos, os quais funcionariam como barreiras na tarefa de integração nacional, de fabricação de uma unidade, como se esperava que fossem os Estados no século XIX. Isto porque, ainda que só seja admissível falar em Estados nacionais para o contexto ibero-americano a partir da segunda metade do oitocentos, é inegável que já durante todo esse século esses países tiveram contato com a literatura nacionalista europeia e com as utopias nacionais do velho mundo.

O sentido do termo nacional se assemelha bastante com a imagem associada ao centralismo político. Logo, o nacional ou da nação era também o centralizado, o unificado territorial e administrativamente. A citação do *El mensajero argentino* de 24 de fevereiro de 1826 demonstra como essas palavras aparecem quase como sinônimas nos discursos da imprensa:

Soldados: El día en que pisáis la tierra clásica de los bravos es el mismo en que contraéis el más sagrado compromiso. La nación ha confiado á vuestro valor la garantía de su independencia, y de la **integridad de su territorio**, que un príncipe inmoral y ambicioso ha violado aunque no impunemente: vuestros hermanos de Oriente han escarmentado á los satélites del tirano del Brasil: ellos huyen pavorosos á los interior de sus campos bien arrepentidos de haber sido instrumento de una agresión tan injusta.” (...) Soldados: unión estrecha con vuestros hermanos de Oriente: las provincias que componen la **nación Argentina** han consolidado para siempre los vínculos de la fraternidad; y bajo un solo pabellón, con la divisa de independencia, ó muerte, envían sus hijos predilectos á vengar el **honor nacional**: nosotros pasamos hoy el Uruguay, y con la velocidad del rayo nos precipitaremos sobre los enemigos: los buscaremos en su territorio mismo: no para talar sus campos, y llevar la desolación a sus familias; no, nosotros iremos a

---

Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120).

<sup>304</sup> *Ibidem*.

ofrecerles los preciosos dones de paz y de la libertad.<sup>305</sup>[grifo meu]

Ainda sobre unidade territorial, o jornal *Cronica politica y literaria de Buenos Aires* de 24 de março de 1827 anuncia o processo de fragmentação do território do Brasil, tal qual teria se dado nas antigas colônias hispânicas da América – os motivos seriam os ideais democráticos que varriam o império e a ineficiência do sistema monárquico em controlar impulsos contrários à unificação da região. A vastidão espacial do Brasil, do mesmo modo, seria um fator relevante para tal dissolução na medida em que dificultaria a presença de representantes do Estado e, por consequência, um controle efetivo do governo em todas as áreas. Ao tamanho destas regiões somar-se-iam as dificuldades geradas pelos vazios demográficos, já que as terras estariam separadas umas das outras por grandes desertos, os quais estorvariam as comunicações comerciais e humanas interprovinciais.

O jornal também destaca a heterogeneidade populacional e de interesses das diferentes províncias, o que funcionaria como um entrave aos projetos de unificação e que obrigaria ao governo impor a força para viabilizar a unidade. Neste sentido, compara a nação brasileira a um corpo, que só manter-se-ia ligado pela violência, visto que a dissolução seria um processo natural tendo em conta a realidade política, social e econômica do país e os laços de coesão especialmente frágeis entre seus Estados.

Los mismos principios de disolución que abrigaban las unas existían en las otras: iguales eran las necesidades, y los agravios; y la república efímera de Pernambuco hizo ver que ni el brillo de una corte, ni el poder de un soberano eran parte a comprimir el espíritu democrático que ya ardía en toda la América. El poder militar, y la severidad de los tribunales cortaron los progresos de aquella fermentación: la autoridad suprema capituló sin embargo con la opinion,y, aunque las concesiones fueron ilusorias, el hecho de reconocerlas probaba su necesidad. Sin embargo, los hombres luchan en vano con las realidad, y el Brasil convertido de pronto en imperio, no ha disipado por esto los inconfidentes que se oponen á su amalgación.<sup>306</sup>

Consideravelmente importante parece a relação estabelecida pela mesma matéria do jornal *Cronica* entre a dimensão territorial do Brasil e a necessidade da força para viabilizar sua governabilidade. Ou seja, a interferência dos contornos geográficos na efetividade do regime político.

Observamos en efecto su aspecto geográfico, y veremos un territorio inmenso, abierto por toda su parte oriental á las aguas del Atlántico, cuyos puertos Le ofrecen con todos los puntos del globo, comunicaciones independientes entre sí, y la capital; provincias vastísimas, separadas unas de

---

<sup>305</sup> *El mensajero argentino*. Biblioteca Nacional Argentina. Sala do Tesouro. Rolo 10, 10.

<sup>306</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Op.cit

las otras por desiertos, y cuyos habitantes tienen que comunicar por medio de Europa con los habitantes de otras que pertenecen al mismo estado ¿Que vínculos común puede ligar entre si partes tan heterogéneas? ¿Como puede formarse una familia de individuos que ni aun se conocen? La acción de la autoridad se debilita, se aniquila, desaparece totalmente en esta masa desunida: ni puede existir nacionalidad, cuando la nación es un agregado fortuito de gentes extrañas, y esparcidas en tan desmesurada superficie. Los Brasileiros solo pueden ser un cuerpo mientras vivan sometidos á un yugo.<sup>307</sup>

Essa analogia entre geografia e política demonstra a assimilação feita pelo jornal do livro *O Espírito das Leis*<sup>308</sup> de Montesquieu, no qual o autor afirma que o tamanho do território vai influenciar no seu modelo de governo, sendo assim, aconselhava que, em países de dimensões menores, fosse implementada a República; já em países de tamanho mediano, ficassem a cargo de uma monarquia; e em países de vastas extensões, prevalecessem regimes despóticos, pois estes seriam mais eficientes em coordenar os obstáculos gerados pela distância e pela ineficiência de autoridades, as quais se encontram apartadas do poder central. A mesma perspectiva aparece em Montesquieu no seu Livro *VIII*, capítulo XIX. O trecho de Montesquieu será reproduzido com o intuito de facilitar a visualização da apropriação do autor pelo periódico portenho.

Um grande império supõe uma autoridade despótica naquele que governa. É preciso que a rapidez das resoluções supra a distância dos lugares para onde foram levadas; que o temor impeça a negligência do governador ou de um magistrado distante; que a lei esteja numa só cabeça e mude incessantemente, como os acidentes, que sempre se multiplicam no Estado, na proporção de sua grandeza.<sup>309</sup>

Voltando ao periódico, a crítica feita pelo jornal argentino ao caráter segmentário em que se estabeleciam as relações entre as diferentes províncias do império não se originou apenas a partir da observação dos embates armados ocorridos na década de 1820, como a Insurreição Pernambucana, citada pelo jornal, mas advém da leitura feita pelos vizinhos do cone sul do próprio imaginário político brasileiro, em que tal distanciamento era constantemente lembrado. Chiaramonte, por exemplo, faz menção à frase de Antônio Feijó por ocasião das Cortes de Lisboa em 1821, em que o líder liberal afirma que: “Não somos

---

<sup>307</sup> *Ibidem.*

<sup>308</sup> Extraído da internet. file:///Lenin/Rede Local/Equipe/Michele/MONTESQUIEU - O Espírito das Leis2.txt (3 of 315) [5/6/2001 15:03:19]

<sup>309</sup> *Ibidem.*, p. 60

deputados do Brasil [...] porque cada província se governa hoje independente”<sup>310</sup>. O autor ainda adverte que se em termo comparativo o processo de independência brasileiro tenha se mostrado menos turbulento que o hispano-americano e os elementos de continuísmo mais frequente no primeiro que no segundo, essas permanências não significaram uma maior unidade política: o Brasil e as ex-colônias espanholas convergiam em seus impulsos de autonomia econômica, social e política.

Da questão mencionada acima emerge outra de imenso valor para entender o contexto político no Brasil e, sobretudo das Províncias Unidas. Trata-se da disputa entre o modelo unitário e o federal que foi uma constante durante todo o século XIX no quadro político da região, hoje identificada como Argentina. A discussão entre os dois modelos interessa a esta análise, pois tanto o Império brasileiro quanto as Províncias Unidas do Rio da Prata incorporaram a disputa política entre federalismo e centralismo, de formas diferentes, ao discurso de legitimação da guerra.

Nas Províncias Unidas a briga entre unitários e federais já era antiga e, talvez, localizá-la temporalmente ajude a dimensionar sua força dentro da cultura política do período. Sua origem poder ser identificada durante a própria Revolução de Maio. Já em 1814 torna-se especialmente candente, pois neste ano foi dissolvido o Triunvirato e constituído o Poder Executivo de formato unipessoal, assumindo o cargo Gervasio Antonio de Posadas,<sup>311</sup> que ordena a invasão da Banda Oriental e declara Jose Gervasio Artigas inimigo de Buenos Aires. A medida era uma resposta ao viés federal que tomava o artigismo na Banda Oriental, contrariando os interesses da elite comercial portenha. A iniciativa gerou reações de algumas províncias que compunham as Províncias Unidas tais quais Entre Rios, Corrientes, Córdoba e Santa Fé, além da Banda Oriental, que juntas formaram a Liga dos Povos livres das Províncias Unidas. A liga tinha o objetivo de instaurar o sistema federal nas Províncias Unidas do Rio da Prata.

Posadas renuncia em 1815 e em seu lugar assume Carlos María de Alvear<sup>312</sup> e é no governo deste que ocorre a revolução federal de 1815. A revolução foi uma demonstração de apoio de parte das forças de Buenos Aires – lideradas por Alvarez Thomas<sup>313</sup> – ao movimento das províncias interioranas da liga, chefiado por Artigas. Alvear ainda tenta

<sup>310</sup> José Carlos CHIARAMONTE. Nación y estado en Iberoamérica. El lenguaje político en tiempos de las independências. Buenos Aires: Sudamericana, 2004. p.74.

<sup>311</sup> Gervasio Antonio de Posadas y Dávila (Buenos Aires, 1757- 1833) político. Assumiu o cargo de Diretor Supremo das Províncias Unidas de 31 de janeiro de 1814 até 9 de janeiro de 1815, quando renunciou por não ver suas ordens obdecidas.

<sup>312</sup> Carlos María de Alvear (Missões Orientais, 1789- Nova York, 1852). Foi militar e político. Assumiu o cargo de Diretor Supremo das Províncias Unidas de 9 de janeiro a 20 de abril de 1815, finalizando o mandato de Posadas.

<sup>313</sup> Ignacio Álvarez Thomas (Peru, 1787- Argentina, 1857). Nasceu no Peru, mas já em 1797 migrou para Buenos Aires. Foi político e militar na Argentina. Assumindo o cargo de Diretor Supremo das Províncias Unidas de 21 de abril de 1815 até 16 de abril de 1816. Entre 1825 a 1835 foi embaixador das Províncias Unidas no Peru.

reunir forças para ganhar a disputa, mas o cabildo de Buenos Aires presidido por Francisco Antonio de Escalada<sup>314</sup> não o apoia. Desta forma, a cidade de Buenos Aires que sempre manteve uma postura unitária começa a demonstrar focos de adesão ao movimento encabeçado por San Martín,<sup>315</sup> o que faz Alvear renunciar. No ano de 1817 as querelas entre federalistas e unitários ganham novo ânimo quando o Congresso Nacional, reunido em Tucumán, foi transferido para Buenos Aires. No final deste mesmo ano foi aprovado o “Regulamento Provisório” e como seu resultado, em 1819, foi sancionada a Constituição. Para Ricardo Levene, o conteúdo da Constituição aprovada tinha um caráter em que se impunha a unidade e que, por isso mesmo, não corresponderia aos anseios da população do país, desejosa por fazer valer os horizontes federalistas que embalavam a maioria das províncias, com exceção feita apenas a Buenos Aires. As contradições entre o texto constitucional e as aspirações da população produziram então resultados desastrosos: a anarquia e a Guerra Civil.

Entre 1824 a 1826, reúne-se, em Buenos Aires, o Congresso Geral com o objetivo de empreender mudanças na Constituição de 1819, assim, em 1826, é promulgado o novo texto constitucional, no qual os embates entre federalistas e unitários outra vez recebe destaque. A questão era a mesma de sempre, Buenos Aires queria impor sua hegemonia em relação às demais províncias da união. Assim, depois dessa breve narrativa das desavenças históricas entre federalismo e unitarismo a dissertação retoma a guerra e, com os jornais, será possível entender como a luta entre os dois modelos passou pela empreitada discursiva do conflito armado. Como exemplo disso será acionado o jornal *Cronica*, publicado em 26 de abril de 1827, que na coluna intitulada “notícias nacionais” questiona as condições de se realizar uma guerra, caso o país não tivesse um centro decisório capaz de liderar a campanha nacional, formando um todo coeso. O mesmo texto ainda questiona a ideia de que o federalismo é o modelo de governo mais adequado, criticando interpretações que afirmam que não ser federal é um equívoco e ao fazerem isso tomam aos Estados Unidos da América como prova da eficiência do sistema federativo. Segundo o jornal, o argumento utilizado por muitos dos defensores do federalismo era de que se o regime tinha gerado benefícios para a ex-colônia inglesa também faria o mesmo pela Argentina, mas a saída encontrada pelo autor da matéria foi lembrar que nem sempre o que funciona em um determinado país irá funcionar em outro. Ainda que essa pareça uma explicação simplista numa leitura atual, ela traz uma significativa inovação para época, visto que o autor admite a impossibilidade de se reproduzir modelos políticos de outras realidades geográficas e sociais para o contexto de seu país; o que faz com isso é rechaçar tentativas de se copiar padrões europeus ou mesmo o norte-americano

---

<sup>314</sup> Francisco Antonio de Escalada (Buenos Aires, 1749-1835) era comerciante e funcionário do governo de Buenos Aires, presidindo o cabildo desta cidade de 1777-1779. Sua relação de parentesco com San Martín, de quem era sogro, é considerada a razão para sua negativa ao pedido de Alvear.

<sup>315</sup> José de San Martín (Corrientes, 1778- França, 1850). Considerado líder da independência argentina, manteve contato com Artigas . Participou da emancipação do Chile e do Peru.

para as Províncias Unidas. Com a imagem de uma bananeira que floresce em regiões tropicais e morre em climas adversos, o autor indica o risco dos governos produzirem seu sistema político sem levar em consideração seus processos históricos.

Sin un centro de unidad, sin un facho de luces y de vigor, ¿ qué sería ahora la nación, si no una mezcla confusa de partes incoherentes? (...)!Y es defecto el no ser federal! De todos los argumentos que se han empleado para probarlo, uno solo nos ha parecido digno de alguna atención: a saber, la comparación con los Estados Unidos, porque “si éstos prosperan a la sombra de las instituciones federales, nosotros podemos obtener el mismo resultado, empleando el mismo medio (...)Así hablaban los girondinos a principios de la revolución francesa, y el producto de estas máximas fue la matanza de Septiembre, preludio del régimen del terror. !Pues qué! Nos dirán ¿ no debe prosperar, en un país lo que prospera en otro? No: por la misma razón, que el bananero se cubre de frutos bajo el sol ardiente de los trópicos, y se seca en otra latitud: porque es imposible fundar una sociedad sobre un modelo dado, como es edifica una casa según un plan convenido; porque los gobiernos, como los productos naturales, maduran a grados.<sup>316</sup>

Ainda no jornal a *Cronica*, mas de 28 de abril de 1827, o federalismo foi novamente questionado. O periódico relembra as tentativas de espalhar o modelo em todas as regiões, o que colocou sua própria existência em risco e acrescenta que as dificuldades em que se encontram o federalismo não testemunham a favor da eficiência do sistema unitário, porém permitem visualizar que há necessidade de algo mais que bons intentos e amor à independência para se construir um governo,

Se nos han prometido algunos pormenores sobre los últimos disturbios ocurridos en los Estados Unidos de la América Central, y nosotros no tardaremos en comunicarlos al público. Entre tanto séanos lícito observar que aquella había creído hallar la panacea de todos los males políticos, adoptando el sistema federal en toda su latitud, y de pronto se halla amenazada de una completa destrucción. Este suceso no prueba que el sistema unitario sea mejor de los sistemas posibles: pero manifiesta á lo menos que para el federalismo se necesita algo más que amor a la independencia y buenas intenciones<sup>317</sup>

O jornal *El Argos de Buenos Ayres* de 9 de junho 1825 também fez uma sutil defesa ao unitarismo ao citar as barreiras impostas por um governo de cunho federalista. Assim, o periódico começa seu balanço citando as questões financeiras, que, segundo ele, seja qual for o sistema político não pode perder de vista a necessidade de se programar um bom esquema de rendas que atenda a todas as províncias. Alerta ainda que, optando pela federação,

<sup>316</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120).

<sup>317</sup> *El Argos de Buenos Ayre*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

essas questões tornar-se-iam mais difíceis.

Pasando a examinar los gastos que demanda todo el servicio propio de un estado, en cualquier forma que se adopte, debe tenerse presente, que aunque adoptada la de unidad el tesoro nacional sería formado de las rentas de todas las provincias, sin dar á ellas en particular, y al Estado en general, una organización que asegure un buen sistema de rentas y de haciendas, no habrá recursos para sostener está máquina en todos los gastos que ellas exigía. Adoptándose la forma de federación crecerán las dificultades, por razones bien sencillas, y que todos conocen.<sup>318</sup>

A passagem citada foi escrita em 1825, ano em que se processavam as discussões sobre a Constituição e em que as brigas entre os favoráveis a uma maior autonomia das províncias e os adeptos da centralização estavam no auge.

É possível notar que, nos jornais analisados, o discurso se mantém favorável ao federalismo, o que não significa um maior apoio da opinião pública a tal modelo, mas pode estar ligado, simplesmente, à localização espacial destes, todos de Buenos Aires. Entretanto, mesmo que este trabalho não tenha podido incorporar à análise periódicos de outras províncias – o que sem dúvida ajudaria a entender melhor o debate entre federalismo e centralismo – a constância com que os advogados do unitarismo produzem sua defesa demonstra o quanto a cultura política do período esteve permeada por tal temática e pela rixas entre os partidários dos dois modelos de governo.

Neste sentido, o que a guerra Cisplatina fez foi ampliar essa querela tendo em vista que, se num primeiro momento a decisão de responder à declaração de guerra do império brasileiro foi liderada por Buenos Aires, os gastos com o conflito armado foram divididos com todas as províncias. Como registra *El mensajero argentino*, de 5 de agosto de 1826, que relembra a premência de um envolvimento de todos os povos e de cada cidadão em particular no esforço bélico, pois só assim a guerra poderia ter seu fim abreviado, diminuindo com isso os prejuízos gerados em razão dela.

la guerra no nos será funesta si ella no se prolonga, y esto depende de nosotros mismo: auxiliados el gobierno con la energía y el patriotismo de todos los pueblos y de todos los ciudadanos doblará la fuerza que ha de sostener la lucha, y en una sola campaña estableceremos la paz, dando antes un ejemplo terrible de justicia, y redimiendo antes esta tierra del único resto que existe en ella de los asoladores del mundo<sup>319</sup>

Com isso, espera-se sublinhar que a guerra, ainda que não declaradamente,

<sup>318</sup> *Ibidem*.

<sup>319</sup> *El mensajero argentino*. Biblioteca Nacional Argentina. Sala do Tesouro. Rolo 10, 10.

tornou-se instrumento das lutas políticas do período e mesmo que o discurso utilizado pelos grupos de poder para levá-la a cabo estivesse focado no plano estritamente cultural, esteve sempre em jogo uma definição para o conturbado contexto político e econômico de então.

Ainda pensando nas formas de governo em disputa no período, não se pode menosprezar o confronto entre as formas republicanas que se multiplicaram nas ex-colônias espanholas e a monarquia herdada pelo Império brasileiro, e que também esteve em pauta no discurso bélico. Como já referido neste mesmo capítulo, para os devotos do republicanismo à república, agregava-se o ideal de progresso, do novo, enquanto a monarquia representaria o atraso – a república<sup>320</sup> estava associada à liberdade dos indivíduos e ao respeito ao bem público.

Mesmo que o conceito de república seja historicamente marcado, no que se refere ao contexto hispano-americano, esta forma de governo teve sua inspiração na *res publica* romana, em que o bem comum deveria se sobrepujar aos interesses individuais, contrariamente ao que acontecia na monarquia. Ao sentido foi incorporada a ideia de virtude pública de Montesquieu<sup>321</sup>, a partir do qual dever-se-ia privilegiar os interesses coletivos levados a cabo pelo bom governo.

O *El Argos de Buenos Ayres* de 29 de outubro de 1825 destaca a servidão do Brasil independente que, sendo escravo de um tirano, o imperador, ainda mantém seu antigo estado. Relembra que o país, em razão de sua relevância no cenário continental, coloca-se como um inimigo do sistema político vigente na hispano-américa; mais ainda, o Brasil, ao invés de após sua independência seguir o destino comum aos outros países, implantando a república nos termos americanos, toma o caminho contrário – e por isso deve ser contido – por ir de encontro ao espírito de liberdade presente no continente.

El Brasil, pues, independiente del Portugal, es esclavo de un tirano el más ominoso y duro; y tiene sobre si una servidumbre mas pesada aun que la de sus antigua madre patria. Un Estado independiente de esta naturaleza, en uno de los puntos más importantes de este continente, es un enemigo de nuestro sistema, de nuestra libertad é independencia, y no presta la menor garantía á los pueblos que están a su rededor, regidos por principios opuestos a los suyos. Tan lejos de haberse uniformado el sistema americano con la independencia del Brasil en los términos que la posee, es una anomalía que

---

<sup>320</sup> Segundo Celso Lafer, até o século XIX, a república, enquanto modelo de governo se definia como antônimo de monarquia. Essa oposição nasce na própria Roma antiga que depois de abolir o governo dos reis, definido como *regnum* – governo de um só – inicia um governo dirigido pelo corpo coletivo. **LAFER, C. . O significado de República.** Estudos Históricos. 4 ed. Rio de Janeiro: Associação de Pesquisa e Documentação Histórica, 1989,p. 214-224

<sup>321</sup> Lafer ressalta que a ideia de república virtuosa de Montesquieu está associada ao respeito pela lei e pelo privilégio à coletividade, o que se opunha ao monarquismo no qual a desigualdade era basilar. C. LAFER. *O significado de República.* Op. cit.

es preciso remover por las vías mas eficaces- El Brasil constituido en República, gobernado por los principios americanos, y sin adhesión particular á la Europa- el Brasil bajo este aspectos feliz, es, si, el complemento del sistema de América: de otro modo es un enemigo que debemos combatir, y cuya empresa algún día será agradecida por los verdaderos brasileiros.<sup>322</sup>

A visão que associa o escravismo ao modelo monarquista, em contraposição à concepção de liberdade atribuída ao republicanismo, é exaltada da mesma forma pela *Cronica* de 21 de abril de 1827: “*Si hemos venido á establecernos en una república, há sido porque habia llegado á sernos insoportable la idea de encanecer en la esclavitud*”<sup>323</sup>. O mesmo periódico, mas de 3 de maio de 1827, completa que os súditos da monarquia se enchem de inveja diante da felicidade da república e aproveita para aconselhar D. Pedro I a demarcar os limites entre os dois sistemas de governo, posto que a proximidade com as repúblicas, isto é, com um governo livre, poderia trazer resultados desastroso, como a rejeição da tirania imperial.

La proximidad de la capital de un estado libre no puede menos que ejercer un influjo funesto en los súbditos de una monarquía. No les seria posible contemplar sin envidia la prosperidad de una república, y la voz de nuestros oradores no tardaría en conmover la fidelidad que se debe á un soberano. EL consejo más prudente que se puede dar é D. Pedro es que circunde sus fronteras de soledades que estreche, en lugar de ensanchar los límites de su imperio. Este es el único medio de consolidar su obra. Una monarquía en contacto con repúblicas es la peor de todas as posiciones políticas. Por grande que sea la prudencia de su gobierno, es imposible que progrese al par de nuestras instituciones. Cada ciudadano es soberano en la democracia, y no hay más que un jefe en un imperio. El brillo de un trono puede deslumbrar un momento, pero fatigar á la larga, sobre todo quando ese trono gravita sobre un pueblo, que, por la sencillez de sus costumbres, no se halla en estado de apreciar los goces de la vida cortesana<sup>324</sup>.

Apesar de ser notório nos jornais analisados o esforço em deslegitimar a ocupação por parte do Império do Brasil e criticar a postura deste, poucas vezes é mencionado o papel e o apoio de Buenos Aires no que se refere à entrada do então império luso-brasileiro nas terras orientais. Todavia, é extremamente relevante entender o passado histórico que

---

<sup>322</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

<sup>323</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional do Brasil. Loc.: 3-238,04,03 Período: 03/1827 a 10/1827 Coleção (1- 120).

<sup>324</sup> *Ibidem*.

possibilitou está associação entre as Províncias Unidas e o Brasil para demonstrar a fragilidade do discurso de guerra em 1825, apropriado pelos jornais analisados. Afinal deixa claro que a relação entre as Províncias Unidas com a Banda Oriental, para além da irmandade histórica tão alardeada pelos jornais, fundou-se em interesses econômicos e políticos temporamente marcados. Interesses estes que deram margem à improvável associação entre os ex-súditos de Fernando VII e de D. João, em 1811, mas que desfeitos, deflagram o conflito armado 14 anos depois.

Neste sentido, cabe explicar as motivações e o contexto em que foi firmado este efêmero acordo entre as Províncias Unidas e o Brasil. As primeiras movimentações do exército luso na região ocorreram ainda na segunda década do século XIX e com o sufrágio de importantes grupos de poder buenairenses. Com a revolução de Maio, os interesses da antiga capital do vice-reino cada vez mais pareceu se distanciar dos interesses das outras regiões. Para Pilar Quirós, desde o movimento insurgente de maio, as elites portenhas reivindicam uma posição de liderança no que tange aos antigos territórios do vice-reino; e que, apesar de ser considerada como natural pelos portenhos, não foi apropriada da mesma forma na circunvizinhança.

Em fevereiro de 1811, Francisco Xavier Elío<sup>325</sup>, então governador de Montevideu, foi nomeado vice-rei do Rio da Prata, declarando em seguida guerra à Junta Revolucionária de Buenos Aires. Neste momento Jose Gervasio Artigas abandona a guarnição espanhola localizada em Colônia de Sacramento e coloca-se sobre as ordens da Junta portenha. Diante da especial influência de Jose Artigas na região oriental, ele logo foi promovido a Tenente coronel e enviado com um exército de 150 homens para Banda Oriental com o intuito de promover um levantamento contra as autoridades hispânicas.

Na verdade, João Paulo Pimenta<sup>326</sup> vê a posição de Buenos Aires de enviar Artigas como uma estratégia de combate com o objetivo de fomentar um levante e desestabilizar o governo de Elío. A atuação do exército sobre o comando do general redundou no primeiro sítio à Montevideu, o que deu margem – em razão da tentativa de incorporação da Banda Oriental – para Dom João, apoiado pela Inglaterra, enviar tropas com a desculpa de sustentar a Junta fiel a Cádiz, que é formada em Montevideu.<sup>327</sup> O próprio Elio solicita a já

---

<sup>325</sup> Francisco Javier Elio (Pamplona, 1767- Valencia,1822). Militar espanhol que veio para América cumprir importantes funções administrativas. Foi nomeado governador de Montevideu em 1807. Em 1809 organizou a Junta de Montevideu que se declarou independente da autoridade do Vice-rei, na ocasião Santiago de Liniers. Voltou para Espanha em 1812.

<sup>326</sup> João Paulo Garrido PIMENTA. “Província Oriental, Cisplatina, Uruguai: elementos para uma história da identidade oriental (1808-1828)”. In.: *Revoluções de independências e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e terra, 2007.

<sup>327</sup> Sobre a movimentação brasileira na Região Platina ver: Teixeira SOARES. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955 e João Paulo Garrido PIMENTA. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

mencionada colaboração do exército português, que a mando de Diego de Souza já tinha invadido a Banda Oriental. Com a mediação do embaixador britânico Lord Strangford é assinado um armistício entre os espanhóis, os orientais e a Junta instalada em Buenos Aires.

Artigas, porém, não tardou em rescindir com os buenaienses e, no fim de 1812 seu exército – que contava então com negros, índios e gaúchos da campanha oriental – dominava boa parte da região. O governador de Montevidéu rompe o armistício com Buenos Aires; e estes fazem um convênio com os portugueses em que acordavam com a evacuação da Banda Oriental.

Essa breve narração dos acontecimentos, subsequentes à rescisão entre os de Buenos Aires e os do governo de Elio, permite entrever a ativa participação de grupos portenhos na iniciativa lusa. Na percepção de Moniz Bandeira,<sup>328</sup> a ação do império só foi possível, pois um grande número de portenhos – exilados no Rio de Janeiro após a revolução de Maio – desejava coroar D. João, já que temiam que as ações artiguistas enfraquecessem o porto de Buenos Aires. Contudo, são poucas as referências a essa ligação no discurso dos jornais analisados, pois como já foi dito, os interesses políticos e econômicos das Províncias Unidas, pregressos ou contemporâneos à guerra, foram suprimidos, na maioria das vezes, do discurso de legitimação do conflito e substituído por explicações em que a cultura funcionou como elemento privilegiado de validação das ações militares.

Com isso, a postura dos periódicos trabalhados aqui foi de negar ou minimizar qualquer tipo de relação entre as Províncias Unidas e o Império luso-brasileiro, em 1811. Um exemplo desta foi encontrada no jornal *El Mensajero Argentino* em 3 de dezembro, nele não há uma clara menção de um pacto entre o império luso e Buenos Aires contra Artigas, porém garante que a ocupação de Montevidéu foi uma ação que deveria ter caráter temporário com o intuito de conter as agitações de José Artigas. Mesmo que o texto não assuma um acordo entre as duas regiões pelo menos permite divisar certa permissividade no que diz respeito à movimentação do general Lecor:

A ocupação do território de Montevidéu foi uma medida provisória para procurar este fim, sosegando o que lhe ficava contíguo, é que a inquietação de Jose Artigas e os seus projetos não permitiram de demorar mais tempo; é por isso o general Barão de Laguna tem ordem de se conter na linha do Uruguai.<sup>329</sup>

O discurso do jornal *Cronica politica y literaria de Buenos Aires* de 3 de maio 1827 é muito similar. A *Cronica* garante que, quando da entrada das tropas portuguesas, havia o compromisso de que seria uma ocupação temporária. A peculiaridade fica, no entanto, com

---

<sup>328</sup> Moniz BANDEIRA. O expansionismo. 2 ed. Rev. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1995

<sup>329</sup> *El mensajero argentino*. Op.cit.

o verbo conjugado na primeira do plural “hacernos” que supõe especial interesse de Buenos Aires na ocupação promovida por D. João. Além do mais, inclui os portenhos entre os beneficiários dela e não apenas os orientais.

Pero que lo exige alguna explicación es que los brasileiros invadieron la provincia de Montevideo, protestando al mismo tiempo que la ocupación de este territorio no era mas que “una medida provisional, tomada para *hacernos* gozar de la paz, y para que no se prolongase mas tiempo la inquietud que había ocasionado Artigas.”<sup>330</sup>[grifo meu].

Contudo, a postura mais comum é de simplesmente acusar o império de se apoderar do território que legitimamente pertencia às Províncias Unidas. Para tal fim, o império teria usado como desculpa o perigo artiguista e acusado o governo do general Artigas de promover a desordem com suas leis de expropriação de terras. Elemento que aparece de forma recorrente nos jornais estudados. O *El Mensajero Argentino* de 6 de junho relembra os acontecimentos ressaltando sobre quais pretextos se deu a invasão lusa:

La Provincia Oriental, que ha pertenecido siempre al virreinato de Buenos Aires, luego que adquirió su libertad de la España por medio de las armas argentinas, quedó incorporada á esta República y nombró en consecuencia sus diputados para ser representada en la Asamblea General Constituyente. La anarquía promovida por el jefe Artigas vino después a turbar su paz y a dar un pretexto a las tropas de S.M.F. Para ocuparla, pero bajo la pretexto solemne, que hizo la corte del Janeiro, de devolverla à la asociación á que pertenecía, luego que restablecida sólidamente la tranquilidad, pudiese tener garantías de que sus estados quedaban perfectamente á cubierto del peligro de una vecindad inquieta<sup>331</sup>

Não muito diferentes são as declarações presentes no periódico *El Argos de Buenos Ayres*, publicado em 18 de maio de 1825; neste a questão da desordem é vista como uma forma de construir uma aura de legitimidade para uma atitude obviamente ilegal.

De de que los portugueses pisaron el territorio de la Banda Oriental, todos sus contactos se han dirigido á aparecer como defensores de sus habitantes, y en dar a su invasión el carácter de una protección dispensada en virtud de las circunstancias, que entonces desgraciadamente se hicieron sentir en los pueblos de aquellas provincia. Mucho contribuía para dar algún aire de legalidad a este pretexto el desorden, y la dislocación general, que un caudillo había introducido en la Banda Oriental. Los portugueses se valieron

---

<sup>330</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1- 120)

<sup>331</sup> *El mensajero argentino*. Op.cit.

de estas desgracias hasta para llamar en auxilio de su agresión la defensa propia de su territorio.<sup>332</sup>

Neste sentido, é interessante perceber que a mesma desordem que D. João utilizou para explicar a ação portuguesa no Prata e que D. Pedro I usou como argumento na sua justificativa de guerra em 1825 também os portenhos aproveitaram para validar os acordos de 1812, e assim abrir caminho para entrada portuguesa na Banda Oriental. Desta forma, fica perceptível que, apesar das diferenças sociais, políticas, espaciais ou temporais, o discurso da ordem sempre encontrou solo fértil na cultura política hispano-americana; e a explicação para isso a própria realidade histórica destes povos, já citada neste trabalho, encarregou-se de fornecer: o vazio de poder gerado com a prisão de Fernando VII, as guerras civis, a revolta de escravos no Haiti, o movimento artiguista. Assim, diante de tamanha agitação, a resposta dos grupos de poder destes territórios foi a ordem ou, pelo menos, certa obsessão por ela.

No entanto, as guerras civis não foram o único fator de repúdio à política do general oriental. Quando Artigas organiza seu governo na Banda Oriental o faz por meio de aduanas próprias e adiciona ao seu sistema tarifário as províncias de Corrientes, Entre Ríos y Santa Fe, além de abrir os portos de Maldonado e Colônia ao comércio exterior. O golpe de misericórdia, todavia, foi a proibição feita às regiões sobre o seu comando de comerciar com Buenos Aires e a diminuição das tarifas, o que tirou mercado do vizinho.

As guerras também trouxeram grandes prejuízos para as Províncias Unidas, pois a desorganização social interferiu gravemente na economia platina. Nas Províncias Unidas, a produção caiu em razão da dificuldade de se fazer empréstimos internos ou externos, da desordem dos trabalhadores e do banditismo, além dos problemas gerados com o monopólio do porto de Buenos Aires e com o sistema das pequenas economias provinciais, que não eram conectadas.

O governo de Buenos Aires ensaia uma reorganização econômica nacional por volta de 1824, mas é surpreendido pela guerra no ano seguinte. A partir de 1825, os gastos se multiplicam por conta da necessidade de arcar com as despesas do aparato bélico. Somado ao crescimento das despesas, veio a redução na receita, já que diminuem as correntes comerciais devido ao bloqueio dos rios platinos empreendido pelo Império brasileiro. A guerra também gerou desestabilização na produção agrícola e de gado.

Independentemente das justificativas dadas para a ocupação na década de 1810, um elemento parece se repetir na escrita dos jornais, a deslegitimidade da ocupação, e,

---

<sup>332</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Publicado em 18 de maio de 1825. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

em razão disso, caberia às Províncias Unidas zelarem pela defesa dos seus irmãos orientais, o que significava em última instância fazer a guerra.

Um dos pontos utilizados pela imprensa, no sentido de deslegitimar a ocupação brasileira na Banda Oriental, foi censurar a forma e as condições em que se deu o Congresso Cisplatino. O objetivo do Congresso, proposto por D. João VI, era avaliar se o povo oriental desejava ligar-se ao império luso, se preferia formar uma nação independente ou se filiar a outro Estado. Desta forma, anuncia a Lecor, em 16 de abril de 1821, que caberia a população deliberar o futuro da região e para tal seria convocada uma eleição. O encaminhamento deveria ser dado pelo governador intendente da província de Montevideu, Juan José Durán, que então convocou um Congresso Extraordinário de deputados de cada província e que compunha o território cisplatino.

Montevideu elegeu Juan José Durán, Dámaso Larrañaga, Tomás Garcia de Zúñiga y Jerónimo Pío Bianque. Por Extramuros foram escolhidos Fructuoso Rivera e Francisco Llambí. Para San Fernando de Maldonado, San Carlos, Minas e Rochas foram nomeados Ronaldo Gimerno e Manuel Antonio Silva. Já para Guadalupe de Canelones, Santa Lúcia, Pando y Piedras foram selecionados Alejandro Chucarro e Salvador Garcia. Colônia de Sacramento, Colla, Real de San Carlos e Víboras nomeou José Alagón e Mateo Visillac. Representando San José, Florida e Trinidad, o escolhido foi Luis Eduardo Pérez. Em Capilla de Mercedes elegeram Loreto Gomensoro. Por Santo Domingo de Soriano, José Vicente Gallegos e por Cerro Largo o nomeado foi Manuel Lago.<sup>333</sup>

Apesar de exaustiva exposição de nomes, elencá-los permite identificar indivíduos de clara ligação com o exército luso, pelo menos até 1825. Segundo Edmundo Narancio, alguns destes personagens citados mantiveram viva sua ligação com o cabildo de Montevideu, submisso ao general português, ou com o próprio Lecor, como foi o caso Luis Eduardo Pérez e José Vicente Gallegos. Outros dispensam apresentações, sendo conhecida sua afinidade com o representante do império na Cisplatina, como Juan José Durán, presidente do cabildo montevidiano nomeado por Lecor, e Rivera, então do exército português. Ainda de acordo com Narancio, a maioria da população não desejava fazer parte do império luso-brasileiro; sendo assim, a unanimidade nos votos dos deputados a favor da anexação não correspondia em absoluto aos anseios dos habitantes do território oriental.

Entretanto, a incorporação seria admitida sobre condições específicas. Exigia-se que a região fosse considerada um Estado diferente dos outros que compunham o Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves – a manutenção das leis e da língua já estabelecidas na província e a conservação dos privilégios e títulos das famílias locais.

*A Cronica politica y literaria de Buenos Ayres* de 13 de abril de 1827 descreve

---

<sup>333</sup> Dados extraídos de: Edmundo M. NARANCIO. *La independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

a incorporação da província em 1821, como um ato de violência, no qual se fez uso de força militar para obrigar os orientais a irem aos órgãos administrativos de seus municípios e falsificarem assinaturas para garantir a escolha dos representantes.

Protestaron además contra el acto de incorporación a la monarquía portuguesa sancionado en 1821, y contra todos los de los habitantes del campo, en vista de que estos actos habían sido firmados, por medio de grandes destacamentos de tropas, que llevaban por fuerza los individuos a la casa del ayuntamiento, falsificando ó suponiendo las firmas de las firmas de las personas que no existían, ó que no tenían la menor noticia de aquellos sucesos, por estar ausente de sus domicilios.<sup>334</sup>

O mesmo jornal de 3 de maio de 1827 afirma que Lecor, quando da elaboração do Congresso, esforçou-se em dar autenticidade a forma injusta com que tinha se processado a posse da Banda Oriental e com este objetivo escolheu membros do cabildo de Montevideu que se submetiam a ele por interesses econômicos. Lecor também teria limitado as alternativas dos deputados dando-lhes apenas o direito de escolher entre permanecer com o império português ou voltar ao domínio espanhol, negando a opção de uma possível unificação com as Províncias Unidas ou de uma independência oriental. Para ressaltar a nulidade do Congresso o periódico faz menção à revogação deste, proposta pelas Cortes Portuguesas:

El general Lecor no pensaba del mismo modo. Lejos de abandonar su presa, trabajó en legitimar su usurpación. Empezó alejando los miembros mas influyentes del cabildo de Montevideo; los que mas habían contribuido a la pacificación de la provincia, y que, por la misma razón, hubieran podida sublevarla. Pobló las oficinas de esos hombres versátiles, cuyo patriotismo se limita a servir al amo que paga, y cuando lo hubo dispuesto todo para el logro del fin que se había propuesto, reunió un congreso al que ofreció la opción entre el dominio de Portugal, y el dominio de España, por que, en la época de que se trata, Montevideo estaba amenazada de volver a caer bajo el yugo español, por no sé que derecho que se arrogado una junta de ministros, congregada en Paris. Era fácil prever el éxito de esta superchería. Los miembros del congreso, sin otros poderes que los que les había conferido un general extranjero en el acto de convocarlos, declararon que su provincia entraba voluntariamente en la federación del Brasil, del Portugal y de los Algarbes. Este acto de incorporación era tan evidentemente ilegal, que una comisión de las Cortes de Lisboa lo anuló en 1822, y si el sistema constitucional no hubiera sido destruido en Portugal, no se hubieran necesitado ocurrir á las armas para reparar el agravio, en que solo podía

---

<sup>334</sup> *Cronica politica y literaria de Buenos Ayres. Op.cit.*

persistir la voluntad de un monarca absoluto.<sup>335</sup>

Mesmo que seja ponto pacífico a obscuridade do Congresso e o descrédito que ele sofreu na corte de D. João o fato é que na documentação intitulada *Documentos e peças que justificaram os procedimentos do Império do Brasil a respeito do governo das Províncias Unidas do Rio da Prata*<sup>336</sup> são aventadas as possibilidades de se constituir na região uma nação ou de se promover uma incorporação à Buenos Aires. A primeira foi descartada, pois o território não teria meios de conservar um estado de independência diante da baixa densidade populacional e dos poucos recursos que dispunham para se defender. O segundo foi rejeitado, já que Buenos Aires, submersa em guerras civis, jamais conseguiria conservar a Banda. Sendo assim, a escolha pela monarquia lusa tinha por fim impedir a anarquia, de acordo com o manifesto. Outra vez a dicotomia ordem e desordem rouba a cena e mais do que provar a longevidade que esse discurso assumiu na Prata (começando em 1811 com o anti-artiguismo, passando pelo Congresso Cisplatino, em 1821 e desembocando no discurso de legitimação da Guerra Cisplatina, de 1825 a 1828) o que se quer evidenciar é o quanto os interesses econômicos e políticos dos grupos de poder locais souberam apropriar-se dele e da cultura política que o gerou para construir sua legitimidade.

Ainda caracterizando a incorporação da Banda Oriental em 1821, o jornal *El Argos de Buenos Ayres* de 21 de maio de 1825 ataca o Congresso sem investir contra o cabildo ou a população, colocando assim todos como vítimas perante o Império brasileiro – verdugo do povo cisplatino. A vitimização dos orientais pode então ser tomada como uma forma de potencializar os comentários desfavoráveis ao Império brasileiro demonstrando que a incorporação deu-se exclusivamente mediante a violência e a crueldade, com as quais o exército de Lecor marcou sua presença:

Se dijo entonces que la voluntad unánime de la Provincia Oriental era incorporarse al reino de Portugal; y que se pensó seriamente en la formación del congreso cisplatino para sancionar este acto de usurpación, y de violencia. Como nuestro principal objeto es demostrar la escandalosa ocupación, que hizo un ejército extranjero del territorio de una provincia hermana, no nos detendremos en inquirir y manifestar detalladamente si se han violado también las formas prescriptas para que en este congreso se expresase con más, ó menos libertad la opinión de los habitantes, y las arbitrariedades que en él se ejercieron. Nos basta á nuestro intento asentar, que conforme al plan que el general portugués había adoptado desde que emprendió la campaña, los primeros elementos que entraron á formar este

---

<sup>335</sup> *Ibidem.*

<sup>336</sup> Manifesto ou Exposição fundada e justificativa do procedimento da Corte do Brasil a respeito do governo das províncias unidas do Rio da Prata e dos motivos que a obrigaram a declarar a guerra ao referido governo. Rio de Janeiro na Tipografia Nacional 1825. Biblioteca Nacional. OR- 99D, 22,32.

congreso fueron la coacción, la seducción y el terror. - No era, pues, extraño que sus resultados correspondiesen a los objetos que se tuvieron muy presentes cuando se trató de reunirlo. Su famosa decisión fue declarar la incorporación de la Provincia Oriental a los reinos de Portugal, Brasil, y Algarbes, y poner de este modo el último sello a la colonización de unos pueblos libres.<sup>337</sup>

Também no *El Argos de Buenos Ayres*, mas de 4 de junho de 1825, a incorporação é tratada como um ato de usurpação pautado na arbitrariedade das medidas portuguesas. Sua efetividade teria se dado graças ao engodo produzido pelo que o jornal chama de “*unos pocos esclavos*”, que diz respeito ao sufrágio dos aportuguesados do cabildo de Montevideú em relação ao general Lecor:

En nuestros números anteriores hemos manifestado los medios de que los portugueses se han valido para asegurar la usurpación escandalosa que hicieron del territorio oriental, y los actos violentos con que trataron de legalizarla. Los hemos visto ya no emitir medio alguno, que pudieses servir á este intento: unas veces apoyando su ambición en las bayonetas de un ejército, otras equivocando maliciosamente el sentimiento de los orientales por el de unos pocos esclavos humillados; y ninguna en un solo acto libre y espontaneo, exento de toda coacción, y terror; así han querido legitimar la incorporación de la provincia Oriental al imperio del Brasil, y su absoluta separación de la asociación de las Provincias Unidas.<sup>338</sup>

O Congresso Cisplatino foi ratificado em 31 de julho de 1821 depois de juramentos dos deputados orientais sobre a proteção do exército luso. Carlos Frederico Lecor é então aclamado governador pelo cabildo de Montevideú, que manteve a mesma conformação submissa ao general. Contudo, a decisão dos deputados da Banda Oriental favorável à união foi recebida com surpresa pelo governo, ainda português, na corte do Rio de Janeiro. João Paulo Pimenta<sup>339</sup> cita as reações do jornalista Hipólito da Costa e do ministro de D. João VI, Silvestre Pinheiro Ferreira: ambos, ainda em 1821, alertaram para a incoerência do projeto de adesão da Banda Oriental ao Império e que uma anexação construída por força de lei jamais concretizar-se-ia em termos práticos.<sup>340</sup> O que de fato aconteceu, pois em 1822,

---

<sup>337</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

<sup>338</sup> *Ididem*.

<sup>339</sup> João Paulo G. PIMENTA. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

<sup>340</sup> João Paulo Pimenta reproduz um trecho da carta de Silvestre Pinheiro Ferreira sobre a questão platina. A partir de tal carta, é possível, no mínimo, desconfiar da disposição de ânimo do povo oriental para com o exército luso: “a força armada para suste, como em tal hipótese é preciso, o caráter de conquistador, deve-se compor principalmente de Tropas do país: e esta jamais será a Tropa Portuguesa: menos será português o corpo

após a independência do Brasil<sup>341</sup>, as tropas luso-brasileiras na Cisplatina se dividem entre os “portugueses” – que seriam os que apoiavam as autoridades portuguesas – e os “brasileiros” – que englobava os que se colocaram ao lado do príncipe regente D. Pedro. Tão logo cessam as disputas entre as tropas favoráveis aos lusos e as partidárias do Brasil, eclode a guerra.<sup>342</sup>

De qualquer forma, mais importante que provar a invalidade da iniciativa imperial, era manter a suposta unidade territorial das Províncias Unidas e, para esse fim, recuperar a Cisplatina era imprescindível. O governo de Buenos Aires e das províncias do interior desejavam, desta forma, restabelecer os contornos territoriais dissipados em 1811 com a extinção do Vice-reino Rio da Prata. O discurso do governo de Buenos Aires, apropriado pela imprensa estudada, prometia unificar os dois territórios irmãos, filho de uma mesma pátria e separados por tirania estrangeira.

Assim, segundo *El Argos de Buenos Ayres* de 15 de junho de 1825, todos os Estados que compunham as Províncias Unidas estavam comprometidas com a guerra, pois se tratava de manter a integridade platina. A luta ficaria à cargo do governo nacional, fazendo referência à Buenos Aires, ao qual caberia capitanear recursos para o esforço bélico, organizar e dirigir o conflito:

La guerra que debe hacerse en la Banda Oriental para arrojar de ella a los extranjeros que la oprimen, es una guerra nacional: guerra a la que está comprometido el Estado de las Provincias- Unidas con el sagrado objeto de sostener la integridad de su territorio, que desmembró un usurpador atrevido; por consiguiente el gobierno nacional debe aparecer á su frente regulándola, dándole la dirección conveniente hasta llevaría a su término, y franqueando los recursos de la nación, a cuyo nombre debe emprenderse, su crédito, y su respetabilidad.<sup>343</sup>

A questão territorial, já trabalhada no capítulo anterior, volta à discussão e com sentido muito próximo. Reativar a composição geográfica dos tempos coloniais era reavivar a posição hegemônica de Buenos Aires e seu papel de liderança no que se refere ao fluxo comercial no Prata. Mas o papel diretivo, ao qual se arroga Buenos Aires, também pode ser associado ao esforço de conformação de uma unidade política que, na década de 1820, ganhou suas primeiras matizes de cunho nacional.

O jornal *El Mensajero Argentino* de 29 de novembro de 1825 menciona os

---

eclesiástico, os magistrados, os administradores: e ainda mais que eles, os povos jamais se poderão amoldar às nossas leis civis, criminais e de fazenda que têm de aprender [...] [são] além de novos e estranhos, incutidos pelo termo e pela força”. João Paulo G. PIMENTA. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. Op. Cit. p.174.

<sup>341</sup> A repercussão da independência do Brasil na Cisplatina será mais bem trabalhada no próximo capítulo.

<sup>342</sup> O general Lecor só consegue entrar na cidade de Montevidéu, já livre dos aporuguesados, em 27 de fevereiro de 1824.

<sup>343</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Op.cit.

esforços para manter a integridade do espaço territorial da república, bem como os direitos sobre a navegabilidade dos rios platinos, que seriam por justiça dos portenhos – reafirmando a iniciativa das Províncias Unidas de lutar por esses objetivos ainda que para tal tenha que se lançar na guerra contra a postura tirânica do império.

Si el Brasil retiene cualquier punto de los detentados a la República; si no desiste formalmente de toda intención hostil, si amenaza la provincia Oriental, si turba la navegación de nuestros ríos, si insiste en sostener a mano armada sus pretensiones, el gobierno de las Provincias Unidas se defenderá, atacando dentro y fuera de su territorio, y proseguirá usando de la fuerza hasta obtener sus deseos, reducidos a conservar la integridad del territorio de la República, y a garantir solemnemente para lo futuro la inviolabilidad de sus limites contra la fuerza o la sedición.<sup>344</sup>

Explicação bem próxima apresenta *El Argos de Buenos Aires* publicado em 22 de junho de 1825, em que o esforço bélico se fazia urgente, pois estava em jogo manter a segurança do território das Províncias Unidas diante do perigo real de fragmentação que a guerra trazia. Não se tratava apenas de recuperar as terras perdidas, mas de evitar futuras dispersões:

En tal estado, pues, y mientras no llega el caso de que la guerra se haga nacional bajo las condiciones, que otra vez hemos manifestado, no podemos excusarnos de reclamar la seguridad de nuestro territorio, y la necesidad de emplear en este objeto de tanta consecuencia todos los recursos de que puedan disponer los pueblos de la Unión. La necesidad urgente de reforzar la línea del Uruguay crece por momentos; y quisiéramos que los pueblos a quienes ha circulado el gobierno esta resolución del cuerpo nacional, prestasen à este asunto una atención detenida, pero conciliable con la exigencia de las circunstancias. Si la suerte de una provincia hermana en la que muchos patriotas se hallan peleando denodadamente no puede ser indiferente a ningún americano, no deben serlo con mas razón las consecuencias que á virtud de esta misma guerra pueden sobrevenir al territorio argentino. Para este caso, y para los que anteriormente puedan sobrevenir pongámonos en estado de tomar una aptitud imponente, y de ocurrir con nuestros auxilios adonde la necesidad de nuestra defensa nos llame. Ya estamos en este caso; y si felizmente la guerra que se ha encendido en la provincia Oriental se organiza del modo, que hemos manifestado, entonces con mas motivo son necesarios los refuerzos, y la cooperación activa, y decidida de las provincias.<sup>345</sup>

Contudo, se a força do presente já era suficiente para justificar a luta armada,

<sup>344</sup> *El Argos de Buenos Ayres*. Op.cit.

<sup>345</sup> *Ibidem*.

que dirá o passado. Essa, pelo menos, era a perspectiva apresentada na narrativa da imprensa portenha analisada, o direito inalienável de conservar a posse de um território que sempre pertenceu ao Vice-reino do Rio da Prata, herança espanhola – afinal o Prata desde o Tratado de Tordesilhas era propriedade da Espanha –, apesar das constantes tentativas portuguesas de usurpar parte da região.<sup>346</sup> Por sua vez, como mencionado no início deste capítulo, essa unidade do Vice-reino propagada pela imprensa só tinha força retórica, já que as terras que cumpunham tal unidade administrativa se uniram tardiamente e tiveram enorme dificuldade de organizar-se de uma forma coesa, além disso, nasceram com uma posição periférica aos olhos do governo hispânico. Sendo assim, esta herança se liga muito mais ao passado das comunidades locais que habitaram o Prata que os contornos político-administrativos que a colonização espanhola imprimiu.

O jornal *El Argos de Buenos Aires*, de 6 de julho de 1825, em sua transcrição da Circular “*á los Cabildos de los Departamentos de la Provincia Oriental*” confirma o

---

<sup>346</sup> O periódico *El mensajero argentino* de 10 de junho de 1826 descreve as tentativas portuguesas de se apropriar de terras hispânicas ao citar as disputas em torno da colônia de Sacramento “ En el año de 1553 fué la primera vez que aparecieron los portugueses en el Rio de la Plata, mucho despues de haber sido este descubierto y poseido por los españoles. Este acto no tuvo por entonces ninguna consecuencia hasta el año de 1680, en que la Corte de Lisboa ordeno la formacion de un establecimiento en el punto de la rivera Septentrional del Rio de la Plata, conocido bajo el nombre de la Colonia del Sacramento. Este paso fué inmediatamente rechazado por los españoles y demolidos los muros construidos por los portugueses. Fuertes contestaciones se suscitaron desde luego entre ambas cortes y la España probó que Portugal se habia introducido que fué trazada á consecuencia del tratado de Tordecillas, y en virtud del cual las posesiones portuguesas no podian extenderse sino hasta la ribera opuesta del rio de San Pedro. Despues de acalorados debates se acordó por una convencion provisoria á fines del año de 1681: que los portugueses continuasen en la posesion de aquel solo establecimiento; pero que los habitantes de Buenos Aires deberian gozar del dominio em cuestion. La guerra que al principio del siglo dividió ambas coronas rompió esta convencion, y los portugueses fueron arrojados de la Colonia del Sacramento en el año de 1705. La paz de Utrecht restituyó las cosas al estado en que antes se hallaban, y los portugueses continuaron en la posesion de la Colonia del Sacramento. Estos paises principiaron á reconocer los inconvenientes y males que causaba un establecimiento extrangero en el Rio de la Plata. Las poblaciones de Maldonado y Montevideo, que habian sido ya formadas á costa de los fondos del cabildo de Buenos Aires, recibieron de la España refuerzos de tropa, é iba á estallar ya uma guerra quando en el año de 1750 convino la corte de Portugal en desocupar la Colonia. Los portugueses se resistieron despues bajo frivolos é inicuos pretestos á realizar la desocupacion; y la guerra volvió á aparecer en el año de 1761. Desde entonces aquel territorio fue ensangrentado sin interrupcion, hasta que el Sr. Zeballos se presentó con una expedicion restable, y los portugueses abandonaron sus pretensiones llenos de pavor y espanto. Entonces fué que se celebró el tratado del año de 1777 que terminó la cuestion.” No trecho é mencionada a Paz de Utrecht (1713-1715)- em que a Colônia de Sacramento foi devolvida a Portugal; o Tratado de Santo Idelfonso (1777) em que a Colônia de Sacramento e Sete povos das Missões voltam aos domínios da Espanha, enquanto é devolvida aos portugueses a Ilha de Santa Catarina e o Tratado de Madrid -assinado entre Portugal e Espanha em 13 de janeiro de 1750. Neste Portugal devolvia a Espanha a Colônia de Sacramento e em troca receberia o território dos Sete Povos das Missões pelo princípio *uti possidetis* os territórios que pertenciam a Espanha mas eram ocupados por Portugal tornam-se seu direito, o resultados deu ao Brasil o formato próximo do atual. Sobre os Tratados e as lutas de ocupação ver: LOZA, Emilio. *La invasion Lusitana. Artigas y la defensa de la Banda Oriental*. In.: LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. VI. Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

direito sobre a Cisplatina por razões inscritas no passado comum platino, na irmandade e na homogeneidade cultural fixada por três séculos de colonização espanhola. Ou melhor, uma irmandade tecida não pelo projeto colonizador, mas pelos laços que as comunidades naturais produziram durante esse período.

El gobierno provisorio, penetrado de la extensión de sus arduos deberes, ha estimado por uno de los más esenciales, proceder inmediatamente a convocatoria de la Sala de Representantes de la Provincia. Cuando los dignos hijos de la patria han lanzado con heroísmo el noble grito de libertad, y empañado las armas para recuperarla a toda costa, la surte de los pueblos y su política existencia, debe librarse a los órganos legítimos de su voluntad. Hasta aquí, tiranos y ambiciosos dispusieron de ella al impulso y capricho de sus paciones y intereses. Es llegado el día de escucharse los majestuosos y imponentes votos de los seres que han roto sus cadenas, abjurando por siempre la ridícula obra de las combinaciones y tenebrosos planes de sus mandatarios. La Provincia Oriental desde su origen ha pertenecido al territorio de las que componían el vicerreinato de Buenos Aires, y por conseguirte fue y debe ser una de las de la unión argentina, representadas en su Congreso General Constituyente. Nuestras instituciones, pues, deben modelarse por las que hoy hacen el engrandecimiento y prosperidad de los pueblos hermanos.<sup>347</sup>

Como ver-ser-á no capítulo quatro, esta irmandade também foi discursivamente apropriada pelos orientais. Em termos práticos, sustentou-se principalmente em razão de uma suposta proximidade cultural entre as duas regiões, visto que, no plano econômico e político, como é sabido, a relação dos dois territórios foi marcada pela divergência, seja no período colonial e, principalmente, com a explosão de soberanias possibilitadas pela descentralização do poder.

Desta forma, o terceiro capítulo tentou identificar o discurso apropriado por alguns jornais da imprensa portenha para justificar o conflito armado, percebendo a relação entre os elementos discursivos e a cultura política em que se alicerçou, demonstrando que, se os interesses que impulsionaram os beligerantes à guerra eram os mesmos – a Província Oriental –, os elementos discursivos de que faziam uso a imprensa não o eram, e deixavam à mostra as diferenças existentes entre os dois lados da Banda.

Sobre esse discurso, foi possível perceber que prevaleceram, nas Províncias Unidas, argumentos de soberania pautados no passado para fazer a guerra, na verdade, numa suposta homogeneidade histórica que uniria as Províncias Unidas à Banda Oriental. Assim, ficou claro que os jornais remetem-se constantemente à importância de noções nacionais, porém, em contrapartida, retornam ao passado (a população, o território, a irmandade entre os

---

<sup>347</sup> El Argos de Buenos Aires: Rolo N°2 Loc 3,2,4 D. 3-1-1824 H. 3-12-1825.

territórios sulinos) para justificar suas narrativas e este nada tem a ver com tal unidade, mas aludem às comunidades naturais que deram origem as diferentes soberanias que disputaram o Prata.

## **Capítulo IV**

### **Cavaleiros contra o Império**

#### 4.1. Representações possíveis

O objetivo deste capítulo é analisar o discurso político produzido pelos líderes do movimento conhecido como *Trienta y Tres Caballeros Orientales*, durante a Guerra Cisplatina, na tentativa de deslegitimar a ocupação luso-brasileira ao territorial oriental. Mais ainda, pontuar os elementos narrativos apropriado por esse grupo para justificar uma união com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Neste sentido, se utilizará, prioritariamente, o material intitulado *Memorias de la expedicion de los 33, al mando del general D. Juan Antonio Lavalleja, para expulsar a los portugueses de la banda Oriental*,<sup>348</sup> bem como o arquivo *Juan Antonio Lavalleja*.<sup>349</sup>

Com o exame destes documentos, espera-se entrever sobre quais elementos se balizou a produção discursiva dos *caballeros orientais* para legitimar a guerra e de que forma o discurso político fez uso de elementos culturais – como a proximidade histórica da Banda Oriental com as Províncias Unidas ou uma suposta rivalidade entre a região do antigo vice-reino do Rio da Prata e o império brasileiro em razão do passado colonial de ambos – com o intuito de angariar a adesão à causa oriental.

As *Memorias de la expedición de los Trienta y Tres* se compõem, essencialmente, de correspondências trocadas entre os diferentes personagens envolvidos na campanha de 1825. Apesar de serem classificadas de “Memórias” não possuem cunho autobiográfico, nem tampouco podem ser concebidas enquanto conjunto documental, pois se referem, na verdade, à documentação avulsa compilada pelo historiador Pietro de Angelis em período posterior ao conflito. A maioria dessas correspondências eram destinadas a elementos do exército oriental ou portenho, mas algumas circulavam com o intuito de manter o diálogo entre o exército e o poder executivo, tanto da Banda Oriental quanto das Províncias Unidas. Além das cartas há um considerável número de proclamas na documentação e estes vão ser de enorme importância para esta análise, já que funcionavam como um meio de comunicação entre os generais e suas tropas e, em algumas vezes, entre os líderes do exército e a população da Banda Oriental. Dentro das “Memórias” ainda são encontrados minutas e diários de tropa.

Já o arquivo *Juan Antonio Lavalleja* é formado fundamentalmente por cartas enviadas ao General Lavalleja pelo Governo das Províncias Unidas do Rio da Prata ou por seus aliados, sendo, o mais constante deles, Pedro Trapani.<sup>350</sup> Ainda é possível encontrar

---

<sup>348</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. v: 88, 1968.

<sup>349</sup> Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideo, 1966. A documentação é uma compilação de documentos, na sua maioria cartas direcionadas a Juan Antonio Lavalleja.

<sup>350</sup> Segundo o historiador Aníbal Barrios Pinto, Pedro Trapani, era o mentor de Lavalleja. Trapani, não fez a travessia para a Cisplatina, permanecendo, a pedido do próprio Lavalleja, em Buenos Aires. Além de Trapani, é possível citar outras personagens de enorme relevância para o movimento de 1825, que, contudo, não fizeram a travessia, são eles: Pascual Costa e Luis Cipriano de la Torre, que ficaram com Trapani em Buenos Aires, e,

folhetos impressos, instruções militares e as negociações para o Tratado de Paz de 1828.

No intento de estabelecer as especificidades e as condições de possibilidade imposta por esse corpus documental, serão utilizados os livros: *Escrita de si, escrita da história*,<sup>351</sup> organizado por Ângela de Castro Gomes; *Prezados senhores, prezadas senhoras: estudos sobre cartas*,<sup>352</sup> organizado por Walnice Galvão e *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*,<sup>353</sup> organizado por Maria Helena Bastos.

No trato com as correspondências, não se pode perder de vista que estas seguem, normalmente, um protocolo historicamente marcado, um modelo específico de escrituração pautado na cortesia e numa linguagem própria, normatizada pelos manuais.

Como instrumento de comunicação, as cartas ganham força na sociedade dos séculos XVI e XVII. Elas transitavam nos gabinetes dos governantes, nas gavetas dos intelectuais e em lugares e situações mais cotidianas, sempre ocupando um espaço importante que não exclui, como se poderia imaginar, nem os analfabetos – já que as cartas poderiam ser lidas por outrem –. Para Antônio Gómez,<sup>354</sup> escrever cartas era uma atividade comum aos administradores, burocratas e letrados que se mantinham permanentemente ligados ao papel e à pena.

Entretanto, o caráter imaginativo presente nas cartas fez com que por muito tempo este tipo de documentação fosse rechaçado enquanto fonte, o que só mudou a partir da crítica a uma historiografia de herança positivista, iniciada com a Escola dos Annales, dando margem à ampliação do corpus documental, como já aludido anteriormente. Assim, segundo Ângela de Castro Gomes, uma variada tipologia de fontes de cunho autobiográfico ou confessional foi habilitada como fonte documental aos estudos históricos. Gomes englobada tal conjunto sob o título de “escritas de si”, o que incluiria, por exemplo, as memórias, as cartas de cunho particular e os diários de viagem. A partir desta perspectiva, as cartas se tornam fonte de conhecimento, não por ser uma descrição fiel do passado, pois se reconhece a impossibilidade de reconstruí-lo, mas por que nelas estão embutidos os sentimentos do autor, suas referências e a forma como se apropriou do fato sobre o qual escreveu. Segundo afirma Gomes,

o que passa a importar para o historiador é exatamente a ótica assumida pelo

---

Tomás Gómez e os irmãos Ruiz, que esperavam na Cisplatina. Anibal Barrios PINTOS. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

<sup>351</sup> Ângela de Castro GOMES. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro: FGV, 2004

<sup>352</sup> Walnice Nogueira GALVÃO e Nádia Battell GOTLIB (org). *Prezados senhores, prezadas senhoras: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

<sup>353</sup> Maria Helena Câmara BASTOS; Maria Tereza Santos CUNHA e Ana Crystina MIGNOT (org). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

<sup>354</sup> Antonio Castillo GÓMEZ. “Como o polvo e o camaleão se transformam”. In: *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo fundo: UPF, 2002.

registro e como seu autor a expressa. Isto é, o documento não trata de um ‘dizer o que houve’, mas de dizer o que o autor diz que viu, sentiu e experimentou, retrospectivamente, em relação a um acontecimento.<sup>355</sup>

A variedade tipográfica das *Memorias de la expedicion de los Trienta y Tres* impôs algumas dificuldades a este estudo. A maior delas foi a de tentar criar uma coerência analítica diante de documentos com finalidades, interesses e formatos estruturais tão distintos e que por isso exigiam instrumentalização diferenciada em suas apreciações, isto porque é impossível usar o mesmo aparato teórico na leitura de uma minuta (que tem fins puramente burocráticos) e de uma carta particular trocada entre dois generais. Por essa razão pareceu mais sensato eleger documentos que apresentassem intuitos semelhantes. Neste sentido, optou-se por centrar a pesquisa, empreendida neste capítulo, nas cartas e nos proclamas que compõem as *Memorias de la expedicion de los Trienta y Tres*. O grande valor dos proclamas<sup>356</sup> deve-se, essencialmente, a sua construção narrativa. Ele se funda a partir de elementos persuasivos e poderiam ser definidos em termos que se aproximam da documentação periódica, tendo em vista o fato de sua escrita estar direcionada ao público – ainda que restrito – e à formação de opinião. Também algumas das cartas presentes no conjunto documental citado tinham uma função pública, isto é, a leitura aberta numa Assembleia ou diante das tropas aquarteladas.

Os proclamas trabalhados aqui tinham o claro objetivo de convocar as tropas orientais a fazerem a guerra contra o Império brasileiro, e os argumentos assinalados pelos generais Lavalleja e Rivera assemelham-se aos encontrados nos periódicos argentinos examinados. Por seu caráter público, sua formação textual diferencia-se das cartas utilizando um tom mais agressivo e pedagógico.

Seja por meio das cartas, seja por meio dos proclamas, o capítulo vai retomar questões mencionadas anteriormente: uma análise do discurso político durante a guerra e dos elementos apropriados por esta, só que agora de forma a embalar a ação dos líderes orientais, e, de novo, a cultura apareceu como elemento privilegiado de negociação ou de formação de identidades comuns, como ponto de partida na tarefa de convencer aos seus receptores da necessidade do conflito.

Além disso, a análise do discurso será essencial para pensar o universo político e social, pois estes elementos não servem simplesmente como pano de fundo para a produção discursiva, mas são inseparáveis desta, como afirma Elias Palti, “*El “contexto” deja de ser um escenario externo para el desenvolvimiento de las “ideas” y pasa a constituir un aspecto inherente a los discursos, determinando desde dentro la lógica de su articulación*”<sup>357</sup>. Mais

---

<sup>355</sup> Ângela de Castro GOMES. *Escrita de si, escrita da história*. Op. cit.

<sup>356</sup> Os proclamas funcionavam como um informativo.

<sup>357</sup> Elías José PALTÍ. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores,

ainda, a linguagem não pode ser lida de forma independente da realidade social, como se fosse um conjunto de signos imparciais e atemporais.

A análise dos discursos epistolares e dos proclamas passará pela forma de como os patriotas buscaram consolidar a luta armada e as referências que utilizaram para tal. Porém, vale ressaltar que o uso do termo patriotas neste trabalho se faz em razão das próprias fontes, que utilizam largamente palavras como pátria e patriotas. Sendo assim, não possui ligação com a apropriação do termo por parte de uma historiografia nacionalista, que atribuem ideias de pátria e nação no sentido moderno aos participantes dos movimentos de independência. Dentre as construções discursivas utilizadas com o objetivo de validar o conflito estão a deslegitimação da imagem do estrangeiro, no caso o brasileiro, que ocupava a região em disputa; e a construção de um vínculo entre os ocupantes desses territórios. Com isso, as apropriações do mundo social que aparecem no discurso dos *Trienta y Tres* tentou impor uma autoridade a partir da desvalorização do brasileiro e da afirmação de uma identificação oriental. Para isso, entrou em pauta outro tipo de embate, o das representações, que influenciou o modo desses indivíduos verem o mundo e a si próprios.

Para produzir de maneira efetiva a estigmatização do outro, como pretendiam os patriotas, seria necessário que sua posição de poder estivesse pautada em bases sólidas; e este não era o caso oriental. Na verdade, sua produção discursiva em relação ao estrangeiro pode ser avaliada como o próprio ponto de tensão na busca de uma redefinição dos espaços de poder, reivindicando uma legitimidade até então negada.

Por mais que seja impossível avaliar precisamente a recepção do discurso dos orientais quando de sua produção, eles podem ser inseridos dentro do debate para a construção de um campo político na região do Prata. Assim, as ideias apresentadas por este grupo – como a adesão às Províncias Unidas – e os problemas – como a questão financeira na Cisplatina – são produtos políticos sintomáticos da tentativa de afirmação de tal campo. E, se não há uma resposta escrita sobre o alcance destes textos, pode-se, pelo menos, supor que essas práticas discursivas animaram realidades e levaram milhares de soldados à guerra.

A cruzada libertadora,<sup>358</sup> empreendida pelos *Trienta y Tres Caballeros*

---

2007. p.45.

<sup>358</sup> O termo cruzada libertadora é o mais utilizado pela historiografia uruguaia para se referir aos acontecimentos de 1825 e será, algumas vezes, apropriado por esse trabalho, bem como o termo resistência. Contudo, não se pode perder de vista o quanto o uso desta terminologia traz em seu bojo as lutas de representação empreendidas pelos países beligerantes - ou por sua posterior historiografia-, de forma a legitimar seu passado ou deslegitimar as ações do seu contendedor. Falar de resistência, no caso da historiografia uruguaia, representa demonstrar o caráter autoritário da ocupação brasileira na região. Neste mesmo sentido, quando a historiografia brasileira utilizar o termo invasão, visa desvirtuar a iniciativa dos trinta e três e justificar a presença do Brasil na região. O termo cruzada libertadora aparece em obras como: EMANUELLI, Isaac. Apuntes historicos “La cruzada libertadora de los 33”. Montevideo: Martin Bianchi Altura, 1960. Ou, REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. Boletin Historico del ejercito. Montevideo: División Imprenta del Departamento de Estudios

*Orientales* contra o Império brasileiro, foi o auge de uma contenda política que se arrastou durante quase duas décadas – de 1811 até 1828 – e teve como desfecho a formação do Estado uruguaio, como já mencionado anteriormente.

Aos grupos orientais, coube decidir entre uma adesão ao modelo centralizador portenho, à política federalista das províncias interioranas que compunham as Províncias Unidas ou ao modelo luso-brasileiro. As posições não foram unânimes e produziram diferentes respostas, sendo os *Trienta y tres orientales* apenas uma delas, sem falar num possível modelo independentista, que, pelo menos nas fontes utilizadas por este trabalho, pareceu minoritário.<sup>359</sup> Projetos estes que, assim como o discurso político que os fabricou possuem um estreito diálogo com o leque de possibilidades oferecido pela produção ideológica do período, o qual, especificamente no caso uruguaio, se deu no bojo de um intenso processo de ruptura e reconstrução do universo de poder.

Aos homens desse período, descortinavam-se diversas culturas políticas e a escolha por uma delas não significou, necessariamente, o rechaço definitivo das outras. Assim, houve sinceros adeptos da ocupação lusa na década de 1810, que de bom grado apoiaram o desembarque na Agraciada. Como houve quem bradasse pela incorporação às Províncias Unidas em 1825; e, em 1827, esperasse a independência absoluta.

Tal ecletismo político levou alguns historiadores a classificarem esses homens como caudilhos, imputando a essas sociedades um caráter anárquico quase que constitutivo. No entanto, hoje, a nova história política e a história intelectual parecem lançar outro olhar para esses indivíduos e sobre o momento histórico que os produziu – o conturbado século XIX.

Para *Elias Palti*<sup>360</sup>, a variedade de ideias, as contradições e as mudanças que povoaram o século XIX, muitas vezes tornaram difícil seguir o “fio da razão” e encontrar chaves explicativas em tempos de incertezas. Contudo, perceber a linguagem política, ou melhor, as linguagens políticas produzidas no período pode ser um caminho; pelo menos será o proposto aqui. O que se quer destacar com isso é a pluralidade de opções políticas presentes na região oriental que, em igual medida, deram margem a uma multiplicidade de discursos políticos adversos, todos interessados na hegemonia da região.

---

Históricos del Estado Mayor del Ejército, 1977.

<sup>359</sup> Nas discussões empreendidas pelo Cabildo de Montevideu ou que antecedem a anexação da Cisplatina, é possível encontrar constantemente referências acerca da impossibilidade da região se constituir em território independente. Entretanto, é necessário observar com cautela esses discurso, pois representou a posição de um grupo político específico. *Atas do Cabildo de Montevideu. Archivos General de la nación: acuerdos del extinguido Cabildo de Montevideu*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Periódicos. Loc.: 3-420, 04,09. Período: 04/1816 a 05/182.1 Coleção 13(16, 17) e Obras raras - Manifesto ou exposição fundada e justificada do procedimento da corte do Brasil a respeito do governo das Províncias unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro. Na Typografia Nacional, 1825. OR- 99D, 22,32

<sup>360</sup> Elías José PALTI. *El tiempo de la política*. El siglo XIX reconsiderado. Op.cit.

As divergências, porém, não foram privilégio de setores rivais. A construção de um campo político concorrente ao poder estabelecido pelo Brasil muitas vezes produziu antagonismos internos e enfraqueceu a resistência oriental. As desavenças e a fragmentação dos grupos de poder parecem ter sido uma constante nos territórios hispano-americanos, seja pela realidade instaurada pelas guerras civis após a invasão napoleônica, seja pelo tipo de sociedade fundada nas ex-colônias. Para Ana Frega, que cita Chiaramonte, o conturbado fim do período colonial e o início das guerras de independências explicariam parte desse processo, pois a região do Prata, bem como a maior parte da América do Sul, não possuía um grupo social coeso o bastante para dirigir a nova realidade:

La investigación partió del reconocimiento de que la crisis de la corona española implicó en el Río de la Plata la confrontación de diversos grupos sociales en torno a proyectos de construcción estatal, así como favoreció el estallido de conflictos vinculados a la apropiación de indios y “castas”, entre otros. Como ha estudiado Chiaramonte, uno de los rasgos más distintivos de la estructura social rioplatense fue la inexistencia de una clase o grupo social dirigente de amplitud en el territorio del antiguo Virreinato, capaz de ser el sujeto histórico de la construcción de un Estado-nación durante las guerras de independencia.<sup>361</sup>

É importante destacar que a formação das juntas americanas de 1810 e toda a movimentação subsequente não significaram uma ruptura imediata com a metrópole. Na verdade, esta se torna irreversível apenas na década de 1820, quando as divergências entre interesses locais e a própria prática política, construída durante os anos de conflito, colocaram em cheque a fidelidade das colônias. Neste sentido, a sociabilidade dos tempos de guerra, isto é, as relações sociais forjadas durante o longo período de guerra civil e a fragilidade do poder tecido pelos diferentes grupos que disputavam o poder, sobretudo no âmbito citadino, deu margem para construção de diversas soberanias ou localismos.

Pensar na força dos elementos locais é recuperar a própria história das cidades americanas, herdadas de Castela. Essas unidades administrativas eram também centro de sociabilidade com destacada autossuficiência. Nelas, nem sempre chegava o poder central, e, em outras, sua presença entrava em dissonância com o poder local. Dito de outra forma, as distâncias territoriais e a dificuldade de comunicação muitas vezes funcionavam como entrave ao diálogo entre centro e periferia, contudo, também facilitavam a maior liberdade de ação destes grupos locais, sobretudo, quando os interesses do centro de poder não convergiam com os interesses das elites regionais.

As disputas entre o centro e as lideranças locais mantinham-se em permanente

---

<sup>361</sup> Ana FREGA. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Op. cit., p.364*

atualização: em períodos de inquestionável ruptura política, as lideranças locais assumiam um papel fundamental, pois lhes caberia a tarefa de forjar soberanias grupais com o intuito de coadunar elementos opostos. Contudo, também eram nesses momentos de fissura política que se multiplicavam os atritos entre estes grupos com intuito de estabelecer-se como força hegemônica nas diferentes regiões, o que, ao cabo, agravava ainda mais o já conturbado quadro político do período.

Já para Cesar Augusto Barcellos Guazzelli, a dicotomia centro-periferia deve ser analisada no âmbito das disputas dos diferentes setores produtivos. Isto porque a falência da sociedade colonial hispano-americana não teve como resultado ulterior à formação dos Estados nacionais, mas de unidades políticas denominadas “regiões-províncias”, as quais interessavam manter a organização social e assim viabilizar a frágil ordem pública em seus territórios. Neste sentido, em torno das antigas cidades colônias se consolidaram essas “regiões-províncias” e nelas os grupos produtores, que recebem a alcunha de caudilhos, procuravam impor seu poder em oposição aos grupos exportadores que tentavam organizar Estados centralizados para viabilizar suas ligações comerciais externas.

Ainda segundo Cesar Guazzelli, a própria ideia de federalismo, a qual se retomará mais adiante, foi resultado das impressões que os caudilhos<sup>362</sup> dessas “regiões-províncias” faziam dos Estados nacionais. O temor desses homens versou sempre sobre a possibilidade de Estados nacionais interferirem na autonomia política e/ou na atividade produtiva das unidades vizinhas.

A situação se agravaria, na verdade, com a inexistência de um grupo hegemônico nas diversas “regiões-províncias”, já que se abriria espaço para generalização de conflitos internos. Este seria o caso da Banda oriental, como menciona Cesar Guazzelli:

Nas lutas pelo poder, os grupos regionais estabeleciam alianças com caudilhos de outras “regiões-províncias”, formando ligas frouxas e instáveis, que jamais alcançaram uma organização “federativa” naquele sentido de delegação de responsabilidades a alguma forma mais elevada de representação. Desta maneira, o século XIX foi marcado pelas guerras entre distintas “regiões-províncias”, entre setores que buscam hegemonia no interior de algumas delas e pela não aceitação do centralismo que exigiam as oligarquias exportadoras<sup>363</sup>.

---

<sup>362</sup> A palavra caudilho, utilizada por Guazzelli, não tem um caráter pejorativo e se liga a revisão contemporânea do termo.

<sup>363</sup> Cesar Augusto Barcellos GUAZZELLI. O Rio Grande de São Pedro na primeira metade do século XIX: Estados-nações e regiões províncias no Rio da Prata. In: GRIJÓ, L. A.; GUAZZELLI, C. A. B.; KÜHN, F.; NEUMANN, E. (Org.). *Capítulos de História do Rio Grande do Sul: Texto e Pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

José Carlos Chiaramonte<sup>364</sup>, ainda sobre as disputas locais, esvazia toda e qualquer posição que tente imputar as tendências autônomas um caráter anárquico e inconsequente – como muitas vezes foi atribuído pela historiografia nacionalista aos países platinos ou pelos discursos políticos de grupos rivais<sup>365</sup>. A análise do autor contextualiza o universo de referência dos grupos de poder das diferentes cidades ou províncias e aponta que, a partir destes códigos, esses homens foram construindo um determinado tipo de relação com o todo. Assim, a luta pela independência em relação às regiões próximas não deve ser vista com uma simples disputa econômica egoísta de setores rivais, mas como uma posição política que deita raízes no direito natural e das gentes, o qual atribuiu a todas as cidades o *status* de comunidade política soberana e que, em razão disso, compartilhavam os mesmos direitos; como alude o texto de Chiaramonte:

El hecho de que una comunidad política soberana – que podía ser una ciudad o una provincia –fuera concebida como “persona moral”, en igualdad de derechos con las demás, independientemente de su tamaño y poder, es una de las nociones que fundamentan la reivindicación de autonomía en sus distintos grados por parte de los “pueblos” y que había sido ampliamente difundida entre las elites iberoamericanas a través del derecho natural. Esto enfoque permite, por otra parte, superar la limitada interpretación de las tendencias autonómicas en términos de “anarquía”, “egoísmo localistas” o “caudillismo”<sup>366</sup>, entre otros<sup>367</sup>.

No entanto, perceber a força dos elementos locais e, de certa forma, admitir que em alguns casos estes foram os maiores responsáveis pela “governabilidade” dos territórios do Prata, não quer dizer que se admita o fracasso de rasgos centralizadores, seja nas iniciativas portenhas, seja nas orientais. Ao contrário, como salientou Ana Frega, o embate entre o centro e as periferias, bem como as tentativas de cooptação de ambas, forjaram laços que, mesmo não estando necessariamente ligados a perspectivas protoestatais, corroboraram no sentido de imaginá-las.

La ocupación portuguesa no interrumpió sino que profundizó el proceso de formación de un “estado provincial” en la Banda Oriental. Esta afirmación no refiere a los proyectos de construcción estatal en la región (independencia,

---

<sup>364</sup> José Carlos CHIARAMONTE. *Nación y estado en Iberoamérica. Op.cit*

<sup>365</sup> O capítulo dois deste trabalho, inclusive, tentou demonstrar como o temo anarquia foi amplamente associado às opções políticas hispano-americanas por parte do Império luso-brasileiro no intuito de deslegitimá-las. O Império classificava o regime republicano de seus vizinhos e suas tendências confederadas como uma grave desordem a qual o Brasil deveria evitar que penetrassem em suas terras; sendo esta uma das justificativas para explicar o confronto bélico.

<sup>366</sup> A utilização do termo caudillismo, em Chiaramonte, faz referência a uma historiográfica tradicional que vê de forma negativa esses chefes locais, uma historiografia que o próprio autor vai questionar.

<sup>367</sup> José Carlos CHIARAMONTE. *Nación y estado en Iberoamérica. Op.cit.*, p.13

unión, anexión o sus variantes), sino a la “implantación” institucional en todo el territorio y al posible fortalecimiento de un poder central.<sup>368</sup>

Mas, ainda que enraizada na divergência, afinal nada mais precário do que a união de Lavalleja e Rivera<sup>369</sup> em torno do projeto de resistência ao Império do Brasil, os discursos orientais inauguraram uma nova realidade política no Prata, e, se no caso da política, *dizer é fazer*,<sup>370</sup> o que os *caballeros* fizeram foi invadir o território oriental e dar início a uma guerra sem vencedores, na qual a formação da República Oriental do Uruguai talvez tenha sido a maior das surpresas.

#### 4.2. O lugar do outro

A historiografia uruguaia não sabe dizer ao certo se eram trinta e três o número de participantes da empreitada contra o Império do Brasil; sabe, porém, que o nome *Trinta y Tres Caballeros Orientales* está ligado à maçonaria. O fato é que figuram entre diferentes narrativas, na maioria das vezes, trinta e três nomes, que também não são todos de orientais, há portenhos e há até um suposto brasileiro,<sup>371</sup> o que poderia parecer um tanto quanto improvável, mas não o é, ao se pensar na permeabilidade de interesses desses grupos. Mais ainda, ao olhar a região do Prata como uma imensa fronteira aberta<sup>372</sup> onde, além de gado e

---

<sup>368</sup> *Ibid.* p. 336

<sup>369</sup> Sobre a relação entre Lavalleja e Rivera, a historiografia uruguaia diverge largamente. Alguns autores frisam uma constante animosidade entre os dois, como Narancio. Outros, como Vázquez, demonstram uma amizade intensa, mas com alguns momentos de divergência. Para este trabalho os laços de amizade entre ambos não é relevante, mas as divergências políticas estabelecidas pelos líderes dos orientais, que, em alguma medida, influenciaram nas tomadas de posição políticas do grupo e, em longo prazo, escreveram a história da política partidária da Nação uruguaia.

<sup>370</sup> Pierre BOURDIEU. O poder simbólico. 3ªed.Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 188.

<sup>371</sup> Nas memórias Marechal Luís de Lima e Silva, em notas posteriores de Souza Doca, os Trinta e Três são identificados como: 18 provenientes da Província Oriental, 11 das Províncias Unidas do Rio da Prata, 1 suposto brasileiro – Luciano Romero –, 1 paraguaio e 2 africanos. Marechal Luiz Manoel de LIMA e SILVA. Guerra com as Províncias Unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro. Gráfica Ouvidor,1956. Já para Emanuelli, apenas seis não eram orientais, são eles: Tiburcio Gómez, Ignacio Núñez, Juan Acosta, Ramón Ortiz, além de Dionisio Oribe e Joaquín Artigas, que eram escravos libertos, respectivamente, de Manuel Oribe e Pantaleón Artigas. Isaac EMANUELLI. *Apuntos historicos “La cruzada libertadora de los 33”*. Montevideo: Martin Bianchi Altuna, 1960.

<sup>372</sup> Nesse contexto e pelas condições geográficas da Banda Oriental, a área é muitas vezes classificada como uma fronteira aberta, em razão do grande trânsito cultural e econômico, tanto com o Brasil, especificamente com o Rio Grande do Sul, quanto com as Províncias Unidas do Rio da Prata, como propõe Ana Frega, ainda que em referência específica a cidade de Maldonado “Para las poblaciones fronterizas de la Banda Oriental, mantener y acrecentar los vínculos com los territorios de Brasil era cuestión de subsistencia. Intercambios a escala menor,

estancieiro, transitavam projetos políticos.

Especificamente sobre a questão numérica do grupo, *Jacinto Carranza*<sup>373</sup> apresenta dezessete listas<sup>374</sup> diferentes com intuito de precisar o número de indivíduos que no dia 19 de abril de 1825 desembarcaram na Agraciata, vindos de Buenos Aires. As listas apresentadas por *Carranza* variam entre vinte e quatro e quarenta nomes, publicadas entre 1825 a 1832. Contudo, este trabalho tomará por base a lista oficialmente aceita, na qual constam trinta e três nomes,<sup>375</sup> incluindo apenas as pessoas que fizeram a travessia de barco e suprimindo os que se incorporam quando a expedição já estava na Banda Oriental.

Contudo, além da fragilidade numérica, pretende-se assinalar a dificuldade de identificar todos os participantes da cruzada e, sobretudo, a efetivação de sua formação enquanto grupo, isto porque não foram encontrados relatos escritos – pelo menos na

---

lazos familiares y de amistad, mudanzas a un lado y otro de 'la línea', mostraban una gran adaptabilidad a los cambios políticos, aprendida desde muy antiguo". Ana FREGA. "Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)". IN: Heinz, Flávio M. e Ronaldo JÚNIOR HERRLEIN. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

<sup>373</sup> Jacinto CARRANZA. *¿Cuántos eran los treinta y tres?*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1946.

<sup>374</sup> Lista nº1- Foi a primeira lista publicada. Essa lista encontra-se no jornal "El Argo", de Buenos Aires nº 210 do dia 26/11/1825. Essa primeira lista possui 24 nomes. Lista nº2- publicada no "El piloto" de Buenos Aires em 7 de janeiro de 1826. Nesta lista figuram 33 nomes. Lista nº3- Publicada no livro de Ignacio Núñez (pág 508) publicado na França em 1826, mas editada também em Londres (1825). Lista nº4- Publicada na "La Gaceta Mercantil" de Buenos Aires em 05 de maio de 1826. Lista nº5- Publicada em 20/04/1830 por "El correo" de Montevideu (diário comercial, político y literario, editado por la Imprenta Republicana). Esta lista apresenta 37 nomes, mas segundo Carranza dois foram omitidos: o de Celedonio Rojas y Basilio Araújo. Lista nº6 – Publicada em 1835 em "La caridad", uma comédia de três atos sobre os "Trinta e Três", composta por Dr. Carlos G. Villademoros. Lista nº7- Foi publicada em folha solta e sem data, está no museu Lavalleja, consta 33 nomes. Lista nº8- Publicada em março de 1883 por Luis Melián Lafinur, nas págs 210-11 do tomo 4 dos "Anales del Ateneo del Uruguay", com 33 nomes. Lista nº9- sua publicação é atribuída à De Maria quem retirou da " revista del Comisario". Nesta aparecem 34 nomes. Lista nº10- Publicada por Dn. Washington P. Bermúdez em 1885 no livro "Baturrillo Uruguayo", na qual aparecem 34 nomes. Lista nº11- Aparece no catálogo "Catálogo de la correspondencia militar del año 1825" pelo Teniente Videla encarregado do Arquivo Nacional das Armas (hoje Estado Maior), com 33 nomes. Lista nº12- está foi publicada pelo Dr. Palomeque na revista "Crítica" e aparecem 32 invasores. Lista nº13- Se publicou em 1894 no "Grito de Gloria", com 32 homens. Lista nº14- publicada no "Bosquejo Histórico de la República Oriental del Uruguay" por Francisco Berra com primeira edição de 1866, consta 33 invasores. Lista nº15- Formulada por Oribe em 1832. Nesta lista aparecem 40 nomes, com notas do próprio Oribes sobre 4 dos invasores. Segundo Jacinto Carranza esta é a lista mais provável, assim o autor faz um intenso debate sobre os erros das outras listas, tanto no que se refere ao número, quanto aos nomes. Ainda segundo Carranza, a lista publicada por Ignacio Núñez seria uma cópia da publicada pelo jornal "El piloto", por isso não deveria ser contabilizada.

<sup>375</sup> A lista oficialmente aceita, e que será adotada por este trabalho, é a lista de número 6 do livro de Carranza. Esta é considerada a primeira lista com assinatura oficial, a de Manuel Oribe e Juan Antonio Lavalleja. A lista foi formulada em 28 de julho de 1830 por ocasião da distribuição de um prêmio, destinado aos libertadores do Uruguai, fixado em decreto pela Assembléia de 28 de julho de 1830. A lista foi oficializada pelo decreto 109 de 1975, no período militar.

documentação analisada – de todos os seus participantes; e na bibliografia pertinente ao assunto, o discurso associado aos *Trienta y Tres* é feito de forma generalizada, como se a fala dos líderes orientais fosse compartilhada por todos os membros. Porém, para a pesquisa proposta aqui, tais elementos possuem uma importância relativa.

Nessa direção, em se tratando de uma dissertação que visa analisar o discurso político, os dados numéricos, os dados de identificação e de coesão do grupo serão relevantes apenas quando seus líderes se remeterem a estes para justificar suas falas, seja criando o mito da unidade ou de uma identidade oriental com intuito de legitimar a guerra.

Segundo *Edmundo Narancio*,<sup>376</sup> a data intermediária entre a saída de Buenos Aires e a chegada à costa oriental também foi muito debatida e mudou na versão dos diferentes atores da empreitada. Apesar disso, alguns dados parecem convergir nas diferentes narrações. Primeiro, os orientais teriam se dividido em dois grupos para chamarem menos atenção das tropas de Lecor que vigiavam a região. Segundo, esses dois grupos teriam se reunido em determinado ponto, e, juntos, desembarcado na Praia de la Agraciada.

Sobre o desembarque a historiografia uruguaia produziu, na sua maioria, uma narrativa romantizada. A chegada, em abril de 1825, teria acontecido durante a madrugada. Os *caballeros* desembarcaram com a bandeira tricolor em punho, na qual se vislumbrava a inscrição “*Libertad o' muerte*”, e, ainda às margens da praia, proclamaram um juramento de fidelidade<sup>377</sup> e amor à pátria.<sup>378</sup> Os supostos *treinta y tres* teriam se multiplicado rapidamente e, já no dia 20, nos primeiros quilômetros percorridos, ultrapassariam o número de 70 pessoas.<sup>379</sup>

Guardados os exageros míticos, a análise das correspondências trocadas entre os chefes dos orientais e as províncias uruguaias demonstram uma grande movimentação no intuito de recrutar homens para as fileiras da resistência, o que faz crer que a adesão do povo oriental à causa não foi tão unânime assim. As aclamações, que servirão de base para esta análise, também corroboram com tal perspectiva, visto que nelas, Juan Lavalleja se dirige não só aos seus soldados, mas a todo o povo oriental conclamando-o à guerra.

Essa breve análise produzida sobre os patriotas orientais intenciona identificar a cultura política a qual estavam mergulhados, com o intuito de melhor compreender os

---

<sup>376</sup> Edmundo M. NARANCIO. *La independencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

<sup>377</sup> O mito fundador do Uruguai foi imortalizado no quadro - pintado em 1877 - “El juramento de los Treinta y Tres” de Juan Manuel Blanes.

<sup>378</sup> Na historiografia é recorrente a utilização do termo patriotas para designar o grupo de resistência oriental. Na documentação, termos como pátria e patriotismo também são abundantes. A palavra pátria, segundo informa Hobsbawm, no dicionário espanhol de 1726, refere-se ao local de nascimento: “o lugar, o município ou a terra onde se nascia, ou qualquer região, província ou distrito de qualquer domínio senhorial ou Estado”, diferente da conotação moderna. Eric J. HOBBSAWM. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

<sup>379</sup> Juan Antonio VÁZQUEZ. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideo: Centro Militar, 1957.

discursos que produziram. Certamente, mais adequado seria tentar entendê-los também de forma individual, partindo de uma história social destes indivíduos, o que não se fará por limitações do conteúdo das fontes.

Num esforço de melhor localizar a trajetória de formação do grupo, será necessário recuar no tempo com o intuito de localizar a primeira empreitada contra a presença luso-brasileira. Foi no final do ano de 1822, em razão da brecha aberta com as divergências entre invasores<sup>380</sup> lusitanos e imperiais que se alicerçou na criação de um movimento para recuperar a região.<sup>381</sup> O ponto de partida foi a intervenção de Cristóbal Echeverría, em 16 dezembro de 1822, na reunião do ajuntamento de Montevideu, na qual a afetividade do Congresso Cisplatino foi questionada após a Independência do Brasil, isto é, tendo a região oriental se incorporado ao Reino Unido de Portugal e Algarves e estando esse dissolvido não havia legitimidade para manutenção da união com o império, pois a anexação teria se desfeito junto com os laços que uniam Brasil e Portugal.

Os cabildantes montevidéanos, por unanimidade de votos, suspenderam a autoridade de Lecor, comunicada ao governador Martín Rodríguez. Enquanto isso, na imprensa periódica de Montevideu, crescia o apoio ao movimento de independência em relação ao Império, amplamente respaldado por vários grupos de poder.

Todo o alarde dos cabildantes e de parte da imprensa não quer dizer também que houve um consenso em romper com o Brasil independente – mais uma vez, os platinos se viram diante de um quadro bastante complexo e, por isso, fazer escolhas naquele momento poderia significar impor à região, outra vez, a guerra. Na perspectiva de *Narancio*, três grupos dividiam a cena: os que apoiavam os portugueses, os que se aliaram aos brasileiros e os que viram nessa a oportunidade de se libertar, mesmo que a libertação significasse uma incorporação aos vizinhos da outra banda.<sup>382</sup>

Entretanto, o ânimo oriental é esvaziado pela decisão do governador de Entre Rios, Lucio Mansilla, de assinar um Tratado de amizade com o general Lecor, em 20 de

---

<sup>380</sup> No livro de Barrios Pinto, os luso-brasileiros são chamados de invasores. O termo demonstra claramente o cunho pejorativo que o autor dá a presença brasileira naquele território. Anibal Barrios PINTOS. *Los libertadores de 1825. Op. cit.*

<sup>381</sup> A historiografia costuma se referir a esses acontecimentos como “movimento de independência”. Anibal Barrios PINTOS. *Los libertadores de 1825. Op. cit.* Entretanto, este trabalho não compactua com teses que localizam um “espírito” independentista anterior a 1825, o que ficará mais bem explicitado no decorrer da exposição.

<sup>382</sup> Segundo Narancio: “I) Los imperiales que apoyaban la independencia de Brasil y la conservación de la Cisplatina, junto a los orientales abasileirados. II) Los voluntarios reales, dirigidos por el Consejo Militar (cuerpo creado po el coronel Claudinho al reconocer la Constitución portuguesa a espaldas de Lecor, originando con ello em 1822 el inicio de la decadencia política del barón). Este grupo estaba integrado por los portugueses constitucionalista, partidarios de las Cortes y de su política colonial. Deseaban abandonar el país pero no lo hacían sin órdenes expresas de Lisboa. III) Los patriotas orientales, entre los que se podían distinguir varias tendencias”. Edmundo M. NARANCIO. *La independencia de Uruguay. Op.cit., p.263*

dezembro de 1822, em que, “*la Provincia de Entre Rios y el Estado Cisplatino se comprometían a reconocer y respetar sus fronteras y guardar neutralidade e sus respectivos conflictos internos.*”<sup>383</sup>

Em resposta, a Loja dos *caballeros orientales* tentou negociar com o governador de Santa Fé, Estanislao López, alegando a necessidade de apenas um grupo de 500 homens para insuflar os patriotas e libertar a região.

O clube patriótico de Montevideu, segundo *Mario Dotta Ostría*,<sup>384</sup> conhecido como *caballeros orientales*, derivou da Grande Loja de Lautaro.<sup>385</sup> Da Lautaro de Buenos Aires, de 1812, fundou-se a Loja Cavalleros Racionales, também em Buenos Aires, por Carlos Alvear, que, 1818, funda a Lautaro de Montevideu. Alvear cria a loja após retornar do Rio de Janeiro para onde fugiu – na companhia de Nicolas Herrera – depois da queda do governo de Buenos Aires. A fundação da loja contou com a participação de outros exilados de Buenos Aires, são eles: Juan Larrea, Santiago Vázquez, Manuel Álvarez, Francisco Martínez Neto, Juan Zufriategui, Ventura Vázquez, além de Alvear.

De acordo com *Ostría*, os *caballeros orientales* tinham um caráter paramaçônico, pois nem todos pertenciam à maçonaria. Os *caballeros* desconheciam a Logia Lautaro e se dividiam em três graus. O primeiro era o dos Ancianos, o segundo dos Consejeros e a terceira dos *caballeros orientales*.

Mais do que o caráter maçônico dos *caballeros*, importa frisar a relevância da formação desses grupos e suas relações dentro do universo político do século XIX. Segundo Pilar González Bernaldo de Quirós<sup>386</sup>, a maçonaria foi não só uma forma privilegiada<sup>387</sup> de associação, mas também uma forma de sociabilidade que dialogou amplamente com a política platina<sup>388</sup> e muitas vezes interferiu nela, sobretudo em seus rasgos liberais e republicanos. A

---

<sup>383</sup> Anibal Barrios PINTOS. *Lavalleja la pátria independiente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976. p. 44.

<sup>384</sup> Mario Dolta OSTRIA. *Caudillos, doctores e masones. Protagonistas em la Gran Comarca Rioplatense (1806-1865)*. 3ª ed. Montevideo: Ediciones de la Plata, 2008.

<sup>385</sup> A Loja Lautaro e a Sociedade Patriótica e Literária estiveram envolvidas na queda do governo portenho, em 8 de outubro de 1812. O novo governo era composto por Passo, Rodríguez Peña e Álvarez Fonte.

<sup>386</sup> Pilar GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓZ. *Civilidad y política en los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*. 2ª Ed. –Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2008. A análise desta autora tenta dar conta do contexto maçônico boinarense, porém faz referências ao Uruguai e ao Brasil situando elementos comuns ao movimento que seriam próprios da América do sul.

<sup>387</sup> O caráter privilegiado da maçonaria entre as diversas formas associativas – as socioculturais, socioeconômicas, comerciais, corporativas, de recreio – deve-se, segundo Pilar Quirós, a quantidade de sociedades criadas, sua implantação em todo o território e o atrativo que exerceram nas classes dirigentes. Pilar GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓZ. *Op. cit.*

<sup>388</sup> *Ibidem*. As lojas maçônicas não foram iniciativa apenas da resistência Oriental. Durante a ocupação brasileira à Cisplatina as autoridades brasileiras teriam se servido dessas organizações com o intento de consolidar sua presença no território uruguaio.

ligação dos *caballeros* com a maçonaria talvez explique os traços independentistas de alguns de seus participantes.

As ações de 1823 contaram com membros, como Santiago Vázquez, Juan Francisco Giró, Gabriel Antonio Pereyra, Juan Benito Blanco, Francisco Solano de Antuña, Domingo Cullen, Francisco Aguilar, Juan y Pablo Zufriategui y Manuel Oribe. Além destes, incorporaram-se outros dirigentes: José M. Plantero, Ramón Castro, Ramón de Acha, Francisco Araucho, Antonio de Chopitea, Atansio Aguirre, Pablo Antonio Nieto, Pedro Lenfuas, Roque Graceras, Luís Eduardo Pérez, Santiago Vázquez, Antonio Acuña. D.F Benavente e Rafael Sánchez Molina. Esses homens buscavam um apoio das províncias que compunham as Províncias Unidas do Rio da Prata, como deixa transparecer o grande volume de cartas<sup>389</sup> trocadas entre Silvestre Blanco, também da Loja, e Bernadino Rivadavia, a partir de meados de 1822.

O novo Cabildo<sup>390</sup> de Montevideu começa a funcionar em janeiro de 1823 e é eleita uma comissão para entrar em conversações com Buenos Aires; dela participavam Cristóbal Echeverria, Gabriel Antonio Pereyra e Santiago Vázquez. A comissão pretendia angariar recursos para libertar a Banda Oriental do domínio do Império brasileiro.

Nesta ocasião Lavalleja se encontrava em Buenos Aires e logo solicitou ao Cabildo de Montevideu o posto de tenente Coronel das tropas orientais. O que foi determinado em 23 de janeiro de 1823, mas Lavalleja estaria submetido às decisões dos representantes diplomáticos enviados a Buenos Aires.

Apesar dessas primeiras movimentações, o governo de Buenos Aires decidiu não apoiar a iniciativa oriental, considerada de alto risco; resumiu-se apenas em enviar José Valentin Gómez ao Rio de Janeiro, a fim de conseguir um acordo diplomático para devolução da Cisplatina. Diante da negativa de Buenos Aires, uma comissão de orientais, composta por Domingo Cullen, Luis Eduardo Pérez, Román de Acha e Juan Vasquez Feijó, percorreu as províncias de Buenos Aires até Santa Fé com o objetivo de conseguir empréstimos para empreitada. Contaram com o apoio de Estanislao López e Juan Francisco Seguí.

Em 5 de março de 1823, chegaram à Santa Fé, Juan Antonio de Lavalleja e Juan Manuel de Rosas. O objetivo dos dois era assinar um Tratado de Aliança entre o governador de Santa Fé e o Cabildo de Montevideu, o que acabou se definindo em 13 de março de 1823.

No entanto, o projeto começa a abortar com um suposto movimento sedicioso para derrubar Lucio Mansilla, no qual constaria como suspeitos, Juan Francisco Seguí, Juan Antonio Lavalleja, Vázquez Feijó e Hereñú. No desfecho Mansilla perdoou alguns e exilou

---

<sup>389</sup> Ver: Aníbal Barrios PINTOS. Lavalleja la pátria independente. *Op. cit.*

<sup>390</sup> Segundo Pintos, o novo Cabildo era composto por: Manuel Pérez, Pedro Francisco de Berro, Pedro Vidal, Luis Eduardo Pérez, Francisco F. Pla, Román de Acha, Silvestre Blanco, Francisco de las Carreras, Ramón Castriz, Juan Francisco Giro e José María Platero, com Francisco Solano de Antuña.

outros e, em 30 de abril de 1823, dirigiu-se ao Cabildo montevideano proibindo a movimentação dos orientais nos territórios das Províncias Unidas.

O fracasso do levantamento oriental começa a se delinear. No início de março, cai por terra a ação liderada por Pedro Bonifácio Amigo, Manuel Duran e Leonardo Oliveira, que, em apoio ao Cabildo de Montevidéu, haviam se insurrecionado. O grupo esperava a invasão do litoral por Lavalleja, que não aconteceu. O resultado foi a prisão de parte dos envolvidos.

Em agosto de 1823, outro tratado foi ratificado. Neste, as províncias de Entre Rios e Santa Fé, comprometiam-se com o Cabildo de Montevidéu em fornecer auxílio à Banda Oriental contra os brasileiros.

No mesmo período, Álvaro da Costa, comandante das forças portuguesas que ocupavam Montevidéu, solicita ao governador Martín Rodríguez ajuda econômica para continuar dominando a cidade, que então se dividia entre os luso-brasileiros favoráveis à coroa portuguesa e os adeptos do imperador D. Pedro, além dos orientais que buscavam expulsar ambos da região.

Em 25 de outubro, porém, o Cabildo de Montevidéu informa a decisão de Álvaro da Costa de suspender hostilidades e regressar à Europa com suas tropas, entregando o poder às forças imperiais. Mesmo depois dessa iniciativa o Cabildo montevideano insiste em anular qualquer suposto vínculo com o Império do Brasil, como consta na Ata de 29 de outubro de 1823, presidida pelo Alcalde ordinário de 1º voto e governador intendente D. Manuel Perez:

1º. Que declara nulo, arbitrario y criminal al acto de Incorporación a la Monarquía Portuguesa sancionado por El enunciado Congreso de 1821, compuesto en su mayor parte de Empleados Civiles al sueldo de S. M.F., de personas condecoradas por el con distinciones de honor, y de otras colocadas previamente en los Ayuntamientos para la seguridad de aquel resultado.

2º. Que declara nulas y de ningún valor las actas de incorporación de los Pueblos de la Campana al Imperio del Brasil, mediante la arbitrariedad con que todas se han extendido por el mismo Barón de la Laguna y sus Consejeros, remitiéndolas a firmarse por medio de gruesos destacamentos de tropas que conducían los hombres a la fuerza a las Casas capitulares, y suponiendo o insertando firmas de personas que no existían, o que ni noticia tenían de estos sucesos, por hallarse ajustes de sus casas.

3º. Que declara: que esta Provincia. Oriental del Uruguay no pertenece, ni debe, ni quiere pertenecer a otro Poder, Estado, o Nación que la que componen las Prov<sup>a</sup>. de la antigua Unión Del Rio de la Plata, de que ha sido y es una parte, habiendo sus Diputados en la Soberana Asamblea general Constituyente desde el Año 1814, en que se sustrajo enteramente del

dominio español Europeo.<sup>391</sup>

De nada adianta, em 18 de novembro de 1823 Lecor entra na Praça de Montevideu obrigando muitos orientais a fugirem para Buenos Aires, entre eles Juan Antonio Lavalleja. Assim termina a malfada primeira tentativa de “libertação” da Banda Oriental, e tão logo começam os preparativos para a segunda empreitada.

A segunda tentativa de libertação<sup>392</sup> da Banda, para a historiografia uruguaia, se explicaria em razão do triunfo de Antonio José Sucre<sup>393</sup> contra as últimas forças espanholas, em 21 de janeiro de 1825 na batalhas de Ayacucho, vitória que teria servido de estímulo à ação dos *Trienta y Tres*, talvez, ou quem sabe, o maior incentivo aos acontecimentos de 1825 foi mesmo o fracasso de 1823 e a permanência ou agravamento de seu contexto.

Das atividades dos exilados orientais de 1823, em Buenos Aires, pouco se sabe. Ao que parece, os intentos conspiratórios contra a ocupação na Cisplatina permaneceram candentes, sobretudo através das reuniões da Loja maçônica *Caballeros Orientales*. Durante esse período houve um enorme esforço de angariar fundos para a incursão. Pedro Trapani ficou responsável por essa função, mesmo depois da invasão; por isto, e a pedido de Lavalleja, permaneceu em Buenos Aires em 1825.

No de ano 1825 começava a empreitada dos *caballeros* e também foi o ponto de partida da documentação que será avaliada aqui. Com o intuito de abrir a análise destes discursos utilizar-se-á a descrição dos acontecimentos subsequentes à saída de Buenos Aires a partir da ótica de um de seus protagonistas, Juan Antonio Lavalleja. Em razão da forma com que os acontecimentos são narrados, é possível, por meio da fala de Lavalleja, arrogar ao discurso que será analisado aqui uma função que em muito extrapola a de validar o esforço bélico oriental, mas que visou também produzir novos heróis orientais. Talvez heróis que pudessem fazer sucumbir a lenda artiguista – que ainda era temida por muitos – ou dar legitimidade ao novo governo que havia entrado em terras orientais sobre a alcunha de invasor e depois de uma saída bem pouco honrosa em 1823.

Abrindo os discursos, D. Manuel Cavalleros – presidente do Governo Provisório – afirma categoricamente “*Señores: el Gobierno Provisorio de la Provincia Oriental del Rio de la Prata está instalado legitimamente*”<sup>394</sup>. Seguido a este discurso, aparece a preleção de Lavalleja na ata de convocação dos membros do Governo Provisório da

---

<sup>391</sup> ARCHIVOS GENERAL DE LA NACIÓN. *Acuerdos del extinguido cabildo de Montevideo. Atas do Cabildo de Montevideu*. v. 14 .livros XVII y XVIII del 25/05/821 al 18/10/825. Montevideo: AGN, 1941

<sup>392</sup> O termo libertação e a idéia de liberdade do povo oriental aparecem de forma abundante na documentação analisada aqui e na historiografia uruguaia. No emprego destas palavras não se deve perder de vista que elas estão permeadas pelos interesses de determinado grupo.

<sup>393</sup> Antonio Jose Sucre (Venezuela, 1795- Colômbia, 1830) militar e estadista da Venezuela.

<sup>394</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. v: 88, 1968.p.33.

Provincia assinada por Manuel Calleros, Manuel Duran, Francisco Joaquim Munõz, Juan Jose Vazquez, Loreto de Gomensoro, Francisco Araúcho, em 14 de junho de 1825. Lavalleja teria comparecido a reunião e feito uma breve exposição sobre o caráter daqueles homens que tentavam salvar sua pátria:

la profunda satisfacción que le poseía al tener la honra de saludar y ofrecer el homenaje de su reconocimiento, respeto y obediencia al Gobierno Provisorio de la Provincia. - Que el feliz instante do su inauguración presentaba a sus ojos la mejor recompensa de sus desvelos, y que por ello protestaba y juraba ante los P. P de la Patria, y ante el cielo observador de sus íntimos sentimientos prodigar por salvarla hasta el último aliento en unión de los bravos, que trillaban la senda de la gloria, y los peligros<sup>395</sup>.

Depois de seu discurso Lavalleja teria deixado nas mãos de D. Manuel Cavalleros uma memória que afirmou conter a história fiel dos acontecimentos e que foi lida na mesma sessão.

Señores= Reunidos con algunos dignos patriotas concebimos la feliz idea de pasar a esta Provincia desde la de Buenos Aires, donde nos habían conducido los últimos sucesos que tuvieron lugar en ella, con el objeto de poner en movimiento a nuestros paisanos, despertar su patriotismo, y atacar los extranjeros que se consideran Señores de nuestra Patria. - En número de treinta y tres entre oficiales y soldados pisamos estas playas afortunadas, y puede decirse que una cadena de triunfos ha sido nuestra mancha. El ardimiento heroico que en otro tiempo distinguió a los Orientales, revivió simultáneamente en todos los pueblos de la Provincia, y el grito de Libertad se oír por todas partes= La fortuna ha favorecido nuestro intento, y en pocos días nos ha dado resultados brillantes. Tales son el haber arrollado a los enemigos en todas direcciones, - dejando en nuestro poder sobre doscientos soldados, y veinte oficiales prisioneros que existen en El Depósito Del campamento de Durazno.

Él había formado un Ejército respetable. Este se halla dividido en diferentes secciones según ha considerado necesario, y instruirá aV. E. el siguiente detalle- Un cuerpo de mil hombres en la Barra de Santa Lucia chica a mis inmediatas órdenes. Otro de igual fuerza a la del Brigadero Rivera en el Durazno, y en observación con pequeños destacamentos sobre la columna enemiga que permanece entre Rio Negro y Uruguay. Una división de trescientos hombres al mando del Mayor Oribe sobre Montevideo. Otra de igual fuerza al mando del comandante Queiros sobre la Colonia y costas inmediatas. Algunos destacamentos que montan por la costa del Uruguay y Rio Negro hasta Mercedes observando los movimientos de la flotilla

---

<sup>395</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Op.cit.*

enemiga, y asegurando en cuanto puede ser nuestras relaciones con Buenos Aires. A más de estas fuerzas se hallan sobre la frontera una división al mando de D. Ignacio Oribe en observación sobre el Cerro Largo; y otra al mando del Coronel D. Pedro Perez sobre Sebollati. Todos estos cuerpos que se hallan bien armados, engrosan diariamente, y reciben una regular organización, y disciplina.= Instados por la urgencia de las circunstancias he nombrado provisoriamente una comisión de haciendas, que entienda en todos los ramos respectivos. He expedido también circulares para que todos los bienes, haciendas é intereses pertenecientes á los emigrados á la plaza de Montevideo, y puntos donde se halla el enemigos, se conserven en depósito de sus encargados hasta que se presenten á recibirlos sus legítimo dueños, ó hasta que instalados el Gobierno de la Provincia deliberase sobre esto lo que creyese más justo, y conveniente. Se ha establecido una receptoría general en Canelones para exigir derechos sobre los artículos que se introducen á la plaza, y se exportan de ella para lo interior- He dado provisoriamente algunas patentes de corso para que tengan su efecto en las aguas del Rio de la Plata, y Uruguay, y por fin contamos hoy con recursos de alguna consideración en armamentos, municiones y elementos para la guerra, adquiridos por mis créditos y relaciones particulares en Buenos Aires. Una comisión fue nombrada allí para recolectar, aprontar, y hacer conducir todo cuanto se negociase, y fuese útil a nuestro intereses, y no puedo menos que recomendar la consideración del Gobierno los distinguido servicios que ha prestados. = En unión del Señor Brigad<sup>r</sup>. Rivera me he dirigido al Gobierno Ejecutivo Nacional, instruyéndolo de nuestras circunstancias, y necesidades, y aunque no hemos obtenido una contestación directa, se nos ha informado por conducto de la misma comisión las disposiciones favorables del Gobierno, y que estas tomarán un carácter decisivo tan luego como se presenten comisionados del Gobierno de la Provincia= Este, Sres, es el actual estado de nuestros negocios, el que tengo hoy la honra de manifestar al Gobierno Provisorio, que se con tanta satisfacción veo instalado, á quien felicito, tributándole desde este momento mi mas alta consideración, respeto y obediencia. Villa de la Florida junio 14 de 1825= Juan Antonio Lavalleja.<sup>396</sup>

A escolha por reproduzir a narração de Lavalleja sobre o desembarque e as primeiras movimentações de guerra, apesar de sua extensão, justifica-se, pois, por meio dela, muitas perguntas podem ser levantadas, as quais se responderão ao longo do texto. Logo no início da citação, duas identidades são colocadas em conflito. De um lado estariam os estrangeiros que invadem a região oriental. Do outro, trinta e três homens, os orientais, que

---

<sup>396</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. v: 88, 1968.p.33-34.

heroicamente lutam contra os opressores para libertarem sua pátria. Segundo as palavras de Lavalleja, a iniciativa já começa com consideráveis vitórias de um exército que se multiplicaria rapidamente.

A leitura da ata demonstra outro dado importante, que se refere à adesão de Buenos Aires. Fica claro que a ação oriental, pelo menos no início, não contou com o apoio do governo portenho por maior que tenha sido o esforço dos *caballeros* para tal. Buenos Aires se mantém durante algum tempo reticente em fazer a guerra contra o Brasil o que se torna perceptível no grande número de correspondências trocadas entre os orientais, como a de Lavalleja a Pedro Trapani em 14 de outubro de 1825:

Felizmente nuestras armas han dado un golpe a los enemigos, que creo asegurará nuestra libertad; V – tendrá presente cuanto en mis anteriores comunicaciones le he manifestado relativo a motivos que me impelían a dar esta acción decisiva, los que debe V – conocer eran poderosos, y mucho mas hubiesen sido si no hubiésemos tenido ésta fortuna, pues la decisión de las Provincias hermanas en nuestros favor aún no se han pronunciado de un modo público, y por ésta razón hubiesen seguido aquellos causales, que ésta Victoria ha paralizado.- Quiera el Cielo que ahora acaben de decidirse, y se fije para siempre nuestra unión tan deseada, y por la que me ven tan decidido.<sup>397</sup>

Por outro lado, a expedição recebeu contribuições de particulares boenaienses para comprar armas, munições e outros artigos bélicos. Também é possível afirmar, a partir da análise da memória de Lavalleja lida em sessão de 14 de junho de 1825, que o general buscou construir publicamente uma imagem de unidade às ações orientais, incluindo, inclusive, Fructuoso Rivera no esforço de guerra. Elementos estes que aparecerão de forma ainda mais viva nas diferentes fontes que compõem o conjunto documental a ser analisado e se somarão a outros mais para construir o discurso de guerra dos *Trienta y Tres Caballeros Orientales*.

Iniciada a luta oriental, várias medidas políticas são tomadas, a fim de dar respaldo às diretrizes militares. Lavalleja convoca os cabildos interioranos e elege um representante por departamento, formando com isso o Governo Provisório da Província Oriental, instalado na Vila da Flórida, em 14 de junho de 1825, este era presidido por Manuel Calleros (Colônia), tendo por integrantes Gabriel Antonio Pereira (Durazno), Loreto Gomensoro (Canelones), Manuel Duran (San José), Francisco Núñez (Maldonado) e Juan José Vázquez (Soriano).

A primeira medida do governo provisório foi nomear Lavalleja ao cargo de comandante Chefe do exército, e a Rivera, Inspector Geral de Armas. Logo depois foi

---

<sup>397</sup> *Ibidem*.

convocada a eleição para a sala de Representantes – órgão legislativo da Província.<sup>398</sup> No seu primeiro ato como governador, Lavalleja nomeou Tomás Xavier Gomensoro e José Vidal y Medina, como deputados no Congresso Geral Constituinte das Províncias Unidas, sediado em Buenos Aires. Começa assim uma dura batalha política empreendida pelos líderes orientais no intuito de convencer o governo de Buenos Aires a apoiar a resistência ao Império.

Formado o Governo Provisório, a Sala de Representantes decide o destino da Banda. No dia 25 de agosto de 1825 é declarada a Independência da Província:

1 - Declara írritos, nulos, disueltos y de ningún valor para siempre, todos los actos de incorporación, reconocimientos, aclamaciones y juramentos arrancados a los pueblos de la Provincia Oriental, por la violencia de la fuerza unida a la perfidia de los intrusos poderes de Portugal y el Brasil que la han tiranizado, hollado y usurpado sus inalienables derechos, y sujetándole al yugo de un absoluto despotismo desde el año de 1817 hasta el presente de 1825. Y por cuanto el Pueblo Oriental, aborrece y detesta hasta el recuerdo de los documentos que comprenden tan ominosos actos, los Magistrados Civiles de los pueblos en cuyos archivos se hallan depositados aquellos, luego que reciban la presente disposición, concurrirán el primer día festivo en unión del Párroco y vecindario y con asistencia del Escribano, Secretario, o quien haga sus veces a la casa de Justicia, y antecedida la lectura de este Decreto se testará y borrará desde la primera línea hasta la última firma de dichos documentos, extendiendo en seguida un certificado que haga constar haberlo verificado, con el que deberá darse cuenta oportunamente al Gobierno de la Provincia.

2 - En consecuencia de la antecedente declaración, reasumiendo la Provincia Oriental la plenitud de los derechos, libertades y prerrogativas, inherentes a los demás pueblos de la tierra, se declara de hecho y de derecho libre y independiente del Rey de Portugal, del Emperador del Brasil, y de cualquiera otro del universo y con amplio y pleno poder para darse las formas que en uso y ejercicio de su soberanía estime convenientes.<sup>399</sup>

---

<sup>398</sup> Desta eleição foram escolhidos Juan Francisco Larrobla (deputador por Guadalupe), Luis Eduardo Pérez (São José), Manuel Calleros (Rocha), Joaquim Suárez (Florida), Juan de León (Durazno), Santiago Sierra (Lãs Piedras), Juan José Vázquez (Dolores), Gabriel A. Pereira (Pando), Atanásio Lapido (Rosário), Carlos Anaya (Maldonado), Mateo Cortez (Minas), Simon Del Pino (Santa Lucía), Juan Núñez (vacas), Ignacio Barrios (Las Víboras), Francisco Núñez (San Carlos) e Felipe Alvarez Bengochea (secretário geral). Os Representantes designaram Lavalleja – Capitão Geral e Governador da Província – cargo que teve de abdicar em setembro de 1825 para dedicar-se exclusivamente as suas funções militares. Em seu lugar, assumem como governadores, Manuel Calleros, Manuel Duran e José Núñez.

<sup>399</sup> A declaratória de Independência e as leis complementares estão disponíveis em: [http://es.wikisource.org/wiki/Declaraci%C3%B3n\\_de\\_Independencia\\_de\\_Uruguay](http://es.wikisource.org/wiki/Declaraci%C3%B3n_de_Independencia_de_Uruguay).

Contudo, à ata de Independência segue-se outra, a de União, que, em nome de uma herança<sup>400</sup> progressa, justificou a anexação da região às Províncias Unidas do Rio da Prata, reconstituindo, em parte, o antigo vice-reino da Prata.

La H. Sala de Representantes de la Provincia Oriental del Río de la Plata en virtud de la soberanía ordinaria y extraordinaria que legalmente reviste para resolver y sancionar todo cuanto tienda a la felicidad de ella, declara: que su voto general, constante, solemne y decidido es, y debe ser, por la unidad con las demás Provincias Argentinas a que siempre perteneció por los vínculos mas sagrados que el mundo conoce. Por tanto, ha sancionado y decreta por ley fundamental la siguiente: Queda la Provincia Oriental del Río de la Plata unida a las demás de este nombre en el territorio de Sud América, por ser la libre y espontánea voluntad de los Pueblos que la componen, manifestada con testimonios irrefragables y esfuerzos heroicos desde el primer período de la regeneración política de dichas Provincias. Dado en la Sala de Sesiones de la Representación Provincial, en la villa de San Fernando de la Florida, a los veinticinco días del mes de agosto de mil ochocientos veinticinco.<sup>401</sup>

Não se pretende, entretanto, afirmar que a união deva ser lida como uma tentativa de restabelecer antigos laços coloniais ou prestar tributo à colonização espanhola. Na verdade, grande era o esforço de parte dos grupos de poder em legitimar as práticas políticas republicanas que floresciam na América e, para tal, negavam o que consideravam um arcaísmo monárquico.<sup>402</sup> No entanto, não se pode perder de vista, como já mencionado, o quanto os discursos políticos destes grupos remetem-se a uma suposta irmandade entre ambas as regiões. Para a grande parte da historiografia tradicional uruguaia, a resolução de se tornar independente e uma posterior adesão às Províncias Unidas do Rio da Prata seria um contrasenso. Desta forma, muitos foram os que negaram a sinceridade dessa atitude ou discutiram em que termos se daria essa união, ou ainda, atribuíram a ela um caráter bastante efêmero.<sup>403</sup>

---

<sup>400</sup> Ainda que este trabalho tenda a perceber essa herança, tão amplamente lembrada pelos grupos de poder, como uma herança de matriz européia, mais especificamente hispânica, é importante problematizá-la. Pilar Quirós, tratando principalmente do caso de Buenos Aires, questiona que heranças estavam em jogo na década de 1810, quando as elites locais tentam ascender ao poder. “¿Quién hereda? La pátria, sin duda, pero ¿cuál? ¿Las ex colonias de ultramar, el territorio del muy reciente virreinato, la antigua “Gobernación de Buenos Aires”, la región del Río de la Plata, la ciudad y su *hinterland*?”. Pilar GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS. *Civilidad y política em los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862-Op.cit.*, p. 44.

<sup>401</sup> Declaratória de Independência. *Op. cit.*

<sup>402</sup> Em contrapartida, parte significativa da intelectualidade, sobretudo na segunda metade do XIX e início do XX, defendeu a herança hispânica sobre a cultura ibero-americana.

<sup>403</sup> Sobre a discussão da união da Cisplatina às Províncias Unidas ver Azua, que faz um cuidadoso balanço da historiografia sobre o assunto. Carlos REAL DE AZUA. Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya. *Op. cit.*

A anexação não será tematizada por esta análise, reconhecê-la, porém, nos dê talvez a justa dimensão da complexidade da cultura política platina na década de 1820 e a pluralidade de discursos em disputa.

Diante disso, espera-se apontar possibilidades interpretativas sobre o que foi o 1825, tendo por fio condutor a fala de alguns dos principais protagonistas dos acontecimentos desencadeados naquele ano.

O principal deles, o general Juan Antonio Lavalleja, assina parte das cartas que compõem as *Memorias de la expedicion de los Trienta y Tres*. A função das missivas e das aclamações, na maioria das vezes, foi dialogar com povo oriental ou estimular as tropas patrióticas. Mas alguns elementos parecem constantes nestes discursos.

Neste sentido, é comum nas fontes pesquisadas, como já apresentado nos outros capítulos, o uso de adjetivos que visam caluniar o oponente e descaracterizar a legalidade de suas ações. Por mais que a difamação do inimigo seja uma prática recorrente no discurso de validação de qualquer guerra, a diferença marcante no conflito em questão é que nele as ofensas excedem o simples exercício de invalidar o outro, mas funcionam como elemento de coesão adianta da fragilidade dos vínculos de pertencimento entre portenhos e orientais.

O discurso apresentado nas cartas visa impor uma nova percepção do mundo de poder, com a negação da autoridade instaurada. Essa resposta ao poder estabelecido não se explicaria como uma ação isolada dos *caballeros orientales*, mas como uma reação a um quadro de injustiças e vilanias aos quais estavam submetidos os habitantes da Banda Oriental. Por essa população oprimida, dever-se-ia fazer a guerra, como aparece na carta de 14 de maio de 1825 de Fructuoso Rivera e Juan Lavalleja ao capital general das Províncias de Buenos Aires, Juan Gregório las Eras.<sup>404</sup> Ou ainda na carta de Fructuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja ao governador da Província de Santa Fé, Estanislado Lopez:

La provincia oriental cansada de sufrir el yugo de la dominación a que la habían conducido sus desgracias, y á pesar de la debilidad de sus fuerzas para romper los Eslabones de las cadenas, que la ligaban, ha levantado el grito de LIVERTAD. Todos sus hijos han corrido presurosos á sostenerlos, y á nosotros nos han encargado de la dirección de estos importantes negocios.<sup>405</sup>

O mesmo discurso aparece no texto de Juan Lavalleja direcionado aos habitantes da banda oriental aos quais se referem sobre o epíteto de cidadãos<sup>406</sup>. O

<sup>404</sup> Segunda a carta: “Ya hera tiempo que los secretos clamores de los pueblos y habitantes de la Banda Oriental mobiezen a sus defensores a empeñar la espada para destruir y anonadar á los tiranos que los oprimen”.

BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Rio de Janeiro: Divisão de Publicações e Divulgação. v. 88, 1968.p. 25

<sup>405</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Op.cit.p. 22

<sup>406</sup> Alguns termos utilizados na documentação dão pistas do vocabulário político do período e do universo de

documento de data desconhecida sugere ter por objeto anunciar as vitórias do general e, sobretudo, acalmar a população em relação aos rumos do conflito.

Ciudadanos: el triunfo de nuestras Armas ha hecho desaparecer de entre nosotros a los tiranos opresores de nuestro suelo y con este motivo se me presenta la ocasión de manifestar a los Pueblos, y habitantes de esta Provincia las ideas de liberalidad y orden con que regla su marcha la Autoridad que presentemente los dirige y que ellos mismos han constituido.<sup>407</sup>

O material analisado também aponta uma enorme preocupação em garantir a ordem pública e a segurança da população platina. De certa forma, o discurso oriental de preservação da ordem tenta responder construções discursivas anteriores à própria guerra e retomadas em razão dela. Como foi dito no segundo capítulo, já na década de 1810 a dicotomia ordem e desordem teria sido apropriada de forma a invalidar as repúblicas platinas, em razão das guerras civis que se multiplicam durante o processo de independência. A mesma questão foi acionada, com nuances distintas, pela elite comercial portenha e pelo governo de D. João VI para justificar a oposição feita à presença de Artigas na Banda Oriental e retomada pelo Império brasileiro para validar o esforço bélico em 1825.

Na carta de Lavalleja aos orientais, citada acima, fica patente o esforço de angariar apoio à luta oriental demonstrando a seriedade do governo e o esforço deste em privilegiar o bem estar de todos.

Nadie será osado a perturbar en lo más mínimo la tranquilidad pública sin que sea castigado rigurosamente – La seguridad individual y las propiedades, son garantidas para la fuerza armada que el país a puesto bajo mis órdenes y para las Leyes que al efecto se han dictado en esta inteligencia Ciudadanos, Paisanos, y Amigos vivid tranquilos en la confianza de que cuanto se nos dice será exactamente cumplido porque nuestro Jefe<sup>408</sup>.

No entanto, há uma sutil diferença entre o discurso de ordem da década de 1810 e o da década de 1820. Em 1810, o que as elites boinarense tinham em mente era, prioritariamente, a defesa e manutenção de seus interesses comerciais, posição muito próxima a da política joanina para a região. Em 1820, após a experiência artiguista e as alterações empreendidas por este nas relações e na posse de terras<sup>409</sup>, a produção retórica da ordem

---

referências desses homens, porém, nem todos foram focos de análise por não interferirem na hipótese central.

<sup>407</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Op.cit.p. 93

<sup>408</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*.Op.cit.

<sup>409</sup> Sobre a questão da terra no período artiguista ver: Washington Reyes ABADIE. *Artigas y el federalismo en el Rio de la Plata* Montevideo: Ediciones de la Banda, 2006. O programa de terra de José Artigas, conhecido como

passou de forma inelutável pela manutenção dos privilégios e do direito de propriedade. Na verdade, levando em consideração a ligação histórica de parte dos *caballeros orientales* com o exército artiguista parece compreensível o esforço constante dos líderes orientais em afirmar e ratificar que a luta pela liberdade platina não mexeria com a propriedade, situação delicada na Cisplatina de então e que muito provavelmente dividiria o apoio à causa.

Em comunicado endereçado aos “Habitantes de la Vanda Oriental”, no dia 2 de maio de 1825, Fructuoso Rivera estabelece garantias aos proprietários de terras, fossem eles orientais ou portugueses:

Habitantes de la Campaña sin acepción de ser Portugueses Hijos del País Sean seguros que encontrasen en las fuerzas de mi mando sin protesta de vuestras personas, y de vuestros intereses Nuestras Armas se llevaran contra los que se opongan será nuestro Amigo. En esta virtud espero que ningún Vecino se extravié por influencia equívoca, y venga a tomar el partido contrario. Vuestros Amigos, os asegura protección seguros que sabrán Castigar, con la ultima pena, a cualesquier de sus Súbditos sin distinción de Clase, que atropelle vuestros derechos, y propiedades – esos son mis órdenes a el Jefe de Bang.<sup>a</sup> D<sup>n</sup> Juan Ant.<sup>o</sup> Lavalleja á quien tan de cerca conocéis: el Savrá probar como siempre sus Virtudes – Amigos viva la Patria la Libertad, y orden por ella os ofrecen su gratitud, y Consideraciones vuestros fieles y verdaderos Amigos.<sup>410</sup>

A ordem traz, atrás de si, outro ponto importante, a unidade territorial e política. Na carta de 14 de maio de 1825 os generais Lavalleja e Rivera são hábeis ao destacarem que se tratava, antes de tudo, de uma luta para defender a própria unidade política das Províncias Unidas do Rio da Prata. Esse elemento não aparece nas aclamações, que seriam de conhecimento público, mas é recorrente nas cartas trocadas entre os chefes das duas regiões e que, talvez, não precisasse ser tão acionado se a irmandade conclamada pelos orientais na documentação pública fosse suficiente para unir os dois territórios contra o império.

Hasta ahora nos mantuvimos en calma esperando que las circunstancias dictasen la época oportuna para una empresa de tal naturaleza creyendo que la más favorable seria aquella en que las provincias de la liga se desembarazasen de los pequeños obstáculos que aun paralizan la majestuosa carrera de su libertad, pero convencido que los momentos que nosotros

---

“Reglamento provisório para el fomento de la campaña y seguridad de sus hacendados”, formulado em 10 de setembro de 1815, previa a necessidade de redistribuição das terras e o fomento da produção. Essa redistribuição partia do princípio de que as propriedades dos “inimigos” poderiam ser desapropriadas sem indenização e, assim, os que fossem julgados espanhóis e criollos contrários à causa federal teriam suas doações de terras anuladas.

<sup>410</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. p.20

perdemos en una en una imprudente espera adelantar los tiranos para mejor esclavizar nuestra provincia y con ella a los demás, nos hemos puestos de acuerdo los Jefes que subscribimos comprometiéndonos mutuamente a salvar el país de la dominación portuguesa, y sofocar sus miras ambiciosas con respecto á las demás provincias de la liga, y hasta ahora los resultados han correspondido á notros deseos..<sup>411</sup>

A atuação oposicionista ao domínio brasileiro justificar-se-ia pelo martírio perpetrado contra os cidadãos orientais. E se os motivos que animavam a luta, na documentação, estavam distantes de interesses individuais e focados no bem comum, a causa tornar-se-ia mais nobre e os participantes da campanha também. Assim, no discurso dos patriotas, o socorro esperado pelos orientais viria de bravos homens, dispostos, pelo amor à pátria, a arriscar suas próprias vidas pelo ideal de liberdade que alimentaria e embalaria seus atos, como aponta a Circular aos Cabildos dos Departamentos da Província Oriental, em 17 de junho de 1825, assinada por Manuel Calleros, Manuel Duran, Francisco Muñoz, Juan José Vasquez, Loreto de Gomensoro e Francisco Araucho,

Cuando dos dignos hijos de la Patria han lanzado con heroísmo el noble grito de Libertad, y empuñado las armas para recuperála toda costa, la suerte de los pueblos, y su política existencia, debe librarse à los órganos legítimos de su voluntad. Hasta aquí tiranos, y ambiciosos dispusieron de ella al impulso y capricho de sus pasiones y intereses. Es llegado el día de escucharse los majestuosos y imponentes votos de los seres, que han roto sus cadenas, abjurando por siempre la ridícula obra de las combinaciones, y tenebrosos planes de sus mandatarios.<sup>412</sup>

Homens tão nobres quanto sua causa e que por isso contariam com o apoio divino para seguir na guerra. Pelo menos é o que afirma Justo Garcia Valdez em epístola dirigida a Pedro Trapani em 15 de outubro de 1825: “*como la justa causa de la Provincia Oriental está visiblemente protegida por el Cielo, y es igualm.<sup>te</sup> cortejada de la fortuna.*”<sup>413</sup>

Certamente as intenções dos caballeros serão discutidas amplamente durante e depois do conflito. Em documento a respeito do general Lavalleja sem remetente ou destinatário específico e sem nenhuma indicação temporal, o líder é acusado de se aproveitar da guerra para enriquecer:

La institución de Aduanas para el Señor G.<sup>1</sup> Lavalleja en el año de 25 en todos los puntos proporcionados a este fin, y particularmente el de la línea de Montevideo, le produjeron una suma considerable; pues que Del producto de

---

<sup>411</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*, p. 25

<sup>412</sup> *Ibidem.*, p.35-36.

<sup>413</sup> *Ibidem.*, p.90.

ellas el no distribuyó un solo peso con el Esto-, ni hizo gasto alguno en compra de caballos etc. -.

El Señor Lavalleja se apodero de todos los ganados que tenía el Estado Imperial en los rincones de Pan de Azúcar, en el del Cerro Largo, que harían una totalidad de más de 10.000 reses – En Mayo del mismo año el Señor Lavalleja se asoció á Don José Vasquez, vecino de Canelones<sup>s</sup>, y a un Fernando Acosta, y en compañía abastecían de Carnes al Exto-, extrayendo por orden del mismo Señor Lavalleja, no solo los ganados de dos Brasileiros emigrados de la Provincia, como también de algunos vecinos que prontamente no entregaban el nº de reses que bajo el titulo de compra, se les tomaba (...) Señor Lavalleja, ya no es de aquellos pobretones miserables, como lo era desde qu<sup>c</sup> nació en aquel suelo, en donde ni él, ni sus padres, ni abuelos tuvieron jamás nada- Es aquí como de la nada aparece un hombre poderoso haciendo perecer infinidad de familias, usurpando la Patria aquellos recursos con que podía contar para su regeneración, y defraudando en fin, con despotismo, de sus bienes á los propios y fieles hijos de la Patria!!!<sup>414</sup>

Contudo, as críticas aos membros da campanha oriental são raras. O alvo dos discursos era mesmo o oponente; e se a visão que se constrói do inimigo sempre o associa a adjetivos bem pouco honrosos, não são eles, de forma alguma, fracos nem suas forças desprezíveis. O inimigo é sempre forte, pois, assim, mais gloriosa será a vitória sobre ele – pautada menos na superioridade bélica e mais na legitimidade dos ideais que as impulsionam. Pelo menos, é o que se supõe a partir da leitura da carta de Rivera e Lavalleja ao governador da província de Entre Rios, Estanislau Lopez, em 12 de maio de 1825: *“Pero como á este pesar el poder de los enemigos no despreciable, necesitamos de un auxilio que nos ponga á cubierto de los riesgos que nos amenazan”*.<sup>415</sup>

Na mesma carta, os líderes orientais deixam transparecer a fraqueza de suas tropas: “La prov.<sup>a</sup> oriental cansada de sufrir el yugo de la domin.<sup>on</sup> á que la havian conducido sus desgracias, y á pesar de la devilidad de sus fuerzas para romper los esclavones de las cadenas, que la ligaban, há levantado el grito de libertad”<sup>416</sup>. A exposição da debilidade oriental na carta, todavia, parece premeditada e visa comover seu interlocutor da bravura e abnegação das forças patrióticas, imputando à Buenos Aires o dever de colaborar com elas: “Com esta misma fha oficiamos á los Gob.<sup>nos</sup> de B.<sup>s</sup> Ayr.<sup>s</sup> y Entre Rios solicitando los auxilios q.<sup>e</sup> aquellas prov.<sup>as</sup> puedan proporcionarnos, y con esta misma intencion los dirigimos á V.S.

---

<sup>414</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais*. Op.cit., p.165 -166.

<sup>415</sup> *Ibidem*.,p. 22 - 23

<sup>416</sup> *Ibidem*.

esperanzados en que tomará una parte muy activa en nuestra liverdad.”<sup>417</sup>. Na verdade, os clamores ao governo de Buenos Aires são recorrentes, manifestado também na carta de 14 de maio de 1825 enviada por Rivera e Lavalleja a Juan Gregorio de Eras:

Para ser libres obstando la efusión de Sangre y demás desastres consigüentes la guerra es preciso que V.E. empeñe su autoridad y ascendiente para que la Provincia de Buenos Aires nos franquee una pequeña parte de sus recursos físicos cuando la apatía ô independencia sin parte de V.E. hará que nuestra amada patria se vea también en una guerra exterminadora.<sup>418</sup>

A obstinação oriental em convocar a aderência das províncias vizinhas à guerra empreendida pelos *Trienta y Tres* demonstra que não havia uma convergência da política de ambos, sendo inviável supor a existência de um único projeto platino contra o império, mas uma grande pluralidade de projetos. Com isso, deseja-se frisar a riqueza do universo político do período e a grande diversidade de soberanias conflitantes.

Além do mais, a citação anterior admite concluir que os acontecimentos de 1825, mesmo que tenham contado com alianças de províncias interioranas ou de parte dos grupos de poder econômico das Províncias Unidas, foi levada a cabo pelos *Trienta y Tres*. O que invalida interpretações que minimizem a iniciativa dos *caballeros*, transformando-os em marionete dos portenhos. Desta forma, mesmo que esse trabalho não tenha material suficiente para definir exatamente o projeto ou os possíveis projetos dos *caballeros orientales* com o desembarque na Agraciata, é possível perceber que havia, inegavelmente, um plano para a região oriental, para além dos projetos oficiais do governo de Buenos Aires e do Império brasileiro. E mesmo que seja notório o apoio financeiro de pecuaristas portenhos ao levante oriental, como menciona Mariana Thompson Flores,<sup>419</sup> a resistência do governo de Buenos Aires em ceder aos clamores das províncias do interior e dos chefes orientais e tomar uma posição perante o Império foi enorme.

Os diálogos travados nas cartas não passaram apenas pela necessidade de dar liberdade ao povo oriental, usurpada pela invasão estrangeira, mas de se constituir num governo legítimo e despojar o opressor. Obviamente, tal construção discursiva coloca ao pesquisador outras questões como a definição do que seria legítimo para os patriotas, pois a crítica ao poder estabelecido, presente nos textos dos chefes dos orientais, não serviu apenas ao intuito de enfraquecer moralmente o inimigo, mas de, a partir da deslegitimação deste, possibilitar a emergência de outro discurso a ser aceito como verdadeiro.

---

<sup>417</sup> *Ibidem*.

<sup>418</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Op.cit., p. 2.

<sup>419</sup> Mariana Flores da Cunha THOMPSON FLORES. Visões da Cisplatina: a criação do Estado Oriental por Lavalleja e Anônimo. In: VII Encontro Estadual de História ANPUH/RS História, Memória e Testemunho, 2004, Pelotas. Anais do VII Encontro Estadual de História ANPUH/RS História, Memória e Testemunho, 2004.

A formação de um discurso reconhecido por todos como autorizado passou então pela censura ao oponente e pela valorização das características do grupo de resistência. O que fica claro na carta ao Governo Provisório das Províncias Oriental de Joaquin Suarez, Pedro Gereda, Narciso Figueroa, Jose Alvarez, Agustin Cavalari, Manuel Orcajo, Juan Bellon e Antonio Garcia, de 14 de junho de 1825:

Llegó al fin el ansiado día, en que los Pueblos Orientales tienen la dicha de felicitarse por la instalación de un gobierno verdaderamente legitimo, legal, libre; en una palabra, la obra en sus manos- Constituido por su opinión depositario de su confianza, y ciertos como están de las virtudes que adornan sus ilustres miembros, desde hoy reposan en la Autoridad tutelar de sus destinos- Ellos están prontos a sacrificarse en las aras de la libertad- A V.E toca reglar de sus votos por la felicidad pública, y hacerles gustar el fruto de tantas penas, de tanto sangre, y de tantos años malogrados por la fatalidad- Quiera el cielo inspirar el acierto à los desvelos de los padres de la Patria-<sup>420</sup>

Segundo Pierre Bourdieu,<sup>421</sup> o discurso precisa ser reconhecido para que possa exercer seu efeito, pois sem a autoridade de quem o pronuncia este estaria condenado ao fracasso. O fato, porém, é que a autoridade oriental<sup>422</sup> tinha bases muito frágeis, levando em consideração a divisão de poder gerada pelas disputas entre Lavalleja e Rivera e a submissão exigida por Buenos Aires em troca de seu apoio.

Edmundo Narancio identifica duas diferentes correntes dentro dos *Trienta y Tres*. Uma delas - que o autor afirma ter tendências rivadaviana - desejava uma união incondicional com Buenos Aires, um exemplo seria Santiago Vazquez, e a outra seria a união dos que permaneceriam próximos do federalismo de Artigas – da qual participaria Lavalleja. Narancio não menciona a cisão entre Lavalleja e Rivera. Além do mais, a documentação encontrada no arquivo de Lavalleja indica um grande apego de Juan Lavalleja ao projeto de incorporação às Províncias Unidas, o que será tratado mais adiante. A perspectiva do trabalho, porém, é de que havia inúmeros projetos orientais mutáveis e que se interpenetram diante das reviravoltas impostas pela guerra.

Ainda sobre a classificação do inimigo, três posturas distintas aparecem nas fontes documentais. Na documentação particular, isto é, nas cartas trocadas entre os líderes do

---

<sup>420</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. *Op.cit.*,p.31-32.

<sup>421</sup> Pierre BOURDIEU. *A economia das trocas linguísticas. O que falar quer dizer*. São Paulo: Edusp, 1996.

<sup>422</sup> Em alguns território americanos, como a região das Províncias Unidas, as autoridades tentaram forjar uma identificação da sociedade que legitimasse seu poder e o fizesse um poder de viés nacional. Para se estabelecer como poder nacional, todavia, procurou construir ligações com os poderes locais. A peculiaridade do caso uruguaio está exatamente na fragmentação e multiplicidade destes grupos de poder locais, que por sua força de dispersão inviabilizou um a coerência associativa com pretensões unificadoras.

movimento, há certa animosidade contra o brasileiro em geral. Desta forma, o tirano – o inimigo – é sempre o outro num sentido coletivo, “*sabe q<sup>e</sup> le digo mi opinion en toda con franquesa y q<sup>e</sup> no tengo mas interes q<sup>e</sup> es ver este pais tranquilo y nuestra provincia livre de tiranos*”.<sup>423</sup> No trecho, tirano são todos os que ocupam a província Cisplatina e são ligados ao Brasil, não há distinção entre civis e militares. Essa postura se repete com alguma frequência nas cartas trocadas entre Pedro Trapani e Juan Antonio Lavalleja.

Em contrapartida, na documentação de caráter público, na maioria das vezes, a crítica se dirige ao imperador do Brasil: ele é o tirano, o único responsável pela desventura do povo oriental, sendo a guerra não contra o Brasil, mas contra o imperador:

Reconociéndose ambas provincias por iguales, y con unos mismos derechos, forman de luego el más solemne compromiso de sostenerse mutuamente, y defender sus actuales instituciones conociendo por puntos cardinales formar naciones y cooperar a la guerra contra el Emperador del Brasil.<sup>424</sup>

Discurso semelhante foi feito por Juan Antonio Lavalleja em correspondência endereçada a Pedro Trapani, então comissário do Governo Oriental, em 13 de outubro de 1825, ao transmitir o triunfo de Sarandí. Segundo Lavalleja o imperador do Brasil, depois da derrota em Sarandí, não poderia mais ter a ilusão de engradecer seu império à custa da escravidão dos orientais<sup>425</sup>. Também Pedro Trapani em carta endereçada a Juan Bautista Bentos, em julho de 1825, reitera as críticas ao imperador: “*sobre o que se la ha escrito respeito a los portugueses, yo aseguro siempre que Vñ hará hasta el ultimo sacrificio para vugar el honor nacional atacado del modo mas injusto por esse hombre à quien llaman Emperador del Brasil*”.<sup>426</sup> Lavalleja, agora em 23 de março de 1827, insiste na mesma questão em carta enviada ao senhor D.<sup>n</sup> Julian Seg.<sup>do</sup> de Aquero, na qual diz que a opinião geral na província Oriental mantém-se favorável a manutenção da guerra contra o tirano do Brasil.<sup>427</sup> Ou mesmo na sugestão feita aos habitantes da cidade de São Pedro do Sul, no Rio

---

<sup>423</sup> ARCHIVO JUAN ANTONIO LAVALLEJA. Livro 51. Archivo General de la Nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideu, 1966. Documento 676.

<sup>424</sup> ARCHIVO JUAN ANTONIO LAVALLEJA. Archivo General de la Nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideu, 1966. Livro 51. Documento 757

<sup>425</sup> Segundo Lavalleja: “Ya no és posible que El déspota del Brasil espere de la esclavitud de esta Prov.<sup>a</sup>. El engrandecimiento de su Ymperio”. *Anales*. p. 87

<sup>426</sup> ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. IV Archivos particulares. Montevideo 1873. Documentos precedentes de los archivos de Fructuoso Rivera, Pedro Trápani, Miguel Barreiro, Juan Antonio Lavalleja y Ana Montorroso Lavalleja 1825-1852. Caja 5. Carpeta 8 Documento 12

<sup>427</sup> Segundo Lavalleja: “Desgaciadamente reuno em mi Prov.<sup>a</sup> alguna opinion y el hacerla valer para llevar la grra. contra el tirano del Brasil.”. BIBIOTECA NACIONAL. *Anais*. Op.cit.,p.146

Grande do Sul, em agosto de 1828, por José Rondeau, na qual aconselha o rompimento da região com o governo tirano: “*no se puede ofrecerles otra cosa que el afortunado momento de romper para siempre las cadenas con que un poder despotico y arbitrario los ha tenido unidos en el yugo de la tirania.*”<sup>428</sup>

Menos comum e mais interessante é o discurso que tenta cooptar os brasileiros, este aparece tanto nas cartas quanto nos impressos. Assim, a guerra não teria começado por uma escolha do povo brasileiro, nem contaria com sua aprovação. Tal posição se destina, principalmente, aos habitantes da região sul, os quais poderiam se tornar aliados na guerra contra o imperador, ou fica claro nas instruções dadas por Buenos Aires ao general Lavalleja, quando de sua invasão ao território inimigo. Como aparece na correspondência entre Trapani e Lavalleja:

desde que el general en jefe se reciba del mando procurará ver se puede introducir en el país el sistema republicano que ha proclamado la América, fomentando y auxiliando todo el movimiento q se haga a este objeto, y lisonjeando los naturales con la ocasión favorable que se les presenta con tener en su mismo país un ejército que proteja tales ideas, y que les facilite toda a seguridad hasta tanto q puedan organizar su gobierno como mejor lo consideren conveniente.<sup>429</sup>

Os motivos que explicariam a ocupação estrangeira, de acordo com a resistência oriental, seriam os interesses econômicos na região anexada e a própria relevância do território, a riqueza e prosperidade de suas terras. Elementos que também são acionados na tarefa de menosprezar o inimigo, tendo em vista o fato de a opulência oriental ser sempre colocada no passado anterior à invasão, e que na verdade encontrou seu fim exatamente por ela.

Comisionados por los jefes que presiden las fuerzas que han tomado sobre si el arrojado empeño de lanzar de la importantísima Banda oriental de este gran Rio de la Plata al fervor enemigo que la oprime, y la ha reducido al más horoso esqueleto habiendo se enriquecido con el escandaloso despojo de las propiedades de sus vecinos.<sup>430</sup>

---

<sup>428</sup> ARCHIVO JUAN ANTONIO LAVALLEJA. Archivo General de la Nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideu, 1966. Livro 53. Documento 628

<sup>429</sup> ARCHIVO JUAN ANTONIO LAVALLEJA. Archivo General de la Nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideu, 1966. Livro 53. Documento 591. O documento não é datado. Neste documento também fica patente a preocupação dos líderes orientais em evitar a destruição das cidades, a desordem e o desrespeito por parte dos soldados.

<sup>430</sup> BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*, Documento intitulado *Carta de José Platero*

Ou ainda:

La Provincia Oriental, cansada de sufrir el yugo de la dominación a cual la habían conducido sus desgracias; y a pesar de la debilidad de sus fuerzas para romper los de las cadenas que la ligaban, ha levantado el grito de Libertad.<sup>431</sup>

Estes discursos parecem ignorar a forma como se consolidou a presença lusa na região oriental, que contou, pelo menos no início, com um amplo apoio das elites portenhas e de parte dos grupos de poder montevidéanos, como já mencionado no capítulo anterior. Ambos temerosos pelos avanços da guerra de Artigas no território platino.

Segundo *Ana Frega*, a presença brasileira no Prata buscou legitimar-se na própria urgência em impedir o avanço do artiguismo, encarnada na construção do exército luso como pacificador. Aos homens do período em questão, o que importava era o restabelecimento da “ordem” e, sobretudo o desenvolvimento comercial do porto de Montevideú, mesmo que para tal fosse indispensável a união a outro Estado:

El tema central era la conformación de un gobierno estable aunque fuera asociado o incorporado a otro estado, resguardado por una fuerza militar que garantizara el orden interno y permitiera afianzar la posición de los grupos dirigentes en todo el territorio de la Provincia.<sup>432</sup>

No entanto, o ponto mais curioso no discurso oriental é a obstinação em definir o invasor como português, mesmo sabendo que em 1825, quando começa a guerra, o Brasil já tinha se tornado independente. A persistência, nesta documentação, em rotular o inimigo como português, pode estar ligada ao processo de deslegitimação já tantas vezes mencionado aqui, pois associá-lo ao luso é impor a ele toda uma rivalidade que ultrapassa o período histórico em que se refere à Guerra Cisplatina. É a partir deste universo que escreve Jose Mar.<sup>a</sup> Platero e Pedro Trapani em data não específica: “*Ellos prescindiendo de la Política que aqui se adopte durante la presente lucha de los Orientales con los Portugueses como opresores de su Provincia*”<sup>433</sup>. O que também se faz notar na carta de Pedro Trapani a Juan Bautista Bastos, em 17 de maio de 1825:

Ahora es llegado en tiempo de que yo lo hable de mi antiguo pleito con los portugueses: los papeles públicos de esta pondrán a Vns al corriente del

---

<sup>431</sup> *Ibidem.*

<sup>432</sup> Ana FREGA. Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa. Op. cit. p. 330.

<sup>433</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.85- 86.

movimiento que han los orientales contra sus opresores: yo estoy firmemente persuadido de sus buenos sentimientos a este respecto, y solo tengo que agregar a Vm de mi parte la más positiva suplica afín de que Vm como espero, nos ayude a esta empresa honrosa, preparándose a mandar, todos los soldados.<sup>434</sup>

Em carta de Lavalleja a Trapani, com data desconhecida, o general define D. Pedro I como o imperador português e reafirma a necessidade de evitar o trânsito dos tiranos portugueses na região; na verdade, esse seria um compromisso da ação dos *caballeros*.

Soldados orientales capaces de arrancarle las Entrañas al imperador portugués. Yo le aseguro que no se me pasa portugués. Yo le aseguro que no se me pasa portugueses hasta el rio-grande, y el día que ponga en práctica lo que he prometido ha mis compatriotas hasta los niños me han de acompañar que es ir ha buscar lo que nos han robado esos tiranos, esta es la decisión general de esta Provincia y el único modo que vuelva a su antiguo ser<sup>435</sup>.

Português, esta era a última coisa que 1825 queriam ser os orientais. Mesmos que as controvérsias sobre a postura dos *Trienta y Tres* e dos habitantes da Banda, como um todo, sejam muitas, não resta dúvida que, no início da guerra, o clube do barão<sup>436</sup> tinha poucos adeptos. Neste sentido, Trapani em carta ao general Lavalleja<sup>437</sup>, em agosto de 1827, destaca a repulsa ao português na Banda Oriental, sobretudo após o fracasso dos anos de ocupação. Também afirma que o simples fato dos orientais estabelecerem relações comerciais com os portugueses não fazia deles portugueses, ao contrário, a experiência da anexação do território platino ao império luso-brasileiro demonstrava a impossibilidade dos orientais transformarem-se em portugueses, mais ainda, em qualquer outra coisa diferente de sua identidade oriental.

Segundo *Castellano*<sup>438</sup>, resquícios da antiga rivalidade entre Espanha e Portugal

---

<sup>434</sup> Archivo General de la la nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. IV Archivos particulares. Montevideo 1873. Caja 5. Carpeta 8. Documentos precedentes de los archivos de Fructuoso Rivera, Pedro Trápani, Miguel Barreiro, Juan Antonio Lavalleja y Ana Montorroso Lavalleja 1825-1852.

<sup>435</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.91.

<sup>436</sup> O termo clube do barão aparece na própria documentação analisada, como por exemplo, na carta de Lavalleja a Trapani de 2 de junho de 1826. Refere-se àqueles que apoiavam a anexação.

<sup>437</sup> Trapani afirma na carta que:“los orientales por qe comprasen á los portugueses lo qe necessitasen se habian de hacer portugueses, una experiencia de diez años nos muestra lo contrario, los orientales nunca serán portugueses ni otra cosa qe lo que deven ser” Archivo Juan Antonio Lavalleja. Livro 51. Archivo General de la Nacion. Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nacion. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideu, 1966. Documento 632.

<sup>438</sup> CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca* 1820-1838. História Uruguaya. T.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

foram apropriados na América e ela tornou-se mais patente no movimento empreendido por Lavalleja e seus homens. Dito de outra forma, a antiga rivalidade entre o camponês oriental e o português, a quem eles definem como “portugo” ou invasor, facilitou a permanência de um imaginário contestatório em relação ao vizinho o qual o exército de Lavalleja soube aproveitar no intuito de excitar a população da Banda Oriental a apoiar o conflito bélico.

As apropriações discursivas de uma suposta contenda luso-hispânica tornam-se mais fortes após 1808, quando o vazio de poder nas terras da coroa espanhola e a presença da monarquia lusitana no Brasil complicaram significativamente a questão política na América do sul, o que aumentou, durante as guerras de independência, ainda mais o fosso entre os interesses dos diferentes grupos locais. A falta de um poder legitimamente reconhecido e a abundância de grupos locais divergentes entre si produziram na América do sul um conturbado contexto de lutas de representação, no qual, muitas vezes, na falta de uma identidade contundente, a negação do outro será a forma privilegiada de construção de suas próprias identidades.

O outro pode ser a antiga mãe pátria ou ainda o português, o que também não se apresenta de forma constante: pode-se ora manter uma postura de alinhamento com a antiga metrópole ou com a monarquia vizinha, ora rechaçá-los, a ambos. Para *Gérard Bouchard*,<sup>439</sup> as novas coletividades do continente americano estabeleceram dois modelos possíveis de relação entre a América e a Europa. O primeiro deles consistiu numa reprodução idêntica ou de continuidade, a partir do qual as novas coletividades buscavam reproduzir o universo de referências da mãe-pátria, suas tradições, ideias, símbolos e memórias. O segundo, de ruptura, supõe uma total descontinuidade com as heranças europeias. Algumas vezes esses modelos foram apropriados de forma oportunista, isto é, as elites *criollas* ressaltavam a herança cultural europeia, quando desejavam forjar uma identificação política para soberanias distintas, ou transgrediam esses laços, quando pretendiam justificar a originalidade de tais soberanias.

Essas soberanias podem estar condicionadas apenas à sutis laços de identificação, pois, de certa forma, a palavra aponta para uma maior flexibilidade e fragilidade dessas relações, ou melhor, a volatilidade peculiar dos acordos estabelecidos pelos atores políticos do movimento de independência. No que se refere ao português, a permeabilidade dessas posições também é clara. Com isso, se no ano de 1811 as tropas lusas entram em Montevideu com apoio de no mínimo parte do Cabildo. Em 1825, a presença brasileira é um incômodo quase generalizado.

O fato é que, a partir do outro – do português – o discurso político atribuído ao general Lavalleja tentou ratificar uma identidade que fosse inteligível ao seu exército e aos

---

<sup>439</sup> Gérard BOUCHARD. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo. Ensayo de Historia comparada*. México: FCE, 2003.

demais habitantes da Banda. Para *Fredrick Barth*<sup>440</sup>, a própria transformação do outro em estrangeiro, no dessemelhante, implica a percepção da existência de diferenças que podem passar por critérios de julgamento, de valor e de ação; fatores tomados por estes grupos como limitantes das interações humanas e capazes de funcionarem como fronteiras sociais. Em contrapartida, a identificação de uma pessoa como pertencente a um determinado grupo permite supor uma justaposição em seus mecanismos de avaliação. Com isto, por mais que essas interações apresentem níveis variados, há uma percepção de proximidade entre seus membros.

O discurso contra o estrangeiro é, inúmeras vezes, operacionalizado pelos líderes dos *Treinta y tres*, por exemplo, na correspondência de Manuel Calleros, Manuel Durán, Francisco Joaquin Muñoz, Juan Jose Vasques, Loreto de Gomensoro e Francisco Araucho, membros do Governo Provisório da Banda Oriental, ao Governo Executivo das Províncias Unidas do Rio da Prata, em 21 de junho de 1825.

La historia de los últimos sucesos en esta Provincia sorprende ciertamente y los Orientales no pueden haber justificado de un modo mas publico su odio a la dominación extranjera; sus deseos, y votos por pertenecer a su Gobierno Patrio – La aptitud, que se han conquistado en pocos días, muestra de un modo indudable El espíritu general de sostener su empresa à todo transe, así con las armas, como con los principios, que nos adquieran dignidad –<sup>441</sup>.

Proposição reiterada por Jose Platero e Pedro Trapani, em data desconhecida, numa carta provavelmente dirigida ao chefe supremo das Províncias Unidas, na qual, relembra com pesar o período em que a Banda Oriental esteve sobre ocupação de forças estrangeiras – um tempo que para os remetentes parece ter ficado no passado:

Si ha existido un período en que ella ha estado ocupada y dominada de fuerzas extranjeras, a mas de no ser ahora tiempo de ocuparnos de las causas que influyesen en tan desagradable suceso, sabe V. Soberano, que los hechos no fundan el derecho. De estos antecedentes resulta cierto, que los hijos y vecinos de la Provincia Oriental, son unos verdaderos ciudadanos del Estado, y que de derecho le pertenecen.<sup>442</sup>

Com isso, a ideia de estrangeiro foi sempre construída em oposição radical com a do natural. Os naturais estariam unidos por laços fraternos, isto é, pelo amor que só aqueles que compartilham um mesmo país poderiam sentir e que lhes possibilitariam

<sup>440</sup> Philippe POUTIGNAT. Teoria da etnicidade: seguido de grupos etnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

<sup>441</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p. 39 -40

<sup>442</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.

reconhecer-se. Por outro lado, os que não faziam parte desta família seriam estranhos a ela, ou seja, seriam os outros, os que estão fora e, por isso, desconheciam os laços de pertença que conecta os naturais, enfim, seriam estrangeiros. Chiaramonte ilustra com precisão o lugar desse estrangeiro na sociedade ao citar um manual de Instituições editado em 1818 por Jose Maria Alvarez e que teve grande circulação nas universidades espanholas e hispano-americanas. Do manual segue a seguinte definição, extraída do livro de Chiaramonte.

Por naturaleza entendemos una inclinación que reconocen entre si los hombres que nacen o viven en una misma tierra y bajo un mismo gobierno. Esto proviene de que la naturaleza ha infundido amor y voluntad y ha enlazado con un estrecho vínculo de cierta inclinación a aquellos que nacen en una misma tierra o país: a semejanza de los que proceden de una familia, que se aman con especialidad y procuran su bien con preferencia a los extraños. Así pues, aquellos que se miran con los respetos de traer su origen de una misma nación, se llaman naturales; y fuera de estos, los demás son extranjeros.<sup>443</sup>

Seguramente os mecanismos de transformação do oponente no outro – no estrangeiro – são tão inventados quanto as identidades coletivas a que se remetem os indivíduos de um mesmo grupo, entretanto não se pode negar o peso e a ressonância que o termo ganha quando a intenção é formar um discurso autorizado e invalidar o oponente. Para *François Guerra*<sup>444</sup>, todas as identidades, de viés nacional ou não, são imaginadas e delas participam, para além dos elementos culturais - como a língua, a religião, a mitologia histórica ou as particularidades étnicas - o imaginário político.

De acordo com René Remond<sup>445</sup>, o político possui a força de absorver todos os outros níveis da realidade social. Isto porque também o político seria uma expressão da identidade coletiva, na medida em que a maneira de um grupo social idealizar e experimentar a política fornece valiosas pistas sobre o universo de referências a que se remete. E é o uso que esse imaginário político faz dos traços culturais nos discursos de guerra – que permitirá vislumbrar de alguma forma as bases sociais, políticas e culturais – em que o projeto de soberania dos cavalheiros orientais fundamentava-se.

---

<sup>443</sup> José Carlos CHIARAMONTE. *Ciudades, provincias, estados. Op.cit.* p.77

<sup>444</sup> François-Xavier GUERRA. *Las mutaciones de la identidad en la América hispánica Op. cit.*

<sup>445</sup> As análises de Rémond se concentram na cultura política do século XX, mas algumas de suas observações podem ser redimensionadas para o século XIX. Para o autor a relevância do político se explica: “Porque ele recapitula os outros níveis da realidade. O político é uma das expressões mais altas da identidade coletiva: um povo se exprime tanto pela sua maneira de conceber, de praticar, de viver a política tanto quanto por sua literatura, seu cinema e sua cozinha.”(...) “O que se chama às vezes de cultura política, e que presume a singularidade do comportamento de um povo, não é um elemento entre outros da paisagem política: é um poderoso revelador do ethos de uma nação e do gênio de um povo”. René RÉMOND. *Por uma história política: 2ª Ed.* Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. p. 449-450.

No discurso de guerra propriamente dito, a idealização de uma identidade oriental começa com a marcação linguística do sujeito, ou melhor, com a diferenciação entre estes sujeitos. Assim, no texto assinado por Juan Antonio Lavalleja e endereçado ao povo oriental, há uma nítida demarcação do que seria o “*nuestro*”, isto é, o que seria de direito dos orientais: “*Ciudadanos: el triunfo de nuestras armas ha hecho desaparecer de entre nosotros á los tiranos opresores de nuestro suelo y con este motivo se me presenta la ocasion de manifestar á los pueblos*”<sup>446</sup>. Na delimitação do que é o “*nuestro*”, surge a figura do outro, aquele que deseja usurpar o que é do povo oriental.

A formação da identidade também passa pela construção de uma unidade, de uma coesão entre os chefes orientais – os *Trienta y tres* – e seus bravos soldados em nome da pátria. Essa harmonia justificaria a guerra e o empenho de cada homem, na medida em que compartilhariam o mesmo objetivo, como aparece no proclama de Fructuoso Rivera e Juan Antonio Lavalleja às tropas de seu comando.

Amigos: Vuestros Jefes vos saludan: Vosotros llenos del afecto con que siempre habéis distinguido **nuestra** personas, y animados de vuestro patriotismo, luego que nos habéis visto **unidos** para salvar nuestra digna patria, vos entregasteis a su impulso, y sin trepidar un solo momento, habéis bolado a seguirnos: nuestra gratitud será eterna, á esa nueva muestra de vuestra noble confianza, nosotros nos afanaremos hasta llenar vuestras dignas esperanzas, y corresponderemos en un todo a Vuestro empeño sagrado. Nosotros contamos con vuestra constancia, para la consolidación de la grande obra, y es preciso, que abriguéis en vuestro seno todas las virtudes que vos han hecho hijos de la grandeza, y no separéis de vuestra vista el precioso objeto de la revolución.<sup>447</sup> [grifo meu]

A citação acima tenta marcar a integração entre os chefes do movimento. O discurso de Lavalleja e Rivera é apresentado como a representação dos sentimentos de todos, os quais “unidos” lutam para salvar a pátria.

Uma unidade construída discursivamente na documentação de caráter público, mas inviável em termos práticos tendo em vista a multiplicidade de interesses e projetos políticos em disputa com os próprios *caballeros*, isto é perceptível na correspondência de Juan Lavalleja a seu amigo Trapani, em 2 de junho de 1826:

El ingrato de Rivera después de estar denigrando mi conducta del modo más escandaloso delante de la oficialidad del Ejército. Diciendo que yo ya no quiero pelear con los portugueses, que no quiero obedecer las órdenes de gobierno de la República, que el hade ser quien me hade venir a poner cuatro balas en la frente, y infinidad de desatinos indignos del carácter de hombre

<sup>446</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.93.

<sup>447</sup> *Ibidem.*, p.20.

decente; todo lo he sufrido mirando con desprecio los insultos que en mi conciencia hacia aquel malvado.<sup>448</sup>

Ou ainda na missiva de Lavalleja, sem destinatário específico, com data provável de 1º de setembro de 1828. Nesta, Rivera é colocado sobre suspeita supondo interesses de sua parte em montar uma república para si:

Los Correntinos se han retirado, y últimamente Rivero hace lo que quiere – no estamos muy seguros en esto de patria para que los portugueses están con bastante cógete (según me informa Reyes) y parece que Rivero quiere hacer su republicuita lo que hay de neto es que el Ejército Del Norte no se mueve, y ni menos Rivero la fuerza de este es muy poca y muy matizada. En este concepto ya nada hay que esperar por Allá. Yo me contentaría con que se dejara estar quieto, y para la Patria el tal Hombre que yo hare por acá lo que pueda. Mi opinión es que este hombre nos ha de dar mucho trabajo, y dios quiera que sea después de la terminación de la guerra.<sup>449</sup>

A construção de identidade, porém, é essencialmente concebida a partir do outro, e é por meio da definição do outro que se consolida a imagem do próprio, sempre em tom comparativo. Como na carta de Julian Laguna a Fructuoso Rivera em 28 de agosto de 1825: “*Los enemigos no dudo que abran recibido su prejuicio correspondiente, y ademas la observacion de la bravura de nuestras tropas, su disciplina y subordinacion.*”<sup>450</sup>

A documentação analisada aponta para um discurso identitário oriental e dos *Trienta y tres* que se consolida a partir da negação do outro – seja ele estrangeiro, português ou simplesmente o inimigo – não se pode perder de vista que a identidade também pode emergir da própria crise de pertencimento. Na verdade, esse é o ponto de inflexão deste trabalho em relação aos demais, apontar para o caráter falacioso de identidade de grupo dos *Trienta y tres*. Isto porque, estando esta dissertação voltada para análise de discurso, mais importante que determinar quantas pessoas participaram da travessia da Agraciata é demonstrar o quanto o discurso de unidade em torno dos *caballeros* foi importante na tentativa de legitimar o conflito e estimular a adesão a ele. Com isso, não se quer negar a existência material dos *caballeros*, mas afirmar que as diferenças sociais e de projeto tornava, em certa medida, instável a coesão destes indivíduos tornando esta aliança essencialmente retórica.

Segundo Zygmunt Bauman<sup>451</sup> a identidade foi atribuída aos seres humanos diante da fragilidade dos laços de pertencimento, desta forma não poderia ser caracterizada

---

<sup>448</sup> *Ibidem.*, p. 122

<sup>449</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.66

<sup>450</sup> *Ibidem.*,p.66.

<sup>451</sup> Zygmunt BAUMAN. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

como uma necessidade oriunda das relações com os indivíduos. Bauman demarca o caráter fictício das construções de identidade, bem como dos elementos de persuasão que lhe dão coerência e sua dimensão processual.

Retomando as observações sobre a análise do discurso enunciadas na introdução, deseja-se assinalar quanto o uso do termo oriental, para identificar os habitantes da Banda Oriental em oposição ao inimigo português e também ao aliado das Províncias Unidas, permite entrever a complexidade política e social da região e a diversidade de possibilidades com as quais dialogaram os grupos políticos platinos. Para *John Pocock*<sup>452</sup>, os diferentes contextos linguísticos dão pistas do contexto político, social e histórico a que se ligam.

*Pocock* também afirma que a fala enunciada pelos diversos atores políticos já estava em uso antes, empregadas, talvez, com intenções díspares. No que se refere ao discurso dos *Trienta y Tres*, o termo oriental já era conhecido – como se tentou demonstrar no primeiro capítulo – com sentidos diferentes. Porém, o que interessa aqui é pensar a especificidade do termo na documentação estudada e seu alcance na região, muito provavelmente em razão de sua disseminação no imaginário político de seus habitantes.

Na documentação, o termo *oriental* extrapola o sentido meramente geográfico e recebe uma carga marcadamente identitária. Assim, os habitantes da região são orientais por serem diferentes de seus vizinhos do Império brasileiro, a quem eles odeiam. A dicotomia entre os orientais e seus opositores fica mais evidente na missiva de Pedro Trapani e José Maria Platero ao governo de Buenos Aires, sem data definida:

Los Comisionados al desempeñar su encargo en nada menos han pensado que en comprometer el Gobierno del País con el Extranjero. Ellos prescindiendo de la Política que aquí se adopte durante la presente lucha de los Orientales con los portugueses como opresores de su Provincia.<sup>453</sup>

Os orientais são apresentados pela sua coragem enquanto seus algozes são lembrados por uma postura classificada como despótica. Assim Lavallega define a situação em carta a Pedro Trapani, em 13 de outubro de 1825: “*Ya no es posible que el déspota del Brasil espere de la esclavitud de esta Prov.<sup>a</sup> el engrandecimiento de su Ymperio - Los Orientales acaban de dar al mundo um testimonio indudable del precio en que estiman su libertad.*”<sup>454</sup>

---

<sup>452</sup> POCOCK, John. G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

<sup>453</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.85.

<sup>454</sup> *Ibidem.*,p.87.

O uso da expressão *orientais* representou, com isso, no vocabulário político dos *caballeros*, mais do que a delimitação espacial daqueles que habitavam a Cisplatina passando a identificar aqueles que moravam nesse território e não eram portugueses, espanhóis ou das Províncias Unidas do Rio da Prata. Isso supõe a leitura da carta Manuel Calleros, Manuel Durán, Francisco Joaquim Muñoz, Juan Jose Vasques, Loreto de Gomensoro e Francisco Araucho ao Governo Executivo das Províncias Unidas do Rio da Prata, no dia 21 de junho de 1825, na qual se estabeleceu uma tênue diferença entre os orientais e as Províncias Unidas diante da separação que se fizeram entre esses orientais e o governo das Províncias Unidas: “*Entonces se inflamará, si puede ser mas, el patriotismo de los Orientales, y la libertad de este territorio, acabará de dar al Gobierno de las Provincias Unidas Del Rio de la Plata la consideracion q.ª merece.*”<sup>455</sup>

Outros vocábulos frequentes nas fontes utilizadas são os de *patriotas*, *compatriotas* e *pátria*. As palavras *patriotas* e *compatriotas* foram aplicadas de forma a definir o povo oriental e a sua atitude diante da guerra enquanto *pátria* passou a demarcar uma região, isto é, o espaço o qual pertenceriam os orientais. Na carta de Jose Platero e Pedro Trapani direcionada, provavelmente ao governo de Buenos Aires, o termo *compatriota* é utilizado para representar aqueles que se sacrificam em nome da honra e da felicidade do lugar em que nasceram, sendo possível, então, intuir que os derivados de *pátria* estariam estritamente ligados ao território: “*Compatriotas, y conciudadanos, á quienes se oprime en los Buques de Guerra, y Castillos de tierra, sin outro delito q.ª sospechar en ellos un sentimiento por su libertad, por la de la Prov.ª en q.ª nacieron.*”<sup>456</sup>

A expressão é usada de uma forma muito próxima a da discutida por Chiaramonte quando analisa o contexto argentino. Segundo o autor, a ideia de *pátria* diz respeito ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo ou lugar no qual o indivíduo tenha nascido ou sido criado, desta forma está estritamente ligada ao conceito de cidade. Com isso, por mais que o termo *pátria* tenha sido associado à região ou mesmo à nação hispânica, a vinculação mais constante deste era com a cidade. Os derivados de *pátria*, para além da reconquista espacial, podem ser associados à recuperação política e à autonomia da região, e nisso se voltam para a aceção de cidade aos moldes hispânicos, já discutido anteriormente, e como é apresentado na Circular aos Cabildos dos Departamentos da Província Oriental, em 17 de junho de 1825.<sup>457</sup>

---

<sup>455</sup> *Ibidem.*, p.40.

<sup>456</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*, p.84

<sup>457</sup> Apesar de o trecho ter sido reproduzido anteriormente sua importância torna justa sua repetição: “*Cuando los dignos hijos de la Patria han lanzado con heroísmo el noble grito de Libertad, y empuñado las armas para recuperarla á toda costa, la suerte de los pueblos, y su política existência, debe librarse á los órganos legítimos de su voluntad. Hasta aqui tiranos, y ambiciosos dispusieron de ella al impulso y capricho de sus pasiones é intereses. Es llegado el dia de escucharse los magestuosos é imponentes votos de los seres, que han roto sus cadenas, abjurando por siempre la ridícula obra de las convinaciones, y tenebrosos planes de sus mandatários*”.

A validade para o capítulo em se debater o termo pátria explica-se pelos indícios que ele dá acerca do que seria o projeto político dos *caballeros*. Antes de tudo, é preciso pontuar que a dissertação não pretende identificar o projeto dos *treinta y tres*, tendo em vista a dificuldade, a partir da documentação encontrada, em percebê-los enquanto grupo, seja pela multiplicidade de ideias aventadas por seus membros seja pela inexistência de textos representativos dos diferentes membros da campanha. O fato é que a *pátria* dos líderes orientais não possui conexão aparente com perspectivas nacionais, isto é, aos moldes dos Estado-nacionais da segunda metade do século XIX. A partir disso, pretende-se questionar o viés nacional atribuído pela historiografia nacionalista do Uruguai – apresentada no primeiro capítulo – à iniciativa de 1825.

A documentação consultada, apesar de não permitir uma delimitação precisa sobre o que de fato pretendiam os orientais quando desembarcaram na Agraciata, pode apontar para algumas temáticas que parecem caras aos *caballeros*, dentre elas, a ideia de independência e o projeto de anexação da região às Províncias Unidas do Rio da Prata. Sobre esta adesão às Províncias Unidas, o único aspecto claro, diante a leitura das fontes, é que a união parecia a esses homens como a melhor opção, num primeiro momento, embora não seja possível analisar em que termos esta filiação se daria. Mais ainda, a partir das fontes fica inviável avaliar se os orientais estavam sendo sinceros ao propor essa união ou se desejavam simplesmente obter o apoio portenho e tão logo fossem vitoriosos promoveriam a separação, tampouco permite perceber se essa era uma decisão que contava com a simpatia da maioria da população ou tinha o sufrágio apenas de uma ínfima parcela dos habitantes da Banda.

A opção de união entre os dois território choca-se com a questão da independência absoluta. A partir disso, questiona-se a viabilidade da empreitada oriental ter tido como norte a independência absoluta, rompendo tanto com os brasileiros quanto com os argentinos. Para *Azua*<sup>458</sup>, a independência absoluta sempre foi uma das possibilidades aventadas, que, às vezes, ganhava mais ou menos força.

Dígase brevemente que tanto entre 1820 y 1825 como entre 1825 y 1828 porteños, portugueses, brasileños y orientales manejaron la existencia de una opinión favorable al independentismo absoluto y la eventualidad objetiva de una salida de ese carácter con intenciones que son más que ostensibles y que prácticamente anulan todo su valor probatorio.

Los porteños plantearon por su parte al Imperio el hecho de que la zona que ocupaba al sur de su territorio era tradicionalmente insumisa y peligrosa: en las instrucciones con que Rivadavia proveyó en 1823 a José Valentín Gómez en su misión ante la corte de Río de Janeiro que tenía por fin lograr la desocupación de nuestro territorio se estampaba que “los orientales desde los tiempo de Artigas habían proclamado la independencia de todos poder

---

BIBLIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.35

<sup>458</sup> Carlos REAL DE AZUA. *Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991.

extranjero y sostenido el régimen federal”. Después de abril de 1825 reiteraron consideraciones semejantes el Dr. Manuel José García, el General Alvear, los generales Guido y Balcarce durante las negociaciones del Convenio Preliminar de Paz de 1828.<sup>459</sup>

O que as fontes apontam, entretanto, é que o general Lavalleja mantinha-se hesitante quanto aos projetos de separação em relação às Províncias Unidas do Rio de la Prata, na medida que temia uma incapacidade da Banda Oriental em manter-se livre diante da força de seu vizinho brasileiro. Além do que, para Lavalleja, independência não parece significar o rompimento com as províncias irmãs. Pontos presentes na missiva de Juan Lavalleja a Pedro Trapani de 1º de abril de 1827:

Conozco que la Banda Oriental podría mantenerse muy bien en un estado independiente pero, amigo no se porque razón la República trabaja por separar de su liga una Provincia de las que le da más importancia. Sea de esto lo que fuere si por este medio se consigne la paz, y los tratados no son perjudiciales a esta Provincia quedando ella a la conducción de la guerra, en una buena planta, creo que no dejará de convenirnos la independencia; y que al mismo tiempo haya seguridad para que después de ver sola esta Provincia no se le declara guerra por parte del Emperador, por cualesquiera fingido pretexto, y que nos veríamos obligados a combatir solos.<sup>460</sup>

A citação anterior também permite afirmar que, como já mencionado, além da multiplicidade de projetos em luta na frágil unidade dos *Treinta y tres*, a própria realidade bélica foi criando novos horizontes para esses homens e transformando os antigos projetos. Assim, em 1827, pouco restava dos *caballeros* da Agraciada. Alguns sucumbiram às batalhas outros foram debilitados por elas. Já os que nunca se entenderam apartarem-se de vez. O que não seria, ao cabo, uma surpresa na medida em que o trabalho tentou ressaltar o cunho essencialmente discursivo da coesão dos *treinta y tres*. Dado, porém, que não invalida a atividade dos *caballeros*, ao contrário, ousa-se dizer que a função destes foi cumprida fielmente: levaram os orientais à guerra.

Quanto ao significado da união dos territórios platinos, é de substancial importância o livro de Carlos Real de Azua porque indica as diferentes interpretações históricas para justificar a união com as Províncias Unidas. A primeira tese afirma que a união foi um erro e que os orientais tentaram rapidamente voltar atrás. A segunda admite que a anexação foi uma máscara imposta pelas idiossincrasias da luta, assim os orientais desejavam a independência, mas precisariam se unir para atingir seus objetivos. A terceira tenta demonstrar que a declaração de independência foi uma necessidade – uma operação irracional

<sup>459</sup> Carlos REAL DE AZUA. *Op.cit.*, p. 84

<sup>460</sup> *Ibidem.*,p. 150

dentro de objetivos de independentistas. A Quarta tese de união ou unidade afirma que a Ata de União não significou nenhum compromisso político, o qual representaria uma aliança que ao cabo em nada afetaria a independência – a união representaria uma federação. A quinta tese supõe existir uma vontade de união e de unidade, porém a união não teria o mesmo teor de uma anexação nem de vasalagem, como explica Azua:

muy bien puede asentirse ya que la unión formal de dos elementos puede encubrir una gran variedad de interacciones entre ambos aunque ello, por supuesto, no cancele el “estado” más genérico que esa unión significa. Menos legítima, como ya se marcará, es el distingo con el que Pablo Blanco Acevedo creyó probablemente haber hallado la piedra filosofal en este punto tan enojoso a su tesis: “unir” no es “incorporar” como lo designó, al validar el acta el 25 de agosto, el Congreso argentino que aceptó la voluntad oriental (17). Y ciertamente que no son términos sinónimos ya que “unir” es la acción que permite a dos partes ser una sola, acceder a un estado “que es el de unión”, e “incorporar” es a su vez la acción por la que se operativiza el acceder a ese estado en condiciones del tipo de las que se ofrecían en 1825 en el Río de la Plata: un vasto núcleo nacional en proceso de organización estatal por una parte y una provincia que pronunciaba su querer de formar parte de él.<sup>461</sup>

A sexta tese, seria uma união sem o conteúdo que pode ser dado a essa palavra, um simples resultado da imprecisão da linguagem político-constitucional do período. A sétima tese, a decisão de unidade teria sido uma demonstração de que a Província era independente e ninguém teria direito sobre ela. Oitava – independentismo subserviente – que coloca a iniciativa dos *caballeros* como um reivindicação para atender aos interesses argentinos.

A exposição de todas as teses, que ao longo da história uruguaia tentaram explicar a anexação, demonstra categoricamente a relevância da questão para a posterior construção do Estado do Uruguai. Mas, para o capítulo, a pergunta essencial é o quão dramática foi a Ata de União para o universo de referências dos orientais; e a resposta fica por conta do vazio de tal temática na documentação analisada, o que tende a minimizar os efeitos desta anexação para os contemporâneos de Lavalleja.

Neste sentido, seria válido afirmar que, apesar de ser recorrente na documentação dos líderes orientais as explicações sobre um destino comum entre as duas Províncias, o que justificaria a união destas, não é possível afirmar em que medida tais argumentos visavam atingir o povo oriental – de forma a convencê-lo da legitimidade da anexação – ou ao governo de Buenos Aires – no intuito de animá-lo a aderir a união. Com isso, essa adesão, para a dissertação, ficará restrita ao discurso político, pois diminui, assim, a força da Ata de União, como elemento explicativo do tipo de projeto pretendido pelos

<sup>461</sup> Carlos REAL DE AZUA. *Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya*. Op.cit. p.91

orientais.

Dito de outra forma, a aliança com as Províncias Unidas pode ser lida com uma alternativa à impossibilidade dos orientais de lutarem sozinhos contra o império brasileiro, mas também não representou nenhuma ruptura ou agressão ao universo político dos habitantes da Banda Oriental, servindo mais para demonstrar que havia um inimigo comum contra o qual cabia a ambos lutarem.

Nesta conjuntura, o discurso político de uma pretensa rivalidade entre Espanha e Portugal foi utilizado para justificar a briga da Cisplatina contra o Brasil. A Banda Oriental contava com o apoio das Províncias Unidas do Rio da Prata, sua irmã, tendo em vista os laços comuns de ambas, dada a proximidade histórica de um destino comum que a herança espanhola imprimiu. Já o Brasil era o verdadeiro herdeiro de Portugal. Aí estariam os dois inimigos de guerra; e, confrontar-se não colocava em jogo apenas a liberdade do povo platino, mas poderia pôr um fim à imemorable contenda ibérica.

Assim, as aclamações insistem em lembrar a proximidade entre as Províncias Unidas e a Banda Oriental. Laços são acionados por Lavalleja e Rivera em carta de 14 de maio de 1825, direcionada ao capitão general da Província de Buenos Aires, Juan Gregorio las Eras:

Estos son Exño Señor los resultados de pocos días de lucha pasivos. Y cuales serán se lo gobernó de Buenos Aires recordando los sagrados vínculos que nos unen, y obviando los sucesos hijos de fatales momentos extiende una mano generosa para ayudarnos ala ciscana oilla? Entonces sin duda el país se constituye, entrando en la liga de las demás proas remite sus diputados al congreso general y los opresores desaparecen para siempre sin que nuestra patria experimente los desastres de una guerra sanguinosa. Si Sor Exño llegaron los momentos en que la Provincia de Buenos Aires alcanzase otra alguna acredite ala faz del mundo que prescinda de sus intereses particulares cuando se entereza en la Libertad de sus hermanos que no debieron ser esclavos en una sola hora.<sup>462</sup>

Exatamente essa proximidade entre os orientais e as Províncias Unidas – desde sua origem a região Cisplatina – teria pertencido ao vice-reinado do Prata, que explicaria a união dos dois territórios, proposta amplamente divulgada nas aclamações: “La Provincia Oriental desde su origen ha pertencido al territorio de los que comporrian el virreynato de Buenos Ayres, y por consiguiente fue y debe ser uma de las de la union Argentina”.<sup>463</sup>

Obviamente, esta era a guerra para os *Trienta y Tres*. E se diferente eram os

---

<sup>462</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,p.25

<sup>463</sup> BIBIOTECA NACIONAL. *Anais. Op.cit.*,,. Documento número 42. Circular à los Cabildos de los departamentos de la Provincia Oriental.

propósitos que embalavam os combatentes, a finalidade era a mesma – a posse do território da Banda Oriental – e neste quesito não houve vencedores.

Por fim, o capítulo tentou apresentar o discurso utilizado pelos *Trienta y Tres Caballeros Orientales* de forma a legitimar o esforço bélico promovido contra a ocupação brasileira na Banda Oriental. Por sua vez, esse mesmo discurso buscou validar a união da Banda Oriental às Províncias Unidas do Rio da Prata baseado na irmandade histórica entre os dois territórios, isto é, manteve como argumento de soberania o passado de união entre as duas regiões e, por mais que seja questionável o caráter dessa adesão, não se pode negar sua pertinência no que se refere à cultura política da época.

## CONCLUSÃO

A dissertação tentou analisar os diferentes argumentos de soberania que emergiram durante a guerra Cisplatina (1825-1828) e o universo de referências de que fizeram uso para construir seus discursos. Portanto, priorizou identificar o arcabouço teórico dos três grupos envolvidos no conflito bélico – o Império brasileiro, as Províncias Unidas do Rio da Prata e os *Trienta y Tres caballeros orientales* – de forma a legitimar o domínio da Banda Oriental.

A partir da documentação encontrada durante os dois anos de pesquisa foi possível afirmar que os diferentes grupos de poder no Prata tinham um interesse bastante específico: validar a posse da Banda Oriental e consolidar-se dentro e fora de suas unidades naturais. Neste sentido, ficou clara a especificidade dos discursos políticos das fontes documentais, que apontaram para um discurso com objetivos que ultrapassavam e muito a de um simples caráter informativo ou explicativo, na verdade, pretendeu animar homens à ação – produzir a guerra –, a qual seria levada a cabo mediante uma legitimação de seus fins. Desta forma, as soberanias portenhas, brasileiras e orientais transformaram a guerra em arcabouço teórico para angariar a adesão de suas respectivas populações a um conflito que dizia muito mais sobre os interesses de determinados grupos hegemônicos que sobre o direito efetivo de um ou outro Estado em dominar o Prata.

Com isso, a guerra Cisplatina pode ser tomada enquanto uma guerra não dos orientais, do Império ou das Províncias Unidas, mas de parte das elites da corte fluminense, dos portenhas e dos *caballeros* e, em razão disso, entrou em questão a necessidade e a capacidade das soberanias locais formularem uma justificativa com forte apelo discursivo, hábil o bastante para produzir integração e uniformidade entre interesses regionais, muitas vezes, opostos e que, por seu turno, fizesse da Cisplatina uma guerra nacional em territórios com tendência à desagregação ou temerosos por ela.

Para fazer a guerra alguns argumentos foram acionados e, pelo menos parte deles, pôde ser facilmente localizado na fala de todos os oponentes. Outros são comuns a apenas um dos lados. Dos que aparecem nos diferentes lados, o mais importante e constante passou pela construção de identidades, argumento que também foi utilizado para justificar a própria guerra. Deste redundou um segundo, a deslegitimação do outro – o inimigo – ele por si só ilustraria a necessidade da luta. O terceiro filiou-se ao passado, isto é, buscou localizar na história os motivos para manutenção da região. O quarto partiu de perspectivas geográficas, que possibilitariam responder quem seriam os verdadeiros donos da terra. O quinto e único de claro viés político, utilizou o regime de poder para desclassificar o opositor, com os diferentes lados questionando a validade de um governo monárquico ou republicano.

Estes cinco pontos estiveram presentes em maior ou menor grau na retórica dos três envolvidos. Porém, é possível afirmar que alguns argumentos de soberania sobrepujaram

os demais em determinada região. Com isso, o Império brasileiro privilegiou perspectivas de cunho geográfico, seja utilizando a retórica de fronteira natural ou da necessidade de uma unidade territorial, para formular seus argumentos de soberania. Já na Banda Oriental e nas Províncias Unidas, a ideia de uma história de natureza análoga entre essas duas regiões seria o arcabouço preferido pelos grupos de poder no intuito de inflamar sua população diante da guerra.

Entretanto, para além de identificá-los, buscou-se uma coerência, ainda que frágil, entre eles. Assim, a conexão destes elementos discursivos pareceu ficar mesmo a cargo de um esforço deliberado dos grupos de poder em luta na Cisplatina de se apropriar, em seus discursos bélicos, de substratos claramente culturais para promover seus objetivos políticos e econômicos. Dito de outra forma, a retórica de guerra que as soberanias regionais platinas desejavam reforçar a fim de justificar a ação militar, passou a largo, na maior parte do tempo, de fundamentos financeiros ou de um viés político, mas buscou lançar suas bases numa suposta homogeneidade cultural, que de fato nunca existiu.

Sendo assim, quando as Províncias Unidas legitimavam seu direito sobre a Banda Oriental o faziam em nome de uma herança cultural hispânica que os tornavam iguais. Da mesma forma, o Império brasileiro ao demonstrar a legalidade de sua presença em terras orientais se remetia a construção de laços fraternos impressos durante a ocupação lusa, quando, na verdade, a Banda Oriental foi desde os tempos artiguistas espaço privilegiado de negação e apropriação das culturas de seus vizinhos, construindo, ao fim, uma história comum do Prata, mas nunca uma história platina uniforme.

É claro, porém, que o trabalho esforçou-se em vislumbrar a fragilidade desta alegação na medida em que a presença dos elementos culturais elencados aqui não permite garantir que estes estavam verdadeiramente em consonância com a opinião dos grupos de poder no Prata, pelo menos de parte significativa deles. Contudo, possibilitou afirmar que a utilização de noções culturais, associadas ou não ao passado destas novas soberanias, foi possível diante de sua pertinência e de sua força de ação no universo de referências destas populações. Assim, a dissertação tentou demonstrar como os discursos empregados pelos grupos de poder envolvidos na Guerra Cisplatina se apropriou do universo cultural – recente ou pregresso – de seus habitantes para justificar e legitimar seus interesses. Por exemplo, quando os orientais renegaram a presença do Império brasileiro na região identificaram o inimigo como o português e não enquanto brasileiros, atribuindo ao oponente toda uma carga pejorativa que se filiava ao passado de disputa entre ibero-americanos. Não muito diferente, os brasileiros ao buscarem uma razão para a ineficácia da ocupação, nomearam a língua como dado essencial, que na verdade não foi um elemento próprio da cultura política do século XIX, mas da colonização espanhola. Em ambos, o passado foi acionado de formar a corroborar com uma ação no presente, possível apenas na medida em que essas perspectivas encontraram eco na cultura política dos homens que fizeram a guerra.

Sobre os *Trienta y Tres caballeros orientales* a diferença mais significativa

proposta pela dissertação foi em termos de conteúdo, tendo em vista que o trabalho superou as discussões em torno do valor numérico dos *caballeros* e suas identidades e quis apontar para fragilidade de caracterizá-los enquanto grupo. Nos quatro capítulos houve um empenho em identificar a complexidade e a pluralidade das soberanias emergentes na Banda oriental, além de pontuar como as tentativas políticas em dar contornos nacionais aos territórios sul-americanos interferiram nestas soberanias.

Por fim, a dissertação apresentou o discurso utilizado pelos grupos de poder das três regiões envolvidas na Guerra Cisplatina de forma a legitimar o esforço bélico. Os elementos narrativos que estes empregam para alcançarem seus objetivos acabam por dar pistas sobre as culturas políticas em jogo na região. Mais ainda, demonstram que a formação do Uruguai dialogou com dois projetos políticos – o do Brasil e o das Províncias Unidas –, e, por isso, esteve sempre entre duas fábulas.

## FONTES

### Manuscritos:

1. Archivo General de la Nación. *Arquivo General Lavalleja* Inventario de los fondos documentales del archivo general de la nación. II. Catalogo del Ex. Archivo y museo Historico Nacional Montevideo, 1966. Livros 47 ao 53.
2. Manisfesto ou exposição fundada e justificada do procedimento da corte do Brasil a respeito do governo das Províncias unidas do Rio da Prata. Rio de Janeiro. Na Typografia Nacional, 1825. OR- 99D, 22,32.
3. Memorias de la expedicion de los 33, al mando do general D. Juan Antonio Lavalleja, para expulsar a los portugueses de la Banda Oriental. Documentos originais 118. Ano de1825. Loc 16,3,4.

### Periódicos:

1. *O Spectador Brasileiro: Diario Político, Literario e Comercial*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Seção de Obras Raras. Localização: PR-SOR 00003(1). Volume1.
2. *O verdadeiro liberal*. Periódico político e literário. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 1821-1827.
3. *Diário fluminense* de 23 de fevereiro de 1826. Biblioteca Nacional, setor de obras raras. Loc: PR-SOR 00010 [-7]- Ano 1825-31.
4. *Gazeta do Brasil*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de Obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296. Jornais diversos 21-27.
5. *Atalaia da Liberdade*. Biblioteca Nacional. Setor de Obras Raras. Localização: PR-SOR 287-296.
6. *Cronica politica y literaria de Buenos Aires*. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Divisão de periódicos Loc.: 3-238,04,03. Período: 03/1827 a 10/1827. Coleção (1-120)

7. *El mensajero argentino*. Biblioteca Nacional Argentina. Sala do Tesouro. Rolo 10, 10.
8. *El Argos de Buenos Ayres*. Biblioteca Nacional da Argentina. Sala de microfilmes.

## BIBLIOGRAFIA

- ABELLÁN, José Luis. *La Idea de América. Origen y Evolución*. Madrid: Ediciones Istmo, 1972.
- ACEVEDO, Pablo Blanco. *El federalismo de Artigas y la independência Nacional*. Montedideo: Impresora Uruguay, 1939.
- ACEVEDO, Eduardo. *Anales historicos del Uruguay*. Tomo1. Montevidéu, 1933.
- ALBERDI, Juan B. *Las Disensiones de la Republicas del Plata y las Maquinaciones del Brasil*. Buenos Aires: La Tribuna Nacional, 1863.
- ANDERSON, Benedict. *Nações e consciência nacional*. São Paulo: Ática, 1989.
- ANTUNES, Vanderlei Lemos . *O Conceito de Soberania em Jean-Jacques Rousseau*. Controvérsia (UNISINOS), v. 2, p. 1, 2006.
- ASSADOURIAN, C.S., Beato, C. & Chiaramonte J.C. *Argentina: de la Conquista a la Independencia*. Buenos Aires: Hispamerica, 1986.
- AZEVEDO, F.L. N.; DAYRELL, E. G. e GIUCCI, G.. *A Conquista do Novo Mundo: fontes documentais e bibliográficas relativas à América Hispânica*. Rio de Janeiro: Fundação José Bonifácio, 1991.
- AZEVEDO, Francisca L. Nogueira. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002
- BACZKO, Bronislaw. “Imaginação Social”. *In: Enciclopédia Einaudi*. v.5. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985.
- BANDEIRA, Moniz. *O expansionismo brasileiro e a formação dos Estados na Bacia do Prata: Argentina, Uruguai e Paraguai, da colonização à Guerra da Tríplice Aliança*. 2 ed. Rev. São Paulo: Editora da Universidade de Brasília, 1995.

BARRÁN, José Pedro e NAHUM, Benjamin (org). *Cartas a Bernadina. Fructuoso Rivera*. Montevideo: Arca, 1968.

BASSO, Luisa Peirano. *Marcha de Montevideo y la formación de la conciencia latinoamericana a través de sus cuadernos*. Buenos Aires: Javier Vergara Editor, 2001.

BASTOS, Maria Helena Câmara, CUNHA, Maria Tereza Santos e MIGNOT, Ana Crystina(org). *Destinos das letras: história, educação e escrita epistolar*. Passo Fundo: UPF, 2002.

BAUMAN, Zygmunt. *Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BETHELL, Leslie(org). *História da América Latina: A América Colonial I*, volume 1. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

BONFIM, Manuel. *O Brasil nação. Realidade da Soberania Brasileira-2º.ed*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BOSCHI, Caio César . *A Universidade de Coimbra e a formação intelectual das elites mineiras coloniais*. Estudos Históricos (Rio de Janeiro), Rio de Janeiro, v. 4, p. 100-111, 1991.

BOUCHARD, Gérard. *Génesis de las naciones y culturas del Nuevo Mundo. Ensayo de Historia comparada*. México: FCE, 2003.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 3ªed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 164.

BOUZA, Fernando. *Corre Manuscrito. Uma historia cultural do Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons, 2001

BRADING, David A. *Orbe Indiano: de la monarquia católica a la republica criolla, 1492-1867*. México: Fundo de Cultura Econômica, 1991.

BURGOS, Manuel Espadas e GOITIA, José Ramóm de Urquijo. *Historia da Espana. Guerras de la Independência y época constitucional (1808-1898)*. Madrid: Gredos, 1990.

CALÓGERAS, J. Pandiá. *A política exterior do Império*. Edição fac-similar. Brasília: Senado

Federal, 1998.

CAPDEQUÍ, J.M. OTS. *El Estado español en las Indias*. 8ª Ed. México: FCE, 1993.

CARRANZA, Jacinto. *¿Cuántos eran los treinta y tres?*. Montevideo: Talleres Gráficos, 1946

CARNEIRO, David. *História da Guerra Cisplatina*. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1983.

CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *Pontos e bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

CASTELLANOS, Alfredo. *La Cisplatina, la independencia y la republica caudilhesca 1820-1838*. História Uruguaya. T.3. Buenos Aires: Ediciones de La Banda Oriental, 1998.

CERTEAU, Michel. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forence Universitária, 2002. pp. 31-119.

CHARTIER, Roger. *A História Cultural. Entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.

\_\_\_\_\_. “A História hoje: dúvidas, desafios, propostas”. In: *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro. V.7 n. 13, 1994. pp.97-113.

CHIARAMONTE, Jose Carlos. *EL problema de los Estados Hispanoamericanos en la Historiografía Reciente y el Caso do Rio de la Plata*. Anos 90 vol1, n.1 Buenos Aires: Ariel, 1993.

\_\_\_\_\_. “Modificaciones del Pacto Imperial. In.: ANNINO, Antonio, GUERRA, François-Xavier (Coord). *Inventando la Nación-Iberoamérica siglo XIX*. México: FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. *Ciudades, provincias, estados: Orígenes de la Nación Argentina: 1800-1846* Buenos Aires: Emecé Editores, 2007.

CHUST, Manuel. “Constitución de 1812, liberalismo hispano y cuestión americana, 1810-

1837". *Bol. Inst. Hist. Argent. Am. Dr. Emilio Ravignani*, jan./jul. 2002, no.25, p.157-178.  
ISSN 0524-9767.

CUTOLO, Vicente Osvaldo. *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino*. Buenos Ayres:Elche, 1971.

DONGHI, Halperin. *História da América Latina*. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1989.

DORATIOTO, Francisco. *Maldita Guerra. Nova história da Guerra do*. São Paulo: Companhia das letras, 2002.

ELIAS, Norbert. "Introdução: Ensaio Teórico sobre as relações entre estabelecidos e outsiders": In: Norbert & SCOTSON, John. *Os Estabelecidos e os outsiders*. A sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

EMANUELLI, Isaac. *Apuntos historicos "La cruzada libertadora de los 33"*. Montevideo: Martin Bianchi Altura, 1960.

FELDE, Alberto Zum. *Proceso histórico del Uruguay: esquema de una sociologia nacional*. Montevideo: Arca editorial 7ª ed,1978.

FERREIA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo. Editora Hucitec,2006.

FERES JÚNIOR, João (org). *Léxicos da história dos conceitos políticos do Brasil*. Belo Horizonte: ED UFMG, 2009.

FREGA, Ana. "Pertencencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820)". IN: Heinz, Flávio M. e JÚNIOR HERRLEIN, Ronaldo. *Histórias regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2003.

\_\_\_\_\_. *Pueblos y soberanía en la Revolución Artiguista. La región de Santo Domingo Soriano desde fines de la colonia a la ocupación portuguesa*. Montevideo. Ediciones de la Banda Oriental, 2007.

\_\_\_\_\_. *La virtud y el poder. La soberanía particular de los pueblos en el proyecto artiguista*. In.:GOLDMAN, Noemí e SALVATORE, Ricardo. *Caudilhismo Rioplatenses. Nuevas Miradas a un viejo problema*. Buenos Aires: Facultad de Filosofía y Letras, 1998

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir. História da violência nas prisões*. Petrópolis: Vozes, 1987.

\_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979

FUTATA, Marli Delmônico de Araújo. *Imprensa e Educação: Pierre Plancher e a ação político-educativa do Jornal do Commercio no final do Primeiro Reinado*. Dissertação de mestrado apresentada a Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GARCIA, Flavio. A. *Los acontecimientos de 1825 en la Provincia Oriental a traves de la prensa Rioplatense*. Montevideo: Cordon, 1976.

GALVÃO, Walnice Nogueira e GOTLIB, Nádia Battell (org). *Prezados senhores, prezadas senhoras: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

GELLNER, Ernest. *Nações e nacionalismos*. Lisboa: Gradiva, 1983.

GOLDARACENA, Joaquin. *Cenizas Incandescentes. General Fructuoso Rivera libertador de la Republica Oriental del Uruguay*. Montevideo: Enrique Miguez, 1946

GOLIN, Tau. *A fronteira. Governos e movimentos espontâneos na fixação dos limites do Brasil com o Uruguai e a Argentina*. Porto Alegre: L&PM, 2002.

GOMES, Ângela de Castro. *Escrita de si, escrita da história*. Rio de Janeiro. FGV, 2004.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y política em los Orígenes de la Nación Argentina: las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862-2ª ed*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Econômica, 2008.

GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. *O Horizonte da Província: A República Rio-Grandense e os caudilhos do Rio da Prata (1835-1845)*. Rio de Janeiro. Tese de doutorado. UFRJ, 1997.

GUERRA, François- Xavier. "El ocaso de la monarquia hispánica. Revolución y desintegración. IN: ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). *Inventando la nacion. Iberoamericana. Siglo XIX*. México: FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. Las mutaciones de la identidad en la América hispánica. IN:ANNINO, Antonio e GUERRA, François- Xavier (coord). Inventando la nacion. Iberoamericana. Siglo XIX. México: FCE, 2003.

\_\_\_\_\_. Modernidad y independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Madrid: Editora Mafre, 1992.

GUIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O Estado e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.,1997.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DPeA, 2000.

HERRERA, Eduardo de Salterain. *Lavalleja. La redencion pátria*. Montevideo: Monteverde y Cia, 1957

JASMIN, Marcelo Gantus. *História dos conceitos e teoria política e social: referências preliminares*. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 20, n. 57, fev. 2005.

JANCSO, Istavan. *Independência: Historia e historiografia*. São Paulo: Hucitec:Fapesp, 2005.

\_\_\_\_\_. *Brasil: Formação do Estado e da Nação*. São Paulo: Hucitec; Ed. Unijuí; Fapesp, 2003.

KANTAROWICZ, Ernest H. *Os dois Corpos do Rei*. São Paulo: Cia das Letras, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado. Contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto/Puc-Rio, 2006.

LEITMAN, Spencer. *Raízes sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: um capítulo da história do Brasil no século XIX*. Rio de Janeiro:Edições Graal, 1979.

LEVENE, Ricardo. *Historia de la Nacion Argentina*. Vol. IV,V,VI e VII . Buenos Aires: Libreria y Editorial “El Ateneo”, 1948.

LIMA e SILVA, Marechal Luiz Manoel de . *Guerra com as províncias unidas do Rio da Prata*. Rio de Janeiro: Gráfica Ouvidor,1956.

LOPEZ, Vicente F. *Historia de la Republica Argentina. Su origen, su revolucion y su desarrollo politico*. 2ª ed. Tomo V. Buenos Aires. Editorial Sopena, 1939.

LIMA, Oliveira . *Dom João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006.

\_\_\_\_\_. *O movimento de Independência 1821-1822*. 6ª ed.. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

LUCAS, Tania Regina. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. IN.: *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2006

MAIZTEGUI CASAS, Lincoln. *Orientales. Uma historia política del Uruguay. De los orígenes a 1865*. 2º ed. Buenos Aires: Planeta, 2007.

MAGNOLI, Demétrio. *O corpo da pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)*. São Paulo. Editora da Universidade Estadual Paulista: Moderna, 1997.

MATTOS, Ilmar dos Santos. Construtores e herdeiros: A trama dos interesses na construção da unidade política imperial. IN: *Almanack Brasiliense* nº1. São Paulo, 2005.

MELLO, Alexandre. *O Brasil e a Bacia do Prata*. São Paulo: IHGBSP,1980.

MORAES, Antonio Carlos Robert. *Território e História no Brasil*. São Paulo: Annablume,2005.

MOREL, M. (Org.) ; NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das (Org.) ; FERREIRA, Tania Maria Tavares Bessone da Cruz (Org.) . *História e Imprensa - representações culturais e práticas de poder*. 1. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006. v. 1.

MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos. Imprensa, Atores Políticos e Sociabilidade na Cidade Imperial. (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.

MOTA, Carlos Guilherme. (Org.). *1822 Dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1982.

NARANCIO, Edmundo M.. *La independdencia de Uruguay*. Madrid: Editorial Mapfre, 1992.

NEVES, Lúcia Maria Bastos Pereira das . *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fonteira, 2002.

\_\_\_\_\_. *Corcondas constitucionais: cultura e política (1820-1823)*. Rio de Janeiro: Revan: FAPERJ, 2003.

OSTRIA, Mario Dolta. *Caudillos, doctores e masones. Protagonistas em la Gran Comarca Rioplatense (1806-1865)*. 3ª ed. Montevideo: Ediciones de la Plata, 2008.

ODDONE, Blanca París de; TOULON, Lúcia Sala de; ALONSO, Rosa. *De la colonia a la consolidacion del Uruguay*. Uruguay: Ediciones de la Banda Oriental, 1973.

PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed Contexto, 2005

PALTI, Eliás José. *El tiempo de la política. El siglo XIX reconsiderado*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2007.

PAMPLONA, M.A. e MÄDER, M. E. *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas. Região do Prata e Chile*. São Paulo: Paz e Terra, 2007.

PEREIRA, Aline Pinto. *Domínios e Império: O tratado de 1825 e a Guerra Cisplatina na construção do Estado no Brasil*. Niterói: Tese de Mestrado UFF, 2007.

PIMENTA, João Paulo G. “Com os olhos na América Espanhola: A independência do Brasil (1808-1822)”. *In: Cadernos do CHDD/Fundação Alexandre Gusmão*. Brasília: A Fundação, 2005.

\_\_\_\_\_. *Estado e Nação no fim dos impérios ibéricos no Prata (1808-1822)*. 1ªed. São Paulo: Hucitec, 2002.

PINTOS, Anibal Barrios. *Los libertadores de 1825*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

PINTOS, Anibal Barrios. *Levalleja la pátria independente*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1976.

- POCOCK, John.G.A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003.
- POUTIGNAT, PHILIPPE. *Teoria da etnicidade: seguido de grupos étnicos e suas fronteiras de Frederick Barth*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.
- PRADA, Antonio Moliner. “El movimiento juntero en la España de 1808”. IN:CHUST, Manuel (coord). *La eclosión juntera em el Mundo Hispano*. México: FCE, 2008.
- RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do poder*. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993
- REAL DE AZUA, Carlos . *Los orígenes de la nacionalidad Uruguaya*. 2ª ed. Montevideo. Arca, 1991.
- REPUBLICA ORIENTAL DEL URUGUAY. *Boletín Histórico del ejército*. Montevideo: División Imprenta del Departamento de Estudios Históricos del Estado Mayor del Ejército, 1977.
- RIBEIRO, Fábio Ferreira. *O general Lecor e as articulações políticas para a criação da Província Cisplatina:1820-1822*. Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2007.
- SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- RONCAYOLO, Marcel. “*Cidade*”, “*Região*”, “*Território*”. In: Enciclopedia Einaudi. vol.8. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1986.
- ROMERO, Luis Alberto e ROMERO, José Luis. *Pensamiento político de la emancipacion (1790-1825)*. Barcelona: Biblioteca Aycucho. 2ªEd, 1985.
- SALAS, Ruben Dario. *Lenguaje, estado y poder em el Rio de la Plata (1816-1827)*. Buenos Aires: Instituto de investigación de historia del derecho,1998.
- SALDANHA, J.M. Fernandez. *Diccionario Uruguayo de Biografías 1810 -1940*. Editorial Amerindia. Montevideo, 1945.
- SARMIENTO, Domingo F. *Facundo civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.

SKINNER, Quentin. *As fundações do pensamento político moderno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SOIHET, Rachel; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (org). *Culturas políticas: ensaios de história cultural, história política e ensino de história*. Rio de Janeiro: Mauad, 2005.

SOARES, Teixeira. *Diplomacia do Império até 1865*. Rio de Janeiro: Editora Brand, 1955.

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1998

SOUZA, J.A. Soares. “O Brasil e o Rio da Prata até 1828”. In: *HOLANDA, Sérgio Buarque. História Geral da Civilização Brasileira. O Brasil Monárquico*. Tomo II. 3ª ed. São Paulo. Difusão Européia do livro, 1970.

SPOSITO, Eliseu Savério. “Sobre o conceito de território: um exercício metodológico para a leitura da formação territorial do sudoeste do Paraná”. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. *Território e Desenvolvimento: diferentes abordagens*. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.

TILLY, Charles. *Coerção, capital e estados europeu: 900-1992* São Paulo: Edusp, 1996 .

THOMPSON FLORES, Mariana Flores da Cunha . *VISÕES DA CISPLATINA: a criação do Estado Oriental por Lavalleja e Anônimo*. In: VII Encontro Estadual de História ANPUH/RS História, Memória e Testemunho, 2004, Pelotas. Anais do VII Encontro Estadual de História ANPUH/RS História, Memória e Testemunho, 2004.

VÁZQUEZ, Juan Antonio. *Lavalleja y la campaña de 1825*. Montevideo: Centro Militar, 1957.

VIGNALE, Julio Cesar. *Oribe. Heroe de la Independencia Nacional-Procer de america y fundador del partido Blanco*. Montevideo: Letra-editorial, 1942.

